

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS

**DO INVISÍVEL AO VISÍVEL:  
O MAPEAMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS DO  
ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL**

REGINA APARECIDA DA SILVA

SÃO CARLOS – SP  
Julho de 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS

**DO INVISÍVEL AO VISÍVEL:  
O MAPEAMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS DO  
ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL**

REGINA APARECIDA DA SILVA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências. Área de Concentração em Ecologia e Recursos Naturais.

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MICHÈLE SATO

SÃO CARLOS – SP  
Julho de 2011



**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S586iv Silva, Regina Aparecida da  
Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais  
do Estado de Mato Grosso – Brasil / Regina Aparecida da  
Silva. -- São Carlos: UFSCar, 2011.  
222f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos,  
2011.

1. Ecologia. 2. Mapa social. 3. Identidade de resistência.  
4. Educação ambiental. 5. Sustentabilidade. 6. Forças de  
mudança. I. Título.

CDD: 574.5 (20a)

**Regina Aparecida da Silva**

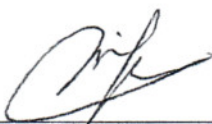
**DO INVISÍVEL AO VISÍVEL: O MAPEAMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS DO  
ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL**

Tese apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos  
requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências.

**Aprovada** em 11 de julho de 2011

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente



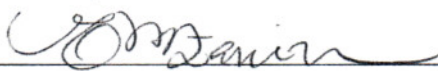
Prof. Dra. Michèle Tomoko Sato  
(Orientadora)

1º Examinador



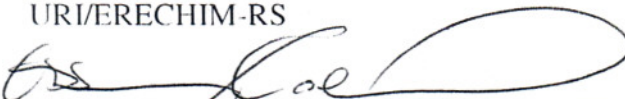
Prof. Dr. José Eduardo dos Santos  
PPGERN/UFSCar

2º Examinador



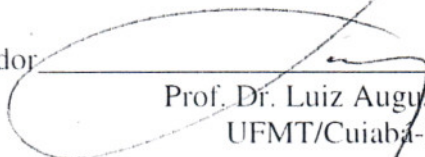
Prof. Dra. Elisabete Maria Zanin  
URI/ERECHIM-RS

3º Examinador



Prof. Dr. Edson Caetano  
UFMT/Cuiabá-MT

4º Examinador



Prof. Dr. Luiz Augusto Passos  
UFMT/Cuiabá-MT



*Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo.*

*Carlos Drummond de Andrade*

*Dedico este trabalho...*

*Aos povos indígenas, aos povos quilombolas,  
aos povos e comunidades tradicionais e  
aos grupos sociais do Estado de Mato Grosso, Brasil.*

*[fotos dos Seminários de Mapeamento Social, em 2008 e 2010. Arquivo da pesquisadora].*

## AGRADECIMENTOS

*Agradecer é uma forma de reconhecer e demonstrar gratidão. Aprendi muito sobre gratidão com minha orientadora. Numa tese, esse ato significa reconhecer que aquilo que produzimos não pode ser entendido como resultado de um esforço autônomo e solitário da autora. Uma tese é resultado de encontros, desencontros e de experiências vivenciadas em nosso contato de aprendizagens com o Outro;*

*Sou grata, a minha amiga e orientadora, Michèle Sato. Seu apoio e direcionamento foram mais que importantes em minha trajetória... Certamente o maior legado que carrego dessa convivência é o seu referencial ético, a defesa e inclusão dos grupos sociais, a dedicação, a seriedade e o compartilhar de sonhos e esperanças. Sou extremamente agradecida por todo o apoio e a confiança depositada em mim em todos esses anos. Agradeço por ter me feito uma pessoa melhor na oportunidade de convivência mútua. Por partilhar comigo, vitórias e derrotas. Além da gratidão, expressei minha admiração e carinho;*

*Ao professor José Eduardo dos Santos pelo cuidado acadêmico de sempre e por ensinar os caminhos, tantas vezes; Estendo minha gratidão aos colegas do LAPA, em especial, ao Dudu e a Rose;*

*Aos professores Dr. Edson Caetano, Dra. Elisabete Zanin, Dr. Luiz Augusto Passos, Dr. Paulo Teixeira de Sousa Jr e Dr. José Verani, membros da Banca Examinadora, pelas valiosas contribuições;*

*Ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais (PPGERN) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) pela oportunidade e pelo apoio;*

*Aos meus professores do PPGERN/UFSCar, em especial, Dr. José Eduardo, Dr. José Salatiel Rodrigues Pires, Dra. Maria Inês Salgueiro Lima e Dr. Luiz Antônio Correia Margarido, pelas contribuições em minha formação;*

*Mais uma vez, agradeço aos professores, Dra. Elisabete Zanin, Dr. José Eduardo e Dr. Waldir José Gaspar, pelas preciosas contribuições na qualificação deste trabalho;*

*Ao CNPq pela imprescindível concessão de bolsa de estudo e apoio aos projetos;*

*A FAPEMAT pela importante contribuição financeira à realização desta pesquisa;*

*Aos meus amigos do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que compartilharam comigo parte dessa trajetória de pesquisa, de leituras, de lutas, de militância, de campo e tantos outros espaços comuns. Sou grata pelo delicioso encontro de conceitos e afetos (con-fetos) e pelas oportunidades de ricos debates e trocas com este grupo-pesquisador. Em especial, Imara, Ruthinha e Lika por partilharem comigo projetos e sonhos. Sou muito grata a Adriana, Aitana, Aluizio, Amanda, Bete, Darci, Débora, Denise, Evandrus, Fernanda, Glauce, Graciela, Heitor, Herman, It, Ivan, Jorginho, Kelly, Lushi, Mari Taiua, Robertinha, Ronaldo Santana, Ronaldo Senra, Rosana, Samuka, Solange Ikeda, Soninha e Vavá; que compartilha comigo pesquisas e sonhos. Um agradecimento especial a todos que contribuíram diretamente com os processos de mapeamento social; a Andrea Aguiar Azevedo, pela amizade e pelos saberes que sempre partilha comigo;*

*A Michelle Jaber pela sua presença amorosa e pela doce e solidária companhia em minha vida. Sou grata pelo apoio incondicional que sempre pude buscar em você;*

*A turma de doutorado em Ecologia, a Ana Silvia, Ana Tereza, Átila, Danilo, Natália, Nicelly e Savana;*

*Em especial, meu carinho as doces e amadas Ana Flávia Marques e Heleniza;*

*A minha família pelo carinho e estímulo, em especial, a minha mãe Tina, que está sempre ao meu lado, cuja simplicidade ilumina meu caminho. A quem devo tudo que sou hoje. Ao meu querido pai Zé Emídio, com quem não pude conviver, mas sei que me olha e me cuida, esteja onde estiver. Aos meus irmãos Zé Carlos, Zé Maurício e Zé Nego e minha querida irmã Dora (Inha); as minhas cunhadas: Diva, Vilma e Emilene. Aos meus sobrinhos e sobrinhas: Anderson, Roberto, Flávia, Júnior, Adriana, Edcarlos, Dáfiny, Cássio, Mateus, Marcos, Dalethy, Cauana, Lucas, Gabrieli, Bruna, Ingrid, Felipe, Julia, Larissa e Alexandre - sou grata por tantas alegrias que trazem ao meu coração. Estendo meu carinho a Paula, Wanessa, Rodrigo e Thiago. Minha gratidão aos meus tios e primos e toda a minha família;*

*A Fátima, Dona Helena, Kelly, Fabi, Jamal e Gabriel, minha gratidão por todo o carinho e ajuda;*

*Aos amigos Maria, Irineu, Marcelo, Eduardo (Duzão), Ozéias, Juliana, Patrícia, Ozana, Laura, Rosidelma, Sirley, Cristienne, Leila, Celso; aos meus amigos da turma de biologia e tantas pessoas especiais, amigos amados que no compasso dessa vida me aparam em tantos momentos. Compartilhar a vida com vocês me faz ser melhor;*

*Aos meus espaços de sonhos, de militâncias e de lutas: a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA), ao Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS) e ao Instituto Caracol;*

*Aos parceiros, SEMA, SEPLAN e SEDUC pelo apoio na realização deste trabalho. Aos parceiros do ICMBio na pessoa do Fernando Francisco Xavier, do FLEC, do FORMAD, do CIMI com carinho especial ao Giba; ao Coletivo Jovem de Meio Ambiente, ao Instituto Indígena Maiwu, à Sociedade Fé e Vida, à Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras, ao REMAR-COMTRA, ao Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) e ao Instituto Nacional de Áreas Úmidas (INAU);*

*Ao Renato pelo importante apoio com os mapas;*

*Aos educadores ambientais, aos ecologistas e a todos aqueles que constroem a possibilidade de mudanças, através da inclusão social e proteção ecológica na luta cotidiana das esperanças;*

*Aos povos indígenas, povos quilombolas, povos e comunidades tradicionais e grupos sociais de Mato Grosso. A todos os homens, mulheres, jovens e crianças dos grupos sociais pesquisados, com os quais muito aprendi; em especial às pessoas entrevistadas que tanto contribuíram para a realização deste trabalho;*

*A Deus, que me auxiliou nesta trajetória de ser e viver com sentido. E por ter nos dado SAÚDE para concluirmos esta importante etapa de nossas vidas, a mim e a minha orientadora; minha gratidão, também, pela saúde da amada Deby;*

*A todos e todas, citados ou não, que contribuíram com este trabalho, meu afeto mais que infinito.*



[Nuvem de palavras elaborada do resumo da tese na homepage WORDLE. Disponível em <http://www.wordle.net/>].

## DO INVISÍVEL AO VISÍVEL: O MAPEAMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL

### RESUMO

O Estado de Mato Grosso-Brasil localizado no centro da América do Sul possui uma rica diversidade ecológica distribuídas nos domínios da Amazônia, Cerrado e Pantanal. Na paisagem exuberante, escondem-se identidades que estão à mercê do descaso histórico e da economia hegemônica do agronegócio que avançam sobre os ditos “espaços vazios”. Nesses ambientes diversos, coexiste um rico mosaico cultural de identidades interatuantes, que muitas vezes, estão invisibilizadas ou pouco conhecidas. Com esta pseudo-invisibilidade, muitos grupos sociais não estão sendo contemplados na elaboração de políticas públicas. Um exemplo disso pode ser percebido nas políticas que visam o ordenamento territorial do Estado, como o projeto de Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso que não contemplou os diferentes grupos sociais que compõem a paisagem mato-grossense. Na tentativa de superar tal fragilidade e dar visibilidade a este belo mosaico cultural, iniciamos em 2008, uma ousada proposta de construir o “Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso”, proposto e concretizado pela liderança do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com a importante contribuição de diversos parceiros. Inscritos neste projeto, assumimos o compromisso de realizar o mapeamento dos grupos sociais do Estado, com objetivo de identificar e registrar as identidades de resistências. Ancorados na tríade *habitantes-hábitos-habitats*, buscamos compreender as identidades dos grupos sociais mapeados, suas diferentes racionalidades e modos de vida que demarcam as características de seus territórios - numa relação intrínseca entre a cultura e a natureza. Além disso, procuramos compreender como as identidades destes grupos se constroem, se destroem e re-constroem frente às alterações dos *habitats*. Neste percurso, elaboramos uma metodologia denominada Mapa Social, que contou com as narrativas dos representantes de vários grupos sociais, visando, compreender a essência das identidades que constroem diferentes significados e atuam nos diversos biomas mato-grossenses. Foram realizados dois Seminários de Mapeamento Social, em 2008 e 2010, que somados contou com mais de 500 participantes vindos de 54 municípios; sendo mais de 70 representantes indígenas de 19 etnias, de comunidades quilombolas, povos pantaneiros, acampados, assentados, agricultores familiares, seringueiros, extrativistas, povos ciganos, atingidos por barragem, retireiros do Araguaia, povos morroquianos, entre outros. Como também, em uma abordagem de cunho etnográfico foram realizadas pesquisas de campo. Neste “vir-a-ser” de vários grupos e movimentos trazemos a cena a existência de antigos e novos protagonistas sociais, ao total registramos 52 grupos sociais/comunidades/movimentos que somados a 47 etnias indígenas totalizaram um prognóstico de 99 identidades mapeadas. Na busca de espacializá-los foi elaborado o mapa dos grupos sociais, resultado importante desta tese. Neste mapa as identidades construídas nas dimensões da tradição; do local da cultura e *habitat*; do labor, trabalho e produção; das *driving forces* e desenvolvimento; e, das escolhas e filosofias de vida foram evidenciadas e circunscritas nos territórios. A expectativa é que com apropriação das informações proporcionadas por esta pesquisa nasçam subsídios para articulamentos, parcerias e alianças para que os grupos sociais sejam fortalecidos na luta pela proteção dos ecossistemas do Estado e possam ser contemplados nas políticas públicas. A educação ambiental vem de mãos dadas nesta ciranda, aliada à valorização da cultura, na ousadia da reconstrução de sociedades sustentáveis, que ressignifique valores como justiça ambiental, pertencimento e democracia. Há pontos e linhas frouxas, mas há, também, um território de esperanças que transcende este tempo tirano, resgatando as tessituras dos sonhos coletivos.

*Palavras-chave: Mapa social. Identidades de resistências. Territórios. Educação ambiental. Sustentabilidade. Driving Forces.*

## FROM THE INVISIBLE TO THE VISIBLE: THE MAPPING OF THE SOCIAL GROUPS OF THE STATE OF MATO GROSSO – BRAZIL

### ABSTRACT

The state of Mato Grosso-Brazil located in the center of South America has a rich ecological diversity distributed in the domains of the Amazon, *Cerrado* (Savanna) and Pantanal. In the exuberant landscape, identities that are at the mercy of the historical indifference and of the hegemonic economy of the agribusiness that advances over the so-called “empty spaces” are hidden. In these different environments, a rich cultural mosaic of interacting identities, that many times, are invisible or barely known coexist. With this pseudo-invisibility, many social groups are not being attended in the elaboration of public policies. An example of this can be noticed in the policies that aim at the territorial management of the State, such as the Ecological Socioeconomic Zoning Project of Mato Grosso that did not support the different social groups that form the mato-grossense landscape. In the attempt to overcome this fragility and give visibility to this beautiful cultural mosaic, we started in 2008, a daring proposal of building the “Mapping of identities and territories of the State of MT”, proposed and carried out by the leadership of the Research Group in Environmental Education, Communication and Arts (GPEA) of the Federal University of Mato Grosso (UFMT) with the important contribution of several partners. Enrolled in this project, we assumed the commitment of performing the mapping of the social groups of MT, with the aim of identifying and registering the identities of resistance. Based on the triad *inhabitants-habits-habitats*, we sought to understand the identity of the mapped social groups, their different rationalities and ways of life that limit the characteristics of their territories – in an intrinsic relationship between culture and nature. Besides, we seek to understand how the identities of these groups are constructed, destroyed and re-constructed due to the alterations in the *habitats*. In this trajectory, we elaborated a methodology called Social Map that used the narratives of the representatives of several social groups, aiming at understanding the essence of the identities that build different meanings and act in the different mato-grossense biomes. Two seminars of Social Mapping with more than 500 participants from 54 municipalities; were held in 2008 and 2010. There were more than 70 Indigenous representatives of 19 ethnicities, of Maroon communities, pantaneiro peoples, families who were camping, settlers, family farmers, rubber-tappers, extractivist workers, gypsy communities, affected by dams, people from Araguaia, Morroquian communities, among others. In an ethnographic approach field researches were also carried out. In this “becoming” of several groups and movements we expose the existence of old and new social protagonists, totalizing 52 social groups /communities/movements that added to 47 Indigenous ethnicities that resulted in a prognostic of 99 mapped identities. In the search for finding space for them, a map of the social groups was made, an important result of this thesis. In this map the identities built in traditional dimensions; of the place of culture and *habitat*; of labor, work and production; of the *driving forces* and development; and, of the choices and philosophies of life were shown and circumscribed in the territories. The expectation is that with information provided by this research, there will be subsidies for articulations, partnerships and alliances so that the social groups can be strengthened in their struggle for the protection of the State’s ecosystems and be attended by the public policies. The environmental education comes hand in hand in this circle allied to the valuing of culture, in the daring idea of reconstructing the sustainable societies that re-signify values such as environmental justice, belonging and democracy. There are loose dots and lines, but there is also, a territory of hopes that transcends this tyrant time, rescuing the weavings of the collective dreams.

*Keywords: Social map. Identities of resistance. Territories. Environmental education. Sustainability. Driving Forces.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 2.1 Mapas do Zoneamento Econômico-Ecológico de Mato Grosso.....	40
FIGURA 3.2. Universo dos sujeitos entrevistados nos seminários de mapeamento.....	57
FIGURA 3.3. Procedimentos metodológicos do mapeamento dos grupos sociais.....	61
FIGURA 3.4. Tratamento dos dados no programa ArcGis/ArcMap (versão 10.0).....	63
FIGURA 3.5. Localização geográfica do Estado de Mato Grosso no continente Sul-americano.....	64
FIGURA 3.6. Mapa das áreas de domínios dos biomas mato-grossenses.....	66
FIGURA 3.7. Áreas de desmatamento acumulado em Mato Grosso no ano de 1999 e 2007.....	68
FIGURA 4.1. Identidades mapeadas na construção identitária da tradição.....	78
FIGURA 4.3. Mapa das terras indígenas e dos povos isolados de Mato Grosso.....	88
FIGURA 4.4. Mapa das Comunidades Quilombolas do Estado de Mato Grosso.....	93
FIGURA 4.5. Identidades mapeadas na construção identitária do local da cultura e do <i>habitat</i> ..	97
FIGURA 4.6. As sub-regiões do Pantanal brasileiro.....	98
FIGURA 4.7. Mapa das comunidades pantaneiras do Estado de Mato Grosso.....	102
FIGURA 4.8. Identidades mapeadas na construção identitária do labor, trabalho e produção....	106
FIGURA 4.9. Identidades mapeadas originadas como consequencia das <i>driving forces</i> .....	116
FIGURA 4.10. Identidades mapeadas que se formam nas escolhas e/ou filosofias de vida.....	119
FIGURA 4.11. Mapa dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso 2010.....	126
FIGURA 5.1. Etapas de ocupação das regiões Mato-Grossenses e amazônicas.....	137
FIGURA 5.2. As <i>driving forces</i> do desenvolvimento e suas co-relações com a natureza e a cultura. .....	139
FIGURA 5.3. Povos Indígenas Chiquitano.....	141
FIGURA 5.4. Localização das aldeias do povo Chiquitano no Brasil e Bolívia.....	141
FIGURA 5.5. Localização da RESEX Guariba & Roosevelt, Colniza, MT.....	144
FIGURA 5.6. Os seringueiros da RESEX Guariba & Roosevelt.....	144
FIGURA 5.7. Localização da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, Nossa Senhora do Livramento, MT.....	147
FIGURA 5.8. Comunidade Quilombola de Mata Cavalo.....	148
FIGURA 5.9. Localização da Comunidade de São Pedro de Joselândia, Barão de Melgaço, MT....	152
FIGURA 5.10. Pantaneiros de São Pedro de Joselândia.....	152
FIGURA 5.11. Localização da região da Usina de Manso, Chapada dos Guimarães, MT.....	157
FIGURA 5.12. Usina Hidrelétrica de Manso.....	157

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 5.1. Distribuição da população total e população em extrema pobreza segundo Grandes Regiões e situação do domicílio.....	133
---	-----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 4.1. Dimensões das identidades mapeadas.....	77
Quadro 4.2. Os povos indígenas nos territórios Mato-grossenses .....	80
Quadro 4.3. Povos Indígenas isolados em Mato Grosso .....	83
Quadro 4.4. Comunidades Quilombolas de Mato Grosso.....	91
Quadro 4.5. Colônias dos pescadores profissionais em Mato Grosso .....	113
Quadro 4.6. Acampamentos e famílias acampadas em Mato Grosso no ano de 2011...	117

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABHP - Associação Brasileira de Homeopatia Popular  
ACT-Brasil - Equipe de Conservação da Amazônia  
AL - Assembléia Legislativa  
AME-MATO GROSSO - Associação Mato-Grossense de Ecologia  
ANAMPOS - Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais  
APA - Área de proteção ambiental  
ARAPI - Associação Retireense de Apicultores  
ARPA - Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental  
BAP - Bacia do Alto Paraguai  
CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica  
CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade  
CDTI - Centro de Documentação Terra e Índio  
CEB - Comunidades Eclesiais de Base  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CJ-MT - Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Mato Grosso  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNPT - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais  
CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso  
COMPRUP - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPP - Centro de Pesquisa do Pantanal  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
ECOPANTANAL - Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal  
FAB - Força Aérea Brasileira  
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso  
FASE-MT - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Mato Grosso  
FCD - Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes  
FCP - Fundação Cultural Palmares  
FLEC - Fórum de Luta das Entidades de Cáceres  
FORMAD - Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GPEA - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte  
GPS - Sistema de Posicionamento Global  
GRUCON-MT - Grupo de União da Consciência Negra do Estado de Mato Grosso  
GT - Grupo de Trabalho  
GTMS - Grupo de Trabalho de Mobilização Social  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
iC - Instituto Caracol  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IMUNE-MT - Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso  
INAU - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas  
INCRA-MT - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso  
IPESP - Instituto Pastoral de Educação em Saúde Popular  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
ISA - Instituto Socioambiental  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MCT - Ministério de Ciências e Tecnologia  
MEA - Avaliação Ecológica do Milênio  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas  
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores  
MPP - Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais  
MST-MT - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso  
MT - Mato Grosso  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONG - Organizações Não Governamentais  
OPAN - Operação Amazônia Nativa  
OUSAR-MT - Observatório Socioambiental de Mato Grosso  
PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas  
PIB - Produto Interno Bruto  
PIC - Programa Integrado da Castanha  
PIN- Programa de Integração Nacional  
PJR - Pastoral da Juventude Rural  
PO - Pastoral Operária  
POLOCENTRO - Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados  
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados  
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
RECID - Rede de Educação Cidadã  
REMARPCOMTRA - Rede Mato-grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais  
REMSOL - Rede Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária  
REMTEA - Rede Mato-grossense de Educação Ambiental  
RESEX - Reservas Extrativistas  
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso  
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral  
SIG - Sistema de Informações Geográficas  
SIN - Sistema de Intercambio Nacional  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
TI - Terra Indígena  
TIX - Terra Indígena do Xingu  
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura  
UTM - Universal Transversal de Mercator  
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico  
ZEE-MT - Zoneamento Econômico-Ecológico de Mato Grosso  
ZSEE-MT - Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso

# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 2. <i>TERRA NULLIUS</i>: ERAM OS ESPAÇOS VAZIOS? .....</b>	<b>30</b>
2.1. <i>Terra Nullius</i> e os “Espaços Vazios”: a retórica da integração nacional.....	31
2.2. Os processos de ocupação do Estado de Mato Grosso .....	32
2.3. A Fronteira Agrícola e o Ordenamento Territorial.....	35
2.3.1. O zoneamento socioeconômico ecológico de Mato Grosso .....	36
2.4. O MAPEAMENTO SOCIAL: eram os espaços vazios?.....	42
<b>Capítulo 3. CAMINHOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>44</b>
3.1. Os caminhos do Mapa Social.....	45
3.2. O Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte.....	48
3.3. O projeto “Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso – Brasil” ...	51
3.3.1. No olhar de passarinho: a paisagem global dos seminários de mapeamento social .....	53
3.3.2. No sentir de passarinho: as pesquisas em lócus.....	58
3.4. O tratamento dos dados.....	62
3.5. Mato Grosso, o lócus da pesquisa .....	64
<b>Capítulo 4. O MAPEAMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO - BRASIL .....</b>	<b>70</b>
4.1. A luta pelo reconhecimento das identidades de resistência .....	72
4.2. O mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso .....	75
4.2.1. TRADIÇÃO.....	78
Os Povos Indígenas .....	79
A Terra Indígena do Xingu .....	84
Povo Rikbaktsa .....	85
Povo Xavante da Terra Indígena de Marãiwatsédé.....	85
Povo Panará .....	86
Os Povos Quilombolas.....	89
Os Povos Ciganos .....	94
Os Grupos de Siriri, Cururu e Dança do Congo .....	95
4.2.2 LOCAL DA CULTURA e <i>HABITAT</i> .....	96
Os Povos Pantaneiros.....	97
Os Morroquianos.....	103
Os Povos Ribeirinhos .....	104

Os Fronteiriços e Beiradeiros .....	104
4.2.3 LABOR, TRABALHO e PRODUÇÃO .....	105
Os Agricultores Familiares.....	107
Os Seringueiros e Beiradeiros .....	108
Os Retireiros do Araguaia .....	109
Os povos extrativistas.....	111
Os Artesãos(ãs).....	112
Os Articuladores e Apoiadores.....	114
4.2.4 DRIVING FORCES e DESENVOLVIMENTO .....	115
Os Atingidos por Barragens (MAB).....	116
Os Acampados .....	117
Os Assentados .....	118
4.2.5 ESCOLHAS E FILOSOFIAS DE VIDA .....	118
Alguns Movimentos .....	119
Os Grupos com expressões ligados as espiritualidades.....	122
4.3. O mapa dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso .....	124
<b>Capítulo 5. AS DRIVING FORCES DO DES-ENVOLVIMENTO E AS IDENTIDADES EM MATO GROSSO .....</b>	<b>127</b>
5.1. Ambiente, natureza e cultura .....	128
5.2. O Ambiente como paisagem, espaço, território e lugar.....	129
5.3. Des-envolvimento, dívida ecológica e espaço ambiental.....	131
5.4. <i>Driving forces</i> do des-envolvimento em Mato Grosso .....	135
5.5. As des-territorializações e as interferências nas identidades: estudos de caso.....	140
5.5.1 Estudo de caso 1. Povos Indígenas Chiquitano .....	141
5.5.2 Estudo de caso 2. Povos Seringueiros da RESEX Guariba & Roosevelt .....	144
5.5.3 Estudo de caso 3. Povos Quilombolas de Mata Cavalo .....	147
5.5.4 Estudo de caso 4. Povos Pantaneiros de São Pedro de Joselândia .....	150
5.5.5 Estudo de caso 5. Atingidos por barragens da Usina de Manso .....	156
<b>Capítulo 6. TERRITÓRIOS DE ESPERANÇAS.....</b>	<b>160</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>170</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>185</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>214</b>

O ambientalismo pelo qual luto [...]

Não é materialista, é fenomenológico

Recupera com paixão o amor maior à vida, é a ela, à VIDA que servimos e nos subordinamos,  
não às inesgotáveis equivocidades das teorias e interrupções sobre ela...

Não queremos um ambientalismo das idéias e do espírito

O que queremos gaia... que contenha toda a aspereza e estertores da terra...  
e todas as sementes do universo

Não quero um ambientalismo das claridades, dialéticas...  
solares, quero-o nietzscheamente noturno mas sonhador das alvoradas

Quero um ambientalismo que não se deixe conter pelo máximo, mas atento ao mínimo tenha compaixão,  
e se atenha e se deixe capturar compadecida e amorosamente pelo mínimo dos mínimos.

Sonho com estruturas, mas somente quando feitas por mãos crianças, nas dunas de areia e ao vento que  
se refaçam eternamente ao sabor da criação e da fantasia e ao serviço dos sofredores

Não quero desejar tudo... quero desejar muito pouco de tudo e  
sobretudo estar todo inteiro neste muito pouco, compreendido até os cabelos...

Não quero um ambientalismo para consumo, quero-o ôntico, terráqueo,  
mais que ontológico, quero-o medular, visceral

Não o quero exterior, reificado, capacho... não o quero como um brinquedo rico,  
nem como ferramenta de trabalho, quero-o como oxigênio que se busca para a paixão desmesurada, mística,  
mítica, erótico, sílica

Não quero um ambientalismo fenomenológico para as essências,  
desejo-o como transfigurações das contingências, dos limites e dos abismos

Quero o ambientalismo Manoel de Barros... do lixo, do feio e das sobras... do refugo

Quero-o fugaz e passageiro, não estridente,  
melodioso como o canto do uirapuru no silêncio das matas do Mato Grosso.

Não o quero no centro, quero-o periferia! Há quase nada a esperar da força do poder...  
e do epicentro da política.

Quero-o movimento nas ruas, fugilinoso, desarmado e amargo sussurrando as cantilenas que tiram o  
sono dos poderes, das forças e das armas...

Quero-o débil, cálido, salgado e inaturo, quero-o,  
sobretudo terminalmente instituinte, sanguíneo e multicolor...

Carregando pressuroso toda a memória do filo humano, cuidadoso com o presente ígneo;  
encrespado com todo o futuro promissor, o qual apenas contempla de relance para nos  
devolver ao tempo deste instante, onde tudo pode ser feito...

Não quero um ambientalismo glorioso e das vitórias fáceis, a grandeza está na simplicidade e na  
fragilidade que dança sobre a fogueira, mas resiste com ternura, ao aniquilamento.

*Não quero um ambientalismo filho da razão pura; nem da ética do negócio; menos ainda um desenvolvimento sustentável, trapaça do vampirismo capitalista*

*Não quero esposando com modernidades... elas não são fieis às suas promessas, casadas com a acumulação destroem sem escrúpulo, são parceiras da morte de tudo, todas e todos*

*Não quero um ambientalismo instrumental, capacho, nem serviçal*

*Das motosserras do progresso cúmplice, nem das correntes e tratores genocidas*

*Não quero um ambientalismo que seja senhor, nem emancipado, quero-o necessitante, esvaziado, servidor e livre a todos e todas que sonham ilimitadamente com as mãos ágeis sobre a impossibilidade, tornando tópica utopia milenarista de Isaías...*

*Quero um ambientalismo sem dúvidas metódicas quando se trata de acolher no colo os soluços dos chagados machucados pelo vento nas veredas e nas encruzilhadas.*

*Quero um ambientalismo esfomeado... que não sacie seus desejos pela posse,*

*Que não maltrate pelas indiferenças, faça aliança com toda a exclusão...*

*Que esteja exposto, se necessário 'a morte', pelas consequências da opção.*

*Quero-o cordial, sensitivo, que registre a humildade na doçura do vendaval das asas das libélulas*

*Quero-o azul... quão mais lúgubre for a noite...*

*quero-o rosa, feminino, materno, germinador e mamífero...*

*Porque vidente há de enxergar para além dos rolos enfumacados do presente, que a opressão não durará, nem a injustiça, para sempre... há uma humanidade nova nascendo do velho e trazendo 'a luz' há dezenove milhões de anos uma terra nova...*

*Tudo de novo virá*

*Vencendo o temor das incertezas... removendo toda a lágrima, todo o pranto*

*E anunciando que está em curso, e entre nós, e nos nossos corpos,*

*uma evolução dos cosmos, uma nova tribo, uma nova raça*

*Enfeitiçada por uma história redimida pelas mãos dos pacíficos radicais,*

*Os que apostaram na fraqueza de tudo aquilo que parecia que já perdido*

*Companheiros e companheiras, há flores amarelas e vermelhas gritando nas mesas...*

*Tiradas do sangue do coração.*

*Nada, com a gente, depois de hoje*

*Será igual amanhã!*

**Luiz Augusto Passos. Um ode ao nosso movimento.**

Cuiabá, MT. IV Encontro REMTEA. Em 12 de novembro de 2005.

# Capítulo 1. INTRODUÇÃO

---

Mapear, apontar  
Procurar no mapa?  
Mapear? o quê?  
Mapeamento? de quem?  
Se vai mapear, marcar, consolidar  
É porque era invisível  
Existia e ninguém via  
Ninguém valorizava  
Ninguém sabia  
Ou será que agora é que vão tirar o véu  
Enxergar, marcar, mapear, localizar  
Mapear agora? Se já existia há séculos, há dezenas de anos, de décadas,  
Com culturas próprias, saberes, linguajares  
Comidas, trajes, danças, cantorias  
Mapear quem?  
Gente? Povos? Etnias? Biomas? Terreiros? Quilombos? Retireiros?  
Morroquianos? enfim...  
Enfim, gente se vendo num imenso espaço,  
Nesse mesmo espaço, dos nossos municípios, dos nossos Estados  
Que não tem barreiras e que não tem fronteiras  
Povos sem nome, sem visibilidade  
Sendo mapeados pelos próprios povos  
Quantas riquezas! Quantos saberes! Quantas belezas!  
Povos dos Cerrados, Povos dos Pantanais, venham  
Povos retireiros, povos dos quilombos, venham participar  
Povos Morroquianos, venham participar dessa festa  
Povos dos terreiros, povos ciganos, venham participar  
Povos da Amazônia, ribeirinhos e pescadores, venham todos participar  
Povos das etnias indígenas e de todos os clãs venham participar  
De todas as terras sem fronteiras, venham participar  
Entidades, venham participar  
Vamos sair do anonimato, vamos tirar o véu que nos esconde  
Ergamos nossas vozes, ergamos nossas bandeiras  
Ergamos nossas culturas e saberes  
Vamos mostrar que existimos e que estamos aqui e acolá  
Que temos nomes, que temos identidades  
Queremos espaço, queremos terra, queremos sustentabilidade  
Queremos e somos povos tradicionais!

**Texto de Sociedade Fé e Vida (Vanda e Salomão)**  
**Mística de abertura do II Seminário de Mapeamento Social.**  
**Cuiabá, MT. Em 06 de outubro de 2010.**

O belo se mostra visível em Mato Grosso (MT), o Estado Brasileiro localizado no centro da América do Sul que abarca diversas regiões com características singulares: o Vale do Araguaia, o Parque Indígena do Xingu, na transição da Amazônia e o Cerrado; as regiões de áreas úmidas, dentre outras regiões, estão distribuídas nos biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Entre estes ecossistemas, inúmeros ecótonos demarcam a beleza natural da transição, da sucessão e da permanência da paisagem. E, nesses ambientes diversos, muitas vezes, esconde-se o rico mosaico cultural de identidades interagentes nos territórios. No entanto, as políticas públicas do Estado, desconsideram que MT é um dos Estados Brasileiros com maior diversidade sociocultural, evidenciada nas diferentes particularidades dos povos que nele habitam: indígenas, quilombolas, agricultores familiares, seringueiros, pescadores profissionais/artesanais, ribeirinhos, retireiros do Araguaia, dentre outros grupos que se espalham pelo território, revelando a multiplicidade das nossas identidades. Importante salientar que, muitos destes grupos sociais ainda estão invisibilizados ou pouco conhecidos. Portanto, da visibilidade da paisagem exuberante, escondem-se identidades que estão à mercê do descaso histórico e sofrem com o avanço da economia hegemônica do agronegócio.

Com esta pseudo-invisibilidade, muitos grupos sociais não estão sendo contemplados na elaboração de políticas públicas. Um exemplo disso pode ser percebido nas políticas que visam o ordenamento territorial do Estado, como o projeto de Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso (ZSEE-MT). Em seu processo de construção o ZSEE-MT, elaborado pelo executivo, representava um valioso instrumento territorial de consistente proposição econômica e ecológica. Porém, revelava fragilidades em seu componente social, não reconhecendo a diversidade de grupos sociais que compõem a paisagem do estado.

No momento em que o projeto do zoneamento foi apresentado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) à sociedade civil de MT, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) fez uma consideração a fragilidade do componente social da proposta. Na tentativa de superar tal fragilidade, foi elaborado um projeto para a realização do “mapeamento social”, proposto e concretizado pela liderança do GPEA com a importante contribuição de diversos parceiros desta proposta. Citamos os devidos agradecimentos: ao Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), à Rede Mato-grossense de Educação Ambiental

(REMTEA), à SEPLAN, ao Instituto Caracol (iC), ao Fórum de Luta de Entidades de Cáceres (FLEC), ao Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada aos Povos e às Comunidades Tradicionais [CNPT], ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ao Instituto Maiwu, à Rede de Povos e de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, à Rede Mato-grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais (REMARPCOMTRA), ao Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Mato Grosso (CJ-MT), à Sociedade Fé e Vida, à Revista Sina, à Operação Amazônia Nativa (OPAN), à Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental (ARPA), ao Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) e ao Instituto Nacional de Áreas Úmidas (INAU). Em nossos seminários contamos com o importante apoio da SEMA, da SEPLAN, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e uma importante articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso (MST-MT), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Assim, iniciou em 2008, uma ousada proposta de construir o “Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso – Brasil”, na forma de projeto de pesquisa, contamos com importante fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). A proposta do projeto era evidenciar os grupos sociais do estado com suas identidades e seus territórios, suas culturas e suas múltiplas sensibilidades, bem como, seus processos de conflitos e injustiças ambientais. Esses grupos lutam contra as injustiças ambientais que ocorrem em seus territórios. Injustiça ambiental, aqui compreendida, como a forma desproporcional que os danos ambientais recaem sobre grupos minoritários (ACSELRAD, 2004a; MARTINEZ-ALIER, 2007).

Inserida neste projeto, esta tese considera que “as pesquisas na dimensão da paisagem requerem as consideração dos atores sociais que agem e interferem em todo o sistema” (SANTOS et al., 2009, p. 04). Desta forma, é nosso objetivo nesta pesquisa identificar e registrar as **identidades de resistências** que lutam para sair da invisibilidade e serem considerados nas políticas públicas deste Estado. Buscamos compreender as identidades destes grupos sociais (*HABITANTES*) e seus modos de vida (*HÁBITOS*) referi-las nos espaços naturais-históricos-sociais onde vivem e constroem

seus significados e seus territórios (*HABITAT*). Além disso, buscamos também compreender como as identidades destes grupos se constroem, se destroem e reconstroem frente às alterações dos *habitats*.

Ancorados nesta tríade *habitantes-hábitos-habitats*, acreditamos que outra contribuição importante deste trabalho está em evidenciar as identidades destes grupos portadores de saberes e de práticas ambientais relevantes, para os projetos de construção de sociedades sustentáveis. No decorrer desta tese, buscamos ainda registrar as identidades, em labutas, sonhos e ações cotidianas que pulsam nas opções de vida e evidenciam racionalidades, territorialidades diferenciadas na relação sociedade/natureza.

Os grupos mapeados assemelham-se aos mencionados em muitos trabalhos e ensaios recentes, sendo vários os termos utilizados para identificá-los: grupos excluídos, de inclusão precária, minoritários, invisíveis, refugados, marginalizados, oprimidos, vulnerabilizados, residuais, periféricos e, tantos outros codinomes.

Nosso lócus de estudo é o Estado de MT, cujo território passou por um processo de colonização que o levou a conversão de extensas áreas de Cerrado e, mais recentemente, das áreas de floresta Amazônica em pastagens e monoculturas, isto vem se configurando em uma atualização das práticas coloniais dos projetos desenvolvimentistas do “sistema-mundo-moderno/colonial”<sup>1</sup>.

O agronegócio em MT vem impondo um ordenamento dos territórios que forjam os espaços como “vazios demográficos”, invisibilizando os povos e grupos sociais que são ignorados pelo sistema hegemônico. Com a negação do Outro, vários grupos sociais foram invisibilizados pelos padrões hegemônicos do desenvolvimento. Pode-se encobri-los, porém, não se pode enterrar essas particularidades que despontam com suas lutas e resistências. E, hoje, essas forças históricas, caladas durante séculos, mas nunca apagadas, emergem e se fortalecem na luta pelo seu reconhecimento.

Intrínseco a esta luta, os modos de vida destes grupos sociais apresentam uma forma peculiar de convivência com o ambiente; muitos destes povos vêm resistindo às crescentes pressões no entorno de seus *habitats*, onde formam, em algumas vezes, ilhas de conservação ambiental. Com o advento tecnológico, especialmente, dos programas de

---

<sup>1</sup> O termo “sistema-mundo-moderno/colonial” foi lançado por Walter Mignolo (2003; 2005; 2008) para caracterizar a retórica de poder do universalismo europeu. Termo também mencionado por (PORTO-GONÇALVES, 2004), que nos reforça que a modernidade se constitui no mesmo movimento que constitui a colonialidade. E Aníbal Quijano (2005) nos aponta que na América Latina o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade.

monitoramento de satélite e sistema de coordenadas geográficas, é possível visualizar estas ilhas de conservação quando o limite das áreas deste grupo fica com suas fronteiras claramente definidas no “choque territorial” (LITTLE, 2002), com as frentes de expansão das áreas de monocultivos.

O mapeamento destas identidades aponta-nos que poder, conflito e resistência são fatores marcantes na história destes grupos sociais. É possível apontar que a resistência é um fio condutor destas identidades. Uma resistência que teve seu legado, por vezes, na práxis da ruptura da contracultura<sup>2</sup>. Portanto, os grupos sociais pesquisados neste estudo se situam em um local de agressão, mas sobremaneira, resistem aos processos hegemônicos de dominação dos espaços, especialmente, na luta pela apropriação na defesa de seus territórios frente a usurpação por parte do estado e de demais grupos vinculados a este (LITTLE, 2002).

Sabemos que as identificações, além de plurais, não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. Identidades são, pois, identificações em curso (SANTOS, 1993). “Identidade [...] sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha” (BAUMAN, 2005, p. 83). Stuart Hall (2003, p. 85) concorda que “as identidades são construídas no interior das relações de poder”.

As identidades, de acordo com Castells (1999, p. 22-25), ocorrem em meio a um processo de construção de significados, tendo como base a experiência de um determinado povo. Ainda segundo o autor, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída; na luta pela defesa de seus territórios e identidades, esses grupos foram reforçando o limite de “[...] uma resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável” (p.25). Para Porto-Gonçalves (2001, p. 130) as identidades são de *r-existência*, “posto que não só lutam para *resistir* contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar.”

Diversos autores têm abordado a noção de identidade, cada qual trilhando em diferentes áreas do conhecimento, conferindo um mosaico colorido acerca do tema e

---

<sup>2</sup> A contracultura surgiu no final dos anos 60 e se tornou conhecida pelo “movimento hippie” abrigado em seu interior. Estes movimentos trouxeram à tona temas que vinham sendo escamoteados da opinião pública, como: os padrões hierárquicos de poder, a ausência de democracia, a homogeneização do pensamento norte-americano, a intolerância com os diferentes e os padrões insustentáveis de desenvolvimento (CHASSOT, 2004; SATO; PASSOS, 2003).

contribuindo ao debate multidisciplinar de que a identidade cultural se interliga ao campo do território, da memória e da temporalidade.

As obras de Michel de Certeau sensibilizam-nos a reconhecer a invenção do cotidiano, a sabedoria, as artes de fazer, as lutas dos grupos chamados por ele de ordinário, ou cultura comum, reconhecendo na invenção e re-invenção das táticas silenciosas e sutis de resistências que se passam nos minúsculos espaços sociais a contraposição aos sistemas dominantes. “A cultura comum lança caminhos plurais para fugir de seus amos, sonhar com a felicidade, enfrentar a violência, provar as formas sociais do saber, dar nova forma ao presente e realizar essas viagens do espírito sem as quais não há exercício da liberdade” (CERTEAU, 1994, p.342). Este autor nos afirma que os mecanismos de resistência são os mesmos, de uma época para outra, já que continua vigorando a mesma distribuição desigual de forças. Na contemporaneidade, há um fortalecimento de uma dimensão coletiva desta resistência. A luta pela visibilidade fez com que os grupos sociais buscassem defender seus direitos e por meio das identidades coletivas que, em diferentes situações, emergem de lutas diversas, “[...] é o reconhecimento desta diversidade que permite a emergência de novos espaços de resistência e luta e de novas práticas políticas” (SANTOS, 2003, p. 39).

Estudos sociológicos contemporâneos convidam a repensar os grupos sociais validados pelas suas autodenominações, ou seja, são as pessoas que se definem e se aproximam às identidades dos grupos sociais específicos. Assim, consideramos os conceitos de grupos sociais, por acreditar ser uma denominação mais inclusiva e abrangente no espectro étnico das identidades construídas. Assim, o mapeamento dos grupos sociais de MT não se refere apenas aos povos e comunidades tradicionais, mas aos diferentes grupos distribuídos nos territórios mato-grossenses, que lutam pelo reconhecimento e pelo fortalecimento de suas identidades. São grupos que na invenção e na reinvenção das resistências tornaram-se protagonistas de lutas em distintas frentes.

O Estado de MT, historicamente, passou, e ainda passa, por um processo de ocupação de seus territórios que gera novas frentes de expansão da fronteira agrícola produzindo um conjunto próprio de “choques territoriais” e provocando novas “ondas de des-territorialização e re-territorialização” (DELEUZE e GUATTARI, 1995; LITTLE, 2002). Assim se efetivou o avanço da frente de ocupação dos territórios deste Estado, reflexos da ocupação de um país, em que a propriedade da terra, durante todo o percurso histórico foi motivo de disputas, em função da dominação territorial e dos

distintos modos de relacionamento com o ambiente. Neste processo, a meta parecia ser arrasar a vegetação, eliminar as espécies e impor um interesse da produção voltada para o lucro imediato.

As consequências sofridas pelo modelo de ocupação atingiram diretamente os grupos sociais diversos, que vivem neste Estado e que tem suas bases de vida e de resistência fortemente conectadas ao ambiente com todas suas peculiaridades, lutando pela sobrevivência do ambiente local e de suas culturas. Estes choques extinguiram não apenas as espécies vivas, mas interferiu e destruiu, em alguns momentos, as identidades, as culturas e as alternativas de vida mais sustentáveis.

Estes temas serão abordados com mais tenacidade nesta tese no **Capítulo 2. Terra Nullius: eram os espaços vazios?** Que trará ao nosso debate uma reflexão sobre o processo histórico de ocupação do Estado de MT. Neste momento, buscaremos a compreensão sobre a “*terra nullius*” e os “espaços vazios”; como também, sobre os acontecimentos recentes na plataforma política estadual, os quais denunciam mais um capítulo deste histórico de forças desiguais de poder nas estratégias políticas de manipulação de um instrumento político. Neste momento, mostraremos ainda, as interfaces políticas de elaboração e de aprovação do projeto de lei nº 273/2008 que institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de MT, bem como, seu principal instrumento, o ZSEE-MT.

O **Capítulo 3. Caminhos Metodológicos** abordará o caminho inicial desta proposta e quais trajetórias tomamos para a sua realização. No início deste percurso, a metodologia adequada ainda era um grande desafio a ser superado, pois a revisão da literatura não nos auxiliava a consolidar qual metodologia conseguiria atender a demanda. Mas, por meio de várias leituras e estudos, finalmente, uma metodologia intitulada de MAPA SOCIAL foi criada pelo GPEA com o objetivo de dar visibilidade aos grupos sociais invisíveis na proposta de ZSEE-MT.

Assim, no ano de 2008, o GPEA promoveu o *I Seminário de Mapeamento Social* ocorrido em Cuiabá-MT, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2008. O Seminário reuniu 250 lideranças, oferecendo um rico cardápio que revelou as diversidades culturais do Estado de MT, somando 65 grupos sociais/instituições representados no encontro. Na continuidade destes estudos, o GPEA e os parceiros desta proposta seguiram realizando estudos de campo, produção do “Mapa dos grupos sociais de Mato Grosso” e “Mapa dos

Conflitos ambientais de Mato Grosso”, reuniões e articulações que culminaram na realização do II Seminário.

O II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso foi realizado no ano de 2010, entre os dias 6 a 9 de outubro, no Centro Cultural da UFMT, campus de Cuiabá. O seminário buscou a articulação dos diversos grupos e das instituições do Estado para promover e complementar o mapeamento social já iniciado. Estiveram reunidos nestes dias mais de 250 participantes. Destes, aproximadamente, 110 são lideranças que representam povos indígenas, povos quilombolas, comunidades tradicionais, acampados, assentados, agricultores familiares, cooperativas, movimentos, sindicatos, redes e grupos sociais diversos.

Numa abordagem mais etnográfica foram realizadas pesquisas de campo com observações participativas, realização de entrevistas semi-estruturadas, oficinas e reuniões com alguns grupos pesquisados. De forma mais direta nosso contato com os grupos foram sendo oportunizados por meio de projetos de pesquisas realizados pelo GPEA e seus parceiros.

A coleta de dados desta tese contou com as autonarrativas dos representantes de vários grupos sociais do Estado participantes dos seminários e registrados nas pesquisas de campo. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas, consulta a dados secundários, tais como sites e relatórios técnicos. Após a coleta de dados, fizemos a digitalização dos dados coletados formando um banco de dados em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), utilizamos o programa de computador ESRI ArcGis/ArcMap (versão 10.0).

Os resultados destes seminários são apresentados e discutidos com afincos no **Capítulo 4. O mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso - Brasil**, onde apresentaremos o mapeamento dos diversos grupos sociais do Estado de MT, buscando a compreensão das identidades destes grupos, seus modos de vida e dos espaços em que vivem e constroem seus significados. Neste capítulo buscamos responder: Quais são estes grupos sociais no estado de MT? Como se autodenominam? Onde estão localizados? Como estas identidades vêm resistindo a crescente alteração das paisagens e *habitats*? Isto tem interferido em suas identidades? De que forma? Quais são estes processos de resistência aos processos hegemônicos da massificação do mundo-moderno/colonial?

As identidades mapeadas estão registradas neste trabalho embasadas em cinco dimensões: 1. tradição; 2. local da cultura e *habitat*; 3. labor, trabalho e produção; 4. *driving forces* e desenvolvimento e; 5. escolhas e/ou filosofia de vida. O *primeiro eixo* versa as identidades construídas nas condições tradicionais, sociais e étnicas; o *segundo eixo* apresenta as identidades que tem uma ligação com o local onde a cultura manifesta-se, ligados aos territórios e ainda dependentes do *habitat* pertencente; o *terceiro eixo* traz as identidades construídas nas relações com o trabalho, peculiarmente, os grupos que tem seus trabalhos com estreita relação com a natureza ou modos de subsistência; o *quarto eixo* inclui as identidades dinamizadas em função das *driving forces*, identidades de grupos atingidos pela lógica de grandes projetos desenvolvimentistas; o *quinto eixo* são grupos que possuem identidades construídas em algum movimento, lazer, arte, escolha identitária e/ou filosofia de vida. Não pretendemos criar fronteiras rígidas nesta classificação, portanto, ressaltamos que as cinco dimensões apresentadas se interconectam de maneira dialética, pois, muitas identidades tocam-se e se remodelam nesta construção identitária devido à sua pluralidade e fluidez.

Ao final deste capítulo, subsidiados pelo uso de tecnologias de processamento de dados georeferenciados apresentamos uma espacialização das identidades descritas, composta pelo mapa dos grupos sociais de MT que emerge frente à necessidade de registrar e mapear estes sujeitos nos territórios mato-grossenses, evidenciando assim, o rico mosaico das identidades que resistem em nossos territórios.

No **Capítulo 5. As *driving forces* do des-envolvimento e suas interferências nas identidades em Mato Grosso** trazemos as nossas reflexões sobre as forças motrizes (ou *driving forces*) que formam um ciclo vicioso de ocupação dos territórios em MT, enfatizamos ainda, o processo pelo qual as identidades mapeadas vem se construindo, se desconstruindo e se reconstruindo frente às alterações dos *habitats* e territórios.

Na perspectiva supracitada, apresentamos as questões que conduziram nossas compreensões partindo das seguintes indagações: as alterações nas paisagens alteram também as culturas? Como estas mudanças têm interferido nas identidades destes grupos mapeados? De que maneira? Há identidades que surgem como consequência das chamadas *driving forces* do desenvolvimento? Quais?

Neste contexto, abordaremos alguns estudos de caso de grupos sociais que tiveram interferências das *driving forces* e dos projetos de desenvolvimento em suas

identidades, como o povo indígena Chiquitano e os seringueiros da RESEX Guariba & Roosevelt, habitantes dos domínios da Floresta Amazônica mato-grossense; os povos quilombolas de Mata Cavalo, habitantes de uma área de Cerrado; e os pantaneiros de São Pedro de Joselândia, cuja identidade de fez nos ciclos hidrológicos das planícies do Pantanal. Além disso, apresentamos ainda, outro estudo de caso que apontará como uma identidade surge na consequência de uma *driving force*, como o surgimento dos Atingidos por Barragem, após o confronto des-territorializador da construção da Usina Hidrelétrica de Manso que foi inaugurada em 1998.

Os estudos de casos apresentados neste capítulo nos apontam que as *driving forces* e os projetos de desenvolvimento têm interferido nas identidades dos grupos pesquisados. Especialmente, a destruição e a fragmentação dos *habitats* vêm descaracterizando os ambientes e destruindo as bases naturais que são fontes de vida destes grupos, como também, importante pelo seu papel mítico na construção das identidades. Os bens e os serviços ambientais são imprescindíveis para a manutenção da vida, das identidades e dos hábitos dos grupos sociais. A conservação dos *habitats* é essencial para a continuidade das identidades destes grupos.

Hoje, o mapa social constitui-se como um campo capaz de contribuir com as políticas públicas de forma inclusiva, participativa e ecológica. Assim, o **Capítulo 6. Territórios de esperanças** vem apresentar alguns frutos colhidos neste processo. E, reforçar nossos desejos de que os espaços de debates e de diálogos originados possam corroborar na luta dos diversos grupos sociais pelos seus direitos coletivos, seus diversos modos de vida e diferentes significações na resistência da defesa de suas identidades e dos seus territórios. O mapeamento dos grupos sociais, apresentado neste estudo, constitui-se como plataforma política de luta dos segmentos sociais vulneráveis. É defendido também como um reconhecimento a diversidade destes segmentos, que são conscientes de suas belezas e densidades de vida, vistos por nós como a resistência mais sólida contra a degradação dos ecossistemas. Assim, esperamos contribuir com o fortalecimento dos diálogos entre grupos, entidades, movimentos, lideranças e sujeitos sociais.

No título desta tese, entretanto, esclarecemos que não temos nenhuma pretensão em preencher todos os “espaços vazios” com a identificação dos sujeitos que ocupam estes territórios. A “*terra nullius*” continuará existindo com seus mistérios.

Acreditamos que a realização deste estudo contribui como instrumento de políticas públicas na aliança da proteção ecológica dos ecossistemas mato-grossenses e às vidas humanas que vivem sobre elas. Compreender a maneira como as identidades projetam-se nos territórios mato-grossenses, entrelaçadas no bojo da dinâmica socioambiental coletiva, pode ser um indicativo que corrobora com a necessidade de aliar cultura e natureza à formação de políticas públicas que complementem a abrangência conceitual do ecossistema. É, sobremaneira, a tentativa de se dar cor, de reconhecer a existência dos grupos socialmente invisíveis que padecem de carências, mas que pintam suas vidas com o colorido da promessa e do devir de uma vida mais digna e sustentável.

## Capítulo 2. TERRA NULLIUS: ERAM OS ESPAÇOS VAZIOS?

---

É sempre bom lembrar  
Que um copo vazio  
Está cheio de ar.  
É sempre bom lembrar  
Que o ar sombrio de um rosto  
Está cheio de um ar vazio,  
Vazio daquilo que no ar do copo  
Ocupa um lugar.  
É sempre bom lembrar,  
Guardar de cor que o ar vazio  
De um rosto sombrio está cheio de dor.  
É sempre bom lembrar  
Que um copo vazio  
Está cheio de ar.  
Que o ar no copo ocupa o lugar do vinho,  
Que o vinho busca ocupar o lugar da dor.  
Que a dor ocupa metade da verdade,  
A verdadeira natureza interior.  
Uma metade cheia, uma metade vazia.  
Uma metade tristeza, uma metade alegria.  
A magia da verdade inteira, todo poderoso amor.  
É sempre bom lembrar  
Que um copo vazio  
Está cheio de ar.

Copo Vazio  
Música de Chico Buarque.  
Com composição de Gilberto Gil.

## 2.1. *Terra Nullius* e os “Espaços Vazios”: a retórica da integração nacional

No percurso histórico brasileiro soma-se mais de quinhentos anos de conflitos e confrontos, numa construção de um país marcado pela opressão, pela dominação, pela expropriação e pelo extermínio de inúmeros povos que foram relegados e/ou colocados à margem da história oficial. Ao desembarcar no Brasil desde os idos de 1500, os portugueses iniciaram em nosso país uma forte ocupação colonialista que se pautou em subjugação cultural e econômica na busca de promover uma integração forçada dos povos que aqui viviam. “Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram” (OLIVEIRA, 1994, p. 15).

Se não bastasse, o cenário acima descrito, a nossa história também é marcada pela opressão e pela dominação de homens e mulheres que foram trazidos para o Brasil para servir de mão-de-obra escrava ao longo de mais de três séculos, prática que se estendeu pelos anos de 1530 a 1850. Neste período, os portugueses trouxeram inúmeras escravos de suas colônias africanas para o Brasil. Chegando à colônia brasileira, os negros descendentes dos grupos Bantos (vindos do Congo, Angola e Moçambique) e Nagôs (vindos do Daomé, Nigéria e Sudão) foram os que mais influenciaram a nossa cultura (VIDAL, 2004). Vendidos pelos mercadores, como se fosse um povo sem identidade, os negros eram obrigados a “esquecer” as culturas e as origens e se “converterem” à fé de seus senhores (FREYRE, 1998).

As novas terras conhecidas pelos europeus depois das viagens de Colombo tornaram-se parte do novo conceito denominado da *terra nullius* ou *domicilium vacuum* - os territórios nominalmente inabitados da Terra (DANNENMAIER, 2008; BALLÉ, 2008). *Terra nullius* é uma expressão latina que segundo Boaventura de Souza Santos foi utilizada pelos juristas europeus para justificar esta ocupação dos territórios do Novo Mundo; foi o conceito de vazio jurídico que justificou a invasão e ocupação dos territórios indígenas no Brasil (SANTOS, 1993; 2007).

*Terra nullius* seriam terras vazias? Espaços vazios? Este legado civilizatório eurocêntrico do colonialismo se consagrou na retórica nacionalista brasileira da dominação, da exploração e da ocupação dos “espaços vazios”; é isto, a modernidade intitulou o desconhecido como “vazio”, e assim, esta pseudoneutralidade possibilitava qualificar o vazio, conforme ideologia, olhar político, crença ou verdade dos grupos

dominadores. Os processos de ocupação dos ditos “espaços vazios”, no Brasil e em MT, são heranças da modernidade em sua noção desenvolvimentista, com a mínima ou nenhuma preocupação socioambiental.

Essa expropriação dos bens naturais e dos grupos que viviam neste estado foi fundamentada em grande parte na ideologia da existência de “recursos naturais” inesgotáveis e da quase obrigação de sua exploração. O slogan dos “espaços vazios” remetia à noção da necessidade de ocupação dos territórios mato-grossenses, em especial, para ocupar os “vazios demográficos” da Amazônia. E, assim, essa região foi sendo incorporada de maneira compulsiva, apoiada no discurso nacionalista da necessidade de progresso e da busca por integração e por segurança nacional (BARROZO, 1992; SIQUEIRA, 2002)

Para uma maior compreensão de como se deu a dinâmica de uso e de ocupação dos territórios mato-grossenses, vamos apresentar uma síntese das políticas de colonização e os processos migratórios que as seguiram. O objetivo aqui não é apresentar uma investigação minuciosa da história do estado de MT, mas sim, situar a problemática dos grupos sociais frente aos processos migratórios e as intervenções políticas de ocupação destes territórios, assim como, suas consequências aos ecossistemas do Estado.

## **2.2. Os processos de ocupação do Estado de Mato Grosso**

As identidades construídas em MT remetem-nos ao processo anterior da história de colonização, pois antes das chegadas dos colonizadores em nosso estado as populações indígenas que aqui viviam eram numerosas e habitavam extensas áreas nos Cerrados, nos Pantanais e nas Florestas Amazônicas. A resistência de muitos destes povos à invasão de seus territórios provocaram confrontos e um conseqüente extermínio de muitos destes grupos, seja pela escravidão ou pelos confrontos físicos que ocorreram.

Registra-se que nos anos de 1700 os bandeirantes chegaram à busca de mão-de-obra escrava para a comercialização nos principais centros mercantis da colônia. Neste período, a ocupação deste território foi impulsionada pela descoberta das minas de ouro nos rios Coxipó e Cuiabá pelos bandeirantes.

A lei imperial n.º 601, conhecida como **Lei de Terras** de 1850 estabeleceu a compra como a única forma de aquisição de terras, sua institucionalização foi um retrocesso na regularização fundiária e na possibilidade de democratização de acesso a terras. Depois desta lei, as terras ganham o caráter de mercadoria e só a compra e a sucessão legitimavam a posse e o acesso legal à terra (FERRARO, 2008; SIQUEIRA, 2002). Neste período, o governo do Estado de MT concedeu terras gratuitamente a quem quisesse nelas trabalhar. O objetivo era atrair pequenos produtores, que poderiam também servir de mão de obras às grandes propriedades (BARROZO, 1992, p. 7).

Um pouco mais tarde, a expansão para o Oeste do Paraná, nos anos 1930, foi seguida pela Marcha para o Oeste, programa implantado pelo governo ditatorial de Vargas (1930/1945) em 1937 que estimulou processos migratórios para outras regiões do país, especialmente, para os Estados de Goiás e MT. De acordo com Siqueira (2002, p. 229) a Marcha para o Oeste:

[...] tinha como meta fazer que as fronteiras econômicas e políticas convergissem e, para isso, era necessário que a nação se constituísse territorialmente num bloco homogêneo. Tornava-se, portanto, essencial povoar os “espaços vazios” e promover sua integração política.

Em 1950 foi promulgado o primeiro **Código de Terras** de MT, que ampliou e facilitou o processo de venda de terras devolutas. Neste período, foram implantados cerca de 30 núcleos oficiais de colonização, sendo 23 em áreas do atual território de MT. Nos anos que se seguiram, o Estado firmou contrato com 29 empresas particulares de colonização, estabelecendo concessões de terras públicas. Além disso, incentivou a colonização particular por meio de distribuição gratuita de lotes. Estes projetos de colonização deram origem a dezenas de cidades (MORENO; HIGA, 2005).

Em 1960, a construção de Brasília como nova capital federal no Planalto Central, incentivou diretamente o povoamento massivo da região. Imbuído da idéia de que o território mato-grossense ainda estava pontilhado com imensos “vazios demográficos” (SIQUEIRA, 2002, p. 232).

Nos anos 60 e 70, a construção das primeiras grandes estradas amazônicas – Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Rio Branco – teve a função de dar acesso à vasta região norte para novas frentes de ocupação: colonos, garimpeiros, fazendeiros, comerciantes e grandes empresas procedentes de outras regiões do Brasil (LITTLE, 2002).

De 1966 a 1978, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) realizou as políticas de venda direta por meio de licitação ou concessão do governo, de regularização fundiária de antigas colônias agrícolas estaduais implantadas nas décadas de 1940 e 1950 e de legitimação de posse e de reconhecimento de domínios particulares (CAVALCANTE; FERNANDES, 2006, p. 114).

Com a implantação do regime militar em 1964, uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do **Estatuto da Terra** pela Lei n.º 4504/64, por meio da qual se visava a modernização do campo mediante o aumento da produção e da produtividade. Seguiu-se a industrialização da agricultura, com a presença de grandes empresas nacionais e internacionais, além da concentração acelerada de terra e da riqueza produzida (SILVA, 2004, p.21). Neste período, a ocupação dos territórios mato-grossenses foi impulsionada pelo governo militar, sob o manto de discursos nacionalistas, que impulsionaram programas governamentais como: “Integrar para não entregar” e “Terras sem homens para homens sem terra” (BARROS, 2000).

A retórica da integração nacional fundamentou um modelo de desenvolvimento que assumiu uma ação política agressiva a partir da década de 70, a qual efetivou a aceleração do processo associado à urbanização e a industrialização que passou a alterar o ritmo e a forma de uso do território nacional. Deu-se início à ocupação da nova fronteira agropecuária no Estado em direção ao Cerrado e à Floresta Amazônica, especialmente para a expansão das áreas de pecuária e o plantio de soja. Contando ainda com programas de incentivo como Programa de Integração Nacional (PIN), Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e outros, que tiveram o intuito de favorecer um acelerado processo de ocupação territorial (AZEVEDO; PASQUIS, 2007).

É neste contexto que encontrava-se o território brasileiro nas duras décadas desenvolvimentistas, prontas a cumprirem as promessas de ordem e de progresso, delineadas na bandeira nacional: tratava-se de um grande espaço “vazio de identidades”, mas “cheio de recursos naturais a serem utilizados”; como se a natureza estivesse à mercê da implacável colonização humana.

### 2.3. A Fronteira Agrícola e o Ordenamento Territorial

Em nome do sentido de ocupação etilista anularam-se a presença de outras formas de ocupação dos espaços, reflexo de uma dominação colonial que alimenta e reproduz as desigualdades, numa “lógica dos capitais” oposta à “lógica dos povos” (SOUZA-FILHO, 2003, p. 108), que se fez no contraponto do “espaço como lugar de viver (*habitat*)” e o “espaço como lugar do negócio (mercadoria)” (MAZZETTO, 2005, p. 241).

Nesse contexto de uma crescente mercantilização e privatização dos bens da natureza, os movimentos migratórios gerados foram, na maioria das vezes, acompanhados por políticas de colonização com pesados investimentos em infraestrutura que se espalharam por todo o território. “Os argumentos eram os mesmos, ocupar o ‘grande vazio’ demográfico e unificar política e economicamente o território nacional” (FERNÁNDEZ, 2007, p. 146).

Assim, nas últimas quatro décadas, a nominalmente equivocada “revolução verde” e a expansão do agronegócio no Estado, configurou-se em um modelo de produção que alterou as paisagens baseado na monocultura, na concentração fundiária, na mecanização pesada, no uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes, herbicidas e, cada dia mais, no plantio de transgênicos. Trata-se de uma produção que gera divisas para a sustentação do modelo econômico em curso, mas, que por outro lado, concentra terras, privatiza recursos, afeta os *habitats* e a biodiversidade, e estende seu poder também na política (SCHLESINGER, 2006).

Configurou-se assim, a mudança nas atividades agrícolas, motivada, sobretudo, pelo desenvolvimento das pesquisas de culturas agrícolas adaptadas aos solos de Cerrado e, em especial, à criação de cultivares de soja adaptados. Hoje, a cultura da soja e de outros grãos, com moldes de manejo altamente mecanizados, ocupa grande parte do território da região de Rondonópolis e de Primavera do Leste (Planaltos Taquari/Alto Araguaia e dos Guimarães); da Chapada e do Planalto dos Parecis (Tangará da Serra, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Novo dos Parecis, Diamantino) e ao longo da rodovia BR-163 (Sorriso, Tapurah, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sinop); transformando ambientes de Cerrado e avançando a cada dia para as regiões norte do Estado em áreas de florestas da Amazônia ampliando a chamada fronteira agrícola (COUTINHO, 2005, p. 46).

De uma forma ou de outra, esses processos migratórios estimularam a degradação ambiental e atingiram os diversos povos que aqui habitavam, deixando um grande ônus ambiental às populações locais, “[...] já que as dimensões humanas e naturais não estão indissociadas e se conectam entre si” (SANTOS et al., 2009, p. 6). Onde o agronegócio impera, temos um quadro devastador de injustiças ambientais, “campos ricos de grãos e pobres de gente e cultura” (VAILANT, 2005, p. 5). O estado vive um modelo de desenvolvimento que tem colocado as terras mato-grossenses a serviço do mercado internacional e gerado um grande ônus ambiental tais como: uso excessivo de agrotóxico, perda e contaminação do solo e das águas, erosão genética de uma agricultura de uma só espécie, e muitos outros impactos.

Há, assim, mais desterritorialização de injustiça ambiental, procurando os pontos de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1995), para que a reterritorialização esboce um mapa que consiga fazer emergir a proteção ecológica no berço das lutas sociais; são muitos os desafios contemporâneos à sustentabilidade socioambiental.

### **2.3.1. O zoneamento socioeconômico ecológico de Mato Grosso**

Como relatamos acima, a história de ocupação em MT reflete um processo de mais de três séculos caracterizado pelos intensos conflitos na disputa pelos territórios. Isto demonstra que a questão agrária no Brasil e em MT sempre foi conflituosa e estes choques de temporalidades e de territorialidades se estenderam ao longo dos processos históricos de ocupação do estado. E hoje, ainda, temos um estado prenhe de conflitos e injustiças ambientais.

Ao longo de anos foram sendo criados um emaranhado de leis e de decretos que serviu de suporte político para implantar e fortalecer o latifúndio no Estado, em detrimento às pequenas propriedades. Estas manipulações políticas vieram selar o compromisso dos governantes com as classes empresariais rurais (MORENO, 2007). Aliás, em muitos casos, a força política deste Estado vem sendo formada pelos grandes agropecuarista que visam uma:

[...] articulação entre o poder político e o poder econômico, sustentada pelos mecanismos institucionais e jurídicos, que permitiu a transformação das terras devolutas e públicas no Estado em propriedades privadas, fortalecendo, de um lado, a estrutura fundiária existente e, de outro, criando as condições necessárias para a territorialização do capital. Não se pode entender a questão fundiária em Mato Grosso hoje, sem passar pela análise dessa articulação que

se revestiu de múltiplos interesses, tendo como motivação essencial a extração da renda fundiária de seu território (MORENO, 2007, p. 288).

Recentemente, no Estado presenciamos mais um capítulo deste histórico das forças desiguais de poder nas estratégias políticas de manipulação de um instrumento político, neste momento, o projeto de Lei nº 273/2008 que institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de MT, tendo como principal instrumento, ZSEE-MT.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) foi criado em 1990 como um programa do Governo Federal brasileiro para implementar uma política de ordenamento do território, o plano compreendia inicialmente apenas a Amazônia Legal, mas, em 1992, teve a sua abrangência ampliada para todo o território nacional. A partir da segunda metade dos anos 80, o debate sobre o planejamento territorial na Amazônia passou a incorporar elementos do discurso ambiental, fazendo com que ganhasse força a remissão a uma racionalidade ecológica, apresentada como necessária ao ordenamento territorial da região (ACSELRAD, 2000). Regulamentado pelo Decreto Federal n.º 4.297/02, o zoneamento tornou-se um dos principais instrumentos para o ordenamento territorial que vem sendo muito debatido nos últimos 20 anos, mas ainda pouco implementado. Até o momento, apenas três Estados brasileiros concluíram e aprovaram os seus projetos: Acre, Pará e Rondônia.

Em consonância com as políticas públicas brasileiras, o Estado de MT busca o seu ordenamento de ocupação territorial. O ZSEE-MT tem uma longa jornada histórica, tendo o seu processo de construção iniciado em 1989. Após as mudanças e as orientações políticas de um governo para outro, o projeto foi engavetado, retornando como pauta nas discussões da sociedade mato-grossense apenas no ano de 2007.

Logo após a elaboração “final” por técnicos da SEPLAN e SEMA, o documento foi direcionado a uma comissão composta por 47 entidades, constituída conforme decreto estadual n.º 1.139, de 31 de janeiro de 2008. A referida comissão aprovou o projeto de lei e o Governo do Estado encaminhou para a Assembléia Legislativa (AL) para que fosse votado.

O projeto original foi elaborado ao longo de mais de 20 anos pelo executivo (SEPLAN-SEMA) e continha uma importante e reconhecida proposta na busca da sustentabilidade socioambiental do estado; pois, foi fruto de um demorado estudo que levou em consideração as potencialidades e fragilidades de cada região do estado e

propôs formas de usos, alternativas e medidas capazes de minimizar os impactos negativos gerados pela ocupação desordenada.

Vale salientar que, este projeto original passou nos últimos meses do ano de 2009 por vários embates políticos na AL. Apesar, de o Zoneamento Socioeconômico enfatizar a questão SOCIAL juntamente com a ECONÔMICA, os processos pelos quais o projeto de zoneamento passou na AL de MT, negligenciaram o componente social de sua proposta e enfatizaram o componente ECONÔMICO. Por isso, em uma postura crítica passaremos a nominá-lo neste trabalho apenas de Zoneamento ECONÔMICO-Ecológico de Mato Grosso (ZEE-MT), pois tem forte conotação econômica, mínima preocupação ecológica e, basicamente, invisibiliza o componente social.

Neste processo, foi então construída uma segunda proposta pelo relator da Comissão Especial de Meio Ambiente da AL, Alexandre César, conhecida como substitutivo 1, este levou em conta algumas das sugestões oriundas de 15 seminários temáticos e 15 audiências públicas, inclusive, com muitas reivindicações dos movimentos sociais. Esta proposta foi reconhecida e apoiada pela sociedade civil organizada.

No entanto, as lideranças partidárias representados pelo deputado Dilceu Dal Bosco lançaram a proposta de um substitutivo 2 feito com a mínima preocupação socioambiental, o que levou a um amplo movimento da sociedade civil na contestação desta nova proposta. Assim, em poucos dias, o substitutivo 2 foi substituído por uma nova proposta, que já estava pronta, apenas aguardando para ser lançada, e foi chamada de substitutivo 3, que também se configurou em um estudo nada sério e/ou transparente e, foi fruto de um processo autoritário e antidemocrático.

O substitutivo 3 configurou-se em proposta ilegítima que eliminou do mapa 14 terras indígenas em processos de identificação, delimitação ou demarcação; reduziu 41% das áreas de Elevado Potencial Florestal; reduziu em 73% de áreas propostas para a criação de unidades de conservação e privilegiou as atividades de agricultura mecanizada e pecuária, aumentando em 69% as áreas para estas atividades em relação ao substitutivo 1. O substitutivo 3 apresenta uma flexibilização de reserva legal em todo o Estado, inclusive nos ambientes florestais, de áreas frágeis e nos pantanais do Araguaia e do Guaporé. Configurou-se em um projeto que busca a legalização do avanço do agronegócio e caracteriza uma omissão do Estado em não ouvir os diversos setores da sociedade. Possivelmente, contará com a previsível desaprovação na Comissão

Nacional de Zoneamento e no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a já declarada postura contrária dos Ministérios Públicos (Estadual e Federal) e a avaliação negativa da comissão técnica do executivo (APARICIO, 2010).

O documento supracitado foi aprovado em primeira votação, na sessão do dia 30 de março de 2010. O que deturpa definitivamente o processo conduzido pelos diversos setores da sociedade mato-grossense ao longo de 20 anos e vem na contramão dos melhores esforços da política de gestão socioambiental do Estado.

De acordo com Acsegrad (2000), a literatura que trata da relação entre a cartografia e os sistemas de poder mostra que os mapas carregam não só um conjunto de retas, cores, signos e imagens retóricas, mas também, os imperativos territoriais dos sistemas políticos.

Ora, no caso do ZEE, ao contrário, trata-se de ‘mapas falantes’ por si mesmos, que se apresentam não como reflexos passivos do mundo dos objetos, mas como intérpretes do que alguns pretendem que seja ‘a verdade ecológica deste mundo’. Explicitamente, os mapas do ZEE ‘ordenam e dão ordens’. Com o mapeamento, um novo locus de negociação, confrontos e conflitos acerca do acesso aos bens naturais torna-se o centro da cena. O zoneamento “desencadeia uma reinterpretação dos direitos aos recursos que termina por se chocar com a idéia de um consenso que se quer fundado na ‘verdade ecológica do território’ (p. 7-9).

A proposta final do substitutivo 3 foi nomeada pela sociedade civil como o “mapa dos pesadelos” (Figura 2.1). Muitas vezes, o ZEE tende a ser um “instrumento de resolução preventiva de conflitos” que arbitra os modos tidos como legítimos de ocupação e de dominação do território. Por outras vezes, como está acontecendo em MT, ele virá acirrar ainda mais os conflitos ambientais, especialmente quando vem refletir a posição política e defender os interesses de apenas um dos setores da sociedade, revelando uma expressão espacializada de algum “modelo de desenvolvimento” (ACSERALD, 2000, p. 9).

Apesar de ampla participação da sociedade civil no processo de consulta pública do ZEE-MT as propostas dos diversos grupos sociais não foram atendidas e na contramão da democracia, os nossos ditos “representantes” transformaram os direitos de muitos em privilégios de alguns. O projeto final foi aprovado pela AL por 19 votos a favor e apenas um voto contrário. E foi, igualmente, sancionada integralmente pelo atual governador Silval Barbosa no dia 20 de abril de 2011.

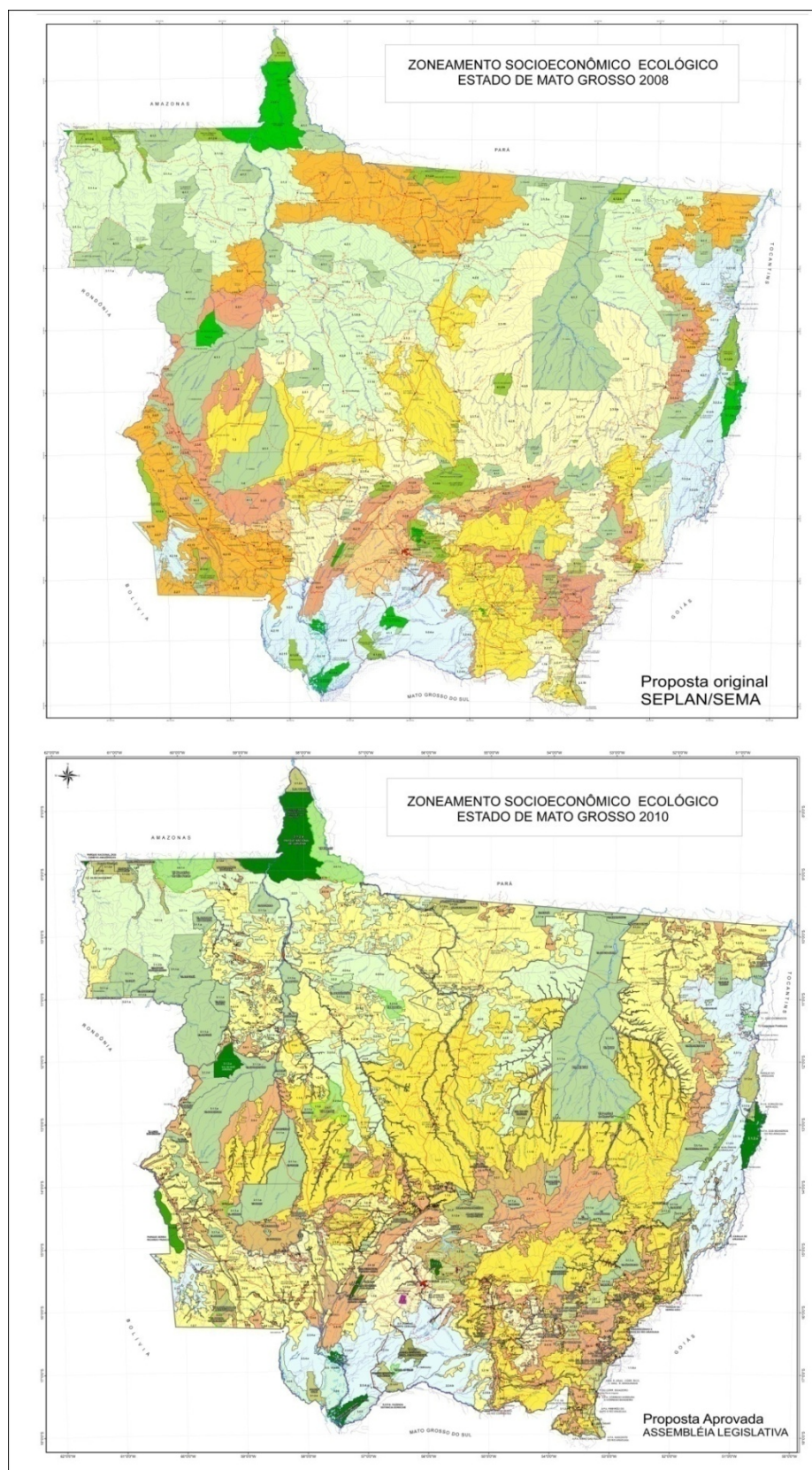


FIGURA 2.1 Mapas do Zoneamento Econômico-Ecológico de Mato Grosso (Proposta original SEPLAN-SEMA e proposta final aprovada pela Assembléia Legislativa) Fonte: Assembléia Legislativa, 2011.

Em MT, infelizmente, as quinze audiências públicas não foram uma garantia de que a sociedade civil fosse ouvida; muito menos, atendida. O projeto aprovado não reconheceu as diversidades de ocupação dos nossos territórios. Esta lei, na contramão da história, continuará conduzindo MT a um ordenamento territorial voltado exclusivamente para atender as necessidades de uma minoria hegemônica detentora dos privilégios do agronegócio, com nenhuma (ou a mínima preocupação) na preservação dos bens e dos serviços ambientais tão importantes para a sustentabilidade ambiental e social.

Tanto o projeto original proposto pela SEPLAN e SEMA, e principalmente, o projeto final sancionado pelo governador, significa uma perda aos povos tradicionais e grupos sociais vulneráveis, sempre em situações de riscos. Povos indígenas, agricultores familiares, assentados, canoeiros, artesãos, atingidos por barragens, quilombolas e tantos outros segmentos estão e estarão à mercê de um enorme descaso político.

O ZEE-MT ainda percorrerá as instâncias federais para sua aprovação final (ou não). Neste percurso, faz-se importante reafirmar os processos de participação social e as táticas de lutas e de inovações das diversas organizações de MT que constituíram o Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS) . Sem dúvida, este grupo é um dos grandes resultados de organização e de participação da sociedade civil. Por meio deste GT, as diversas organizações, movimentos e pessoas da sociedade civil tiveram a oportunidade de resistir contra a hegemonia do agronegócio, demonstrando claramente uma posição política de resistência.

O GTMS é uma proposta da sociedade civil em se organizar em uma esfera coletiva de luta que envolve mais de trinta entidades formado por redes, grupos, fóruns e movimentos socioambientais de todo o Estado. Nestes mais de três anos de existência, o GTMS organizou seminários; elaborou publicações; promoveu reuniões com promotores de justiça, procuradores e juristas; realizou atos públicos em protestos contra o processo de aprovação dos substitutivos do ZEE-MT; e, ampliou o processo de comunicação entre os grupos, entidades e movimentos sociais, criando sua própria lista de discussão *on line* (AMORIM, 2011). Além disso, o GTMS foi um importante parceiro na realização dos processos de mapeamento social, especialmente, na realização dos seminários de mapeamento social.

## **2.4. O MAPEAMENTO SOCIAL: eram os espaços vazios?**

Mato Grosso é um dos Estados brasileiros que possui uma imensa diversidade ecológica somada ao mosaico cultural de identidades interagentes nos territórios, evidenciado nas diferentes particularidades de vários povos: indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, seringueiros, pescadores profissionais/artesanais, ribeirinhos, retireiros, dentre outros grupos, espalhados pelo território, revelando a multiplicidade das identidades mato-grossenses.

Como relatamos no processo de ocupação deste estado muitos dos grupos sociais que aqui viviam foram historicamente sufocados pelos modelos de desenvolvimentos dominantes. E ainda hoje, muitos grupos sociais continuam invisibilizados ou pouco conhecidos e/ou reconhecidos.

A proposta do mapeamento social surgiu durante processo de consulta pública do ZEE-MT, ao constatar que o projeto elaborado pelo executivo representava um valioso instrumento territorial de consistente proposição econômica e ecológica. Porém, revelava fragilidades em seu componente social, não reconhecendo os diferentes grupos sociais que compõem a paisagem do Estado.

Este estudo vem questionar a forma de uso e de ocupação dos territórios mato-grossenses, com seus altos custos ambientais e étnicos, uma imensidão de injustiças ambientais e uma extrema desigualdade socioeconômica, seguidas de conflitos pela posse da terra, perda da autonomia do pequeno e comprometimento da qualidade de vida das populações locais. Vem, portanto, apresentar o mapeamento dos grupos sociais de MT como subsídios às políticas públicas para que o planejamento socioambiental do Estado possa considerar a riqueza de nossas paisagens e ambientes naturais, com seus fatores bióticos e abióticos. Porém, sem negligenciar as diferentes identidades que aqui habitam.

É preciso direcionar um olhar crítico, construtivo e compreensivo que, por detrás das cartografias desses territórios, existem grupos sociais diversos que merecem reconhecimento e políticas públicas específicas. Consideramos ser muito importante o estudo destes grupos, pois a partir destas pesquisas e compreensões é possível elaborar políticas públicas que venham fortalecer os grupos pesquisados e proteger os ecossistemas do estado de MT; pois, acreditamos que as “políticas públicas só serão

democraticamente construídas se houver intencionalidade específica em cada território que contemple as múltiplas identidades” (SATO et al., 2008, p. 6).

É fato que as comunidades foram relegadas e/ou colocadas à margem da história oficial, mas também é fato que pulsam e transpiram vida cultural de suas realidades. O modo de vida destes grupos vem demonstrando uma intrínseca relação com a natureza e, em muitos casos, a presença destes povos tem sido um importante aliado na preservação dos ecossistemas. Assim, vemos nas últimas décadas, a emergência destes protagonistas portadores de identidades coletivas e étnicas, que buscam num cenário de lutas, em especial por conflitos agrários e ambientais, reivindicar seus direitos coletivos por ambientes preservados.

O mapeamento dos grupos sociais apresenta estudos que buscam investigar os *habitats* e seus habitantes, seus territórios e identidades, evidenciando alternativas que possam fortalecer as políticas públicas que considerem a cultura como elemento intrínseco à ecologia; o mapa dos grupos sociais torna-se aqui uma contribuição para que o projeto de ZEE-MT considere o local da cultura, contribuindo à construção da Nação pelas narrativas de seus habitantes (BHABHA, 2003).

SANTOS et al. (2009, p. 3) ressalta que durante muitos anos o conceito de ambiente adotado na ecologia “tem sido estritamente associado aos ecossistemas naturais, com a proteção e a conservação dos recursos naturais privilegiando o estudo das interações específicas entre os componentes bióticos e abióticos”. Questionando este conceito os autores prosseguem:

“para a compreensão da complexidade ambiental associada a interação **humano-ambiente** é fundamental o exercício de uma abordagem abrangente que englobe uma visão contextualizada da realidade ambiental: **‘os componentes biofísicos e as condições sociais’**” (p. 4).

Conjuntamente com a terra (territorialidade) é que está o desejo desses povos de redesenhar sua cultura e sua identidade. É neste TERRITÓRIO de resistência, de luta, de sonhos e de esperanças que as identidades se constroem, se destroem e re-constroem. Retomando as discussões anteriores, questionamos: Eram os espaços vazios? Julgamos que não! Assim, esta pesquisa vem apresentar informações que apontam uma realidade complexa, denunciando que sempre existiram VIDAS e não, somente, “ESPAÇOS VAZIOS”. Esta diversidade sociocultural está descrita nas diferentes expressões identitárias dos múltiplos protagonistas que são portadores de distintas racionalidades, como demonstram as narrativas do mapeamento social.



## Capítulo 3. *CAMINHOS METODOLÓGICOS*

---

[...]

*yo no creo en caminos  
pero que los hay  
hay.*

*Paulo Leminski*

*Caminhos para São Pedro de Joselândia. Pantanal de Barão de Melgaço, Mato Grosso.  
Foto de pesquisa de campo em abril de 2011. Arquivo da pesquisadora.*

### 3.1. Os caminhos do Mapa Social

O enfoque investigativo deste trabalho tem como método central a abordagem qualitativa, que vem acompanhado pelas táticas metodológicas do mapa social e da sociopoética. A pesquisa qualitativa dá ênfase ao processo e não apenas ao produto final, além de permitir a compreensão do significado do fenômeno em seus contextos (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Alguns autores observam que a preocupação básica da pesquisa qualitativa é contextualizar o estudo numa realidade social dinâmica, intertextualizando relações, interações e implicações advindas, objetivando uma análise mais profunda e significativa dos sujeitos estudados (TRIVIÑOS, 1987; ALVES 1991; MINAYO, 1996).

Entre as diversas metodologias existentes no campo da cartografia social, há uma vasta experiência e enredos metodológicos similares. De cunho etnográfico bastante forte, a maioria busca compreender a cartografia local, estimulando que os povos desenhem seus próprios territórios, por meio de diferentes instrumentos, tais como, sistema de posicionamento global (GPS), imagens de satélite, fotografias, desenhos ou mosaicos, entre outras formas de expressar e representar o local. Imanente deste sentido cartográfico, o mapa dos grupos sociais apresenta o registro das múltiplas identidades desenhadas nos territórios geográficos do Estado de MT. Todavia, vale ressaltar que difere-se das demais regiões, por não enfatizar tanto a geografia local, mas os aspectos socioambientais por identidades autodenominadas em todo o estado.

No processo da construção do zoneamento em MT, embora a nomenclatura social estivesse presente, foi possível perceber uma enorme lacuna, limitando a dimensão social aos aspectos desenvolvimentistas. Neste contexto, a proposta de um mapa social foi idealizado pelos(as) pesquisadores(as). Inicialmente não tínhamos muita segurança sobre o método criado pelo GPEA, mas, reconhecíamos a importância de mapear e de registrar as identidades destes grupos, portadores de saberes e práticas ambientais relevantes, para os projetos de construção de sociedades sustentáveis, porém, ainda invisibilizados e com pouca influência nas formulações das políticas públicas.

A metodologia criada que, denominamos de **mapa social**, contou com as autonarrativas dos representantes de vários grupos sociais. Interessou-nos, assim, diagnosticar os diferentes grupos sociais, e, além disso, ouvi-los para que, na narrativa de autodenominação compreendêssemos a essência dessas identidades, que constroem

diferentes significados de coletivos, a atuar nos diferentes biomas mato-grossenses. Assim, propomo-nos a registrar a autodenominação e as narrativas dos próprios sujeitos sociais pesquisados. Aqui as identidades de resistência que, se fazem, coletivas são postas na concepção do filósofo Martin Buber da existência do Outro. Para Buber (2001) as identidades são delineadas nesse encontro com o Outro e, a alteridade essencial se instaura somente na relação Eu-Tu, para além da relação Eu-Isso. Em algumas vezes, a emergência, o fortalecimento ou aniquilamento das identidades dos grupos pesquisados, se fazem neste encontro com o Outro. Por vezes, consentido e prazeroso. Em outros momentos, imposto e conflituoso.

A identidade é uma construção histórica, a partir da relação do “eu” com o “Outro”, em um determinado contexto-espaco-temporal. As identidades tornam-se possíveis e se formam na relação com os outros, na partilha de valores, consciente e voluntária: um grupo pode ter características similares e não se identificar, enquanto grupo; isto ocorre somente quando há a mobilização por algo em comum, como valores comuns entre seus integrantes.

Para além do dado ontológico da identidade, entretanto, buscamos ouvir as narrativas que constroem uma nação identitária de grupos sociais, no “vir-a-ser” que Nietzsche chamaria de “devir” (BHABHA, 1990; SILVA; SATO, 2011). Pois, ao narrar-se, evidenciando a localização de seu grupo, registrando seus modos de vida, suas lutas e formas de organização, os entrevistados reforçam suas identidades, revivem a memória e fazem-se emergir sob outros enfoques. Narrar-se é também um processo de construção identitária que revisita o pretérito ajustando a existência presente. Bosi (1979) evidencia que toda percepção está carregada de recordações.

BHABHA (1990) em seu artigo “*DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation*”, nos propõe a pensar a nação a partir de suas descontinuidades, de suas margens e das vivências de suas minorias. Para Bhabha, as diferentes culturas atribuem novos significados e sentidos diferentes para o processo de mudança histórica, recusando uma narrativa unitária da nação (BHABHA, 2003). Pensar na nação como invenção, como proposto por Bhabha, são pensamentos inspirados, também, nas obras de Benedict Anderson (2008) e Frantz Fanon (1979; 1980).

Há uma herança dos processos de colonialismo que persiste na contemporaneidade. Esta herança é expressa na forma como a ocupação dos territórios se estabelece, negando o Outro e invisibilizando-o. Enrique Dussel (2005, p.65), nos

ressalta que, se pretendemos superar a “modernidade” necessitamos “des-cobrir” pela primeira vez a “outra-face” oculta e essencial que a “modernidade” buscou “en-cobrir”: o Outro. Para o autor, devemos eticamente reconhecer a alteridade do Outro sempre negado (da outra cultura, do outro sexo, do outro gênero, do mais pobre, do menos capaz, etc.).

Na negação do Outro predomina a ideologia dos “espaços vazios”. O que a expansão capitalista não compreende em sua lógica, como os modos de vida que possuem temporalidades e racionalidades distintas, são simplesmente classificados como não existentes. Ou seja, territórios ocupados por populações não inseridas na dinâmica do capital são considerados “espaços vazios”, tais como as terras historicamente ocupadas por povos indígenas e por comunidades remanescentes de quilombos (MARTINS, 1997; SALOMÃO, 2006).

O Mapa Social é essencialmente sinônimo de alteridade. Este estudo se faz em uma trajetória contrária à colonialidade. Desejamos reconhecer o Outro sempre negado no processo histórico de ocupação deste Estado. Buscamos reconhecer as identidades de resistência e registrar por meio das autonarrativas a existência de diversos grupos sociais historicamente invisibilizados.

A coleta de dados desta tese está ancorada na tríade fenomenológica de *habitantes-hábitos-habitats*. Esta proposta, portanto, emerge da trilogia do *eu-outro-mundo* do filósofo Maurice Merleau-Ponty (MERLEAU-PONTY, 1971; 1999) e, também, tem ecos na concepção do austríaco Friedensreich Hundertwasser de *húmus-humano-humanidade*. Compreendemos que, *habitantes-hábitos-habitats* são três dimensões complementares e dialógicas, que evidenciam as identidades dos grupos mapeados, suas racionalidades e seus modos de vida que demarcam as características de territórios - numa relação intrínseca entre a cultura e a natureza.

Compreendemos, ainda que, um mapa não é meramente uma direção reduzida cartograficamente num determinado espaço, “[...] um mapa pode ser um sinal de guia, mas jamais um paradigma” (LEFEBVRE, 1984, p. 13). Em nenhum momento pretende-se fixar diretrizes ou conceitos. Não almejamos de forma alguma a exaustividade, o que oferecemos neste trabalho é um perfil dialógico que considere o território com seus aspectos biogeofísicos e, sobremaneira, ressalta a beleza dos muitos protagonistas e suas formas de resistência em cada região de MT. Afinal, “[...] a complexidade dos

problemas ambientais determina que as influências socioeconômicas e culturais não podem ser ignoradas na dinâmica dos ecossistemas” (SANTOS et al., 2009, p. 8).

Um mapeamento não é politicamente neutro, o que se mapeia sobre a realidade é fruto de uma escolha (FERRARO JUNIOR, 2007). O mapeamento destes territórios e grupos sociais considerados “invisíveis”, vulneráveis e minoritários requer uma postura crítica. Esses grupos lutam pelo reconhecimento de suas múltiplas identidades, na defesa de diferentes territorialidades e, buscam políticas públicas específicas para a autonomia e a proteção de seus territórios.

A orientação por mapear os grupos em condições de vulnerabilidade não é uma opção ao acaso e, sim uma escolha identitária das pesquisadoras e seus parceiros. Inspirados em Bhabha (2003), pensamos MT a partir de suas margens, nas vivências de suas minorias e seus conflitos socioambientais.

Além do caráter acadêmico do GPEA – em especial, desta pesquisadora e sua orientadora - temos que ressaltar as nossas escolhas identitárias configuradas em nossos espaços de militância e de luta, ao lado dos grupos sociais aqui mapeados.

Por isso, enquanto educadoras ambientais reforçamos nosso compromisso ético, pois acreditamos que, por meio desta pesquisa, estamos contribuindo com a visibilidade desses grupos sociais, oferecendo-lhes o poder de escuta e da fala. Que esta visibilidade possa fortalecer o protagonismo destes povos, na formulação de políticas públicas, para a defesa e a autonomia de suas identidades, bem como, de seus territórios, nisto depositamos um pouco de nossas esperanças.

### **3.2. O Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte**

Ressaltamos que para realizar uma pesquisa, com a envergadura deste mapeamento, só foi possível por meio da atuação ética e solidária do grupo pesquisador, dos militantes ecologistas, além dos parceiros diversos que fazem conosco esta caminhada. Assim, ressaltamos a dimensão da sociopoética nesta pesquisa, uma das metodologias adotadas, expressa no princípio desta metodologia que reforça a insurgência de um “grupo-pesquisador” (SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005, p. 100).

A sociopoética é uma metodologia inspirada nas vivências dos espaços comunitários, nas concepções de Paulo Freire, nas práticas do teatro do oprimido de Augusto Boal e nos pensamentos de filósofos como Félix Guatarri, Gilles Deleuze e

Michel Serres (SATO, 2003a, p. 5). Petit (2002, p.34) nos ressalta que a metodologia da sociopoética foi fundada pelo filósofo e pedagogo Jacques Gauthier. A sociopoética é um método de construção coletiva do conhecimento cujo pressuposto básico é a reconhecimento dos diferentes saberes; a sociopoética aceita todos os conhecimentos sejam eles acadêmicos ou populares. “O método sociopoético é participativo, desde que assume a condição da validação de todos os conhecimentos: científicos, pedagógicos, técnicos, poéticos ou de resistência” (SATO et al., 2004, p. 47).

A sociopoética está pautada em cinco princípios básicos que nos orientaram na realização desta pesquisa:

1. O pressuposto básico deste método visa, essencialmente, o abandono de um pesquisador independente para a formação de um grupo-pesquisador (GAUTHIER, 1999; SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005). “A formação de um grupo-pesquisador é central, desde que a potência coletiva em analisar um fenômeno é muito mais potente que um pesquisador isolado” (SATO et al., 2004, p. 46); no grupo-pesquisador “o conhecimento é produzido coletiva e cooperativamente” (SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005, p. 100);
2. “Favorecer a participação das culturas de resistência na leitura dos dados da pesquisa e na construção dos objetos de conhecimento, pois são estruturas finas da experiência da vida popular” (SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005, p. 100); “há o reconhecimento de que todo saber é igual por direito e a validação da resistência na produção, análise e socialização dos dados” (SATO et al., 2004, p. 46); é adotada uma postura de respeito mútuo e de troca entre saberes intelectuais e populares (PETIT, 2002);
3. “O terceiro princípio da sociopoética é de considerar o corpo inteiro [...] como portador de marcas históricas e, igualmente, como fonte de conhecimentos” (SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005, p. 101); “(sensações, intuições, emoções, gestualidade, imaginação, razão...), na perspectiva da construção de CONFETOS - um espaço híbrido de CONceitos e aFETOS, conforme se encontram muitos nos jeitos populares de pensar” (SATO et al., 2004, p. 46);
4. Este princípio favorece o uso de técnicas artísticas na produção dos dados, “a arte deve ser usada para dar origem a dados de pesquisa” (SATO et al., 2004, p. 46); tanto em técnicas com a entrevista, coletiva ou individual, como a coleta de dados por meio de “de uma pintura ou um jogo teatral” (SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005, p. 101);
5. “O último princípio da sociopoética é a interrogação, pelo grupo-pesquisador, do sentido político, ético, humano, espiritual, do processo de pesquisa que ele desenvolveu, e das formas de socialização a serem desenvolvidas” (SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005, p. 101); “ocorre a valorização da diversidade biológica e das diferenças culturais, reconhecendo que é na emergência dos [...] domínios da diferença que as experiências intersubjetivas e coletivas são negociadas” (SATO et al., 2004, p. 47).

A contribuição desta metodologia a nossa pesquisa, está expressa em seus princípios. Peculiarmente, no reconhecimento da participação das culturas de resistência nesta pesquisa. As diferentes culturas e povos revelam um profundo saber, histórico, etnográfico e ecológico, refletido em suas identidades e em seus símbolos. A sociopoética alia-se aos princípios do GPEA, ao reconhecer que mais do que conhecimento técnico e científico, o saber popular e o cotidiano da luta de resistências de diversos povos conseguem proporcionar também caminhos de sustentabilidade, que contemplam outras racionalidades de convivência com o ambiente.

O GPEA<sup>3</sup> é um grupo-pesquisador interdisciplinar e interinstitucional que envolve docentes da UFMT, pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); além de pesquisadores associados, alunos de iniciação científica e outros voluntários. O GPEA é certificado pelo CNPq e liderado pela professora Dra. Michèle Sato. O grupo realiza atualmente diversos projetos de pesquisa e tem o compromisso de estimular a pesquisa para o fortalecimento da educação ambiental no Brasil e em MT, como também, com importantes parcerias e iniciativas de pesquisas internacionais. No cenário nacional, o GPEA configura-se como um grupo de excelência em produtividade científica, realiza diversos projetos de pesquisa, sem contudo, negligenciar a formação, a educomunicação e o compromisso de contribuir nas políticas públicas.

A proposta do grupo fortalece o conceito de sociedades sustentáveis ao invés do hegemônico e difundido desenvolvimento sustentável. Para além de um legado desenvolvimentista que privilegia a economia e o mercado, há uma vivência social mais relevante à educação ambiental. A nosso ver, esses conceitos são apelos em direções muito divergentes. Desenvolvimento sustentável? Quanto mais se usa a expressão desenvolvimento sustentável, menos ele é implantado na realidade e na prática (THIELEN, 2001). O desenvolvimento sustentável traz os sentidos e valores individuais e coletivos, centrados no interesse utilitário, na lógica que temos chamado de 'leis de mercado', em que a economia tem o papel central, circundado por alguma discussão de sociedade e ecologia. As sociedades sustentáveis apontam para a mudança pessoal e coletiva de modos e de estilos de vida, traz em seu aporte a participação democrática, a justiça ambiental e a equidade social, reivindica a diminuição entre as linhas que

---

<sup>3</sup> Mais informações sobre o grupo pesquisador podem ser consultadas pelo site: [www.ufmt.br/gpea](http://www.ufmt.br/gpea).

separam o excesso de consumo e a privação; nesta concepção a economia vem adjacente, mas não como um único caminho a seguir (MEIRA; SATO, 2005; BRANDÃO, 2005).

### **3.3. O projeto “Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso – Brasil”**

Nos últimos anos, vemos a insurgência das pesquisas com os grupos sociais, como uma nova forma de mobilização expressa nas identidades coletivas e cartografias sociais. Há algumas iniciativas que vêm ampliando os trabalhos de mapeamentos participativos que vêm se configurando em uma importante aliança entre as pesquisas acadêmicas e os movimentos populares.

Um projeto a destacar-se é liderado pelo antropólogo Alfredo Wagner de Almeida. O projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que tem como objetivo mapear os movimentos sociais da Amazônia, descrevendo-os e georreferenciando-os, com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades estudadas (MESQUITA et al., 2009). Desde 2006, o projeto foi ampliado para uma proposta nacional intitulada de Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. No Estado de MT, o projeto realizou apenas dois trabalhos, um deles no povoado pantaneiro de Joselândia e, outro com o povo indígena Kanela, na região do Araguaia<sup>4</sup>.

Em MT, outra iniciativa interessante vem sendo desenvolvida desde 2002 pela Equipe de Conservação da Amazônia (ACT Brasil) e consiste no Mapeamento Cultural Colaborativo nas Terras Indígenas do Parque do Xingu (MT). Nesta concepção “um mapa cultural é um instrumento cartográfico que tem como objetivo demonstrar aspectos culturais, históricos e costumeiros de um território tradicional de um ou vários povos” (ACT BRASIL, 2008, p. 5).

O projeto “Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso – Brasil” é uma proposta de estudo iniciada pelo GPEA em 2008. Como relatamos anteriormente, o projeto nasce com o intuito de evidenciar que existem inúmeros grupos sociais que merecem atenção e não foram contemplados no ZEE-MT, o grupo-pesquisador lançou a proposta de construção de um mapeamento dos grupos sociais de MT na busca em sanar a fragilidade social desta proposta de política pública.

---

<sup>4</sup> Saiba mais sobre esta proposta no site <http://www.novacartografiasocial.com>.

A proposição central do projeto é registrar as identidades dos grupos de resistência, as suas relações com o ambiente que os cerca, as vulnerabilidades, os conflitos e os processos de injustiças ambientais existentes em seus territórios. Aliado a este objetivo, buscamos compreender os processos de organizações participativas e as táticas encontradas por estas minorias, para a mobilização e a participação nas políticas públicas. No âmbito acadêmico, o projeto tem a coordenação da professora Michèle Sato, envolvendo quatro pesquisadoras de doutorado. Tem importante fomento do CNPq e FAPEMAT.

No tocante a esta tese, como apresentamos previamente, temos o objetivo de registrar o mapeamento dos grupos sociais que lutam para sair da invisibilidade e serem considerados nas políticas públicas. Como também, é nosso objetivo compreender como as identidades destes grupos se constroem, se destroem e re-constroem frente às alterações que vem enfrentando em seus territórios. Como relatamos, no início deste percurso, a metodologia adequada para este mapeamento ainda era um grande desafio a ser superado, pois a revisão da literatura não nos auxiliava a consolidar qual a metodologia que conseguiria atender a essa demanda. Mas, por meio de várias leituras e estudos do GPEA, finalmente, uma metodologia foi criada com o objetivo de dar visibilidade aos grupos sociais invisíveis na proposta de ZEE-MT.

Para alcançar os objetivos propostos pelo mapeamento, caminhos diferenciados foram se fazendo ao nosso caminhar. Como Sato (2011) aponta em seu texto “uma cartografia do imaginário no mundo da pesquisa”, em um percurso metodológico podemos ter, em alguns momentos, “um ‘olhar de passarinho’ que abre fronteiras nunca vistas” (p. 545). Na metodologia do mapa social, o olhar de passarinho nos ofereceu uma paisagem **global** possibilitando o mapeamento dos grupos sociais de todo o Estado. Nesta etapa foram realizados dois seminários na cidade de Cuiabá, capital do Estado de MT, nos anos de 2008 e 2010. Em outros momentos, para “além do quadro genérico, o ‘sentir do passarinho’ complementou as percepções metodológicas” (p. 545), nos possibilitando uma dimensão da paisagem **local**, no chão empírico da pesquisa numa abordagem etnográfica. Neste momento do percurso foram realizadas pesquisas de campo com observações participativas, oficinas e reuniões com alguns grupos pesquisados.

### 3.3.1. No olhar de passarinho: a paisagem global dos seminários de mapeamento social

No ano de 2008, o GPEA e seus parceiros na busca de compreender esta paisagem global promoveram o *I Seminário de Mobilização e Mapeamento Social*, que ocorreu em Cuiabá, MT, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2008. O Seminário reuniu 250 lideranças, oferecendo em um rico cardápio que revelou as diferentes culturas de MT: populações quilombolas; povos indígenas; comunidades tradicionais; seringueiros; extrativistas; pescadores profissionais/artesanais; retireiros; pantaneiros; morroquianos; e tantos outros, somando 65 grupos sociais representados no seminário. A programação do I Seminário está disponível no Anexo A. A lista com os grupos e as instituições participantes do I seminário está descrita no Anexo B.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas por dinâmicas em Grupo de Trabalho (GT) durante o seminário. Foram entrevistados 115 representantes dos grupos sociais presentes, estes estavam divididos em 12 GT de acordo com as 12 regiões de planejamento de MT. Os entrevistados responderam às questões propostas pelo roteiro de entrevistas (ver Apêndice B), buscou-se evidenciar as percepções dos entrevistados sobre suas identidades e seus territórios. Os entrevistados assinalavam a identificação e a localização geográfica de seus grupos e de suas comunidades, em um mapa impresso de acordo com sua região de planejamento. Os mapas eram disponibilizados em escala 1:900.000. Com os resultados das entrevistas foi possível identificar os grupos sociais do Estado.

Na continuidade destes estudos, o GPEA e os parceiros desta proposta seguiram realizando consulta a dados secundários, estudos de campo, produzindo o “Mapa dos grupos sociais de Mato Grosso” e “Mapa dos conflitos ambientais de Mato Grosso”<sup>5</sup>, além de, reuniões e articulações diversas que culminaram na realização do II Seminário.

O *II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso* foi realizado no ano de 2010, entre os dias 6 a 9 de outubro, no Centro Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Cuiabá, MT. O seminário buscou a articulação dos diversos grupos e

---

<sup>5</sup> A doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da UFSCar, Michelle Jaber, pesquisadora do GPEA, desenvolve sua pesquisa sobre o mapeamento dos conflitos ambientais do estado de MT. Seu projeto de pesquisa tem interface com a proposta do nosso trabalho e vem sendo realizado no âmbito do projeto de mapeamento social. Os dados sobre o mapeamento dos conflitos socioambientais registrados durante o I Seminário de Mapeamento Social podem ser consultados por meio do artigo: Polissemia dos conflitos ambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil, publicado na Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – FURG. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol24/art30v24.pdf>.

instituições de nosso Estado, para promover e complementar o mapeamento já iniciado. O II Seminário contou com mais de 250 participantes. Destes, aproximadamente, 110 são lideranças que representam redes, movimentos, sindicatos, cooperativas, agricultores familiares, assentados, acampados, povos indígenas, povos quilombolas, comunidades tradicionais e grupos sociais diversos. A lista com grupos e instituições participantes do II seminário está descrita no Anexo C. O programa deste seminário pode ser acessado no Anexo D.

Para os trabalhos de mapeamento, neste II Seminário, os participantes optaram por formar os GT na expressão de suas identificações e territórios. Foram formados seis GT divididos em Povos Pantaneiros; Povos do Cerrado; Povos Indígenas; Povos Quilombolas; Retireiros do Araguaia; e Agricultores Familiares. A coleta de dados foi direcionada por questões em forma de entrevista semiestrutura (roteiro de entrevistas ver Apêndice C). Foram entrevistados 124 representantes dos grupos sociais presentes. A dinâmica também consistia em assinalar a identificação da localização dos grupos mapeados em mapas impressos do Estado de MT. O mapa disponibilizado foi o Mapa da divisão político-administrativa e territorial do Estado de MT - ano 2010 - em escala 1:1.500.000.

Nesta oportunidade, as informações colhidas e compiladas pelo I Seminário de Mapeamento Social, em 2008, foram disponibilizadas aos participantes para consultas, validação e complementação das informações.

Nos dois seminários, o processo de condução de cada um dos GT, contou com um facilitador e um relator. O facilitador conduzia as discussões nestes grupos aportados pelo roteiro de entrevista semiestruturado proposto, dirigia às atividades e suscitava o debate das questões geradoras. O relator acompanhava as discussões, anotando os principais pontos narrados e elaborando um relatório final do grupo.

“A entrevista semiestruturada, se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34). Esta é uma tática mais circular e reflexiva, permitindo maior liberdade, tanto para o entrevistador quanto para os entrevistados.

O registro dos dados, durante os seminários, foi realizado pelas respostas anotadas nos roteiros de entrevistas, pelos relatórios de em cada um dos GT, como também, por registro em vídeos e fotografias das diversas atividades realizadas durante os seminários. Além disso, alguns sujeitos da pesquisa que representavam os diferentes

grupos sociais foram entrevistados individualmente; estas entrevistas foram registradas por filmagens.

Na realização destes dois seminários reunimos, aproximadamente, 500 participantes. Estes vieram dos 54 municípios que estão representados na figura 3.1. Ou seja, somando os dois seminários, aproximadamente, 40% dos 141 municípios do Estado estiveram presentes. Ao total, 19 etnias indígenas estiveram representadas, sendo elas: Apiaká, Bakairi, Bororo, Chiquitano, Kamaiurá, Kanela, Karajá, Kayabi, Kaiapó, Yudjá (Juruna), Munduruku, Panará, Paresi, Rikbaktsa, Terena, Trumai, Txucarramãe, Umutina e Xavante. Ao todo foram mais de 70 representantes indígenas que vieram de diferentes TI e de diferentes pontos do Estado. Os participantes das comunidades quilombolas vieram dos municípios de Barra do Bugres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Vila Bela da Santíssima Trindade. Contamos com a participação de comunidades pantaneiras dos municípios do Barão de Melgaço, Cáceres, Santo Antônio do Leverger e Poconé. Foi importante a mobilização do MST-MT e CPT que propiciou a participação de acampados e agricultores familiares assentados em várias regiões do Estado, particularmente, nos município da região amazônica. Nos dois seminários contamos com representantes dos seringueiros da RESEX Guariba & Roosevelt, dos atingidos pela barragem de Manso e dos retireiros do Araguaia. Destacamos ainda, a importante participação dos artesãos, dos ciganos Kalon, dos ecologistas, dos pescadores profissionais/artesanais, dos morroquianos, dos articuladores da economia solidária e de cooperativas de agricultores familiares. Abordaremos sobre estes diferentes grupos sociais no capítulo seguinte desta tese.

## Municípios com representantes nos Seminários de Mapeamento Social - 2008 e 2010 -

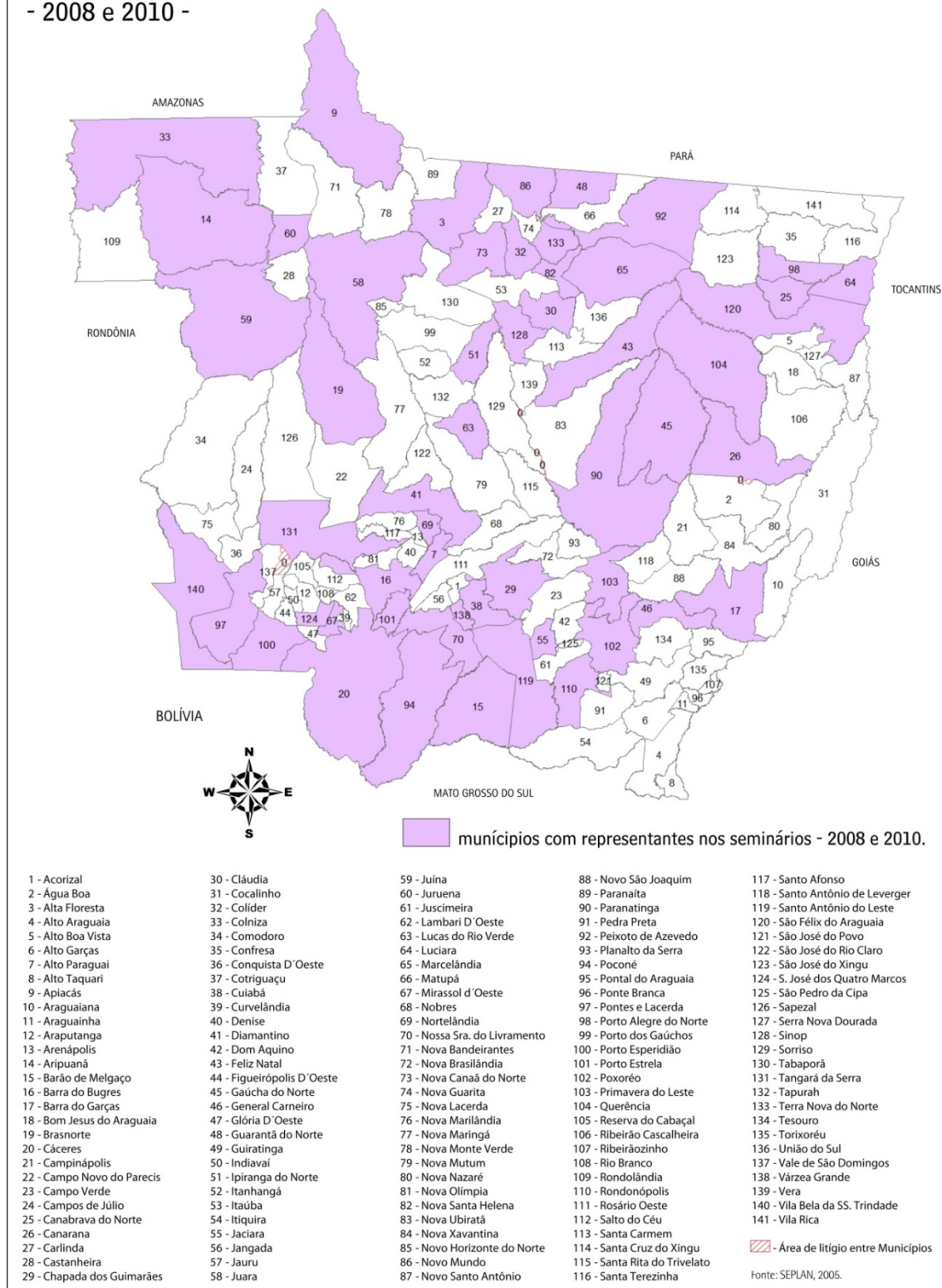


FIGURA 3.1. MUNICÍPIOS COM REPRESENTANTES NOS SEMINÁRIOS DE MAPEAMENTO SOCIAL – 2008 E 2010.

Em síntese, o universo dos sujeitos entrevistados nas atividades dos seminários de mapeamento foi representado por 239 entrevistas registradas. Destes, 24% representavam os povos indígenas, 12% eram retireiros do Araguaia, agricultores familiares 12% e povos quilombolas representavam 11% deste universo; 9% eram povos do Pantanal; outros 9% representavam os assentados e acampados de várias regiões do Estado; 7% representavam movimentos diversos, como o movimento ecologista, movimento negro, movimentos ligados a teologia da libertação, etc.; 4% eram povos atingidos por barragens (MAB), 3% representavam articuladores e apoiadores como os articuladores da economia solidária e do MST-MT; 2% eram povos ribeirinhos, extrativistas, artesãos, seringueiros e morroquianos, respectivamente; 1% representava os povos ciganos. Representamos este universo dos sujeitos entrevistados na Figura 3.2.

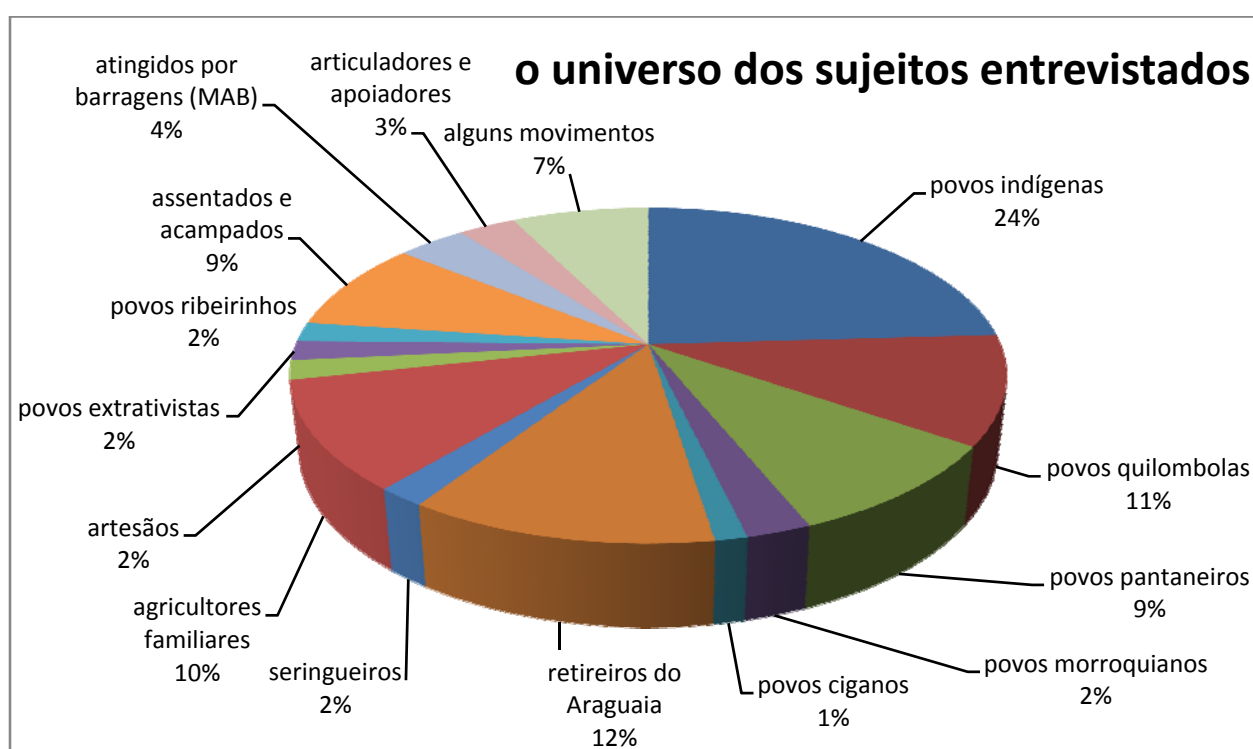


FIGURA 3.2. Universo dos sujeitos entrevistados nos seminários de mapeamento.

Ademais, um de nossos principais desafios iniciava-se no processo de preparação dos seminários. Primeiramente, em um mapeamento prévio de quais seriam os convidados dos grupos sociais e quais eram as lideranças destes grupos em todo o Estado. Em segundo momento, o contato pessoal com cada um destes convidados, muitos deles, de comunidades longínquas, habitantes de terras indígenas ou de pequenas cidades; em muitos momentos, foi difícil a comunicação para o convite, para o

aceite; além disso, foi necessário providenciar o deslocamento, a hospedagem e toda a infraestrutura necessário para a estadia em Cuiabá.

Nesta elaboração coletiva foi formado um banco de dados dos sujeitos da pesquisa que envolve as diferentes lideranças do Estado, especialmente, lideranças indígenas, quilombolas, agricultores familiares, retireiros, povos e comunidades tradicionais, dentre outros grupos sociais. Este banco de dados tem sido consultado na realização e articulação destas lideranças para a mobilização em diferentes frentes, como a participação em seminários, fóruns de discussão, articulação para atos públicos e demais instâncias de formulação de políticas públicas.

É preciso enfatizar o trabalho intenso que envolveu vários pesquisadores do GPEA e contou com importante apoio e envolvimento dos nossos parceiros. Ressaltamos aqui, o importante apoio do governo do estado por meio da SEMA, da SEPLAN e da SEDUC. Citamos aqui, com agradecimentos, a importante parceria com o GTMS, com a REMTEA, com o iC, com o ICMBio e o CNPT; com os parceiros de Cáceres do FLEC, da Sociedade Fé e Vida, do Grupo Raízes, da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras e da REMARPCOMTRA; e os parceiros, o Instituto Maiwu, o CJ-MT, a Revista Sina, o CIMI, a OPAN, o FORMAD, o CPP, o MST-MT, a CPT, o MAB e a ARPA.

### **3.3.2. No sentir de passarinho: as pesquisas em lócus**

Numa abordagem mais etnográfica foram realizadas pesquisas de campo com observações participativas, realização de entrevistas semiestruturadas, oficinas e reuniões em lócus com alguns grupos pesquisados. Nesta abordagem de cunho etnográfico utilizamos a entrevista como meio privilegiado para a obtenção das informações; as mesmas contaram com um breve roteiro que objetivou estimular as narrativas, em particular, das experiências que possam ter contribuído para a construção identitária dos grupos sociais. Buscamos observar no cotidiano dos grupos as expressões de seus *habitantes-hábitos-habitats*. As entrevistas foram gravadas e/ou registradas em diário de campo.

Foi nosso objetivo compreender as alterações dos *habitats* e suas interferências nas identidades destes grupos; e como estas identidades se constroem, se destroem e reconstroem nas resistências cotidianas. Ademais, a observação direta e participativa

configurou-se como tática circular e reflexiva, permitindo maior liberdade tanto para o entrevistador, quanto para os entrevistados.

De forma mais direta, nosso contato com os grupos, foram sendo oportunizados por meio de projetos de pesquisas realizados pelo GPEA e seus parceiros. Nosso contato empírico com a região amazônica, em particular, com os seringueiros da RESEX Guariba & Roosevelt deu-se com a realização de outro projeto de pesquisa intitulado *Biodiesel Guariba*. Este projeto foi estabelecido por um convênio entre a UFMT, a Eletronorte e a Fundação UNISELVA. Teve o objetivo de implantar uma nova matriz de geração de energia alternativa na região de Guariba, município de Colniza, noroeste do Estado, por meio da implantação de uma pequena usina de geração de biodiesel. A equipe deste projeto contou com pesquisadores das áreas de química, economia, agricultura e educação ambiental; esta última equipe formada por integrantes do GPEA.

Nosso contato com a Comunidade Quilombola de Mata Cavalo deu-se por meio das atividades do projeto de pesquisa *Territorialidade e Temporalidade da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo* desenvolvido pelo GPEA. No ano de 2009 e 2010 realizamos oficinas com a comunidade para a construção de um mapeamento participativo quando buscamos evidenciar as identidades e os territórios desta comunidade quilombola. Um percurso dialógico se fez pela arte-educação-ambiental formando-se em um conjunto de atividades vivenciais que se configuraram como uma expedição pelo viver comunitário.

O mapeamento participativo de uma comunidade não deve configurar um objetivo por si só; o mapeamento deve ser elaborado com e, principalmente, pelas comunidades; este é um percurso dialógico importante para a educação ambiental, peculiarmente, por trabalhar temas importantes como a sustentabilidade dos ambientes de cada comunidade. Estas experiências foram organizadas em um caderno pedagógico e mapas temáticos de Mata Cavalo que estão disponibilizados no APÊNDICE D deste trabalho.

No ano de 2010 iniciamos as atividades do subprojeto de pesquisa *Ciência e cultura na reinvenção educacional*, como parte do laboratório associado 5: Práticas Culturais, Socioeconomia e Educação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU)<sup>6</sup>. O INAU é uma proposta do CPP e das redes de instituições parceiras, sob a coordenação da UFMT que foi aprovado pelo Edital nº 15/2008 do CNPq

---

<sup>6</sup> INAU. [www.inau.org.br](http://www.inau.org.br).

e do Ministério de Ciências e Tecnologia (MCT). Este edital estabeleceu um amplo programa para a criação de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia em todo o país.

Este subprojeto do INAU, que vem sendo realizado pelo GPEA, objetiva promover a audiência científica na comunidade pantaneira de São Pedro de Joselândia, por meio da arte e da educomunicação, associando a noção de *habitat* ao território, do *hábito* à identidade e do *habitante* ao grupo social identificado como “pantaneiro”. O projeto tem enfoque nas orientações da “Avaliação Ecológica do Milênio” e nos serviços ecossistêmicos desta comunidade.

As atividades deste projeto nos possibilitaram o contato etnográfico com as comunidades pantaneiras do complexo de Joselândia. Procuramos compreender a dinâmica de interação da comunidade estudada com este ecossistema, identificando as percepções, as expressões etnográficas e identitárias deste grupo social. Estes espaços de pesquisa empírica foram importantes, pois contribuíram no mapeamento das comunidades pantaneiras.

Na continuidade do estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas a artigos científicos publicados em diversos periódicos, além de consultas a dados secundários, tais como sites e relatórios técnicos da Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso (INCRA-MT), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), CIMI e Instituto Socioambiental (ISA).

Alguns procedimentos metodológicos foram realizados para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa. Em resumo, os caminhos traçados pelo mapeamento dos grupos sociais de MT estão representados no diagrama da Figura 3.3.



FIGURA 3.3. Procedimentos metodológicos do mapeamento dos grupos sociais.

As questões principais descritas a seguir, nos conduziram na compreensão dos dados originados pelas entrevistas, tanto realizados nos seminários quanto aos dados colhidos pelas pesquisas de campo. Procuramos respondê-las no decorrer deste trabalho.

1. Quais são os grupos sociais no Estado de MT? Como se autodenominam? Onde estão localizados? Estes povos têm sido considerados nas políticas públicas deste Estado?
2. Há identidades que surgem como consequência das chamadas *driving forces* do desenvolvimento? Quais?
3. As alterações nas paisagens alteram também as culturas? Como estas mudanças têm interferido nas identidades destes grupos mapeados? Por outro lado, as alterações das identidades alteram as paisagens. De que maneira?
4. Como estas identidades vêm resistindo a crescente alteração das suas paisagens e *habitats*?

Atualmente, o mapa social foi apropriado pelos grupos sociais, tomando grande magnitude nas lutas cotidianas e tornando inspiração para poesias, músicas, *slogan* de lutas ou reivindicações do GTMS. O que era, no início, possibilidades cheias de medos pela inovação, com riscos de fracassos, tornou-se a mola propulsora dos protagonistas na luta a favor de um zoneamento mais inclusivo socialmente e mais protegido ecologicamente. É possível que o grande poeta nos auxilie a compreender este processo de construção do mapa social: “*yo no creo en caminos, pero que los hay, hay*” (Paulo Leminski).

### **3.4. O tratamento dos dados**

Após a coleta de dados, fizemos a digitalização dos dados coletados formando um banco de dados em um SIG. Utilizamos o *software* ESRI ArcGis/ArcMap (versão 10.0). Tomamos como base a Projeção Universal Transversal de Mercator (UTM), datum horizontal South American 1969 (SAD 69). Os dados foram inseridos por células individuais, formando grupos de dados (*shapes*) de acordo com os diferentes grupos mapeados. Isto facilitou a preparação de diferentes mapas que estão apresentados neste trabalho.

Realizamos uma intensa busca por dados secundários que apresentassem as coordenadas de localização geográfica dos grupos mapeados. No entanto, pela escassez destes dados, conseguimos somente os dados dos povos indígenas produzidos pela

SEPLAN-MT e FUNAI; os dados dos projetos de assentamentos disponibilizados pelo INCRA-MT, como também, alguns pontos das comunidades quilombolas foram disponibilizados por este órgão. Ademais, as informações dos demais grupos sociais mapeados foram inseridos um a um no programa ArcMap10.0, de acordo com as automarcações dos grupos participantes dos seminários. Para uma melhor precisão da localização geográfica destes dados foram utilizados os *shapes* do Mapa Político do Estado de MT (versão 2010) elaborado pela SEPLAN-MT, assim, tivemos como suporte os limites municipais, a sede dos municípios, diversas localidades, a hidrografia, a massa da água, o sistema viário e as áreas protegidas (Figura 3.4). Após todas as revisões e correções, foi confeccionado o mapa final utilizando as ferramentas de diagramação do ArcMap10.0. Este foi intitulado MAPA DOS GRUPOS SOCIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO e foi impresso com escala 1:1.500.000. Foi elaborado um primeiro mapa em 2008 com os dados do I Seminário. Estes dados foram complementados e novamente trabalhados no ArcMap, gerando uma nova versão que foi atualizada em 2010. Este mapeamento será discutido com mais afinco pelo próximo capítulo desta tese.

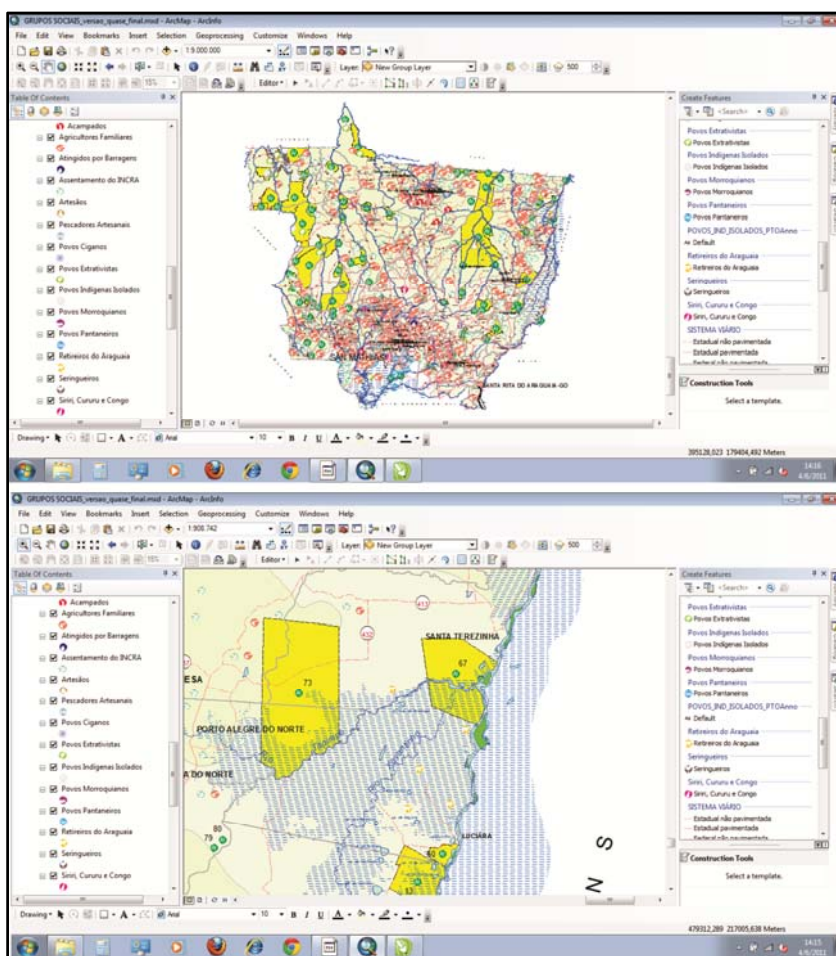


FIGURA 3.4. Tratamento dos dados no programa ArcGis/ArcMap (versão 10.0)

### 3.5. Mato Grosso, o lócus da pesquisa

O Estado de MT faz parte da região centro-oeste do Brasil, localizado na região central do continente sul-americano (Figura 3.5). Limita-se ao norte com os Estados do Pará e Amazonas, ao sul com Mato Grosso do Sul, a leste com Goiás e Tocantins e a oeste com Rondônia e o país boliviano (SEPLAN, 2008).

Este território está dividido em 141 municípios. Possui 78 terras indígenas em diferentes estágios de regularização; 23 unidades de conservação federais, 44 estaduais e 38 municipais distribuídas entre reservas, parques, bosques, estações ecológicas e Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) (SEPLAN, 2009).



FIGURA 3.5. Localização geográfica do Estado de Mato Grosso no continente Sul-americano.  
FONTE: SEPLAN, MT EM NÚMEROS, 2008.

O Estado do MT é o terceiro em área na federação brasileira, cuja superfície compreende 903.329,7km<sup>2</sup>. De acordo com o censo demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Estado é de 3.035.122 habitantes, destes 2.482.801 (81,8%) residem em áreas urbanas e 552.321 (18,2%) estão em áreas rurais. Configura-se uma baixa densidade demográfica de 3,36 habitantes/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2011).

Predominam dois tipos de clima: equatorial e tropical continental, com duas estações bem-definidas, uma chuvosa e outra seca. “No extremo norte, a temperatura média anual é mais alta, em torno de 26<sup>o</sup> C, enquanto no extremo sul essa média é de 22<sup>o</sup>C” (SEPLAN, 2006, p. 25).

É um Estado divisor de águas formado por três importantes bacias hidrográficas que configuram nossas riquezas hídricas: a bacia Amazônica, formadas pelas sub-bacias dos rios Madeira, Tapajós e Xingu; a bacia Tocantins-Araguaia formada pelo rio Araguaia e a bacia Platina, formadas pelos rios Paraná e Paraguai, constituindo a sub-bacia do Alto Paraguai (MORENO; HIGA, 2005).

Em 2001, por meio de estudos produzidos pela SEPLAN-MT, na realização dos diagnósticos para a elaboração do projeto do ZEE-MT, definiu-se regionalização do Estado em 12 regiões denominadas de Regiões de Planejamento, sendo elas: Região I - Pólo Juína; Região II - Pólo Alta Floresta; Região III - Pólo Vila Rica; Região IV - Pólo Barra do Garças; Região V - Pólo Rondonópolis; Região VI - Pólo Cuiabá/Várzea Grande; Região VII - Pólo Cáceres; Região VIII - Pólo Tangará da Serra; Região IX - Pólo Diamantino; Região X - Pólo Sorriso; Região XI - Pólo Juara; Região XII - Pólo Sinop (SEPLAN, 2008).

É um dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal. Os territórios mato-grossenses têm representação de três biomas brasileiros (Figura 3.6). A Amazônia é o mais abrangente, com 480.215 Km<sup>2</sup> (53,6%), com vegetação florestal predominantemente (floresta ombrófila densa e aberta; e florestas estacionais semidecidual); o Cerrado ocupa 354.823 km<sup>2</sup> (39,6%) da cobertura original do Estado, e a menor área é do Pantanal, com 60.885 km<sup>2</sup> (6,8%) que compreende uma área inundável de planície de um mosaico formado por um grande ecótono de áreas de florestas Amazônicas e Atlânticas, Cerrados, Chacos e algumas características da região de Caatinga (MORENO; HIGA, 2005; SEMA, 2010).

No entanto, os ecossistemas do Estado vêm sofrendo muitas alterações de sua composição original. O Cerrado é o bioma que mais sofreu alterações, até o momento, sendo um dos *hotspot*<sup>7</sup> brasileiro. São altos os índices de desflorestamento e perda da vegetação nativa, em particular, por causa da estrutura fundiária baseada em latifúndios e uma produção agrícola alimentado por extensas áreas de monocultura. Este modelo tem comprometido a preservação ambiental deste bioma, fragmentando suas áreas naturais, contaminando os solos, águas e ar pelo uso excessivo de agrotóxico e diminuindo a vazão, como também, a qualidade das mananciais hídricos, dentre outras pressões e ameaças.



FIGURA 3.6. Mapa das áreas de domínios dos biomas mato-grossenses. ADAPTADO: SEMA, 2010.

<sup>7</sup> O conceito *hotspot* foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers para ajudar os a definir quais as áreas críticas para a conservação da biodiversidade que demandam soluções urgentes para preservar a diversidade remanescente no *habitat*. *Hotspot* é toda área prioritária para conservação por possuir uma rica biodiversidade (com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas) e estar ameaçado no mais alto grau (que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original) (MAZZETTO, 2009).

O Pantanal compreende ciclos de cheias e de vazantes que criam condições peculiares e resultam em uma alta complexidade biótica (SEPLAN, 2006). Também vem sofrendo ameaças por causa do aumento do turismo, da pesca predatória, da concentração fundiária, do aumento das áreas destinadas à pecuária, convertendo a vegetação nativa em pastagens; como também, a implantação de projetos de exploração de minérios. Grande parte das ameaças a este ecossistema advém das áreas do planalto da bacia do Alto Paraguai, peculiarmente, pelas atividades agrícolas que, além de, poluir aceleram a sedimentação das áreas de planície (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2002c). É constante às lutas dos grupos sociais pantaneiros na resistência ao projeto de implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná - e mais recentemente, temos o anúncio de projetos de implantação de várias Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no Pantanal.

Recentemente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e MMA anunciaram que, aproximadamente, 600km<sup>2</sup> da floresta amazônica brasileira desapareceram. Estas publicações demonstram um aumento significativo nestes índices de desmatamento. Para ser mais exato, entre os meses de março e abril de 2011 foi detectado, pelo INPE, o desflorestamento de 593 km<sup>2</sup> deste domínio. Só o Estado do MT foi responsável por mais de 80% deste percentual, o Estado desmatou 480,3 km<sup>2</sup> em apenas dois meses (INPE, 2011). Todo o território amazônico do Estado está inserido no arco de desmatamento da Amazônia brasileira; além do norte de MT, o arco é formado pelos Estados de Rondônia, norte de Tocantins e sul-sudeste do Pará (SEMA, 2011). Estes altos índices de desmatamento não são particulares deste momento. Por anos seguidos, MT acumula recordes de desmatamento de suas florestas. A nosso ver, não há como negar a forte vinculação destes números recentes com os processos de discussão da reforma do código florestal e com a recente aprovação do projeto de ZEE em MT.

O Estado ocupa a 14<sup>a</sup> posição no ranking do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, é o primeiro Estado brasileiro em produção de soja e ocupa a mesma posição em uso de agrotóxicos. Na safra 1995/1996, a colheita foi de 5 milhões de toneladas. Com a safra 2005/2006 este número subiu para 15,6 milhões de toneladas, triplicando a produção. A pecuária, tanto para a bovinocultura quanto para a avicultura, aumentou de 1995 para 2006, cumulativamente em 84,1% e 101,5%, respectivamente (SEPLAN, 2008).

O aumento das áreas de agricultura e de pecuária foi refletido no aumento das áreas desflorestadas. De acordo com dados disponibilizados pela SEMA (2009), até 1999

o desmatamento absoluto representava 25.777.924,61 hectares, esta área subiu para 34.285.223,77 hectares desmatados até 2007. Em sete anos (1999-2007) a área desmatada foi de mais de 8 milhões de hectares. Foi desmatado, em média, 1.2 milhões de hectares por ano (Figura 3.7). Azevedo (2009, p. 106) aponta que o desmatamento em MT aumentou, particularmente, nas regiões noroeste e nas regiões do Xingu, nordeste do Estado; o que significa um avanço da fronteira agropecuária em direção a floresta amazônica. Estes impactos ambientais proporcionam a perda da biodiversidade, comprometem os importantes ciclos naturais e alteram as funções ambientais e os serviços ecossistêmicos. Da mesma forma, comprometem a qualidade de vida das populações locais quem têm sua base de vida totalmente ligada aos ambientes naturais. Perdemos as biodiversidades e perdemos, também, as sociodiversidades.

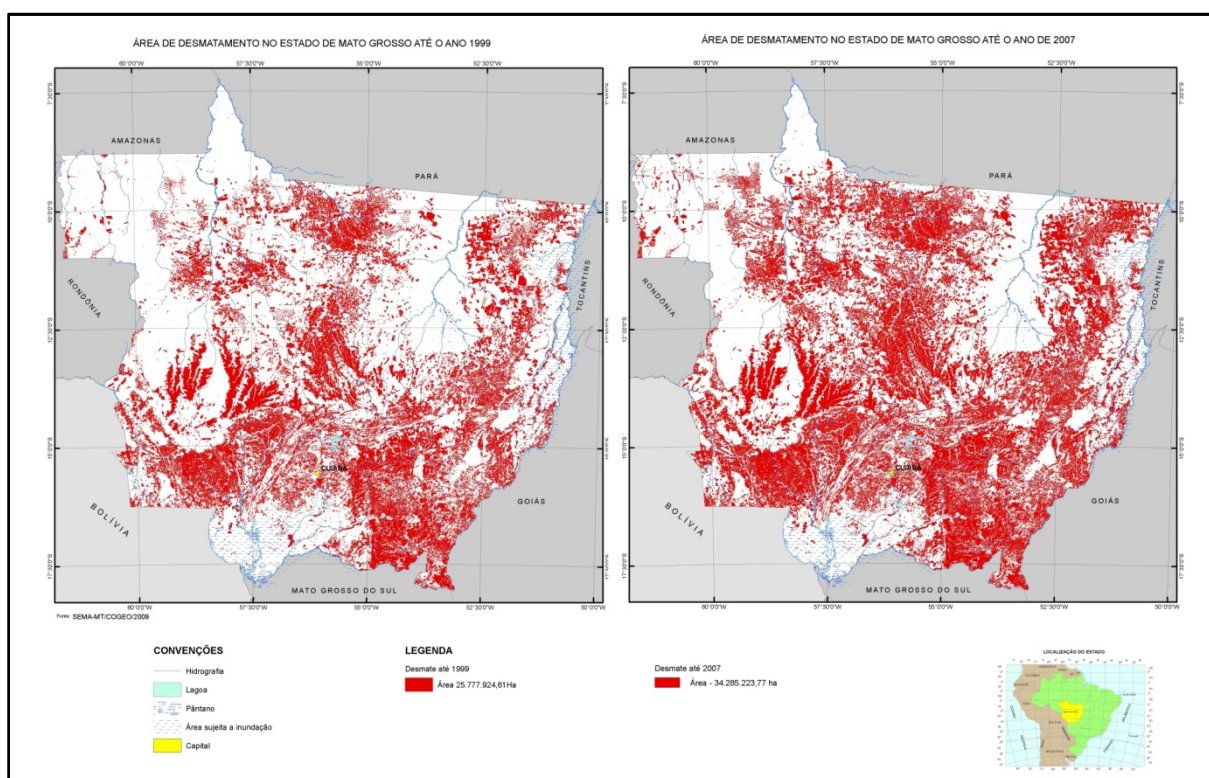


FIGURA 3.7. Áreas de desmatamento acumulado em Mato Grosso no ano de 1999 e 2007. ADAPTADO: SEMA/COGEO, 2009.

De acordo com o Relatório de Avaliação Ecológica do Milênio (MEA, 2005), o desmatamento em larga escala em áreas como a Amazônia brasileira é causado em parte por uma demanda por madeira, papel e produtos agrícolas originados longe da área desmatada. No entanto, de forma mais direta, são os grupos sociais, povos indígenas e comunidades locais que mais sentem a perda de diversos serviços ecossistêmicos que a floresta lhes provê.

Vale ressaltar que os altos números do PIB vieram acompanhados de uma grande concentração de renda causando a desigualdade social. “Em 1991, o índice de Gini<sup>8</sup> de MT era de 0,598 inferior ao do Brasil; mas em 2000 esse mesmo índice era de 0,630, e supera o registrado para o País” (SEMA, 2009, p. 11). Quanto mais próximo do 1, maior é a concentração e desigualdade. Se considerarmos o índice de Gini de concentração de terra, os números são ainda mais alarmantes: o índice para MT é 0,865, este índice nos revela que o Estado é o segundo em concentração fundiária no país, perdendo apenas para o Estado de Alagoas. Ademais, a progressão deste índice aponta que este abismo da concentração vem agravando-se nas últimas décadas (IBGE, 2006; GIRARDI, 2008).

É este o pano de fundo do mapeamento. Um Estado com extensão continental, com expressivas riquezas naturais de seus três biomas e de suas três bacias hidrográficas. Que registra seus recordes anuais em produção agropecuária e geração de renda, mas também, sofre com conflitos, pressões e ameaças, como recordes de desmatamentos e de queimadas, usos de agrotóxicos, concentração de terra e renda; além de registros abusivos de violência no campo. A interface destes dados e os grupos sociais mapeados serão discutidos nos capítulos a seguir. Proteger e melhorar nosso bem-estar comum requer uma postura de práticas menos destrutivas de nossas riquezas naturais e das diferentes identidades que habitam estes territórios. Por certo, são grandes os desafios à nossa sustentabilidade socioambiental.

---

<sup>8</sup> O índice de Gini deriva-se de um outro indicador denominado curva de Lorenz que mostra graficamente como a proporção acumulada de renda aumenta em função da proporção acumulada de população. O Gini foi proposto por Corrado Gini em 1914, atualmente, é um dos índices mais referendado nos estudos sobre desigualdade de renda. A medida assume valor mínimo de 0 (zero), situação de igualdade perfeita da distribuição de rendimentos, o valor máximo de 100 (cem) situa extrema desigualdade, em que um número mínimo de indivíduos ou famílias se apropria de toda renda disponível. Este índice nos mostra que para além do nível médio de renda, faz-se imperativo uma caracterização da forma como esta é distribuída. Segundo o índice de Gini, o Brasil é o oitavo país do mundo em desigualdade, só perdendo para a Guatemala e seis países da África Subsaariana. Na realidade, em situações empíricas dificilmente o índice atinge seus valores extremos ou cifras acima de 50, no entanto, o Brasil tem sustentado estas cifras, o que demonstra um grau de extrema perversidade distributiva (JANUZZI, 2003; SIMÃO, 2004).



# Mapa dos Grupos Sociais Mato Grosso. Brasil

- 2010 -

- povos indígenas 
- povos indígenas isolados 
- povos quilombolas 
- povos pantaneiros 
- povos morroquianos 
- grupos de siriri, cururu e dança do congo 
- grupos com expressões ligados a espiritualidade 
- povos ciganos 
- retireiros do Araguaia 
- seringueiros 
- povos extrativistas 
- agricultores familiares 
- artesãos 
- povos ribeirinhos 
- atingidos por barragens (MAB) 
- assentados 
- acampados 
- articuladores e apoiadores 
- alguns movimentos 

Os ícones foram elaborados pelas pesquisadoras utilizando o programa de computador CorelDraw X5. Buscamos evidenciar pelos símbolos expressões identitárias importantes para os grupos referenciados.

#### **4.1. A luta pelo reconhecimento das identidades de resistência**

Nos últimos 20 anos, os grupos supracitados anteriormente vêm reivindicando o acesso ao seu território e a manutenção de seus hábitos e de seus modos de vida. Ações que decorrem de vários fatores, entre eles: o reconhecimento jurídico destes grupos que, no Brasil, teve forte expressão na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Com a promulgação da constituição, distintas modalidades territoriais foram fortalecidas ou formalizadas, como as terras indígenas e a dos remanescentes das comunidades de quilombos (BRASIL, 1988; LITTLE, 2002, p.13).

O reconhecimento do direito coletivo, garantido pela Constituição de 1988, teve como um dos instrumentos mais importantes a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, do qual o Brasil é signatário desde 2002. A Convenção 169 dispõe sobre direitos dos povos indígenas, dos tribais e das populações tradicionais em geral. Esta estabelece, no Artigo II, que os governos tem a responsabilidade de “proteger os direitos desses povos e garantir o respeito à sua integridade” (LITTLE, 2002, p. 21).

A autodefinição mencionada na Convenção 169 visa indicar ao Estado a existência de sujeitos que produzem ações coletivas, objetivadas em um movimento social que formula, apresenta e representa as demandas específicas construídas nos conflitos territoriais pela luta (SOUSA, 2007).

“A territorialidade é, sem dúvida, uma dimensão fundamental da afirmação desses direitos coletivos, que se choca com as concepções liberais da propriedade” (SANTOS, 2003, p. 45). A noção individualista do direito negou aos povos indígenas, aos tribais e às populações tradicionais qualquer direito coletivo, fazendo valer apenas os direitos individuais, cristalizados na propriedade (SOUZA-FILHO, 2003). A distribuição de terra, individualmente, não dá conta do que é necessário para a garantia de direitos a estes grupos sociais. Portanto, a defesa do território constitui-se na contra-hegemonia à visão dominante da individualização da posse e do direito.

Marcado pela racionalidade, por meio da Convenção 169, o trabalho é que orienta a distribuição e a legalização das terras coletivas. Há que se sublinhar, todavia, que para esses grupos, a porção de terras não é meramente local de trabalho, mas essencialmente território de vidas, que pulsam ao sabor das brisas, ora na aridez da alma, ora na virtude em continuar a luta sob o nome da esperança.

Entre tantas conquistas destes povos, vale ressaltar a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais em 2004 e o Decreto nº 6040/2007<sup>9</sup>, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais. O artigo 3º, inciso I, desse decreto definiu povos e comunidades tradicionais como:

“os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

O conceito de povos e de comunidades tradicionais tem sido amplamente discutido nos trabalhos acadêmico contemporâneos. Little (2002) traz uma contribuição importante ao abordar que, este conceito traz tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, “de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis” (p. 23). O autor complementa ainda, abordando que, a opção pela palavra ‘tradicional’ gera dificuldades na aceitação do conceito devido à forte tendência de associá-la a “imobilidade histórica e atraso econômico”.

“Sem estabelecer o veredicto do que é avançado ou do que é primitivo” (SATO; PASSOS, 2002, p. 124). Acreditamos que, apesar das críticas ao conceito serem pertinentes, não devemos negar sua dimensão política que vem fortalecendo a luta destes grupos sociais. Particularmente, ao ser incorporado em instrumentos políticos como na Constituição de 88, na Convenção 169 e no decreto 6040/2007. Como também, no reconhecimento da Lei 9.985/2000 que institui Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>10</sup> que, por meio da categoria de unidades de uso sustentável - como as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) – reconhecem o valor das sociodiversidades como aliados à proteção das biodiversidades.

---

<sup>9</sup> Disponível no site [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm)

<sup>10</sup> O SNUC estabelece critérios para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e as divide em dois tipos principais: as de uso indireto, que compreende as unidades de proteção integrais, como Estação ecológica, Reserva biológica, Parque nacional, Monumento natural, Refúgio de vida silvestre e as de uso direto, formado por categorias que permitem o uso sustentável, tais como Área de proteção ambiental (APA), Área de relevante interesse ecológico, Floresta Nacional, Reserva extrativista (RESEX), Reserva de fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva particular do Patrimônio Natural (RPPN).

A literatura vem revelando que nos países de megabiodiversidade, como é o caso do Brasil, projeta-se também um conjunto de etnias, de falas, de gestualidades e de sentidos que, potencializam a vivacidade antropológica e evidenciam as diferenças culturais de cada povo. Assim, para a conservação destes biomas, há que se romper com a tradicional dicotomia entre a cultura e a natureza, evocando processos e sistemas intrinsecamente conectados que garantem a vida, a conservação e a preservação do potencial natural, como também a proteção aos mosaicos culturais de sujeitos interagentes na região que estão invisibilizados ou pouco conhecidos.

Atualmente, uma sociedade é denominada atrasada - entraves ao desenvolvimento - se não se enquadra aos padrões da modernidade e do progresso. Neste contexto, necessário voltarmos a atenção a esses grupos sociais, a estes povos e comunidades tradicionais que contribuem para a conservação das diversidades biológicas e das diferenças culturais. Atentemos a sua luta diária de resistência, nas quais poderemos constatar possibilidades em ebulição, novas perspectivas de relações e de gestão ambiental, política, econômica e social.

Essas diversidades de relações e de convívio com o ambiente, não movidos por ideologias capitalistas estão, cada vez mais, fadadas ao desaparecimento. Sabemos que o reconhecimento e a conquista dos territórios para muitos destes grupos será um processo moroso, pois até muito recentemente, vários desses grupos não eram incorporados, enquanto portadores de direitos, para permanecer em seus territórios.

Compreendemos, portanto, que para a sustentabilidade socioambiental do estado, o mapeamento dos grupos sociais é tão importante quanto o é a cartografia da vegetação, dos solos, dos territórios, dos dados fitofisionômicos, etc. Pois, facilitará a construção de um prognóstico das identidades de resistências e evidenciará ainda mais como é importante e urgente a elaboração de políticas públicas que enfatize e fortaleça a resistência desses grupos sociais. Destarte, este trabalho possa contribuir na emergência de luta pelos desejos da justiça social com intrínseca conexão ambiental. É incomensurável o valor simbólico que se expressa nas identidades e nos territórios mapeados nesta pesquisa e, portanto, todo projeto de lei, planos e/ou programas necessitam traçar metas para a inclusão destes povos.

## 4.2. O mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso

Este “vir-a-ser” de vários grupos e movimentos na invenção e reinvenção das expressões identitárias trazem a cena a existência de antigos e novos protagonistas sociais; ou seja, indicam o fortalecimento de grupos que historicamente reivindicam suas existências e defendem suas diferentes racionalidades. Bem como, esboçam a existência de novos protagonistas sociais, que alguns teóricos nominam como os “novos movimentos sociais” que se fortaleceram nos anos 70/80 e se configuraram pelas lutas por novos direitos, onde o projeto emancipatório passa a incorporar as lutas identitárias, a defesa das questões ambientais, de gênero, das questões étnicas, etc. (SHERER-WARREN, 1987; CARVALHO, 2001).

Ante as racionalidades hegemônicas instaladas, os protagonistas deste mapeamento defendem paralelamente o que Milton Santos (1996, p. 309) denomina de contra-racionalidades, que se “constitui, na verdade, e substancialmente, como outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo”.

Este capítulo apresenta, portanto, o mapeamento dos diversos grupos sociais do Estado de MT, buscando a compreensão das identidades destes grupos (*habitantes*) e seus modos de vida (*hábitos*), referendando-as nos espaços naturais-históricos-sociais onde vivem e constroem seus significados e seus territórios (*habitat*). Em um dos pontos de nosso roteiro de entrevista, os entrevistados eram indagados com os seguintes questionamentos: Pertence a algum grupo social? Qual? Como se autodenominam? Há algum outro grupo que você conheça? Qual? A interpretação dos dados dos grupos sociais identificados nos I e II Seminários de Mapeamento Social esta apresentada de acordo com as narrativas dos participantes dos grupos sociais, que registraram a existência de 52 grupos sociais/comunidades/movimentos que somados a 47 etnias indígenas totalizaram um prognóstico de 99 identidades mapeadas nos territórios de MT <sup>11</sup>.

Ao apresentar os grupos mapeados, o privilégio da denominação masculina foi apenas para compreensão linguística, contudo, não negligenciamos as relações de gênero. Quanto as citações destacadas em itálico foram extraídas de entrevistas

---

<sup>11</sup> As informações dos grupos identificados nos I e II Seminários de Mapeamento Social estão compilados em um quadro disposto no Apêndice A.

realizadas em pesquisas de campo ou nos seminários de mapeamento social; as indicações ao final, entre parênteses, trazem dados do (a) entrevistado (a): nome e grupo social. Optou-se por nomear os entrevistados para dar visibilidade a estas pessoas e seus grupos sociais. Nas transcrições foram mantidas as palavras que demonstram o regionalismo, pois acreditamos que estas fazem parte da riqueza etnográfica destes povos.

Apresentaremos as identidades mapeadas embasados em cinco dimensões, como descritos no Quadro 4.1. Sendo que, o primeiro eixo versa as identidades construídas nas condições tradicionais, sociais e étnicas; o segundo eixo apresenta as identidades que tem uma ligação com o local, onde a cultura se manifesta, ligadas aos territórios e, ainda, dependentes do *habitat* pertencente; o terceiro eixo traz as identidades construídas nas relações com o trabalho, nas relações com a natureza ou modos de subsistência; o quarto eixo incluem as identidades dinamizadas em função das *driving forces*, identidades de grupos atingidos pela lógica dos grandes projetos desenvolvimentistas; o quinto eixo apresenta os grupos que possuem identidades construídas em algum movimento, lazer, arte, escolha identitária e/ou filosofia de vida.

Importante salientar que, não pretendemos criar fronteiras rígidas nesta classificação, bem como, ressaltamos que as cinco dimensões apresentadas se interconectam de maneira dialética, pois, muitas identidades tocam-se e se remodelam nesta construção identitária, devido à sua pluralidade e fluidez. Podemos citar como exemplo, a identidade dos roteiristas, que surge em função da *driving force* do turismo (4), porém, relaciona-se com o trabalho (3), mantendo certas características sociais e tradicionais (1). Outro exemplo, é do MST-MT, um grupo com a identidade embasada na luta pela reforma agrária e pelo trabalho (3), que são atingidos por *driving forces* (4) e, também se faz na escolha identitária de uma filosofia de vida que comunga com o movimento pela democracia de uma sociedade mais justa (5).

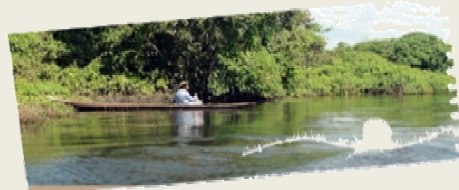
Nos limites deste trabalho, buscamos ainda sublinhar que teremos grupos sociais isolados, intocados ou aqueles que jamais serão visíveis na incompletude fenomenológica do mundo.

## Quadro 4.1. Dimensões das identidades mapeadas



### 1. TRADIÇÃO

São grupos com identidades construídas por suas condições tradicionais, sociais e/ou étnicas, como é o caso dos povos indígenas, dos povos quilombolas, dos povos ciganos, dos grupos de Siriri, de Cururu e de Dança do Congo, etc.;



### 2. LOCAL DA CULTURA e *HABITAT*

São grupos com identidades que se fazem na ligação com o local, onde a cultura se manifesta. Estes estão intrinsecamente ligados aos territórios e, ainda dependentes do *habitat* pertencente, como os povos pantaneiros, mimoseanos, morroquianos, beiradeiros, fronteiriços e ribeirinhos;



### 3. LABOR, TRABALHO e PRODUÇÃO

São grupos com identidades construídas nas relações com o trabalho com estreita relação com a natureza ou modos de subsistência, como exemplo, podemos citar os seringueiros, os extrativistas, os retireiros do Araguaia, os artesãos(ãs), os pescadores profissionais/ artesanais, os agricultores familiares, os articuladores da economia solidária, o MST-MT, etc.;



### 4. DRIVING FORCES e DESENVOLVIMENTO

São grupos que expressam identidades em função das *driving forces*, dinamizados na lógica de grandes projetos desenvolvimentistas, foram narrados os atingidos por barragens, os acampados, os assentados, etc.;



### 5. ESCOLHAS E FILOSOFIA DE VIDA

São grupos que possuem identidades construídas em algum movimento, religião, lazer, arte e/ou filosofia de vida, foram narrados os ecologistas, movimento artista pela natureza, movimento hippie, movimento negro e das mulheres negras, movimentos ligados à teologia da libertação e, grupos com expressões ligadas às espiritualidades, etc..

Fotos: Kalapalo – Kuarup de Vitor Nogueira. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e arquivo da pesquisadora. Organização: R. SILVA; M. SATO, 2011.

#### 4.2.1. TRADIÇÃO

Aqui, os grupos observados tem identidades construídas por condições tradicionais, sociais e étnicas. Nas formulações de Barth (1998; 2000), um grupo étnico parte de uma complexidade de elementos identitários que são validados pelas autodenominações de suas culturas. Este critério (autoidentificação) surge das formulações deste autor que o considera essencial para a caracterização destes grupos (O'DWYER, 2002). Esta dimensão foi reforçada nas conquistas políticas destes povos, como citamos anteriormente.

É nesta dimensão que serão narrados os povos indígenas, quilombolas, ciganos e outros grupos, cuja construção identitária se faz nas especificidades. Para Diegues (2001), as comunidades chamadas tradicionais (indígenas, quilombolas, etc.) mantêm uma forte dependência com o *habitat*; sua estrutura simbólica, seus sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo e muitas vezes, seu isolamento, fazem com que elas possam ser parceiras necessárias aos esforços de conservação ambiental.

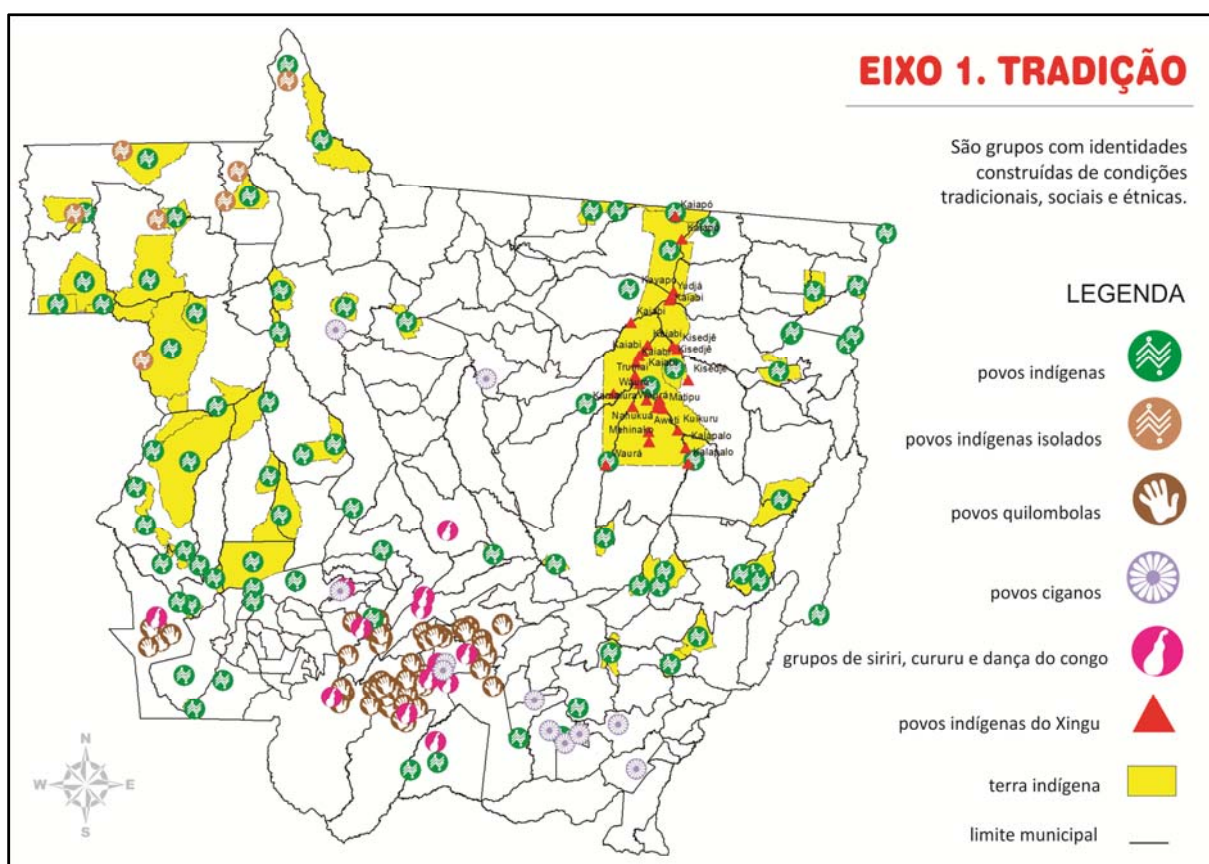


FIGURA 4.1. Identidades mapeadas na construção identitária da tradição.



## Os povos indígenas

“No Brasil do século XVI, quando da chegada dos portugueses, viviam cerca de mil povos distintos com uma população de 2 milhões a 5 milhões de pessoas, segundo diferentes estimativas” (AZEVEDO, 2008, p. 19). Atualmente, de acordo com o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000, 734 mil pessoas se auto-identificaram como “indígena”, um percentual para 0,4% da população do país (IBGE, 2005). Porém, um número atualizado será divulgado pelo Censo 2010. Essa população representa uma diversidade linguística que ultrapassa o número de 180 línguas, classificadas em 35 famílias linguísticas. Estima-se existir no Brasil um total de 225 etnias indígenas (VERDUM, 2009), de acordo com Ricardo (2000), estes povos estão localizados em 563 terras indígenas.

Os povos indígenas formam um grupo muito representativo da diversidade sociocultural de MT. De acordo com Ricardo e Ricardo (2006), no Estado Matogrossense observam-se 45 etnias localizadas em 78 terras indígenas, em diferentes fases de regularização. Número étnico ainda controverso, não só em função da ausência de registro, como de comunidades isoladas (além de outras não identificadas). Os dados do seminário acrescentaram o povo Canela/Apanyekra, originários do estado de Maranhão, que ocupam áreas na região do Araguaia mato-grossense, nas proximidades com o rio Preto; embora reconhecidos pela FUNAI, esse grupo ainda luta pelo reconhecimento e demarcação de seu território. Também foram acrescentados os povos Krenak – Maxacalli, que vivem também na região do rio Preto, no município de Cana Brava do Norte, no Araguaia mato-grossense. Portanto, chegamos a um registro de 47 etnias mapeadas nos territórios do Estado de MT que estão descritos no Quadro 4.2.

*Quadro 4.2. Os povos indígenas nos territórios Mato-grossenses*

<b>TERRA INDÍGENA</b>	<b>Povo(s)</b>	<b>Localização</b>
1. PONTAL DOS APIAKÁS*	Apiaká, Isolados	Apiacás
2. APIAKA/KAIABI	Apiaká, Kaiabi, Munduruku	Juara
3. ARARA DO RIO BRANCO	Arara	Noroeste do Mato Grosso, Aripuanã e Colniza
4. AREÕES	Xavante	Água Boa
5. AREÕES I	Xavante	Água Boa, Cocalinho
6. AREÕES II	Xavante	Água Boa, Juína
7. ARIPUANÃ	Cinta Larga	Aripuanã
8. ARIPUANÃ - PARQUE INDÍGENA DO	Cinta Larga	Juína em MT e Estado de Rondônia
9. BAÍA DOS GUATÓ	Guató	Região do Pantanal, Barão de Melgaço
10. BAKAIRI	Bakairi	Paranatinga, margens do rio Teles Pires e Planalto da Serra
11. BATELÃO	Kaiabi	Tabaporã, Nova Canaã do Norte e Juara
12. BATOVI	Waurá	Gaúcha do Norte
13. CACIQUE FONTOURA	Karajá	Região do Araguaia, Luciara, São Félix do Araguaia
14. CAPITÃO MARCOS/ UIRAPURU	Paresí	Campos de Júlio, Nova Conquista do Oeste
15. CAPOTO JARINA	Kaiapó	São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Peixoto de Azevedo, Região amazônica, norte de MT
16. CHÃO PRETO	Xavante	Campinápolis
17. CHIQUITANO*	Chiquitano	Cáceres
18. ENAWENÊ-NAWÊ	Enawenê-nawê	Vivem em uma única aldeia nos municípios de Sapezal, Comodoro, Juína
19. ERIKBATSA	Rikbaktsa	Brasnorte
20. ESCONDIDO	Rikbaktsa	Cotriguaçu
21. ESTAÇÃO PARESÍ	Paresí	Diamantino, Nova Marilândia e Nortelândia
22. ESTIVADINHO	Paresí	Tangará da Serra
23. FIGUEIRAS	Paresí	Tangará da Serra, Pontes Lacerda
24. IKPENG*	Ikpeng	Paranatinga, Nova Ubiratã, Feliz Natal, Gaúcha do Norte
25. IRANTXE	Irantxe Manoki	Brasnorte
26. JAPUÍRA	Rikbaktsa	Juara
27. JARUDORE	Bororo	Poxoréo
28. JUININHA	Paresí	Conquista D'Oeste
29. KAIABY	Kaiabi	Apiacás e Estado do Pará
30. KAPOTNHINORE*	Kayapó, Kayapó Mekragnoti, Kayapó Metuktire	Vila Rica, São Félix do Xingu
31. KARAJÁ DE ARUANÃ II	Karajá	Cocalinho
32. KAWAHIVA DO RIO PARDO	Isolados do Rio Pardo	Colniza
33. LAGO GRANDE (KARAJÁ) *	Karajá	Santa Terezinha
34. LAGO GRANDE*	Chiquitano	Porto Espiridião, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda
35. LAGOA DOS BRINCOS	Nambikwara, Nambikwara Negarotê	Comodoro

Quadro 4.2. Continuação...

TERRA INDÍGENA		Povo(s)	Localização
36.	MANOKI	Iranxe Manoki	Brasnorte
37.	MARÁIWATSEDE	Xavante	São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia
38.	MARECHAL RONDON	Xavante	Paranatinga
39.	MENKRAGNOTI	Kayapó, Kayapó Mekragnoti, Isolados	Matupá, Peixoto de Azevedo e Estado do Pará
40.	MYKY	Menky Monoki	Brasnorte
41.	MERURE	Bororo	Barra do Garças e General Carneiro
42.	NAMBIKWARA	Nambikwara, Nambikwara Halotesu, Nambikwara Kithaulu, Nambikwara Sawentesu, Nambikwara Wakalitesu	Comodoro
43.	PANARÁ	Panará	Guarantã do Norte, Matupá e Estado do Pará
44.	PARABUBURE	Xavante	Nova Xavantina, Campinápolis e Água Boa
45.	PARESÍ	Paresí	Tangará da Serra
46.	PARESÍ DO RIO FORMOSO	Paresí	Tangará da Serra
47.	PEQUIZAL	Nambikwara, Nambikwara Erihitaunsu, Nambikwara Alantesu	Nova Lacerda
48.	PEQUIZAL DO NARUV" TU	Kalapalo	Canarana e Gaúcha do Norte
49.	PERIGARA	Bororo	Barão de Melgaço
50.	PICINA*	Nambikwara	Pontes e Lacerda
51.	PIMENTEL BARBOSA	Xavante	Canarana e Ribeirão Cascalheira
52.	PIRINEUS DE SOUZA	Mamaindê, Manduka, Sabané	Comodoro
53.	PIRIPKURA*	Tupi Kawahibi, Isolados	Colniza, Rondolândia
54.	PONTE DE PEDRAS	Paresí	Nova Maringá, Campo Novo do Paresís, São José do Rio Claro
55.	PORTAL DO ENCANTADO	Chiquitano	Embora indígenas, os conflitos socioambientais os dividem, alguns assumindo a identidade indígena e outros não. Estão localizados próximos à fronteira com Bolívia e nos municípios de Porto Espiridião, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda e região de Cáceres
56.	RIO ARRAIAS*	Kaiabi, Yudjá	Marcelândia
57.	ROOSEVELT	Apurinã, Cinta-Larga	Rondolândia e Estado de Rondônia
58.	SANGRA DOURO/VOLTA GRANDE	Xavante e Bororo	General Carneiro, Poxoréo e Novo São Joaquim
59.	SANTANA	Bakairi	Nobres e Nova Mutum
60.	SÃO DOMINGOS	Karajá	Luciara
61.	SÃO MARCOS	Xavante	Barra do Garças
62.	SARARÉ	Nambikwara, Nambikwara Katitawlu, Nambikwara Qualitsu, Nambikwara Kalunhwasu, Nambikwara Uaihlatisu, Nambikwara Sayulikisu	Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Vila Bela da SS. Trindade

Quadro 4.2. Continuação...

TERRA INDÍGENA		Povo(s)	Localização
63.	SERRA MORENA	Cinta Larga	Juína
64.	SETE DE SETEMBRO	Surui (Paitér)	Rondolândia e Estado de Rondônia
65.	TADARIMANA	Bororo	Rondonópolis
66.	TAIHANTESU	Nambikwara, Nambikwara Wasusu	Nova Lacerda
67.	TAPIRAPÉ/KARAJÁ	Tapirapé, Karajá	Santa Terezinha e Luciara
68.	TERENA GLEBA IRIRI	Terena	Matupá
69.	TEREZA CRISTINA	Bororo	Santo Antônio de Leverger
70.	TIRECATINGA	Nambikwara Halotesu, Nambikwara Sawentesu, Nambikwara Wakalitesu	Sapezal
71.	UBAWAVE	Xavante	Santo Antônio do Leste
72.	UMUTINA	Paresí, Umutina, Nambikwara, Kaiabi, Terena e Irantxe Manoki	Barra do Bugres
73.	URUBU BRANCO	Tapirapé	Santa Terezinha, Confresa e Porto Alegre do Norte
74.	UTIARITI	Paresí	Campo Novo dos Parecis e Sapezal
75.	VALE DO GUAPORÉ	Nambikwara Alantesu, Nambikwara Mamaindê, Nambikwara Wasusu, Nambikwara Erihitaunsu, Nambikwara Hahaintesu, Nambikwara Negarotê, Nambikwara Waikisu, Nambikwara Alakatesu, Nambikwara Hoskokosu, Nambikwara	Comodoro e Nova Lacerda
76.	WAWI	Kisêdjê	Querência, São Felix do Araguaia
77.	XINGU - PARQUE INDÍGENA DO	Aweti, Yudjá, Kalapalo, Kamaiura, Kaiabi, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Kisêdjê, Trumai, Ikpeng, Waujá, Yawalapiti, Nahukuá	Região amazônica, norte de MT. Municípios de São José do Xingu, São Félix do Araguaia, Paranatinga, Canarana, Querência, Nova Ubiratã, Feliz Natal, Gaúcha do Norte e Marcelândia
78.	ZORÓ	Zoró	Rondolândia, Região do rio Aripuanã
79.	-	Canela/Apanyekra	Municípios de Luciara e Cana Brava do Norte, Araguaia mato-grossense, nas proximidades com o rio Preto
80.	-	Krenak - Maxacalli	Cana Brava do Norte, Proximidades do Rio Preto

Fonte de dados: I e II Seminários de Mapeamento Social. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA/UFMT), Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais (CNPT/ICMBIO), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Secretaria De Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN-MT) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). \*terras indígenas em estudo.

O prognóstico que apresentamos nesta pesquisa traz um número étnico ainda em construção, não só em função da ausência de registros, como também, de vários grupos indígenas isolados/livres. Os registros são variados e, por certo, ainda teremos grupos que não foram identificados, como descritos no Quadro 4.3. A proteção das áreas que estes povos habitam, é apenas um passo do amplo desafio das políticas públicas e, dos organismos responsáveis para garantir da integridade desses povos e, ao mesmo tempo, propiciar condições para a autonomia de seus destinos.

### *Quadro 4.3. Povos Indígenas isolados/livres em Mato Grosso*

#### **1. Os Piripkura**

Os seus vizinhos, os índios Gavião, os chamam de 'Piripkura', ou o 'povo borboleta', que descreve a maneira como eles constantemente percorrem as florestas. Eles falam Tupi Kawahib. Estão localizados entre os rios Branco e Madeirinha, afluentes da margem esquerda do rio Roosevelt, nos municípios de Colniza e Rondolândia.

#### **2. Os Baixinhos**

Foram assim chamados pelos vizinhos Cinta Larga. Estão no entorno das Terras Indígenas Aripuanã e Arara, entre a região das cabeceiras do igarapé Moacir, afluente da margem direita do rio Guariba, as cabeceiras do igarapé Ouro Perto e o rio Branco, afluente da margem esquerda do rio Aripuanã.

#### **3. Os Isolados do rio Pardo**

Acredita-se que pertencem ao grupo Kawahiva. Estão constantemente fugindo de madeireiros e outros invasores. Ocupam áreas entre os rios Aripuanã e Guariba, município de Colniza.

#### **4. Os Isolados Apiaká**

É um grupo isolado que vive na região do rio São Tomé à margem direita do rio Juruena. A delimitação e o reconhecimento da área de abrangência deste grupo foram divulgados no diário oficial em 20 de abril de 2011 e foi intitulada como Terra Indígena Apiaká do Pontal e isolados.

#### **5. Os Isolados do Salto Augusto do rio Juruena**

Vivem as margens do rio Juruena, acima do Salto Augusto. Na localidade de Nova União.

#### **6. Os Isolados do rio Moreru e igarapé Pacutinga**

Localizados entre os rios Juruena e Aripuanã.

#### **7. Os Isolados Nambikwara**

A primeiro grupo denominado Os Suwaintê, próximos ao Parque Indígena do Aripuanã e, possivelmente, dentro da TI Roosevelt. O segundo grupo denominado lalakalorê, situam-se no município de Comodoro no rio Iquê, na região do rio Doze de Outubro nos limites da TI Enawenê-nawê.

## A Terra Indígena do Xingu



*Muitos territórios tradicionais de vários povos indígenas ficaram fora da área de demarcação do Parque Indígena do Xingu. Estes povos ainda sonham em recuperar seus territórios tradicionais. (Pablo Kamaiura, indígena, entrevista concedida durante o II Seminário de Mapeamento Social).<sup>12</sup>*

A maior extensão territorial indígena no Estado de MT está situada no nordeste mato-grossense, é a Terra Indígena do Xingu (TIX) tem uma área de 2.642.004 hectares que abriga 16 povos, somando mais de 6 mil habitantes. É uma reserva federal, criada por proposta dos irmãos Villas Bôas, por meio do Decreto 50.455 de 14 de abril de 1961. Este ano, o parque completa 50 anos de existência (CAMPANILI, 2002).

Os povos do Xingu reclamam-nos que, muitos territórios tradicionais de vários povos ficaram fora do limite de demarcação do parque. Atualmente, sofrem pressões e ameaças que foram relatadas pelas etnias indígenas do TIX presentes nos seminários. Os grupos sofrem uma constante pressão pelo processo acelerado de ocupação das áreas no entorno do parque (Figura 4.2). Os maiores conflitos se dão com os fazendeiros, os caçadores, os pescadores profissionais e os madeireiros. O maior problema ambiental relatado está na destruição das nascentes dos rios formadores do rio Xingu, que estão fora dos limites do TIX e vem sendo destruídas pelo desmatamento, bem como, pelo avanço da pecuária e das culturas de grãos.

A maioria dos povos xinguanos vive independente dos mecanismos de comércio e mercado. Em pequenas roças cultivam mandioca, milho, batata-doce, amendoim e bananas. Sua base alimentar também se dá pela pesca, caça e coleta. Alguns povos que habitam o norte do parque, os Txukarramãe, Kayabi e Suyá vendem arroz, banana e mel nos vilarejos próximos à BR-080. O artesanato é o mais antigo e expressivo meio de articulação com o mercado nas cidades mais longínquas (MORENO; HIGA, 2005).

O imenso rio Xingu percorre 1.800km até desembocar nas águas do Amazonas. A bacia do rio Xingu pertence a bacia amazônica e totaliza uma área de 51 milhões de hectares, nos Estados de MT e Pará. A região é considerada prioritária para conservação biológica, mas seus ecossistemas estão mais conservados dentro dos limites do TIX, que corresponde a 24% da bacia, e nas demais terras indígenas presentes no entorno

---

<sup>12</sup> As transcrições diretas de trechos de entrevistas serão antecedidas pelo ícone que representa o grupo social do(a) entrevistado(a).

(CAMPANILI, 2002). Recentemente, a construção da Hidrelétrica de Belo Monte é mais uma *driving force* que vem ameaçando a integridade ecológica das áreas do TIX.

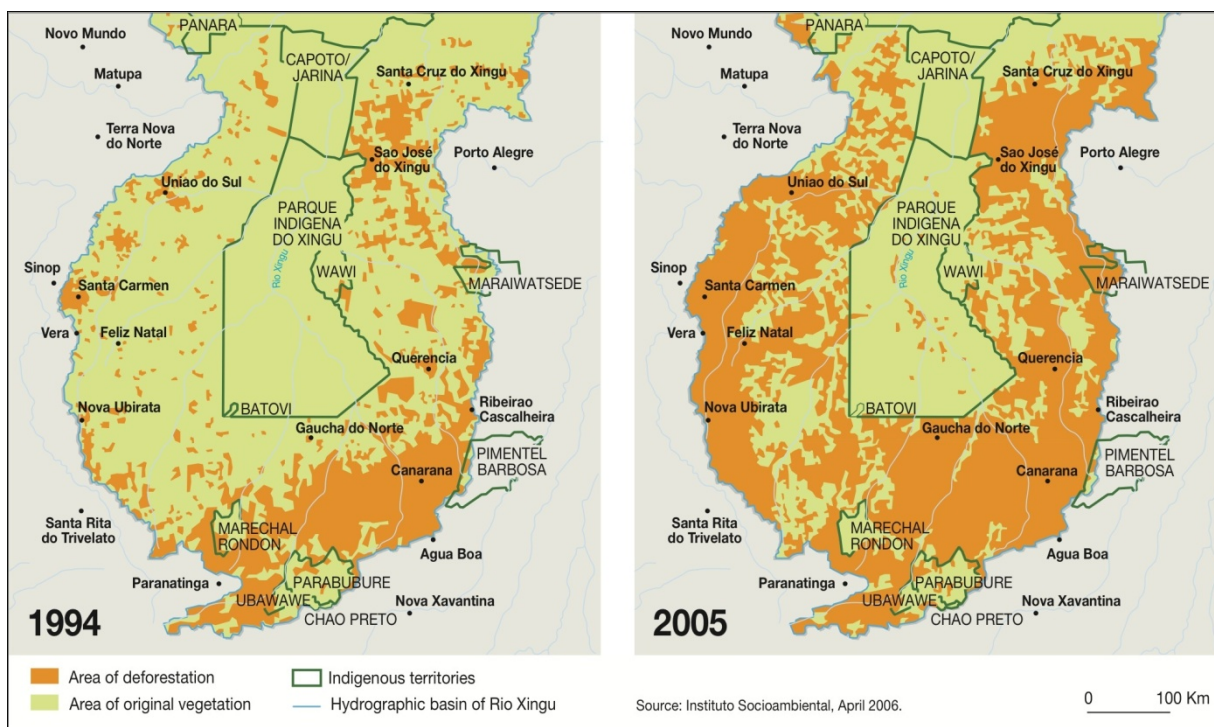



FIGURA 4.2. Desflorestamento acumulado do entorno da Terra Indígena do Xingu nos anos 1994 e 2005. Fonte: Instituto Socioambiental, 2006.


### Povo Rikbaktsa


De acordo com o Egdar Jusy Rikbaktsa, da aldeia Barranco Vermelho em Brasnorte, em entrevista durante o II Seminário de Mapeamento Social. O povo Rikbaktsa está localizado no noroeste do Estado, bacia do rio Juruena, nos municípios de Brasnorte, Juara e Cotriguaçu. A população é de, aproximadamente, em torno de 1.300 pessoas e também são conhecidos como “canoeiros” ou como “orelhas de pau”.

Rikbaktsa significa “os seres humanos”. São falantes de uma língua isolada, incluída no tronco linguístico macro-jê. É um povo que mantém uma coexistência íntima com a natureza e celebram em seus rituais da chuva e da seca, a colheita do milho e a coleta do mel. Sua sociedade é dividida em duas metades, a da arara vermelha (*Makwaratsa*) e a da arara cabeçuda (*Hazobiktsa*), uma espécie de arara vermelha. A natureza é a grande fonte de recursos deste povo, composto mais por caçadores e coletores do que por agricultores que, em geral, plantam milho, batata-doce, cará, cana-de-açúcar, amendoim e abóbora.

## Povo Xavante da Terra Indígena de Marãiwatsédé

 *Marãiwatsédé quer dizer mata virgem, terra misteriosa. Nosso território foi disputado em 1960. (Davi Tsere Rura Tserenhi Ru, indígena Xavante, entrevista concedida durante o II Seminário de Mapeamento Social).*

 *Nossos avós foram expulsos, mas, Xavante é guerreiro, só retornamos para nosso território tradicional, terra nossa, em agosto de 2004. Nosso povo quase acabou e hoje somos mais de 600. (Domingos Trere Omorate, indígena Xavante, entrevista concedida durante o II Seminário de Mapeamento Social).*

 *Os fazendeiros estão jogando agrotóxicos em cima de nós, que faz mal para a saúde de nossos velhos, e de nossas crianças; nossas crianças têm febre. (Alcione Wa'aihã Tseredzé, indígena Xavante, entrevista concedida durante o II Seminário de Mapeamento Social).*


No II seminário de Mapeamento Social contamos com a participação do povo Xavante. As narrativas citadas são dos representantes da Terra Indígena Marãiwatsédé, que está localizado no nordeste do Estado, nos municípios de São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia. A área demarcada da TI é de 165 mil hectares e, infelizmente, é considerada a terra indígena mais desmatada do Brasil (75% da área já foi desmatada). O povo xavante vive em uma área limitada de 15 mil hectares que apresentam sérios problemas de escassez de fontes naturais para a manutenção de seu povo e modos de vida.

Os Xavantes foram expulsos de sua área tradicional pelo fazendeiro Ariosto da Riva e transportados em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para a missão salesiana de São Marcos, distante 400 km de Marãiwatsédé. Atualmente, conseguiram reconquistar seu território original, mas, ainda lutam pela ampliação da reserva, a desocupação e para recuperar as áreas muito degradadas. É forte a luta pela perpetuação da cultura deste povo e que, pouco a pouco, retornam às práticas de seus importantes rituais, agora, praticados em seu território reconquistado. Porém, este espaço é ainda palco de intensos conflitos, pois a maior parte das terras ainda está ocupada pelos latifundiários.


## Povo Panará

Uma história semelhante à citada acima, vivenciou o povo Panará. Com a construção da rodovia Cuiabá-Santarém no final da década de 60, esse grupo radicado no norte do Estado de MT começou a sofrer invasões em suas terras, por parte de garimpeiros e fazendeiros, além de ataques dos Kayapó com armas de fogo, abundantemente munidos pelos missionários. Nesta época, se estima que havia 600

Panarás vivendo em oito aldeias. Um processo de “pacificação” dos Panarás foi empreendido pela FUNAI a partir de 1967, conseguindo o primeiro contato com o grupo somente em 1973. Depois de mais dois anos de invasões, foi tomada a decisão de levar os 69 Panarás sobreviventes ao TIX. Nos vinte anos seguintes, esse grupo mudou sete vezes, mas começou a se recuperar demograficamente.

 *Nós moramos por um tempo no Xingu, mas a terra do Xingu é muito diferente do que a que meu pessoal conhece. Nós sofremos muito. Não servia a terra. (Paturi Panará, indígena, entrevista concedida durante o II Seminário de Mapeamento Social)*

Foi no início da década de 90 que algumas das lideranças Panarás insistiram em voltar ao seu território tradicional, isto é, o espaço territorial que eles consideram como seu verdadeiro lugar: “*nós lutamos para conseguir voltar ao nosso território tradicional na fronteira do Pará com Mato Grosso. E conseguimos*” (Paturi). Uma área pouco destruída de 488.000 ha. na bacia do rio Peixoto de Azevedo foi identificada como sua nova terra indígena e, a partir de 1995, o grupo, agora com 174 indivíduos, começou o processo de volta a seu território (ARNT et al., 1998). Neste contexto, vale relatar suas palavras acerca do lugar onde, atualmente, vivem:

 *Nós cuidamos muito da nossa terra. Tem pescador, tem caçador, tem madeireiro. Nós fiscalizamos. A gente não pode ser amigo de madeireiro, nem de pescador. É muito importante pra gente proteger nossa terra indígena. [...] Homem branco quer alugar pasto na área da terra indígena. Perguntei: porque você quer alugar pasto? Porque o gado tá sobrando, não tem mais pasto. Eu respondi: não mandei ter tanto gado. Ninguém mandou. Aqui é área indígena, não é permitido colocar gado. (Paturi Panará, indígena Panará, entrevista concedida durante o II Seminário de Mapeamento Social)*

Em nossos seminários, contamos com representantes de 19 etnias, sendo elas: Apiaká, Bakairi, Bororo, Chiquitano, Kamaiurá, Kanela, Karajá, Kayabi, Kaiapó, Juruna, Munduruku, Panará, Paresi, Rikbaktsa, Terena, Trumai, Txucarramãe, Umutina e Xavante. Para poder contemplar as especificidades de cada um destes povos outra tese deveria ser escrita. Porém, em poucas palavras, podemos considerar que os povos indígenas de MT lutam pela demarcação e pela proteção de suas terras, pelo direito ao ambiente preservado, pela perpetuação de sua cultura, seus modos de vidas e seus lugares sagrados; protestam contra a expansão das monoculturas, o envenenamento de seus rios e o uso de agrotóxicos no entorno de suas terras. Atualmente, a implantação de PCH vem ameaçando ainda mais a integridade destes povos. Portanto, é emergencial construir políticas públicas eficientes que consigam proteger e manter as terras indígenas, com infraestrutura para que a diversidade da vida continue a pulsar nesses territórios identitários.

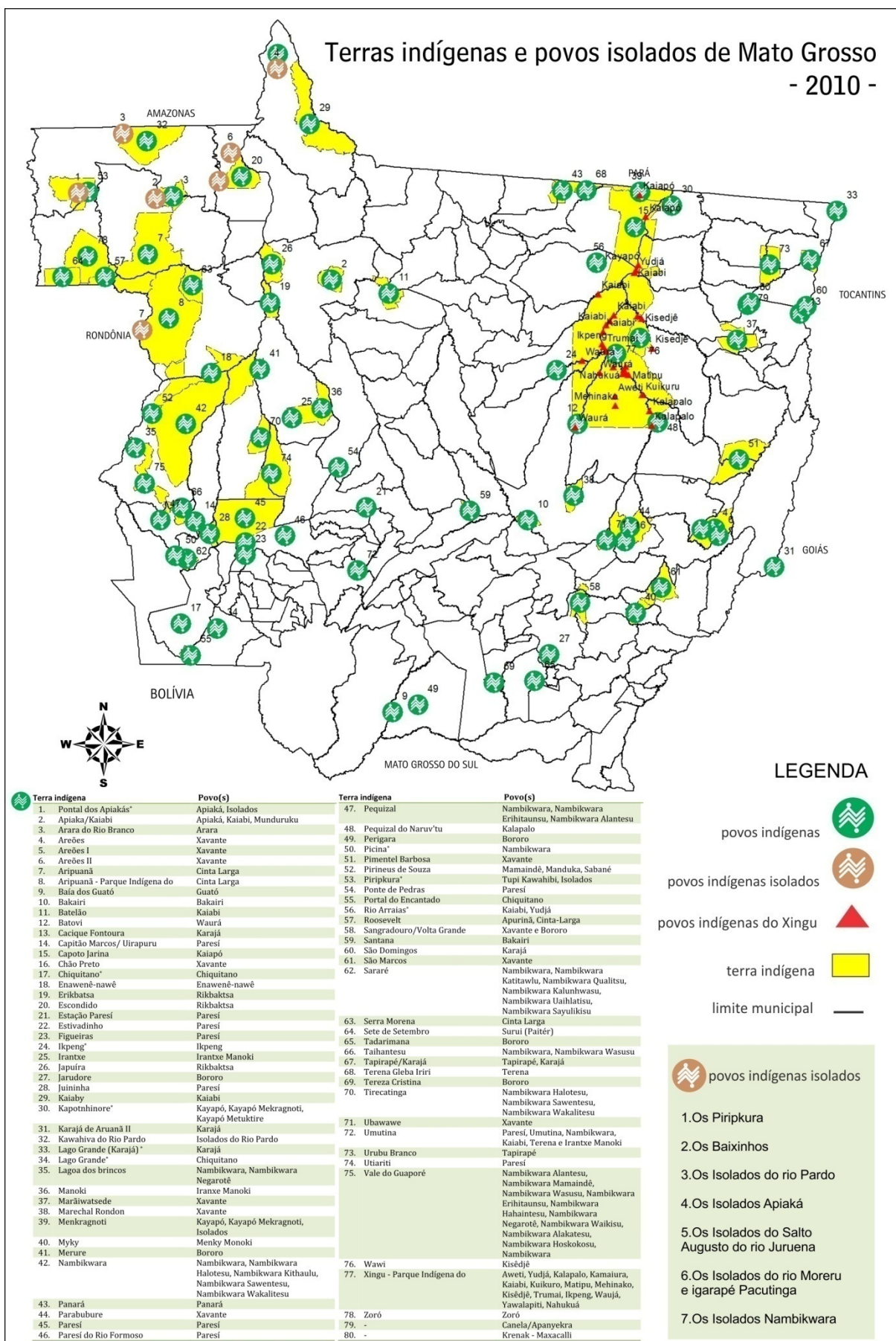


FIGURA 4.3. Mapa das terras indígenas e dos povos isolados/livres de Mato Grosso.



## Os povos quilombolas

Durante muitos séculos, comunidades remanescentes de quilombos foram consideradas “invisíveis” num incentivo de um olhar colonizador. Bandeira (1988) nos traz a expressão “invisibilidade expropriadora”, no sentido de uma decisão tomada pelo branco, com a finalidade de alienar o negro de seus direitos legais à posse das terras. A pesquisadora Ilka Boaventura Leite (1966, p. 9) também afirma:

esquecidos pelas políticas públicas e pelas pesquisas científicas [...] ou porque foram invisibilizados pelas várias formas de representação literária e política ou porque foram segregados social e espacialmente, de modo a serem tratados como não existentes.

A “invisibilidade”, por sua vez, poderá ter sido uma aliada diante de todas as limitações impostas pelo processo histórico que estes povos estiveram submetidos. Este pensamento também é apresentado por Carvalho (1997, p. 149-151), quando afirma que:

perseguido pelos capitães do mato, para o quilombola o silêncio e a capacidade de se tornar invisível era a possibilidade de manter-se vivo e livre [...] tornar-se invisível foi, em inúmeros casos, uma posição política, uma atitude afirmativa dos negros fugidos que lhes permitiu, além da sobrevivência, um caminho próprio de subjetivação e tomada de consciência, [...] daí que a resistência negra dos descendentes de quilombos brasileiros deveu dar-se, principalmente, através do heróico, porque voluntariamente doloroso, recurso da invisibilidade.

O Quilombo de Palmares, no Estado de Alagoas, resistiu por mais de cem anos, foi um dos mais duradouro e importante quilombo do Brasil. No entanto, muitos outros quilombos existiram por este país. Assim, os grupos que são considerados remanescentes de quilombos se constituíram por meio de uma grande variedade de processos, como as fugas e as ocupações de terras livres e isoladas, como também, por processos provenientes de:

heranças, doações, recebimento de terras como pagamento a serviços prestado ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua extinção (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p.03).

As chamadas terras de quilombo é uma categoria territorial que expressa um reconhecimento jurídico e social, de formas tradicionais de territorialidades,

relacionadas aos descendentes dos povos africanos aqui escravizados. Em geral, são comunidades negras rurais que realizam uma agricultura de subsistência, com fortes relações de parentesco e fortes vínculos de solidariedade, de vizinhança e de religiosidade (MACHADO, 2008).

Hoje, estes grupos de remanescentes de quilombos buscam sair da invisibilidade e conquistar o reconhecimento legal das terras ocupadas e cultivadas para moradia e para sustento, bem como, o livre exercício de suas práticas, suas crenças e seus valores (LEITE, 2000; MACHADO, 2008).

Um marco importante nesta luta foi a publicação do artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 que garantiu o direito a propriedade da terra a esses grupos sociais: “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Entretanto, somente em 2003, o decreto federal 4.887 regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, instituindo uma série de políticas públicas para estas comunidades. De acordo com essa lei, os remanescentes das comunidades de quilombos são:

grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Atualmente, estima-se que existam mais de 4.500 comunidades remanescentes no Brasil, tanto urbanas quanto rurais. E, até o momento, somente 1.418 delas foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>13</sup> ligada ao Ministério da Cultura. Segundo a FCP, MT tem mais de 60 comunidades reconhecidas. Este conjunto de dados que apresenta o nome das comunidades quilombolas e o município de ocorrência estão descritos no Quadro 4.4.

---

<sup>13</sup> A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura instituída pela Lei Federal nº 7.668 de 22 de agosto de 1988. Mais informações no site <http://www.palmares.gov.br/>.

Quadro 4.4. Comunidades Quilombolas de Mato Grosso

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>
1 Aldeias	Acorizal
2 Baús	Acorizal
3 Baixio	Barra do Bugres
4 Buriti Fundo	Barra do Bugres
5 Camarinha	Barra do Bugres
6 Queimado	Barra do Bugres
7 Tinga	Barra do Bugres
8 Morro Redondo	Barra do Bugres
9 Vaca Morta	Barra do Bugres
10 Vãozinho	Barra do Bugres
11 Vermelhinho	Barra do Bugres
12 Voltinha	Barra do Bugres
13 Chapadinha	Cáceres
14 Exu	Cáceres
15 Ponta do Morro	Cáceres
16 Santana	Cáceres
17 São Gonçalo	Cáceres
18 Aricá-açu	Chapada dos Guimarães
19 Cachoeira do Bom Jardim	Chapada dos Guimarães
20 Cansação	Chapada dos Guimarães
21 Itambé	Chapada dos Guimarães
22 Lagoinha de Cima	Chapada dos Guimarães
23 Lagoinha de Baixo	Chapada dos Guimarães
24 Barro Preto Serra do Cambam bi	Chapada dos Guimarães
25 Abolição	Cuiabá
26 Aguaçu	Cuiabá
27 Coxipó-açu	Cuiabá
28 São Gerônimo	Cuiabá
29 Barreiro	Nossa S.a do Livramento
30 Cabeceira do Santana	Nossa S.a do Livramento
31 Campina Verde	Nossa S.a do Livramento
32 Entrada do Bananal	Nossa S.a do Livramento
33 Jacaré de cima	Nossa S.a do Livramento
34 Mata Cavallo	Nossa S.a do Livramento
35 Ribeirão da Mutuca	Nossa S.a do Livramento
36 Aranha	Poconé
37 Cágado	Poconé
38 Campina da Pedra	Poconé
39 Campina II	Poconé
40 Canto do Agostinho	Poconé
41 Capão Verde	Poconé
42 Céu azul	Poconé
43 Chafariz/Urubamba	Poconé
44 Chumbo	Poconé
45 Coitinho	Poconé
46 Curralinho	Poconé
47 Imbé	Poconé

**Quadro 4.4.** *Continuação...*

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>
48 Jejum	Poconé
49 Laranjal	Poconé
50 Minadouro 2	Poconé
51 Monjolo	Poconé
52 Morrinhos	Poconé
53 Morro Cortado	Poconé
54 Pantanalzinho	Poconé
55 Passagem de Carro	Poconé
56 Pedra Viva	Poconé
57 Retiro	Poconé
58 Rodeio	Poconé
59 São Benedito	Poconé
60 Sete Porcos	Poconé
61 Tanque do Padre Pinhal	Poconé
62 Varal	Poconé
63 Sesmaria Bigorna/Estiva	Sto Antônio do Leverger
64 Capão de Negro	Várzea Grande
65 A Cor é Bela(Boa Sorte)	Vila Bela da S.s Trindade
66 Bela Cor	Vila Bela da S.s Trindade
67 Capão Negro	Vila Bela da S.s Trindade
68 Vale do Alegre	Vila Bela da S.s Trindade
69 Manga	Vila Bela da S.s Trindade

Fonte de dados: Ministério da Cultura - Fundação Cultural Palmares. <http://www.palmares.gov.br/>; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA-MT.

A figura 4.4 representa cartograficamente a espacialização das comunidades quilombolas reconhecidas pela FCP, em processo de estudo e titulação pelo INCRA-MT. Subsidiados pelo uso de tecnologias de processamento de dados georeferenciados, apresentamos uma espacialização das Comunidades Remanescentes de Quilombos descritas no Quadro 4.4. O processo para elaboração do mapa levou em consideração os dados coletados até julho de 2010. O reconhecimento destas comunidades é um processo dinâmico e reconhecemos que podem existir comunidades não registradas pela pesquisa. Assim, é relevante frisar que este estudo não se trata de um censo e nem mesmo de um levantamento exaustivo, mas de um panorama da situação atual, um retrato – ainda que temporário – das atuais Comunidades Quilombolas reconhecidas no Estado.

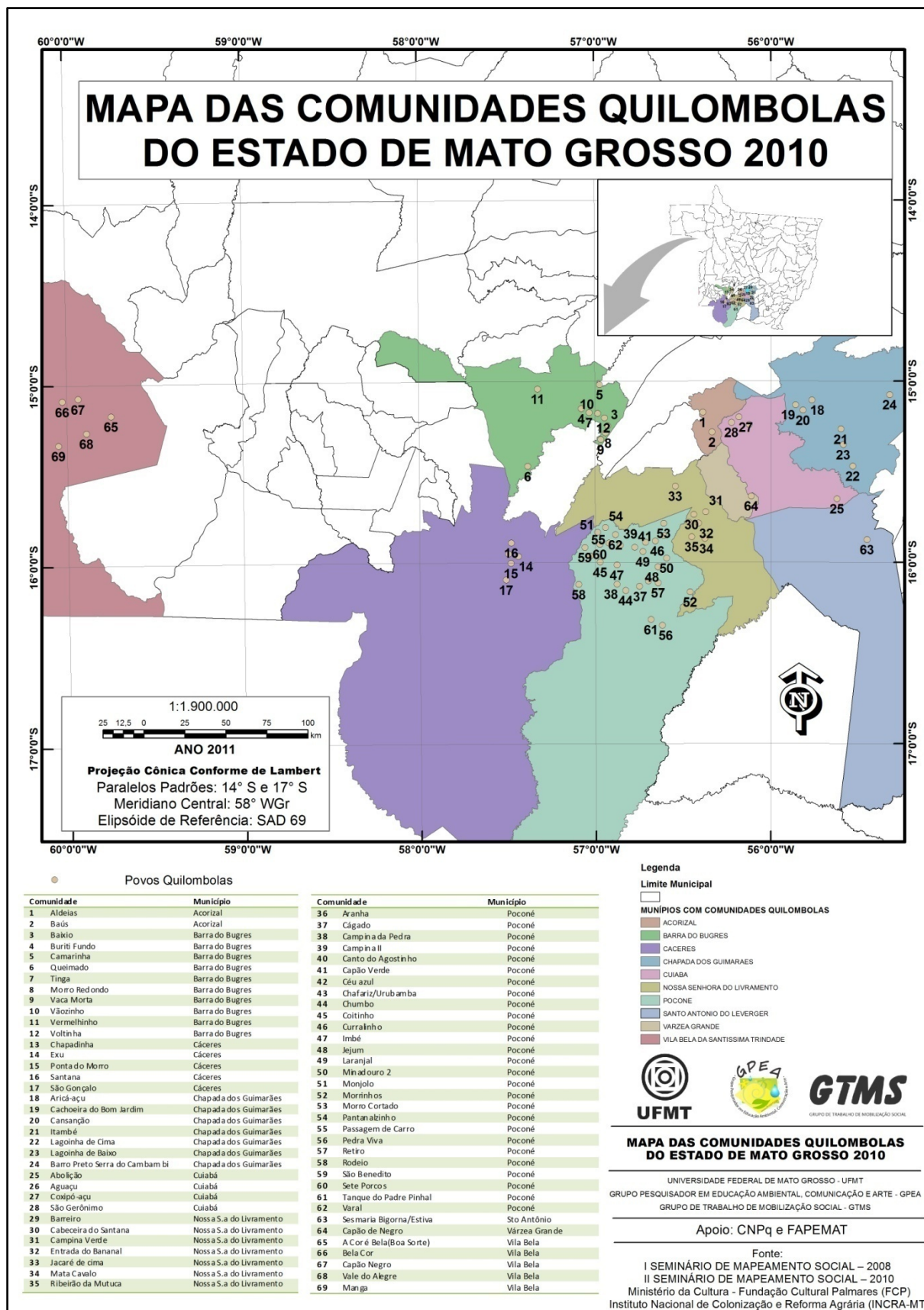


FIGURA 4.4. MAPA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Organização: R. SILVA; M. SATO, 2011.

A espacialização atual das comunidades, se comparados com o estudo elaborado por Martiniano José da Silva (2003), intitulado Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII E XIX (1719 - 1888), demonstra que as localizações das atuais comunidades remanescentes no Estado coincidem com o registro histórico da localização dos antigos quilombos. No estudo, Silva (p. 67) ressalta que, até o ano de 1876, os escravos em MT estavam concentrados em nove localidades: Cuiabá, Poconé, Cáceres, MT (antiga Vila Bela), Diamantino, Rosário, Corumbá e Santana do Paranaíba (os dois últimos citados são municípios que hoje pertencem a Mato Grosso do Sul e que pertenciam a MT antes da divisão dos Estados).

Os grupos de escravos estavam absorvidos nas atividades canavieiras, produzindo açúcar e rapadura para abastecimento do mercado consumidor interno e externo, abrangendo a Bolívia e o Paraguai, comércio beneficiado após a abertura da navegação do rio Paraguai em 1872. Havia também os escravos urbanos que desenvolviam atividades domésticas e ofícios mecânicos.

A situação secular e marginal das comunidades quilombolas, efetivamente, no Estado ainda torna mais cruel quando identificamos que não há nenhuma terra de quilombo devidamente titulada. Pelo contrário, em sua maioria, estas comunidades vêm enfrentando um processo longo de conflitos ambientais centrados, essencialmente, nas disputas pelos seus territórios e na luta pelo reconhecimento de seus direitos.

Este fato nos evidencia questões emergenciais, como a necessidade de estudos que ofereçam múltiplos conhecimentos de cada comunidade que instiguem maiores empenhos dos setores responsáveis em acelerar os processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas em MT. É nesta esperança que projetamos nosso estudo, esperando contribuir para a ampliação da visibilidade destes grupos, para que a elaboração de políticas públicas venha fortalecer a sustentabilidade e a luta dos povos quilombolas do Estado de MT.



### **Os povos ciganos**

Os povos ciganos em MT, recentemente, têm fixado seus territórios, mas ainda identificam-se como andarilhos. Segundo o pesquisador AZEVEDO SILVA (2009), os vários grupos ciganos possuem diferentes conhecimentos, cosmologias, olhares, visões de mundo e ensinamentos milenares. A educação cigana ocorre no bojo familiar e é

tecida por narrativas orais de cunho mitológico. Ao manter tais tradições, evidencia-se uma educação entrelaçada ao meio-ambiente. Para eles, registrar os mitos é também conservar a memória e a identidade cigana.

Os ciganos, comumente, são vistos como um único povo e como uma cultura generalizada, com receio e com desconfiança por aqueles que não têm esta identidade, estes, muitas vezes, os atacam, praticando injustiças, emprestando-lhe má fama e a reputação de ladrões. Todavia, não existe um único tipo de cultura cigana, mas sim diversas comunidades (historicamente diferenciadas) chamadas de ciganas, que podem ou não manter relações de semelhanças ou diferenças umas com as outras. Os ciganos Kalon estão no país desde o século XVI e vieram oriundos da Península Ibérica especialmente França, Espanha e Portugal; já os Rom chegaram no século XIX, vieram dos Bálcãs e Europa Central.

Os ciganos em MT são, principalmente, da identidade Kalon, com maior foco nos municípios de Alto Garças, Cuiabá, Guiratinga, Juscimeira, Juara, Pedra Preta, Rondonópolis, São José do Povo, Sinop, Tangará da Serra e Várzea Grande. Estão em território mato-grossense a mais de 100 anos.



### **Os Grupos de Siriri, de Cururu e Dança do Congo**

Os Grupos de Siriri e de Cururu são fortes expressões populares da cultura mato-grossense. São tradições seculares de origem indígena que ocorrem nas comunidades rurais dos Pantanais e dos Cerrados. Estas danças têm a viola-de-cocho como elemento essencial. Este é instrumento musical singular, produzido exclusivamente de forma artesanal, utilizando de um tronco de madeira inteiriça, esculpida no formato de uma viola. Teve seus modos de fazer relatados no livro de registro dos saberes e, foi reconhecida como patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2005 (ROMANCINI, 2005; IPHAN, 2009).

Em MT, o Siriri é dançado por crianças, homens e mulheres que vestem roupas coloridas e, em rodas ou fileiras formadas por pares. A origem é atribuída às danças indígenas, o seu ritmo alegre e movimentado é obtido por meio de uma ou mais violas de cocho, do ganzá e do mocho. O cururu é uma dança dos homens que, em roda, cantam ao som de violas de cocho e ganzás. Os versos, com improvisações e repentes, são

elaborados na hora e ressaltam temas religiosos e outros assuntos que envolvem as belezas naturais de MT (ROMANCINI, 2005).

Os Grupos de dança do Congo têm predominância masculina. A dança tem origem africana e representa uma luta simbólica entre dois reinos africanos por questões territoriais: congo e bamba. É uma expressão artística de forte caráter devocional. Ocorre nas cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade (julho) e de Nossa Senhora do Livramento (maio). Neste último município, de acordo com Oliveira (2010) o Congo tem origem na comunidade quilombola Sesmária Boa Vida: Mutuca, em razão de localizar-se próximo ao Ribeirão do Mutuca.

Oliveira (2010) argumenta que, o Congo guarda forte relação com o catolicismo popular e com a umbanda, se não com as práticas religiosas ou com as instituições, pelo menos com uma de suas representações iconográficas mais fortes: São Benedito. A existência de uma construção no centro de Livramento, a Casa São Benedito, tem algum significado para a comunidade, já que foi construída pelos próprios quilombolas num período em que os dançantes não participavam da missa. O autor prossegue em sua compreensão, ressaltando que, o santo padroeiro da festa, São Benedito, é o elemento principal que agrega todos os outros elementos, por ser o centro do evento, motiva e move os sujeitos envolvidos tanto para os aspectos logísticos, como para a coreografia e/ou para a música. Assim, nesta movimentação, toda a comunidade se articula em torno da festa em devoção ao santo padroeiro.

#### **4.2.2 LOCAL DA CULTURA e *HABITAT***

Neste eixo, estão registrados povos que têm suas identidades e suas respectivas denominações identitárias em referência aos ecossistemas/lugares que habitam. São os povos pantaneiros, mimoseanos e morroquianos, como também, os povos ribeirinhos e os grupos denominados de fronteiriços e beiradeiros; povos que cujo “sentido de pertencimento tem centralidade” (MAZZETTO, 2009, p. 101).



FIGURA 4.5. Identidades mapeadas na construção identitária do local da cultura e do *habitat*.



### Os povos pantaneiros



*Ser pantaneiro é viver pelos ciclos das águas que faz pulsar toda a vida no Pantanal. (não identificada, pantaneira de Cáceres, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social)*

Como parte da Bacia do Alto Paraguai (BAP), a planície pantaneira cobre uma área de quase 210 mil km<sup>2</sup> que é compartilhada pelo Brasil (140 mil km<sup>2</sup> nos Estados do MT e Mato Grosso do Sul), pelo Paraguai e pela Bolívia (70 mil km<sup>2</sup>). É, portanto, um ecossistema variado (florestas, cerrados, rios, corixos, baías e lagoas) que traz uma rica vegetação, com enormes concentrações faunísticas, principalmente de aves, de répteis e de peixes. O Pantanal não é uniforme e em toda a sua extensão é possível identificar 12 sub-regiões, as quais dependem do solo, da vegetação, do relevo e do regime hidrológico (figura 4.6) (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2002b).

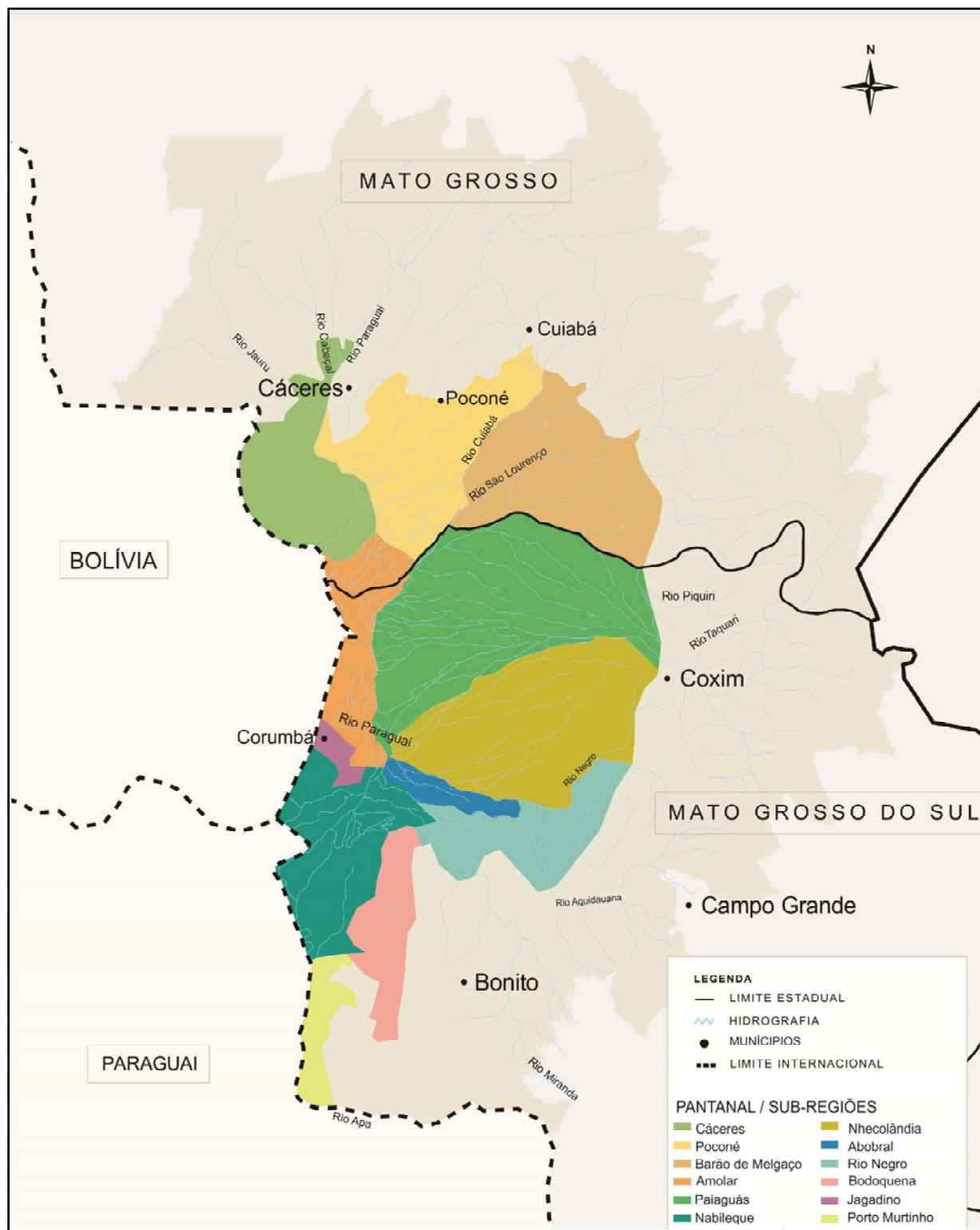


FIGURA 4.6. As sub-regiões do Pantanal brasileiro.  
 Organização: R. SILVA; M. SATO, 2011.  
 Adaptado de FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2001b.

O Parque Nacional do Pantanal Matogrossense é um espaço geográfico, considerado um dos maiores ambientes aquáticos do planeta, e sua importância tem sido reconhecida nacional e internacionalmente. Foi decretado patrimônio nacional pela Constituição de 1988 e, no ano 2000, foi reconhecido como reserva da biosfera e patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). Além disso, o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e, mais recentemente, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estância Ecológica SESC Pantanal receberam o título de Sítios Ramsar.

Seguindo os fluxos das águas, o Pantanal é um espaço em constante movimento, tendo sua paisagem alterada entre épocas de seca e de cheia. Entrelaçados com a beleza das diversidades biológicas, a região é habitada por um povo que apresenta características peculiares de convívio com a dinâmica das águas e se autodenominam de povos pantaneiros. Estes povos revelam saberes locais e trazem as mais variadas contribuições culturais - comidas, danças, histórias, lendas, sotaques e tantas outras expressões que não poderíamos citar todas por sua abrangência. Todas as comemorações festivas relacionam-se com as religiões e há santuários em quase todas as casas, algumas vezes no sincretismo religioso (SATO et al., 2001).

Nos seminários de mapeamento, algumas comunidades localizadas nos Pantaneais de MT, foram citadas de acordo com os municípios. A figura 4.7 representa cartograficamente a espacialização das comunidades pantaneiras do Estado.

- Em Santo Antônio do Leverger: Pedra Branca, Bocaininha, Morro Grande, Barreirinho, Vereda, Praia do Poço, Barranco Alto, Barra do Aricá, Porto de Fora, Quilombo e Mimoso. Algumas destas comunidades estão localizadas às margens do rio Cuiabá e mantêm características de comunidades ribeirinhas. Dentre estes, há os que se identificam como mimoseanos, são moradores da Comunidade de Mimoso, com forte identidade pantaneira e com influência da vida do Marechal Rondon, terra onde ele nasceu e cresceu. A escola localizada no centro da comunidade recebe o nome da mãe de Rondon [Escola Santa Claudina] (SATO, 2002);

- Em Barão de Melgaço: Grande Chacororé, Praia do boi, Barranqueira, Capão, Estirão Comprido, Buritizal, Conchas, Poço General, Porto Brandão, Cuiabá Mirim, Vila Nova, Porto Emiliano, Porto São João, Croará, Santa Maria, Tamaraidaré, Piúva, Porto Quilombo, Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Isabel, Capoeirinha, Lagoa do Algodão e São Pedro de Joselândia. O complexo de São Pedro de Joselândia está situado entre dois dos maiores rios formadores do Pantanal de Barão de Melgaço, o rio Cuiabá e o rio São Lourenço. Conta com as seguintes comunidades: a sede São Pedro, Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Isabel, Capoeirinha e Lagoa do Algodão. Em seu entorno está localizada a RPPN SESC Pantanal;

- Em Nossa Senhora do Livramento: A comunidade de Pirizal está situada à margem direita do rio Cuiabá e a margem esquerda do rio Bento Gomes em uma região conhecida como Pantanal do Cuiabá - Bento Gomes - Paraguaizinho, sendo denominado localmente como Pantanal de Poconé;

- Em Poconé: Comunidade Campina II, Campina da Pedra, Mundo Novo, Piuval, Figueira, Imbé, Barreirinho, Sete Porcos, Zé Alves, Rodeio, Assentamento Furna I e Furna II, Minador, Assentamento Baía do Campo, Baía do Potreiro, Chafariz, Capão Verde, Bandeira, São Benedito, Varzearia, Carretão, Sangradouro, Maravilha e Morro Cortado. Algumas destas comunidades estão vinculadas a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé (COMPRUP) que, por meio do agroextrativismo e da agricultura familiar, vêm trabalhando com a coleta e beneficiamento do baru (*Dipteryx alata*), conhecido também como cumbaru. Além do baru, a COMPRUP trabalha com a produção de açúcar mascavo, rapadura de mamão, farinha de mandioca, pinga de alambique, banana frita e balinha de banana produzida e embalada artesanalmente;

- Em Cáceres: Comunidade das Onças, Senhora dos Milagres, Monjolo, Córrego Formiga, Vila Aparecida, Paiol, Flechas, Nova Flexas, Vinhático, Sadia, Mata Comprida, Ipê roxo, Laranjinha, Porto Limão, Cerradão, Corixinha, Laranjeira I e II, Padre Inácio, São Roque, São Cristóvão, Roça Velha, Trindade, Baía Velha, Assentamento Sapiquá, Rancho da Saudade, Nova Esperança, Jatobá, Bom Sucesso, Catira, São Francisco, Santa Luzia, Limoeiro, Beranqueira, Flor da Mata, Água Boa, Soteco, Santana, São Sebastião,

Água Branca, Guanandy, Exu e Vila Aparecida. No trabalho com estas comunidades, devemos ressaltar a atuação do FLEC que é um importante articulador na defesa dos pantanais de Cáceres, especialmente, a atuação do Padre Salomão na militância socioambiental. Há mais de 10 anos, este grupo vem realizando, anualmente, importantes articulações na defesa do Rio Paraguai, alertando pela expansão da pecuária e da agricultura, a implantação de PCH, resistindo à implantação da hidrovia Paraná-Paraguai e, denunciando a precariedade na falta de saneamento básico que poluem os rios no planalto.

O modelo de desenvolvimento adotado tem proporcionado graves problemas ao ecossistema pantaneiro e seus povos, principalmente, os impactos e pressões relativos às atividades econômicas da agropecuária, a instalação de indústrias e as atividades mineradoras. O desmatamento na região, além de contribuir para uma maior erosão e pelo assoreamento dos rios, elimina a fonte de alimentação dos animais e das populações que ali habitam. Como se não bastasse, ainda temos o impacto causado pelo turismo desordenado, somados às conseqüentes atividades de pesca e caça predatória (DIEGUES, 2002).

A gestão ambiental dos territórios pantaneiros deve compreender a complexidade que envolve este ecossistema e, reconhecer a interdependência direta da planície com as áreas que estão no planalto. Neste caso em toda a BAP, pois, é impossível garantir a sustentabilidade do Pantanal sem a compreensão dos impactos socioambientais que estão em seu entorno. Como exemplo, a poluição hídrica causada pelos agrotóxicos, os esgotos sanitários e os industriais vindos do planalto revelam-se como problemas a ser solucionados.

Estas ameaças demandam a urgente necessidade de um conhecimento detalhado da ecologia e de esforços das políticas socioambientais para assegurar a preservação deste ecossistema e, de igual modo, as políticas públicas devem ser construídas visando à inclusão da defesa das diferentes culturas que, assegure o direito à manutenção dos hábitos e dos costumes das populações pantaneiras.

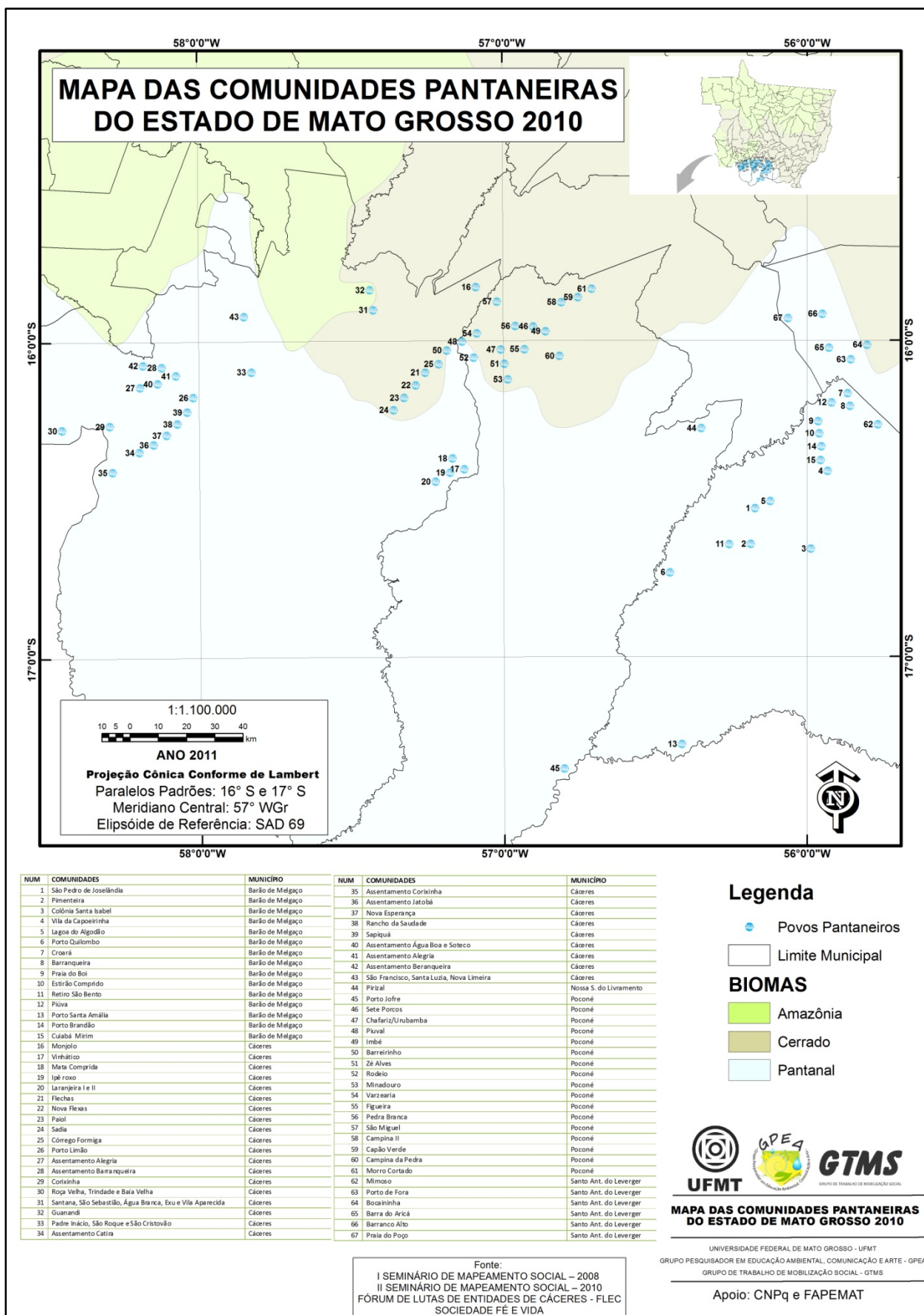


FIGURA 4.7. MAPA DAS COMUNIDADES PANTANEIRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. Organização: R. SILVA; M. SATO, 2011.



## Os Morroquianos



*Lá é lugar alto. É só morraria. Lá tem a embaixada. E tem as partes de serras. São quatro serras que lembram o território morroquiano. A serra da Chapadinha. A Serra do Tarumã (beirando o rio Paraguai). A serra da Bocaina do Vão e a Serra da Cachoeirinha. Nosso problema lá é a cerca. Desde 2003 que tentam invadir nossas terras. Cercaram tudo lá. E agora está nas mãos da justiça. A comunidade é uma comunidade histórica com bastante tradição e bastante religiosa. (Seu Felipe Severiano de Souza, morroquiano da comunidade Nossa Senhora do Carmo, Taquaral em Cáceres, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social)*

Os Morroquianos são moradores da Morraria no entorno da Estação Ecológica da Serra das Araras, próximo a Cáceres, Porto Estrela e Barra do Bugres. As comunidades de Taquaral, Água Branca, Bocaina, Santana, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Carmo, São Sebastião, Guanandi, Exu, Vila Aparecida estão localizadas entre os vários morros, serras, bocainas, córregos (afluentes do rio Paraguai), chapadinhas e vales que fazem parte da Província Serrana. A origem das comunidades se dá com a divisão das sesmarias. Parte da área foi doada por João Ferreira Mendes e Pedro Ferreira Mendes, por volta de 1910, para a construção da igreja de Nossa Senhora do Carmo. Por isso, as terras são consideradas terras de santo.

Segundo os relatos, os morroquianos são agricultores e praticam uma agricultura familiar. São também extrativistas e pequenos produtores de doce, de rapadura e de farinha. Alguns moradores das comunidades cultivam também o algodão que é utilizado na fiação artesanal de redes de dormir, as artesãs são mulheres que tem o cuidado de utilizar corantes naturais de plantas do cerrado. Esta é uma atividade que está se perdendo no cotidiano da comunidade

Mais do que atividade econômica, as atividades agrícolas dos morroquianos buscam preservar o modo de vida da comunidade, suas cosmologias, suas diferentes temporalidades e suas múltiplas territorialidades. No entanto, sofrem frequentes pressões por parte dos fazendeiros que desejam ocupar suas terras. Muitos agricultores perderam suas terras, por pressão, especulação, expulsão ou despejo, atos sempre acompanhados de violência contra os antigos moradores que não tinham o título definitivo das terras comunais das antigas sesmarias.



## **Os povos ribeirinhos**

A ocupação dos territórios em MT ocorreu primeiramente pelos rios. As águas dos rios eram os espaços de circulação antes da abertura das estradas e, ao longo destes leitos, foram formando-se várias comunidades que deram origem aos centros urbanos. Nessas margens, também, estabeleceram-se os povos ribeirinhos.

Associado a pesca, em geral, este grupo desenvolve uma economia de subsistência pelo cultivo de hortaliças, frutas, raízes e grãos. Alguns têm a economia complementada pelo extrativismo vegetal. O rio habita a identidade dessa gente que navega pelos caminhos das águas nesta imensidão do Estado, em particular, suas expressões de vida se organizam nas dinâmicas das cheias e das vazantes. Os ribeirinhos conhecem as artimanhas e os remansos dos rios, deslizam em suas corredeiras como os dias da própria existência, rememoram em suas narrativas o tempo das fartas águas e dos muitos peixes. Os povos ribeirinhos é, portanto, uma forte expressão identitária no Araguaia, nos igarapés amazônicos, nos corixos pantaneiros e às margens dos caudalosos rios do Cerrado mato-grossense.

Os ribeirinhos são uma população que vive à beira dos rios, com maior identificação com a água do que com a terra, a atividade é, predominantemente, pesqueira, apoiada pela agricultura de várzea e de terra firme.

Os principais conflitos socioambientais enfrentados por estes povos estão relacionados ao acesso aos produtos pesqueiros, de forma peculiar, pela invasão dos pescadores profissionais impulsionados pelo turismo da pesca. Relataram durante os seminários que lutam para manter a forma tradicional de viver que, atualmente, o leito do rio está mudando, pois há muita seca nas estiagens, assim como, há falta de peixes nos rios, devido à sobrepesca.

## **Os Fronteiriços e Beiradeiros**

Há alguns assentados que vivem de agricultura de subsistência próximos a fronteira com a Bolívia, estes se autoidentificam como fronteiriços. Há outro grupo que também tem sua identidade ligada às beiras do rio Roosevelt e rio Guariba, no extremo noroeste do Estado, no município de Colniza, são conhecidos na região como beiradeiros.

### 4.2.3 LABOR, TRABALHO e PRODUÇÃO

Neste eixo serão descritos os grupos com identidades construídas nas relações com o trabalho, nas relações com a natureza, nos modos de produção e de subsistência. Para Marx (1980), o trabalho é a essência da humanidade, que se dá na relação entre o humano e a natureza. “É a relação dos seres humanos com a natureza e entre si, na produção das condições de sua existência” (CHAUÍ, 2000, p.390). Nos pensamentos de Marx (1988), os seres humanos são agentes de sua própria história por meio do trabalho, mas não o fazem em condições escolhidas voluntariamente.

Pelos depoimentos, podemos afirmar que, para estes grupos, o trabalho é mais que uma atividade econômica, configurando-se como um modo de vida em um multiespaço de partilha. Observa-se, que estes grupos formam uma rede de parentesco e compadrio, que se estabelece em uma rede de solidariedade no compartilhar de saberes e vivências. Um exemplo disto é a realização do *muxirum*, uma forma particular destes povos para denominarem o mutirão, que é um regime de mutualidade e contraprestação, onde se trocam os dias de trabalho uns com os outros. “Consiste num trabalho de colaboração, feito nas emergências, de vizinho, na colheita, no aceiro, realizado sempre festivamente pelos momentos de convivência, de partilha da comida, cantos e festa” (PASSOS, 2009, p.57). Por outro lado,

Embora a sociedade atual seja pautada, em grande medida, pelos preceitos capitalistas, existem comunidades, associações, cooperativas ou grupo de trabalhadores(as) que procuram se organizar de forma coletiva, igualitária e sem exploração do trabalho alheio, enquanto estratégia para garantir a reprodução ampliada da vida (CAETANO; NEVES, 2010, p. 8)

Além da solidariedade descrita nas práticas cotidianas, outro fio condutor destas identidades está no contato direto, interdependente e intrínseco destes grupos com a natureza. Esta relação é descrita por Brandão (2007, p. 51) quando nos aponta que “boa parte do que se obtém para o sustento familiar e a reprodução da vida coletiva é obtido da natureza, por coleta, caça e pesca, os espaços da vida e do trabalho ainda são, em uma larga medida, os da própria natureza.” Este sistema de interdependência configura-se

como um sistema de conhecimento gerado por estes grupos por meio de uma longa convivência com os ecossistemas e suas diferentes racionalidades ao manejá-los.

Segundo Toledo (1991), estes conhecimentos locais e suas relações culturais tem sido um campo de análise das etnoecologias. São conhecimentos peculiares das questões socioambientais que envolvem processos na relação humanidade/natureza, notadamente, estas peculiaridades se dão na maneira como estes grupos percebem os bens e os serviços proporcionados pelos ecossistemas e, definem manejos e táticas cuidadosas na interação com estes *habitats*.

Neste ponto do estudo, as identidades narradas são pertencentes aos agricultores familiares, aos retireiros do Araguaia, aos seringueiros, aos beiradeiros, aos extrativistas, aos artesãos e aos pescadores profissionais/artesanais.

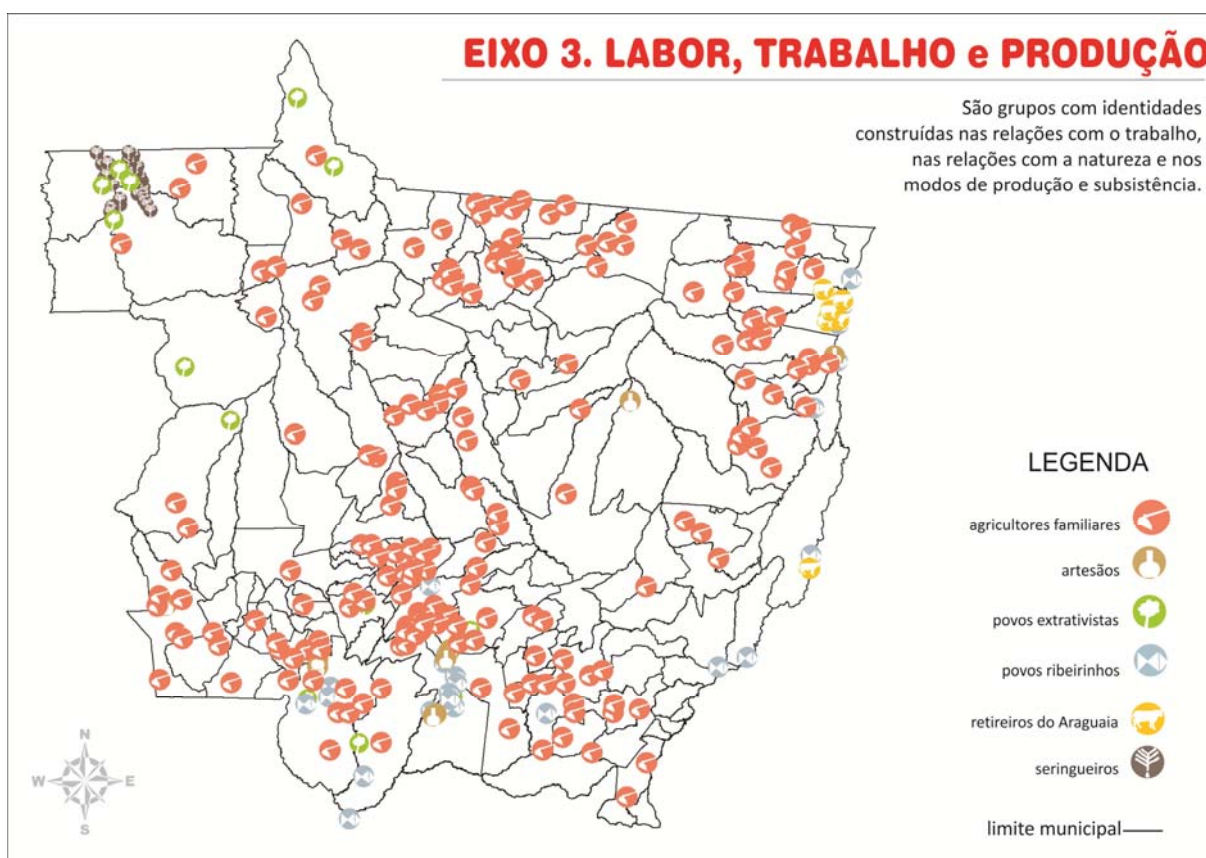


FIGURA 4.8. Identidades mapeadas na construção identitária do labor, trabalho e produção.



## Os Agricultores familiares



*Sou um agricultor familiar e para mim o trabalho é sagrado. (Seu Neuzo Antonio de Oliveira, agricultor familiar em Cáceres, entrevista concedida no I Seminário de Mapeamento Social)*



*As nossas vidas melhoraram quando passamos a lutar por uma causa coletiva que é a reforma agrária. (Orlando, agricultor familiar em Ipiranga do Norte, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social)*



*Ser agricultor familiar é cultivar a terra e dela obter seu sustento por meio de um modelo menos agressivo ao meio ambiente. (Seu Albino Bispo da Silva, agricultor familiar da comunidade Barreirinho em Poconé, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social)*

“O camponês não trabalha, labuta” são palavras do filósofo Aristóteles. É nesta via que apresentamos os agricultores familiares que são também chamados de camponeses, colonos, pequenos produtores familiares, trabalhadores rurais, entre outras denominações. Em MT, este grupo está presente em diversos pontos do Estado. Variando no tipo de produção agrícola, têm preferência aos insumos com defensivos naturais e ao controle biológico das pragas, numa prática agrícola que busca ser mais cuidadosa com o ambiente e com a saúde humana.

Uma extensa lista de violências tem caracterizado a luta destes povos na defesa de seus modos de vida e de seus territórios. Scolese (2008), ao avaliar os dados em conjunto do INPE, do IBGE, do Ministério do Trabalho e da CPT evidencia que os municípios que mais desmatam na região amazônica são também os que mais registram trabalho escravo e violência no campo.

Os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são de exclusividade dos nossos tempos. São marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país (OLIVEIRA, 1994). Nesta luta, desde os anos 80, o MST-MT, se destaca como uma força organizativa que representa os agricultores familiares na acirrada luta em favor da reforma agrária no Estado de MT.

Associado as atividades de agricultura, em sua maioria, estes povos são também extrativistas, com intensa relação às atividades da agricultura familiar. Alguns agricultores familiares desenvolvem pequenas atividades, como: a produção de farinha de mandioca que utilizam em seu fazer o ralo, caititu, prensa, o sucuri, pá, peneira, pilão

e tachos para torrar. A produção de rapadura que é feita do caldo de cana de açúcar, configura-se como forte expressão das comunidades ao longo do Rio Cuiabá, nos municípios de Barão de Melgaço e Poconé. Em seu fazer utilizam o engenho artesanal, a fornalha, gamela, mesa e grade para a secagem. Alguns têm também como parte de suas atividades a produção do mel, geralmente, em pequena escala para a subsistência familiar.



### Os Seringueiros

*“Não há defesa da floresta sem os povos da floresta”. Chico Mendes*

Incentivados pelas campanhas do governo brasileiro, os seringueiros enfrentaram o desconhecido da selva amazônica. As narrativas nos mostram que alguns deles chegaram aos seringais de MT, por volta de 1870. Nesta época, foram inúmeros conflitos entre os indígenas que ali residiam e os seringueiros que chegavam à região. Mais de cem anos depois, em 1988, em um seringal distante dali, fazendeiros assassinaram o maior líder seringueiro do país: Chico Mendes. A semente tinha sido plantada e, cresceu em todo o país a discussão e a articulação da criação das RESEX. Diante desses fatores, surge:

A proposta das reserva extrativistas como coroamento dessa identidade seringueira [...]. As reservas extrativistas se apresentam como um laboratório vivo, para a busca de um modelo de desenvolvimento que se faça com e a partir de populações que têm um saber efetivo de convivência com a floresta. (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 132).

Nos domínios da Amazônia em MT, os seringueiros vivem, particularmente, na RESEX Guariba Roosevelt, que é a única reserva extrativista do Estado. Eles são também conhecidos na região como beiradeiros, pois vivem às margens do rio Guariba e do rio Roosevelt, no município de Colniza, extremo noroeste do Estado.

A Associação dos Seringueiros do Guariba Roosevelt foi criada em 1993, surgiu da discussão inicial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã, conquistando o apoio de várias organizações e movimentos populares. Com isto, muitos passos importantes foram dados, sendo a maior conquista a criação da reserva extrativista que foi instituída pelo decreto Estadual n.º 952 de 19/06/96, com área de 57.630 ha (MATO

GROSSO, 1999). Contudo, a demarcação da área não incluiu a maioria das colocações dos seringueiros, os quais ficaram fora da área da reserva, e até hoje, este povo vêm sofrendo pelo mau planejamento da reserva. Conforme relato de uma seringueira:



*Enquanto eles estão discutindo a ampliação da reserva, aqui a reserva tá acabando, quando eles decidirem já vai ter acabado tudo. (Maria do Socorro, seringueira da RESEX Guariba Roosevelt, em Colniza, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

Compreendemos assim que, é urgente a ampliação da reserva em uma nova demarcação que contemple todas as colocações e as áreas de coletas de seringas, castanhas e óleo de copaíba. Sofrendo pela escassez do mercado da borracha e das alternativas de renda, os seringueiros percorrem pequenas trilhas abertas na floresta que lhes permitem o acesso às seringueiras nativas (*Hevea brasiliense*). Hoje, além da luta pela resistência da vida e de seus hábitos, os seringueiros lutam pela conservação de seus *habitats*, pois, até mesmo, as áreas protegidas vêm sofrendo constantes agressões, em particular, pelo impacto da exploração madeireira e pelas queimadas.



## Os Retireiros do Araguaia



*Eu tenho orgulho em ser retireiro do Araguaia, pois eu me sinto protegendo a natureza de um modo sustentável. Antes o espaço do retireiro era comunal, hoje existem os limites das cercas. (Rubem Sales, retireiro do Araguaia em Luciara, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social)*



*Sou retireiro. Gosto e me identifico com este trabalho porque convivo com a natureza. (Jossiney E. Silva, retireiro do Araguaia em Luciara, entrevista concedida no I Seminário de Mapeamento Social)*



*Ser retireiro do Araguaia é um modo de trabalho, assim eu respeito a natureza e mantenho minha identidade. (Ítalo Sales, retireiro do Araguaia em Luciara, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social)*



*O retireiro tem o gado como identidade, neste ciclo que define seu tempo de fazer a casa, seu tempo de retirar o gado e seu tempo de fazer a roça (Lidiane, retireira do Araguaia em Luciara, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social)*

Os retireiros do Araguaia são pessoas que vivem em uma área úmida de beleza inigualável nas regiões de inundação do rio Araguaia, espreado no verde do Cerrado mato-grossense, entre as casas de palha e o cotidiano de lutas<sup>14</sup>. Sua identidade advém por retirarem o gado da área afetada pela cheia das águas, colocando-os em pastos de fazendas alugadas e devolvendo-os na seca, para que os novos ciclos se reiniciem. Este movimento dinâmico envolve membros das famílias e das comunidades em ritmo e pausa da organização social, ligada ao compasso da natureza e, em rede constituem a celebração da vida. Todavia, padecem na época da cheia, quando o gado vive em terras estranhas, extraíndo a escassa economia dos retireiros.

Desde 1999, os retireiros buscam a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mato Verdinho que favorecerá a autonomia do trabalho, possibilitando a demarcação de um território próprio para suas sobrevivências, lhes possibilitando uma vida digna por meio das escolhas democráticas e pela autonomia em gerenciar seus próprios ambientes. Assim, é urgente a criação desta área protegida, pois os fazendeiros continuam a invadir as várzeas e a expulsar os retireiros de sua legítima territorialidade. O ecossistema local sofre outras ameaças como o desmatamento, a sobrepesca, o assoreamento, a dragagem do rio Araguaia para hidrovias e a construção de hidrelétricas que vem ameaçando não apenas as vidas humanas, mas toda a riqueza que a natureza compõe nesta paisagem das áreas úmidas.

Este grupo, retireiros do Araguaia, tem como uma das suas principais atividades a criação extensiva de gado nas áreas de pastagem nativa de Cerrado, na região de inundação do rio Araguaia. Os retireiros reconhecem o capim, que alimenta o gado, como maior aliado da sobrevivência local. As atividades econômicas sustentáveis dos retireiros, em função dos conhecimentos tradicionais de sua gente, favorecem a conservação da biodiversidade e da ecologia local.

---

<sup>14</sup> Texto adaptado de SATO, Michèle. Grito a favor dos retireiros do Araguaia, 2010. Manifesto lançado durante o II Seminário de Mapeamento Social a favor da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mato Verdinho no Araguaia – Mato Grosso – Brasil, 2010. Este manifesto foi escrito pela professora Michèle Sato a pedido dos retireiros do Araguaia e endossado pelos participantes do II seminário.



## Os povos extrativistas

As atividades extrativistas são práticas de muitos povos em MT e estão espalhados por todo o território. Os produtos coletados são frutos, raízes, plantas medicinais, madeiras, resinas, óleos, látex, tintura, entre outros. Estes são utilizados com diversas finalidades, entre elas: alimentares, medicinais e/ou como matéria-prima para confecção de bens e de serviços (MACHADO, 2008). Os povos extrativistas podem ser desmembrados por meio de diversas identidades, relatamos abaixo delas, evidenciadas pelas narrativas nos seminários de mapeamentos:

Os **raízeiros** são extrativistas que coletam plantas medicinais e comercializam em pequena escala nos centros urbanos. Tem na transformação da paisagem uma ameaça para a continuidade de suas práticas;

Os **fruteiros** coletam, principalmente, frutos do Cerrado. Foram relatados nas Comunidades de Ribeirão do Costa, Sítio Conceição na zona rural de Chapada dos Guimarães.

Os **poaieiros** são coletores de poaia (*Psychotria ipecacuanha*), uma espécie medicinal rasteira e de sombra de mata densa. Sua coleta é uma atividade histórica em MT, com a utilização descrita deste o século XVIII. Seus coletores são denominados poaierios. A quase extinção da atividade deu-se pela diminuição da demanda e pela destruição da espécie em decorrência dos desmatamentos. Sua coleta deu origem ao município de Barra do Bugres.

Os **extrativistas de castanha do Brasil** têm foco na região norte do Estado em áreas de floresta amazônica. A coleta de castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) é feita entre os meses de novembro a março, este período é chamado pelos seus coletores de fábrica da castanha. Há um vasto programa denominado de Programa Integrado da Castanha (PIC) apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD –Brasil) e pela SEMA-MT que busca alternativas de renda sustentáveis para os povos da floresta, inclusive em áreas indígenas dos povos indígenas Rikbaktsa, Arara do Rio Branco e Zoró.

Os **extrativistas de óleo de Copaíba**, geralmente é uma atividade masculina que ocorre nas regiões amazônicas do Estado. O óleo de copaíba (*Copaifera sp*) é utilizado

no tratamento de enfermidades como: gripes, ferimentos, picadas de cobra; é usado também como combustível para lamparina e pequenos candeeiros.

Os **extrativistas de látex de mangaba** são encontrados nas regiões pantaneiras, em municípios como Barão do Melgaço, Cáceres e Poconé. Com o látex produz-se capas de chuva, chamadas poncho, para uso dos cavaleiros nos banhados do Pantanal.



### Os Artesãos(ãs)

Os artesãos são homens e mulheres que estão presentes em todo o território mato-grossense. Seus artesanatos, muitas vezes, são importantes referências culturais locais. Produzem artefatos de forma artesanal, tendo como base as mais variadas matérias-primas.

Os **canoeiros** vivem às margens dos rios, principalmente pantaneiros, fabricam canoas e tem profundo conhecimento etnomatemático para esta construção. São ribeirinhos, e se autodenominam como canoeiros. Imara Quadros é uma pesquisadora do GPEA que desenvolve sua pesquisa de doutorado com este grupo social em São Pedro de Joselândia, ela nos narra:

*Para além da pesca ou do transporte, uma canoa pantaneira transcende o significado material, e torna-se uma expressão da arte, fincada na cultura imaterial de um patrimônio pantaneiro que teve o matrimônio com a beleza natural. O tempo das águas é a época da “feitura” da canoa. São realizadas por homens, conhecidos como Mestres que aprenderam este saber com os mais velhos, que desde sempre se propuseram ensinar aos mais jovens interessados, no próprio momento do fazer. A canoa do Pantanal de Joselândia é esculpida ao ar livre e a partir de um único tronco de árvore, onde é derrubada, cortada e depois escavada com instrumentos específicos até atingir sua forma final e servir como extensão do próprio corpo desta gente, no tempo das águas.*

Os **artesãos de entalhes em madeira** produzem gamelas, colheres de pau, pilões, canoas, cochos. A produção de teares, prensas, engenhos, carretas, carros de boi e violas de cocho são montados sem pregos, utilizando encaixes.

Os **artesãos de trançados** utilizam taquaras, cipós, palhas, fibras, etc. Na baixada cuiabana são produzidos os jacás, cestos para acondicionar peixes vivos submersos no rio. Várias etnias indígenas produzem seus trançados com folhas, palmas, cipós, talas e fibras resultando em redes, cestos, abanos, baquités e máscaras que são utilizadas em suas atividades cotidianas, em seus rituais e ritos de passagem. Os desmatamentos vêm tornando rara a matéria prima destes trançados e comprometendo a continuidade das atividades.

Os **artesãos de couro e chifres** utilizam o couro é usado na confecção de arreios, laços e trançados. Com os chifres são feitos berrantes para atrair o gado e guampas, uma espécie de copo. É uma atividade geralmente masculina.

Os **artesãos de tecelagem** fazem as redes para dormir, os “cochonilhos” para colocar como forros de arreios, faixas para cintura, etc. Em geral são atividades femininas e são produzidas com o algodão. São encontradas geralmente nas depressões dos rios Cuiabá e Paraguai. As redeiras são forte expressão da comunidade de Limpo Grande, em Várzea Grande. Há também as redes confeccionadas pelos povos indígenas feitas de trançados de fibra de buriti e algodão nativo.

Os artesãos de argila, chamados de **oleiros** é uma atividade masculina que produzem com argila artesanalmente tijolos e telhas. Outra atividade relacionada com a argila é a expressão identitária dos **ceramistas**, realizam atividades com argila e moldam as peças à mão, função realizada, geralmente, por toda a família. Produzem potes de água, panelas, jarras, moringas, pratos, travessas, etc. Foram citadas as comunidades Caiçara e Caramujo, em Cáceres. As bonecas de cerâmica do povo indígena Karajá, na região Araguaia. As bonecas produzidas em Vila Bela da Santíssima Trindade. Os artefatos produzidos pelos Waurá, etnia do no Alto Xingu. E, São Gonçalo, uma pequena comunidade com mais de 300 anos localizada a beira do rio Cuiabá na capital do Estado.

Como uma identidade ligada aos povos ribeirinhos, mas que expressam uma maior expressão identitária com o trabalho, podemos citar: Os **pescadores profissionais/artesanais** que, geralmente, se organizam em associações e colônias e possuem variadas identidades, há uma expressiva organização que fortalece a luta deste grupo, o Movimento dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais – MPP. De acordo com SILVA; SILVA, 1995, as colônias dos pescadores profissionais em MT, dividem-se em:

#### *Quadro 4.5. Colônias dos pescadores profissionais em Mato Grosso*

Colônia	Município	Colônia	Município
Z-1	Cuiabá*	Z-8	Santo Antonio do Leverger
Z-2	Cáceres	Z-9	Barra do Garças
Z-3	Rondonópolis	Z-10	Barra do Bugres
Z-4	Nobres	Z-11	Poconé
Z-5	Barão de Melgaço	Z-13	Rosário Oeste
Z-6	Luciara**	Z-14	Várzea Grande
Z-7	São Felix do Araguaia		

\* A colônia de pescadores Z- 1 (Cuiabá), dividiu fundando a colônia Z-14 de Várzea Grande; \*\* A colônia de pescadores Z- 6 (Luciara), fundiu com a colônia Z-7 de São Felix.

Os **isqueiros** são assim denominados, pois vendem as iscas para a pesca turística [minhoca e pequenos peixes], presentes em quase todo trecho pantaneiro, como atração turística ou de pesca de finais de semana;

Os **piloteiros** são os residentes em comunidades ribeirinhas do Pantanal, que buscam reconstruir suas identidades nas transformações socioambientais, articulando a sobrevivência junto com as pousadas e servindo-se como guias turísticos nos passeios de barco.

Os **barqueiros** são os povos encontrados em várias comunidades, se autodenominam como barqueiros, estes não constroem seus barcos ou canoas, apenas os dirigem para variadas funções.



### Os Articuladores e Apoiadores

Os **articuladores da economia solidária** atuam no apoio aos agricultores familiares e extrativistas, principalmente na extração do cumbaru, bocaiúva, mangaba, pequi, gergelim, etc. Destacamos aqui a atuação da Rede Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária (REMSOL) que surgiu em agosto de 2003 e foi fundada como Fórum Estadual de Socioeconomia Solidária em Cáceres - MT como um dos resultados do I Encontro Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária; como também, destacamos a atuação da Rede de Educação Cidadã (RECID).

O **MST-MT** tem sede em Cuiabá, mas seus representantes estão em todo o Estado, com maior ênfase nas regiões sul, medio norte e sudoeste. Há mais de 15 anos vem lutando pela terra, pela reforma agrária e pela democracia de uma sociedade mais justa em MT. O MST-MT agrega à luta um forte e revolucionário componente, que são os valores ideológicos típicos de sua forma de organização.

No 7º Encontro Nacional, realizado em Salvador, em dezembro de 1993, o MST comemorava 10 anos de existência. Nesse evento, os sem-terra decidiram que o MST iria se organizar em Mato Grosso. Se por um lado consideravam os pedidos das organizações populares e instituições de Mato Grosso, por outro também atendiam a necessidade de crescimento do próprio Movimento. No segundo semestre de 1994, alguns militantes dos Estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul dirigiram-se para o Estado com o propósito de fundar o MST-MT. Os primeiros trabalhos foram as visitas e as reuniões com professores da Universidade Federal de Mato Grosso, com membros do Partido dos Trabalhadores, com agentes de pastorais da Igreja

Católica, padres e freiras da Comissão Pastoral da Terra e membros de diferentes sindicatos de trabalhadores filiados à Central Única dos Trabalhadores, para a formalização da articulação de apoio à formação do MST. (FERNANDES, 1999, p. 205).

A primeira vez que a bandeira do MST foi fincada em solo mato-grossense foi dia 14 de agosto de 1995 quando o MST-MT fez sua primeira ocupação, com aproximadamente mil e cem famílias na fazenda Aliança no município de Pedra Preta, na região sudeste do Estado. Zumbi dos Palmares, assim foi batizado o primeiro acampamento mato-grossense. Essa ação representou a inauguração de uma nova forma de luta pela terra no Estado (FERNANDES, 1999).

O **Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)** é um movimento social popular brasileiro, que representa as mulheres trabalhadoras rurais do país. Organiza-se em grupos de base, que sustentam uma estrutura com esferas municipais, regionais, estaduais e nacional. Dentre suas principais pautas destaca-se a afirmação e o reconhecimento da mulher agricultora ou camponesa.

O **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)** se constituiu em meados da década de 90 e vem se fortalecendo no Estado na luta pelo reconhecimento dos pequenos agricultores familiares.

#### 4.2.4 DRIVING FORCES e DESENVOLVIMENTO

São narrados os grupos que expressam identidades em função das *driving forces* dinamizados na lógica de grandes projetos desenvolvimentista. Pelas experiências citadas, alguns destes grupos são atingidos e des-territorializados por estes projetos e suas injustiças ambientais. Para Guattari e Rolnik (1986, p. 56) “o objetivo da produção da subjetividade capitalística é reduzir tudo a uma ‘*tábula rasa*’ a um ‘*espaço liso*’” (GUATARRI, 1985). Mas isso, nem sempre é possível, pois as *rugosidades* (SANTOS, 1996) se formam nestes territórios de resistências onde surgem grupos como os atingidos por barragens, os acampados, os assentados, etc., que buscam configurar os “contra-espacos” (HAESBAERT, 2006, p. 15). Os atingidos por barragens vem se articulando por meio de um grupo intitulado MAB, que no Brasil, soma 20 anos de lutas e conquistas.

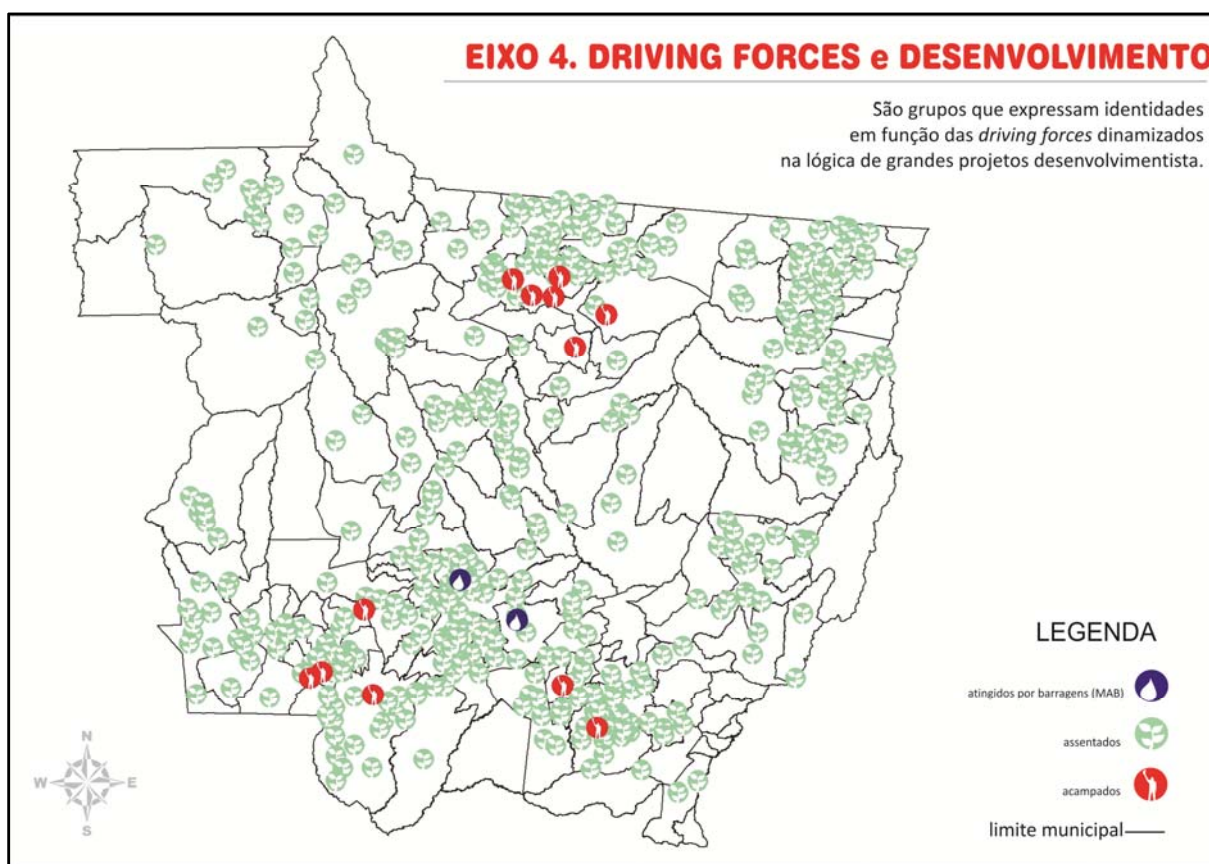


FIGURA 4.9. Identidades mapeadas originadas como consequência das *driving forces*.



### Os Atingidos por Barragens (MAB)

*Minha identidade estava no lugar que eu morava que se perdeu, minha casa está embaixo das águas da usina de manso. Hoje, não moro em lugar nenhum porque me tiraram minha terra. Não tenho onde plantar, colher ou criar nossos animais. Nossos parentes foram embora. Nossos filhos não voltarão porque não temos nada mais. (Maria Guerreira, atingida pela barragem de Manso, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social).*

Os participantes relataram a experiência vivida com a instalação da Usina Hidrelétrica de Manso, empreendimento das Furnas Centrais Elétricas S/A, controlada pelo governo federal por meio da Eletrobrás, localizada no município de Chapada dos Guimarães, esta começou a funcionar no ano de 1999. Seu reservatório tem 7,4 bilhões de m<sup>3</sup>, abrangendo uma área de 47 mil hectares (LEROY, 2005), formado sobre área imemorial de sesmarias e antigos territórios indígenas. Hoje, esse imenso reservatório, serve a um pseudo-ecoturismo acessível aos turistas internacionais (PASSOS, 2009).

Todos os entrevistados ressaltaram os assentamentos inadequados, pois estes povos foram retirados das áreas úmidas dos vales dos rios Quilombo, Casca e Manso e foram reassentadas em áreas de Cerrado, sem nenhuma preocupação com as condições locais para a manutenção dos seus modos de vidas.

O MAB em MT estão situados, com maior ênfase, na região do rio manso e Alto Paraguai, as identidades construídas se entrelaçam com a perda identitária, num fenômeno paradoxal da reconstrução de sentidos. Para os representantes do MAB que participaram dos seminários, por exemplo, o sentido de território está ligado ao poder, ao desabrigo, por perder o lugar onde morava. Ao construir a barragem e confinar os moradores em outro território, arranca-se a identidade desta gente, porém, no mesmo ato da perda identitária, forma-se outra identidade, quando eles passam a se autodenominar como “atingidos por barragem”.



### Os Acampados

O Estado de MT possui uma intensa concentração fundiária e os acampamentos são expressões de resistência a este modelo implantado. Atualmente, os **acampados** estão em mais de 500 acampamentos que lutam pela reforma agrária. De acordo com a coordenação estadual do MST-MT, somente neste movimento, são mais de 3.000 famílias buscando ser assentados. Na região Araguaia, destacamos a atuação do bispo Dom Pedro Casaldáliga como parceiro importante nestas lutas camponesas. Participaram dos seminários de mapeamento representantes de acampamentos nos municípios de Terra Nova do Norte, Marcelândia, Colíder, Cáceres, Jaciara, Nova Canaã do Norte, Rondonópolis, Nova Santa Helena, Cláudia, Glória do Oeste, Porto Esperidião, Tangará da Serra, etc.. De acordo com SARDINHA (2011), atualmente, o estado de MT apresenta 144 acampamentos com mais de 14.000 famílias apoiadas por diversas organizações:

*Quadro 4.6. Acampamentos e famílias acampadas em Mato Grosso no ano de 2011.*

Organização	Número de Acampamentos	Número de Famílias
MST	28	3.000
MTA	16	2.183
FETAGRI	32	3.208
CPT	36	4.875
ASSOCIAÇÕES	32	1.566

Fonte: INCRA SR-13/MT 2011.



## Os Assentados

Os **assentados** estão localizados em diversos pontos do território de MT. Ao todo, temos 405 projetos de assentamentos oficializados pelo INCRA-MT. Há também alguns projetos que foram implantados pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT). Os assentados são agricultores familiares que constroem seus significados e identidades, muitas vezes, por meio da economia solidária; geralmente vivem de agricultura de subsistência e se autodenominam como MST na luta identitária. Mas, há também, frentes de luta como o MPA, o MMC, etc.

### 4.2.5 ESCOLHAS E FILOSOFIAS DE VIDA

Nesta dimensão estão descritos alguns grupos/movimentos que surgiram no escopo da contracultura iniciada nos anos 60. A contracultura veio nos dizer que o modelo de sociedade e o sentido da vida que os seres humanos projetaram estavam em crise e, um exemplo claro desta crise foi a crença que a economia poderia ser à base de nossa felicidade. Schumacher (1973), economista inglês de origem germânica que em sua obra *Small is beautiful*, veio contestar os pilares da globalização econômica na década de 70.

Para Schumacher (1973), a modernidade constituiu um sistema de produção que violenta a natureza e um tipo de sociedade que mutila a humanidade. Salienta ainda, a emergência de outras economias, de um novo estilo de vida, nos métodos de produção e de novos padrões de consumo, enfim, atividades menos intensivas na interferência dos bens naturais e mais cuidadosas no reconhecimento das diferentes racionalidades, se configuram em um estilo de vida planejado para ser permanente.

No tópico subsequente, apresentamos os movimentos sociais que se configuraram nestas lutas, como o movimento ecologista, o movimento dos artistas pela natureza e o movimento alternativo/hippie. Estão narrados alguns movimentos de luta contra a hegemonia determinada pelas elites, como a luta pelo direito dos negros, dos povos indígenas, das etnias, entre outros. Como também, alguns movimentos que surgiram na contestação das alterações causados pelos projetos desenvolvimentistas e/ou no apoio aos grupos sociais atingidos por eles, como os eclesias de base e os movimentos ligados à teologia da libertação, entre outros.



## Alguns Movimentos

Com a contracultura surgiu o **movimento ecologista** que se fortaleceu na contestação do modelo econômico dominante. A educação ambiental também nasce no bojo desse movimento e, se fortaleceu na luta contra os padrões hegemônicos e hierárquicos de poder e de ausência da democracia. Hoje, há uma corrente fortalecida de uma educação ambiental com forte abordagem política, onde o “‘ambiente’ deixa de ser um adjetivo passando a ser um substantivo, conferindo o caráter eminentemente transformador, ancorado na impossibilidade da educação neutra” (SATO; PASSOS, 2003, p. 22).



FIGURA 4.10. Identities mapeadas que se formam nas escolhas e/ou filosofias de vida

No Estado de MT, nas décadas de 70 e 80, destacamos a atuação das Organizações Não Governamentais (ONG), tais como a Associação Mato-Grossense de Ecologia (AME-MATO GROSSO), a BIOCONEXÃO e o Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal (ECOPANTANAL). Na década de 90, destacamos a criação do FORMAD que foi constituído em 1992, bem como, o nascimento, em 1996, da REMTEA, como fruto das

articulações iniciadas durante a ECO92. A rede é, atualmente, liderança forte em MT, contando com encontros presenciais bianuais e listas virtuais na articulação de diálogos locais, nacionais e internacionais. A REMTEA participa de várias instâncias democráticas de políticas públicas. O elo mais forte da rede é o GPEA/UFMT. Mais recentemente, ressaltamos a atuação do CJ-MT que reúne jovens voluntários interessados pela temática socioambiental, agregando um total de onze coletivos no Estado, o Instituto Caracol e, o já citado neste trabalho, GTMS. No município de Cáceres e região foi citada a luta do FLEC, do Instituto Gaia e da Sociedade Fé e Vida. Em Rondonópolis, região sul do Estado, foi destacada a atuação da ARPA. Destacamos as instituições narradas pelos participantes dos seminários, por certo, embora não citadas aqui, teremos muitas outras entidades que são importantes na luta ecologista deste Estado.

O **movimento alternativo/hippie**, atualmente, está localizado majoritariamente no município de Chapada dos Guimarães; trazem traços e legados do movimento da contracultura da década de 60. Mergulhados na paixão pela natureza, alguns vivem em comunidades alternativas, gostam de alimentação natural (permacultura), agroecologia e vivem de turismo ecológico, vendas de artesanatos ou produtos orgânicos de suas hortas.

O **Movimento artista pela natureza** foi iniciado na década de 80, que teve o auge da criação no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e, que ainda persiste, na luta assumida por diversos artistas mato-grossenses, além de intelectuais, jornalistas e simpatizantes. Em MT, dentre os vários protagonistas, destacamos a importante contribuição dos artistas plásticos Bené Fonteles e Wladimir Dias-Pino, além dos poetas Silva Freire e Manoel de Barros, que trazem em suas obras uma forte preocupação referente ao humano e à questão ambiental. O Movimento Artistas pela Natureza tem raízes na visão de arte, espiritualidade e ecologia. De acordo com Bené Fonteles, um dos fundadores deste movimento, salienta que o Movimento Artistas pela Natureza nasceu em MT e depois foi ampliado para um movimento nacional:

Em 1984 em Mato Grosso, lança o Movimento em Defesa do Ambiente Natural da Chapada dos Guimarães e em 1986 na Casa de Cultura de Cuiabá/ MT promove a exposição “Artistas pela natureza” que reúne 135 artistas de quase todo os Estados do país, para lançar a Campanha Nacional pela Preservação do Pantanal e pela Criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. A mostra dá origem ao Movimento Nacional de Artistas pela Natureza que se lança em 1987 por ocasião da abertura da Bienal de São Paulo que reuniu mais de 250 artistas, críticos, jornalistas, além de museus, galerias, publicações de arte, e várias instituições culturais solidárias. No cartaz de lançamento, além de

todos os nomes de adesão, havia um manifesto que privilegiava a luta pela qualidade de vida, e principalmente dos recursos hídricos e das comunidades indígenas<sup>15</sup>.

O **movimento negro e das mulheres negras** surgiu em MT na década de 80, graças ao Sr. Geraldo Henrique Costa, que aqui fundou o núcleo estadual do Grupo de União e Consciência (GRUCON-MT), núcleo com sede em Cuiabá/MT. Possui ainda núcleos em diversos municípios mato-grossenses. Quando o Sr. Geraldo trouxe essa discussão para o Estado causou inúmeras reações, inclusive de desconfiança sobre a seriedade de suas propostas, pois não se falava sobre racismo por aqui. O GRUCON-MT nasceu dentro do movimento católico. Seus membros pertenciam à comunidade da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Após tantos anos, muitas foram as conquistas, como a implantação da política de reparações, que inclui, dentre outras coisas, as cotas nas universidades. *“Hoje, já contamos com outros movimentos negros em MT. A mentalidade mudou. Muitos negros assumem seu pertencimento racial e se orgulham dele”* nos relata Ivan Belém, militante do movimento negro e pesquisador do GPEA. Sentiu-se também a necessidade de criar um grupo que tratasse especificamente da questão de gênero, focado na mulher negra, considerando-se que esta tem suas especificidades, inclusive na questão da saúde. Algumas doenças acometem especialmente os afro-descendentes, particularmente as mulheres. Foi assim que Antonieta Luisa Costa, filha de Sr. Geraldo fundou o Instituto de Mulheres Negras (IMUNE-MT). Destacamos aqui a Rede Axé Dudu que foi fundada em 2007 e visa fortalecer o movimento negro em aliança com a dimensão ambiental. É necessário ressaltar que o movimento negro difere do movimento dos povos e das comunidades quilombolas, pois há pessoas que estão ligados ao movimento negro, mas não se identificam como movimento quilombola. Embora defenda os direitos dos dois movimentos, a identificação como quilombola está ligada à ancestralidade, à memória e ao percurso histórico da comunidade em que está inserido, identificam-se pelo direito coletivo e lutam pelo território ancestral para a continuidade de seus modos de vida.

Os **indigenistas**, em MT são, principalmente, os militantes do CIMI e OPAN; o CIMI é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi criado em 1972. Em sua atuação missionária conferiu um novo sentido ao trabalho da

---

<sup>15</sup> FONTELES, Bené. In: SATO, Michèle (Org). **ECO-AR-TE**: para o reencantamento do mundo. no prelo.

igreja católica, junto aos povos indígenas; a OPAN foi fundada em 1969 e desenvolve, desde então, projetos junto aos povos indígenas, nas regiões centro-oeste e norte do Brasil.

Destacamos também, as redes e os movimentos que vêm trabalhando no Estado para a articulação dos povos e comunidades tradicionais, especialmente no Pantanal, citamos a REMARPCOMTRA, o FLEC, o Grupo Raízes e a Sociedade Fé e Vida de Cáceres.



### Os Grupos com expressões ligados as espiritualidades

Estão espalhados por todo o território mato-grossense, foram narrados:

Os **benzedeiros** são pessoas com dom de eliminar o mal estar pela fé religiosa cristã, e alguns utilizam ervas, raízes e plantas medicinais para a cura. As **rezadeiras** são grupos de mulheres que rezam durante os velórios, algumas vezes com a “pastoral dos enfermos”, das dioceses das paróquias católicas, que zelam e oferecem acompanhamento aos doentes terminais.

Já os praticantes das religiões de matriz africana, estão identificados como **candomblecistas**, presentes em quase todo território de MT. Em Cuiabá, capital do Estado, conta com três grandes centros. Seus ritos mantêm estreita conexão com a natureza, mas ainda são “usuários” e dependentes da natureza, mantendo tradições mais genuínas do legado africano. Quanto aos **umbandistas** são grupos com traço marcante dos orixás africanos, estes conjugam a fé cristã no sincretismo religioso. Ainda celebram o dia 13 de maio [lei áurea], distanciando-se dos candomblecistas que só comemoram o dia de 20 novembro [zumbi dos palmares].

Os **movimentos ligados a teologia da libertação** como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Regional Mato Grosso (FASE-MT); o CIMI, a CPT, a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Com exceção da FASE-MT, as demais instituições fazem parte da Via Campesina, que congrega várias outros movimentos e visa à construção de uma política de alianças com outras forças sociais, econômicas e políticas, em uma articulação mundial na luta pelos seus direitos.

**As Comunidades Eclesiais de Base (CEB)** são constituídas por integrantes das comunidades religiosas cristãs (católicas), em todo território de MT, que articulam as comunidades locais em lutas diversas. De acordo com Passos (2010, p. 12):

As comunidades eclesiais de base (CEBs) nascem no Brasil dos processos da ação católica, e cresce durante a ditadura militar, e da sua pedagogia e organização nasce também formas múltiplas de movimentos não-eclesiais, com inspiração aos Novos Movimentos Sociais que se institucionalizam nos Estados Unidos, sobretudo no que se referia à questão dos negros. Temas mais cotidianos e conjunturais acabaram por tomar acento junto às questões de classe, de partido político e sindicatos e repercutiam na interpretação da fé. A força destas questões da vida, mais emocionais por vezes, e diretamente sentida nas restrições da cidadania, como a fome, a cor da pele, a doença, a falta de habitação, de acesso à escola, de acesso à leitura e escrita, a marginalização, a ausência de trabalho. Essas “falturas” fez com que se criassem grupos menores com temas culturais, em que etnia, gênero, faixa etária, cor da pele, sinais diacríticos de discriminação e exclusão de acesso de bens de direito e da cidadania. A negação ainda da representação destes setores e, por isso, envolvidos na invisibilidade e no silenciamento, e que, apesar de tudo, por sua exterioridade era inegável que havia uma que acabava por enclausurar e nominar diferenças concebidas como inferioridade e desgentificação.

Passos (2010) enfatiza a atuação da Paróquia do Rosário e São Benedito, em Cuiabá, que desde a década de 80 vem empreendendo esforços de construção de expressão democrática com importante experiência de educação popular, religiosa e política. Alguns grupos com peso político importante utilizaram a Igreja do Rosário a partir de 1979, como sede de sua atuação:

Como a Comissão Pastoral da Terra (CPT); o Centro de Documentação Terra e Índio (CDTI), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), o GRUCON-MT a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD); o Sistema de Intercambio Nacional (SIN) que era um processo paralelo de comunicações que buscava defender de maneira orquestrada pessoas e grupos ameaçados. [...] Nasceu ainda em 1980 e mais ou menos institucionalizada em 1981, a Pastoral de Saúde Popular da Igreja do Rosário nasceu a articulação [...] em Cuiabá, do Movimento de Reintegração dos Hansenianos. Da Pastoral de Saúde foi criado o Instituto Pastoral de Educação em Saúde Popular (IPESP) que resultou, mais tarde, na Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP). Foi construído o (CPR) - Centro Pastoral do Rosário - que se articulava junto aos Centros Populares de Documentação e Informação não apenas com eixo no Brasil, mas América latina e Caribe na época dando origem ao Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade (CDHHT). [...] A Igreja do Rosário foi ainda lugar do acampamento do MST, quando de sua caminhada de Jaciara foram acolhidos pela comunidade do Rosário, ocupando a Cozinha de São Benedito, na Igreja do Rosário. No Rosário ocorriam com frequência reuniões do Partido dos Trabalhadores; e da lá foi articulada a Pastoral Operária (PO), o Movimento dos Trabalhadores sem Teto. (PASSOS, 2010, p. 21-22).

Na atualidade o autor destaca a atuação do Centro Burnier de Fé e Justiça no qual operam o Jesuíta João Inácio Wenzel, Roberto Rossi e Inácio Werner, onde se produz o trabalho social de enorme importância (PASSOS, 2010).

### **4.3. O mapa dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso**

O **mapa dos grupos sociais de MT** (Figura 4.10) emerge frente à necessidade de registrar e mapear estes sujeitos nos territórios mato-grossenses. Subsidiados pelo uso de tecnologias de processamento de dados georeferenciados apresentamos, quando possível, a espacialização das identidades descritas neste trabalho. O processo para elaboração do mapa levou em consideração os dados coletados até dezembro de 2010. Reconhecemos que o mapeamento destes grupos é um processo dinâmico e, por certo, existem grupos não registrados pela pesquisa.

Algumas identidades mapeadas, como os grupos com expressões ligadas a espiritualidade e alguns movimentos e articuladores, não foram espacializados no mapa por encontrar-se em diversos pontos do Estado impossibilitando representá-los cartograficamente.

Nossa pesquisa não tem a pretensão de fechar o conjunto dos protagonistas que formam as identidades de resistência em MT. Porém, traz o registro de alguns grupos sociais, como: os indígenas, povos tradicionais e os movimentos narrados nos seminários de mapeamentos. É, assim, uma história em construção, dinâmica, tecida por continuidades e discontinuidades. Desta forma, este estudo não se trata de um censo e nem mesmo de um levantamento exaustivo, mas de um panorama da situação atual, um retrato – sempre temporário – das identidades que pulsam nos territórios de MT.

É relevante frisar que, a maioria dos pontos do mapa, foram georeferenciados de acordo com suas coordenadas geográficas, contudo, alguns pontos trazem uma localização aproximada, segundo as narrativas dos grupos pesquisados. Porém, vale enfatizar que, mesmo os pontos apontados durante as oficinas, quando haviam informações disponibilizadas, foram confirmadas por meio de consultas a dados secundários: artigos científicos, relatórios técnicos e acadêmicos, etc..

O mapa dos grupos sociais foi produzido em escala 1:1.500.000<sup>16</sup>. Em parceria com a SEPLAN-MT estão sendo reproduzidas cópias deste mapa, que serão entregues aos participantes dos seminários, protagonistas desta pesquisa, que acreditamos que poderão se reconhecer nas informações e, quem sabe, também nos sentidos ofertados. Pelas limitações de impressão da tese, neste ponto do trabalho, apresentamos uma versão reduzida com readequações para a escala 1:5.000.000, o que poderá dificultar um pouco a visualização dos dados espacializados (Figura 4.11).

---

<sup>16</sup> Está disponível no link: <http://icaracol.org.br/the-news/80-mapa-social>

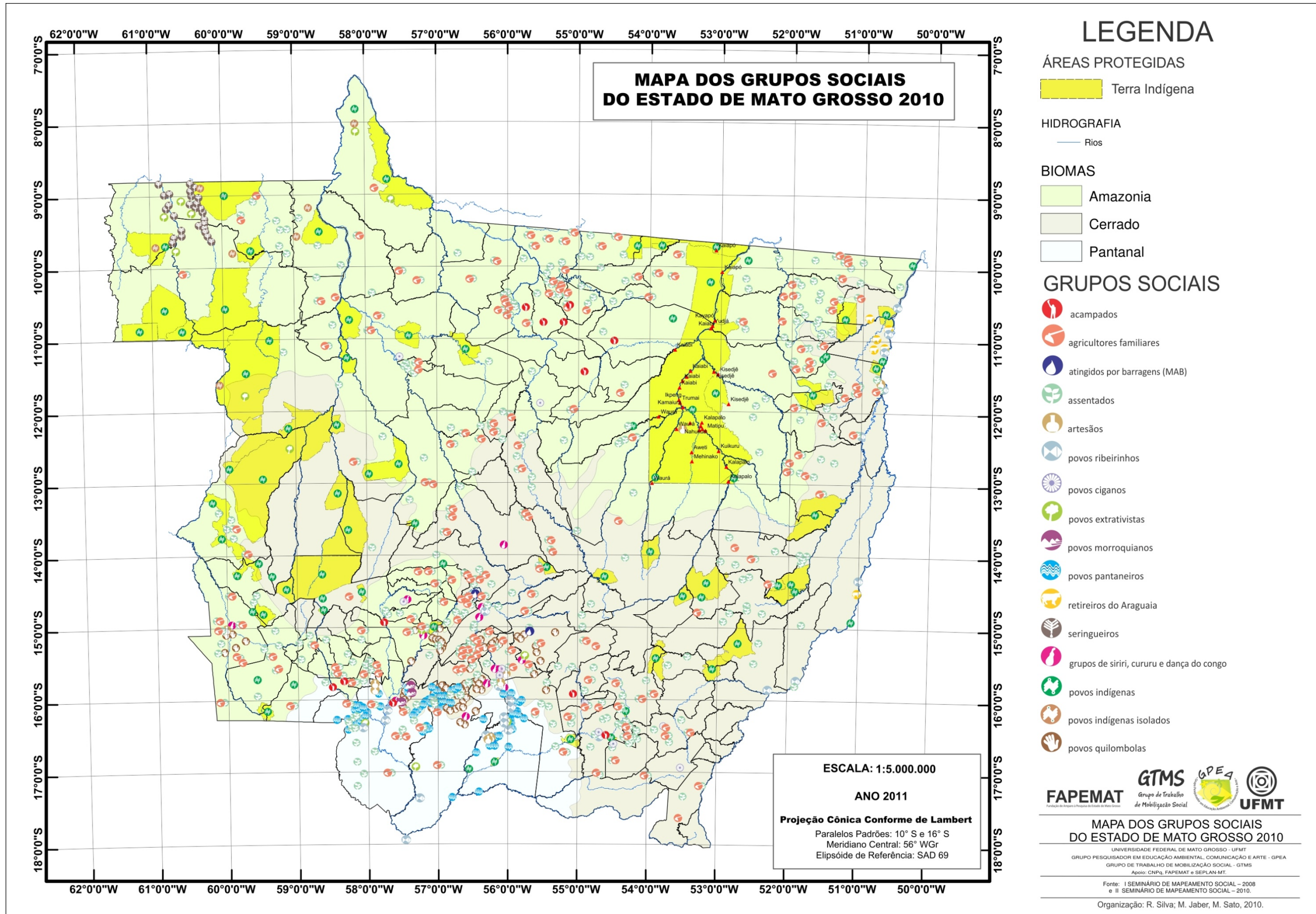


FIGURA 4.11. Mapa dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso 2010. ORGANIZAÇÃO: R. SILVA; M. JABER; M. SATO, 2011.

## **Capítulo 5. AS DRIVING FORCES DO DES-ENVOLVIMENTO E AS IDENTIDADES EM MATO GROSSO**

---

*Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre. **Maria da Glória Gohn***

*A Cartografia tem muito desse ensinamento de tensão e equilíbrio entre a ciência e a poesia. **Carlos Vogt***

*Monocultura de Girassol em Campo Novo do Parecis, Mato Grosso.  
Arquivo da pesquisadora.*

## 5.1. Ambiente, natureza e cultura

Natureza e cultura são duas faces interligadas que devem ser reconhecidas conjuntamente se verdadeiramente buscamos a sustentabilidade socioambiental dos ambientes e das sociedades. Para Bruno Latour (1994) esta separação nunca existiu, foram idéias fundadas pela/na modernidade. O autor traça um amplo debate demonstrando que, na realidade, tais pressupostos nunca vingaram. E, prefere referendar esta interface como “naturezas-culturas” (p. 12). Neste contexto,

[...] não é mais possível discutir padrões de desenvolvimento sem a consideração ambiental. Se a configuração urbana nos trouxe a separação da natureza e da cultura, é preciso observar de que este pensamento cartesiano não se sustenta mais à luz das grandes metamorfoses mundiais. (SATO et al., 2001, 141).

Para Grün (2005, p.45), “a filosofia de René Descartes (1596-1650) foi importante para compreender como o antropocentrismo se firmou no mundo moderno”. E, prossegue seu pensamento apontando que a separação entre a natureza e a cultura é um dos principais motivos para a degradação ambiental, legitimado pelo ideal cartesiano de que seríamos senhores e possuidores da natureza. Passos (2009, p.52), fortalece ainda mais esta proposição ao nos apontar o pensamento marxista que condena a “coisificação” da natureza e das vidas humanas sob a ditadura da acumulação do capital.

Este debate mais complexo sobre a dissociação entre a natureza e a cultura desafia a ecologia a pensar a questão ecológica, juntamente com as questões sociais. O ecólogo Odum em 1977 (p. 1289) já provocava este debate em seu artigo “*The Emergence of Ecology as a New Integrative Discipline*” que indicava a nova ecologia como uma disciplina integradora entre as ciências naturais e as ciências sociais. O autor questionava a figura de um cientista que de tão especializado era incapaz de responder aos problemas de maior dimensão que requer atenção dos seres humanos. E, nos provocava a ir além do reducionismo, propondo uma abordagem holística de ecossistema nas pesquisas em ecologia, ressaltando a importância de investigações que envolvam os parâmetros estruturais e funcionais do ecossistema.

Segundo Santos et al. (2009) a dimensão ecológica tem privilegiado no conceito de ambiente (ou em sua unidade básica de estudo) as interações específicas entre os

fatores BIÓTICOS + ABIÓTICOS, pois tem sido estritamente associado aos ecossistemas naturais. “Em função da própria complexidade dos problemas ambientais e dos impactos dos mesmos nos sistemas naturais e sociais” (p. 4). Os autores defendem uma visão abrangente que englobe as duas dimensões complementares e indissociáveis do ambiente: natureza e cultura. Estes propõem uma abordagem de estudo que envolva ESPAÇO FÍSICO + COMPONENTE BIOLÓGICO + COMPONENTE SÓCIO-CULTURAL. “As influências socioeconômicas e culturais não podem ser ignoradas na dinâmica dos ecossistemas; contudo, as decisões de manejo não podem ser tomadas sem a base ecológica” (p. 8). Se considerarmos o ambiente em sua totalidade, é imprescindível que se faça uma relação entre os ambientes naturais e culturais e, este pensamento, permeia toda a construção desta tese.

## 5.2. O Ambiente como paisagem, espaço, território e lugar

Para descrever as consequências das ações humanas sobre o espaço natural, especialmente na ecologia, tem sido utilizado o conceito de paisagem. “A paisagem (Inglês. *landscape*, Fr. *paysage*, Ger. *landschaft*) é um conceito que une a atividade humana com ambientes locais” (BALLÉ, 2009, p. 48). A paisagem é formada, portanto, a partir de algum nível de interação humana com o ambiente (LUI; MOLINA, 2009). Para Metzger (2001), uma das abordagens da ecologia da paisagem é o estudo das interferências humanas sobre a paisagem e a formas como se dá a gestão destes territórios. O autor aponta que, o ponto de partida da ecologia de paisagem é muito semelhante ao da ecologia de ecossistemas, refere-se à observação das inter-relações da biota (incluindo o ser humano) com o seu ambiente, formando um todo. “A paisagem se constitui na interação do ser humano que modifica o ambiente e que dialeticamente é modificado nas conjugações de leis humanas e naturais” (SANTOS et al., 2009, p. 5).

No âmbito da geografia tem maior ênfase o emprego dos termos espaço e território. “O espaço é também um processo de significação” (LEFEBVRE, 1984, p. 17) – é onde se constrói sentidos e a aprendizagem ocorre na invenção de um novo espaço, por meio de tempos diferentes, como se o relógio batesse no ritmo do coração dos humanos à procura do devir. Santos (1996, p. 19) ressalta a “natureza do espaço”, entendendo-o “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações”.

Territorialidade é outro conceito importante neste contexto, definido por Little (2002, p. 3) “[...] como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. “O território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência [...] é um espaço de conflitualidade.” (FERNANDES, 2005, p. 276-277). É identificável que,

[...] vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. (SANTOS, 2005, p. 255).

O espaço é interpretado como lugar simbólico e material que se transforma em território a partir das identidades criadas pelos sujeitos que o “apropriam”. Assim, podemos distinguir apropriação como um processo simbólico, carregado pelas marcas do vivido, e do valor de uso; por outro lado, a dominação humana, como vinculada ao valor de troca, aos sentidos de posse e de propriedade. “Os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica.” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230). “Os territórios, são, portanto, concretos e imateriais.” (FERNANDES, 2005, p. 277).

Convém lembrar que, a compreensão territorial, neste trabalho, não se limita aos bens naturais, mas transcende a noção natural, inscreve-se em contextos plurais de sociedades. Para a compreensão de territórios, adotamos a noção de Milton Santos, uma vertente da compreensão espacial, intrinsecamente ligada às realidades históricas. Para Santos (1979, p.14):

todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social.

De acordo com Haesbaert (2005, p. 6774), o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar). Este tem a ver com os processos de “dominação” (jurídico-político-econômico) da terra e com a inspiração do terror e do medo – especialmente para aqueles que ficam aliçados da terra e na “terra-

territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação, o sentimento de pertencimento e a efetiva apropriação simbólica e cultural (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para Bachelard (2001), a terra é um elemento que sempre oferece a dialética das dualidades, entre a moleza do barro e a dureza do rochedo. Entre o horizonte aberto e a mata fechada; na ambivalência da realidade do “pé no chão”, em contraponto com a noção de perda de um labirinto. Um território não é algo que apresenta os antagônicos, senão um espaço de complementos.

Thayer (2003) introduz o termo “*lifeplace*” [local para se viver] que significa uma biorregião com características singulares, e envolve meios de sobrevivência. Não é um lugar antagônico da civilização, como se o afastamento das cidades trouxesse um sentimento idílico do “bom selvagem”, mas talvez seja um local onde as experiências materiais e imateriais se coadunam em complementação, mantendo a identidade da existência na esperança do devir.

Neste estudo, a definição de território adotada imbrica aos aspectos ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente, ligados às bases materiais e simbólicas da vida. Para nós, o território é o espaço construído materialmente e, simbolicamente, onde permeiam identidades, racionalidades e temporalidades distintas. A guinada conceitual destes estudos se dá quando um sentido político-cultural é trazido ao centro do debate. Especialmente, no desafio de construir políticas públicas de cada localidade, sabendo reconhecer a existência da pluralidade de grupos sociais diversos, onde, essencialmente, encontra meios para que estes grupos possam exercer a participação social e a formulação de políticas socioambientais na defesa de suas identidades e de seus territórios.

### **5.3. Des-envolvimento, dívida ecológica e espaço ambiental**

A falácia do desenvolvimento econômico esconde o mecanismo pelo qual o processo de acumulação pretende perpetuar a concentração de renda. O desenvolvimento não foi capaz de erradicar a fome e a miséria, mesmo produzindo-se o suficiente para o triplo da população humana (HOBBSAWM, 1995). Assim é possível

perceber o paradoxo que vive a economia e o desenvolvimento que, mesmo com tanta riqueza gerada na era *dita* moderna, temos tanta fome e sede no mundo (PORTO-GONÇALVES, 2004). Em MT, a riqueza do agronegócio e da exploração madeireira gera renda e poder para alguns, em contraste com a escassez, a fome e a miséria de muitos. Estes dados contrapõem a retórica do setor do agronegócio, ao defender as alterações no código florestal brasileiro, alegando que são eles quem produzem alimentos para matar a fome da população brasileira. Os estudos e pesquisas recentes vêm demonstrando que, a mesa brasileira é abastecida pelos muitos agricultores familiares distribuídos em todas as regiões do país.

O Brasil é o quarto maior exportador agrícola do mundo, pois é composto por grandes fazendas comerciais e grandes empresas agroindustriais que dominam os 20 milhões de dólares do mercado de exportação, sendo que, deste total apenas quatro ou menos empresas representam mais de 40% das exportações de soja, sumo de laranja, aves e carne de vaca (PNUD, 2005). A outra face é marcada pela pobreza maciça, pois dados recentes lançados pelo IBGE/MDS (2010) demonstram que mais de 16 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, destes, 4,8 milhões tem renda nominal mensal domiciliar igual a zero, e 11,43 milhões tem renda de R\$ 1 a R\$ 70 (Tabela 5.1).

Fato ainda mais alarmante é que, os custos sociais e ambientais das atividades agrícolas não são compilados, muito menos compensados. Trata-se aqui, efetivamente, do que a teoria econômica denomina de *externalidades*, que são danos causados por algumas atividades a terceiros, sem que esses danos sejam incorporados no sistema de preços (ACSERALD, 1994, p. 129). Podemos citar como exemplo, a poluição das águas, de rios e de lagos por agrotóxicos, mercúrio e chumbo que levam à deterioração da qualidade de vida de pequenos agricultores, pescadores, seringueiros, populações indígenas e tantos outros povos. Em outras palavras, estes povos são expulsos de seu *habitat* natural, sem possibilidades de retorno; e, estes passivos ambientais, acarretados a natureza e às populações atingidas, não são computados no sistema de preços destes produtos agrícolas e, muito menos, compensados.

**Tabela 5.1. Distribuição da população total e da população em extrema pobreza, segundo Grandes Regiões e a situação do domicílio**

	População Total			% Total	% Urbano	% Rural
	Total	Urbano	Rural			
<b>Brasil</b>	<b>190.755.799</b>	<b>160.925.792</b>	<b>29.830.007</b>	<b>100,0</b>	<b>84,4</b>	<b>15,6</b>
<b>Norte</b>	15.864.454	11.664.509	4.199.945	100,0	73,5	26,5
<b>Nordeste</b>	53.081.950	38.821.246	14.260.704	100,0	73,1	26,9
<b>Sudeste</b>	80.364.410	74.696.178	5.668.232	100,0	92,9	7,1
<b>Sul</b>	27.386.891	23.260.896	4.125.995	100,0	84,9	15,1
<b>Centro-Oeste</b>	14.058.094	12.482.963	1.575.131	100,0	88,8	11,2
	População em extrema pobreza			% Total	% Urbano	% Rural
	Total	Urbano	Rural			
<b>Brasil</b>	<b>16.267.197</b>	<b>8.673.845</b>	<b>7.593.352</b>	<b>100,0</b>	<b>53,3</b>	<b>46,7</b>
<b>Norte</b>	2.658.452	1.158.501	1.499.951	100,0	43,6	56,4
<b>Nordeste</b>	9.609.803	4.560.486	5.049.317	100,0	47,5	52,5
<b>Sudeste</b>	2.725.532	2.144.624	580.908	100,0	78,7	21,3
<b>Sul</b>	715.961	437.346	278.615	100,0	61,1	38,9
<b>Centro-Oeste</b>	557.449	372.888	184.561	100,0	66,9	33,1

Fonte: IBGE/MDS. Universo preliminar do Censo Demográfico, 2010.

Outro conceito a tratar seria o da **dívida ecológica** que surge destes conflitos distributivos. Segundo Martinez-Alier (2007) esta dívida opõe ao conceito da dívida externa, primeiro, porque “as exportações de matérias-primas de países relativamente pobres não incluem a compensação pelas externalidades locais”. E, segundo, porque “os países ricos utilizam desproporcionalmente o espaço e os serviços ambientais sem pagar por eles, inclusive ignorando os direitos dos demais a tais serviços” (p. 289).

Leroy (2010) assinala que o modelo dominante faz-se por intermédio do duplo movimento de opressão e de sobre-exploração de grande parte da humanidade e do meio natural, daí surge o conceito de dívida ecológica. Particularmente, esta dívida se dá em um intercâmbio ecologicamente desigual entre os países da região norte do globo e os países da região sul. E, complementa que ainda, a durabilidade dos benefícios decorrentes da natureza ou, no caso, dos serviços que presta à humanidade, depende da manutenção dos processos ecológicos e da diversidade biológica, postos em risco pela exploração excessiva dos bens naturais e pela destruição e fragmentação dos *habitats* (p. 332).

“Este intercâmbio ecologicamente desigual é um dos motivos que sustentam a reivindicação da dívida ecológica. Como também, a utilização desproporcional do “espaço ambiental” por parte dos países ricos” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 289). Há

uma iniciativa importante nesta reflexão de espaço ambiental chamada de Linha de Dignidade, estas proposições vêm sendo desenvolvida pelo Projeto Brasil Sustentável e Democrático - no âmbito do Programa Cone Sul e em interlocução periódica com os projetos Chile, Uruguai e Argentina Sustentáveis. Este estudo tem como objetivo transcender os limites dos indicadores normalmente em uso, como o IDH e a Linha de Pobreza (SATO, 2003; CARVALHO, 2003).

Na Linha de Dignidade, o confronto político tem uma dinâmica central, sem esse confronto não há redução da pobreza, nem a construção de uma cidadania ativa. A proposição central é que o espaço ambiental deve fixar não apenas um teto máximo de uso e consumo, do qual o consumo exagerado é considerado ambientalmente insustentável. Como também, o espaço ambiental deve assinalar um piso correspondente a uma mínima quantidade de bens que uma pessoa necessita para viver dignamente, pois a privação destes bens é socialmente insustentável (SATO, 2003b; SILVA, 2006).

A desigualdade socioambiental ainda é um dos maiores desafios da humanidade. Mudar o rumo dessa história é um desafio científico, mas essencialmente político. E, para isso, é preciso de mudanças em vários setores da sociedade. No entanto, estas devem ser propostas com uma base multidisciplinar, pois envolve uma série de contextos sociais, políticos, econômicos, ecológicos, etc. Odum (1988) nos aponta que um caminho importante para superar nossa crise ecológica está na diminuição dos desníveis em todo o globo, e cita (p. 342) “o desnível de renda entre ricos e pobres”, “o desnível alimentar”, “o desnível de valores de bens e serviços ambientais externos ao mercado” e “o enorme desnível na educação”.

No contexto destas desigualdades, portanto, faz-se imperativo questionar: Qual o desenvolvimento que desejamos? Para quem? Para que? Como? A custos de que? De quem? Contra quem? O termo “des-envolvimento” foi utilizado por Sato (2001) ao questionar o contexto etimológico desta palavra, cujo termo é composto por dois radicais latinos - “des” e “envolvere”. O prefixo “des” sugere a negação a alguma coisa. “Uma pessoa pode viver DESludida em função da DESvalorização de sua carreira, sentindo-se DEScontente e DESafortunada nos DEScompassos da crise do DESEmprego” (MEIRA; SATO, 2005, p. 20) Nosso questionamento vem tentar responder à indagação: “não se envolver com quem ou com o quê?” (SATO, 2001, p. 22).

Assim, des-envolver é negar o envolvimento que cada povo e cada cultura (*habitantes*) mantêm com seu território (*habitat*) e com seu modo de vida (*hábitos*) (PORTO-GONÇALVES, 2004). Desta forma, ao des-envolver, nega-se a existência de vários grupos sociais, de suas autonomias, tornando-os cativos ao sistema esmagador e excludente do capitalismo. É isso que temos vivenciado em muitos momentos, as *driving forces*, com seus projetos de des-envolvimento e seus mega-projetos vêm reproduzindo um modelo de sobre-exploração dos bens naturais para o benefício de alguns e as misérias de muitos. E o “desenvolvimento sustentável” vem trazer uma nova retórica, mas, não tem, de fato, alterado a rota de nossa forma de des-envolver. “Precisamos, assim, abandonar os velhos modelos de desenvolvimento, encontrando espaços efetivos para um real envolvimento, que antes de ser adjetivado pelo termo “sustentável”, seja capaz de responder à pergunta “para quem e com o quê”? (SATO, 2001, p. 24.)

Embora, admitindo o papel importante que a economia tem, devemos abandonar uma orientação meramente desenvolvimentista. Porto-Gonçalves (2004) nos ressalta que devemos buscar alternativas ao desenvolvimento e não de desenvolvimento. Necessitamos de reflexões e atitudes que apontem para mudanças desse caráter econômico e organizacional, uma ruptura que nos possibilitem um novo relacionamento consigo próprio, com o Outro e com a natureza.

#### **5.4. *Driving forces* do des-envolvimento em Mato Grosso**

O Estado de MT abarca três ecossistemas, uma rica biodiversidade e um mosaico de diferentes culturas, como relatamos anteriormente. Mas, outros motivos que o têm levado a destacar-se no cenário nacional e internacional é que o Estado é mundialmente conhecido pela força do agronegócio, propalado aos quatro ventos com seus números recordes a cada ano. O IBGE lançou recentemente a previsão de safra recorde de 20 milhões de toneladas de soja a serem colhidas em 2011 (IBGE, 2011). Acoplado a isto, temos o crescimento das exportações, o aumento do PIB e até a melhora momentânea do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>17</sup> nos municípios com safra recorde.

---

<sup>17</sup> O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na busca de um índice que vencesse uma visão meramente econômica, como era a avaliação feita pelo PIB, publicou pela primeira vez em 1990, o IDH. Este foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a cem (desenvolvimento humano total). O IDH até 49,9 é desenvolvimento humano considerado baixo, os índices entre 50 e 79,9 é considerado médio e o IDH

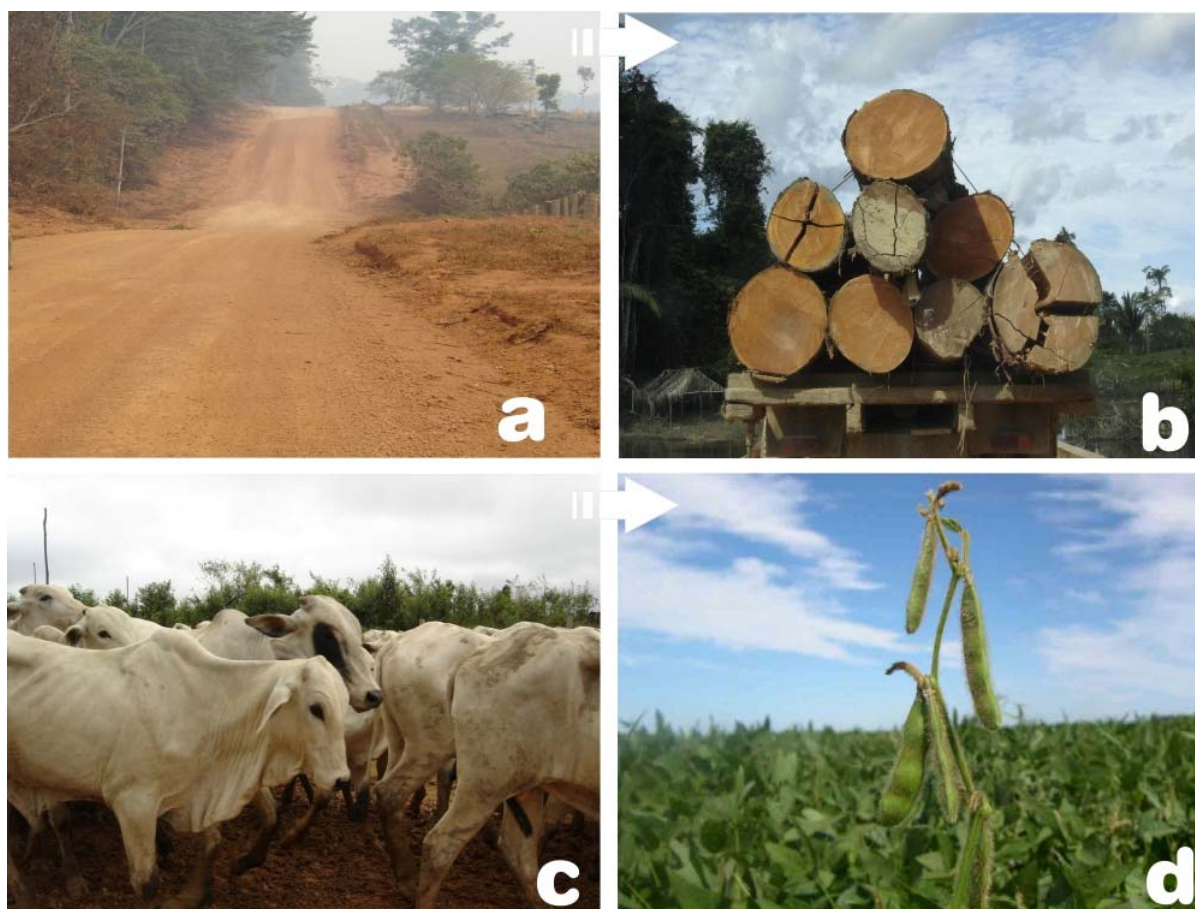
Sobre esta análise, Rodrigues et al. (2009) realizou um estudo em 286 municípios da Amazônia em diferentes estágios de desmatamento. Suas pesquisas demonstram que embora o IDH venha a crescer com o advento do agronegócio, ele tende a cair com o avanço da fronteira agrícola, pois, o IDH é menor nas regiões em que a floresta amazônica já foi degradada. Portanto, apesar da elevação momentânea no IDH nos municípios pesquisados, a consequente degradação ambiental prejudica a qualidade de vida da população local.

Conforme detalhamos em capítulo anterior, o próprio governo brasileiro, a partir da década de 60, promoveu políticas de colonização e de exploração dos ecossistemas, sob um planejamento equivocado ou inexistente. Essas políticas influenciaram uma série de tendências e de dinâmicas que mudaram e mudam a paisagem do Estado. Assim, nos últimos anos, MT passou por intensas alterações ambientais, em especial, quanto a forma de uso e de ocupação de seu território. Isto levou o Estado a bater números recordes em seu PIB, mas também, levou a destruição de boa parte dos ecossistemas originais e, conseqüentemente, o comprometimento e a perda de *habitats* naturais e da biodiversidade; contaminação de solos e águas; perda de fauna e flora; o comprometimento de fontes de alimentos, especialmente das reservas pesqueiras, que é a base alimentar de muitos grupos sociais que tem intrínseca e vital interdependência com os lugares que vivem, etc. Em muitos casos, são estes grupos que sofrem diretamente a perda dos serviços ecossistêmicos causados pelas pressões sobre os sistemas naturais para que outros grupos obtenham benefícios (MEA, 2005).

Para um estudo dessas dinâmicas, faz-se importante compreender as forças motrizes (ou *driving forces*) que formam um ciclo vicioso de ocupação dos territórios amazônicos e obedecem a uma dinâmica econômica: a) abertura de estradas, b) exploração seletiva de madeiras nobres, c) pecuária extensiva que vem penetrando cada vez mais as áreas florestais e, por fim, d) a agricultura altamente capitalizada e mecanizada e suas extensas áreas de monocultura, cuja representação mais difundida em MT é a cultura da soja (FERREIRA; VINTICINQUE; ALMEIDA, 2005). A compreensão ilustrativa destas interações está apresentada na Figura 5.1. Outro fator a citar é a crescente urbanização e industrialização que vem alterando as paisagens deste Estado.

---

superior a 80 têm desenvolvimento humano considerado alto. O em seus cálculos, toma como base três indicadores: longevidade, educação e renda (PNUD, 2005).



(a) abertura de estrada (b) exploração seletiva de madeiras nobres (c) pecuária extensiva (d) agricultura mecanizada

FIGURA 5.1. Etapas de ocupação das regiões Mato-Grossenses e amazônicas.

Adaptado de Ferreira; Vinticinque; Almeida, 2005. Fotografias do arquivo da pesquisadora.

Ao analisar as *driving forces* que movem o desmatamento das florestas tropicais, Geist e Lambin (2001) propõem que elas são motivadas por **causas diretas (proximate causes)** citando, como exemplo, a expansão das pastagens e das áreas agrícolas, a extração de madeira e a expansão da infraestrutura. As causas diretas são movidas por fatores socioeconômicos, culturais e políticos, resultantes das decisões e do comportamento de atores sociais múltiplos (governos, agentes financeiros internacionais, indivíduos, etc.). Estas causas mais profundas são denominadas pelos autores como **causas indiretas (underlying causes)**, que as categorizam de acordo com suas variáveis, intituladas de fatores **demográficos** (colonização, migração, pressão

populacional, etc), fatores **econômicos** (desenvolvimento, crescimento econômico, urbanização, industrialização, etc), fatores **tecnológicos** (mudanças tecnológicas ou progressos), fatores **políticos** ou institucionais (alteração ou impacto das instituições político-econômicas, mudanças institucionais), bem como, um complexo de fatores **culturais** (valores, atitudes públicas, crenças, consumo e comportamento individual ou coletivo). E estes fatores estão, na maioria das vezes, interligados (BÜRGI; HERSPERGER; SCHNEEBERGER, 2004; GEIST E LAMBIN, 2001; 2002; RIVERO et al., 2009).

As causas indiretas movem as causas diretas como, por exemplo, a abertura de estradas é uma causa direta para a expansão da infraestrutura; no entanto, as causas indiretas que movem a sociedade para a abertura de novas vias estão ligadas aos fatores econômicos, políticos e demográficos. Existe uma relação direta entre o avanço da fronteira agrícola na Amazônia e a implantação dos grandes projetos desenvolvimentistas, como a abertura de novas estradas ou como a taxa de desmatamento crescente no Estado. As pesquisas realizadas por ALENCAR et al. (2004) demonstram que as áreas de “*hotspots*” do desmatamento em MT concentraram-se, principalmente, ao longo das rodovias Cuiabá-Santarém e BR-158, nas regiões central/norte e nordeste, respectivamente.

As *driving forces*, com suas causas diretas e indiretas, que geram pressões e ameaças e provocam impactos socioambientais, tais como: desmatamento, queimadas, poluição, erosão, fragmentação dos habitats, etc. Consequentemente, estes impactos vêm alterando os ecossistemas, seus bens e serviços. Além disso, deformam as paisagens, interferindo, consideravelmente, nas identidades dos grupos sociais (*habitantes*) que tem o seu modo de vida (*hábitos*) estritamente dependente dos ambientes naturais que habitam (*habitats*). Nesse processo, perde-se diversidade biológica, mas também, as diferentes culturas e as múltiplas formas de convívio com a natureza. É a alma, a cultura, a identidade individual e coletiva destas pessoas que estão sendo destruídas. É o extrativismo e o campesinato condenados à morte econômica e social (LEROY, 1991).

Em resumo, a Figura 5.2 representa a ligação que há entre as *driving forces*, com as causas indiretas e diretas, os impactos socioambientais, a alteração nos ecossistemas e as mudanças nas identidades dos grupos atingidos.

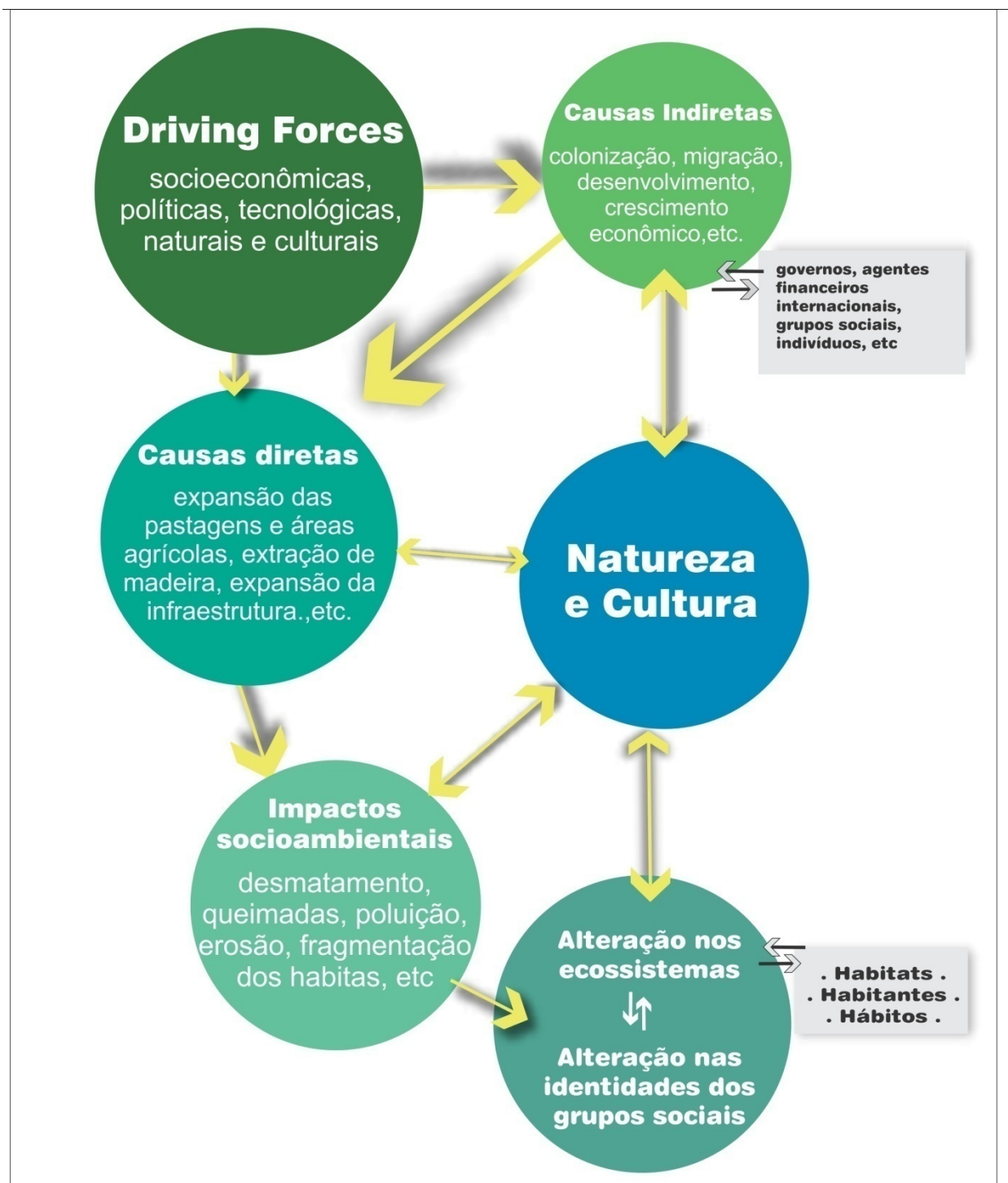


FIGURA 5.2. As *driving forces* do desenvolvimento e suas co-relações com a natureza e a cultura. Organização: R. SILVA; M. SATO, 2011.


## 5.5. As des-territorializações e as interferências nas identidades: estudos de caso

Os projetos de des-envolvimento se fizeram alicerçados na ideologia da dominação da natureza; muitas vezes, na apropriação privada dos territórios com o cercamento das terras de uso comunal; na expulsão e des-territorializações de grupos sociais de suas terras e na migração forçada de milhares de africanos e de camponeses por todo o mundo; etc. “O capital procede à desconstrução e à reconstrução permanentes do território, esvaziando-o de sentidos e de povos conforme seus interesses” (LEROY, 2010, p. 226).

Muitas identidades foram e, continuam sendo extintas pelos choques territoriais que marcam a concepção histórica deste país. Como exemplo, podemos citar o encontro dos colonizadores com as nações indígenas que habitavam as planícies pantaneiras em MT. Siqueira (2002) nos ressalta que, neste *habitat* estavam os povos Bororo, Guarani, Xarayés, Guaná, Guató, Guaykuru, Payaguá e Kadivéu. Os povos Xarayés, Guaykuru (conhecidos como exímios cavaleiros) e Payaguá (conhecidos como índios canoieiros) foram completamente extintos neste choque entre o arco e flecha, e as armas de fogo dos colonizadores. Do povo Guaná sobreviveu apenas um de seus remanescentes: o povo Terena. Dos povos Bororo, Guarani, Guató e Kadivéu restaram poucos, foram vencidos e escravizados pelos bandeirantes, passaram por enormes mudanças culturais e, atualmente estão confinados a territórios reduzidos em MT e Mato Grosso do Sul.

No chão empírico, traremos uma abordagem mais etnográfica ao apresentarmos alguns estudos de caso de grupos sociais. Estes grupos foram escolhidos, pois apresentam expressivas interferências das *driving forces* e dos projetos de des-envolvimento em suas identidades. Como exemplo, abordaremos as experiências vividas pelo povo indígena Chiquitano e pelos seringueiros da RESEX Guariba & Roosevelt, habitantes dos domínios da floresta amazônica mato-grossense; como também, os povos quilombolas de Mata Cavalo, habitantes de uma área de cerrado; além de, os pantaneiros de São Pedro de Joselândia, cuja identidade se faz nos ciclos hidrológicos das planícies pantaneiras. Traremos ainda outro estudo de caso que apontará uma identidade que surge como consequência de uma *driving force*, como é o surgimento dos atingidos por barragem, originado após o confronto des-territorializador da construção da Usina Hidrelétrica de Manso.

### 5.5.1 Estudo de caso 1. Povos Indígenas Chiquitano

 *Portal do encantado é um local muito místico, cheio de mitos, é lindo demais e seus espíritos nos protegem. (Marilza, chiquitana da TI Portal do Encantado em Cáceres, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social).*

Na fronteira Brasil-Bolívia, vive o povo Chiquitano (Figura 5.3) que é uma das últimas etnias indígenas reconhecidas oficialmente em MT. Eles foram trazidos pelos jesuítas das antigas missões de Chiquitos, ainda nos tempos coloniais, pelo então coronel-general Luís Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres que fundou com eles a cidade de Vila Maria do Paraguai, a atual cidade de Cáceres (MACHADO, 2008).



FIGURA 5.3. Povos Indígenas Chiquitano. Fotografias de Gilberto Vieira.

Mesmo separados pelas fronteiras, este povo vive em um território contínuo; no Brasil, os povos Chiquitano vivem no Estado de MT, na fronteira com a Bolívia, nos municípios de Vila Bela, Cáceres e Porto Esperidião. Na Bolívia, localizam-se no departamento de Santa Cruz, nas províncias Nuflo de Chaves, Velasco, Chiquitos e Sandoval (Figura 5.4). Estima-se que existam em MT pelo menos dois mil chiquitanos (SILVA, 2008).

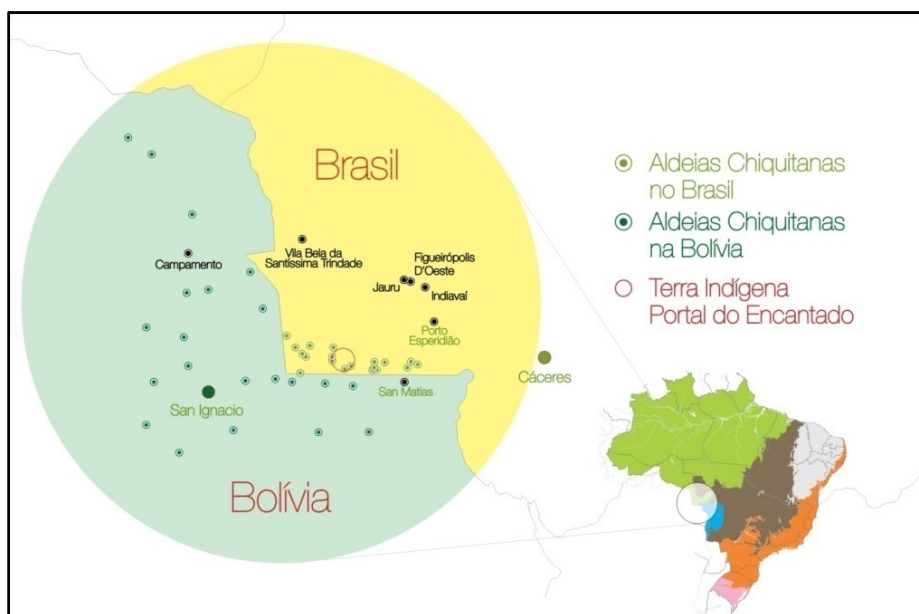


FIGURA 5.4. Localização das aldeias do povo Chiquitano no Brasil e Bolívia. Adaptado: FUNAI, 2006.

Segundo Silva (2005), esse povo é herdeiro de vários processos históricos, em que os jesuítas deixaram marcas indelévels com relação à língua, às crenças e à própria história vivida por eles, que circulam há séculos por essa região e que por motivos alheios a causalidade de sua história essas pessoas foram obrigadas a receber o rótulo de “boliviano” ou de “brasileiro”. Foram considerados estrangeiros em sua própria pátria, pois, sofreram a exploração do trabalho escravo pelos espanhóis e pelas mãos dos bandeirantes. Foram intensas as influências que sofreram originadas por processos de disputa nas áreas de fronteiras.

A colonização e a implantação dos projetos agropecuários fez com que, o *habitat* fosse sendo substituído pelas pastagens para o gado, fazendo com que o *habitante* chiquitano perdesse seus *hábitos* ao viver a experiência de bóias-frias nas fazendas como vaqueiros ou lavradores.

Os estudos de Alfred Métraux (1948), Radding (2005), Tomichá Charupá (2002) e Silva (2008) são importantes, pois confirmam que os Chiquitano são resultantes de uma amálgama de inúmeras nações indígenas aldeados pelos jesuítas e que já estavam em solo nacional anteriormente à ocupação portuguesa do século XVIII. De acordo com Costa (2000), a ocupação tradicional do povo Chiquitano estendia-se até os rios Jauru, Guaporé e Paraguai, tocando nos limites dos territórios dos Nambikwara, ao norte, até a extensão da cidade de Cáceres, no extremo leste.

É forte ainda, a herança das missões jesuíticas na cultura deste povo, como relata Silva (2009), que há altares nas casas, capelas em alguns locais, orações no *linguará* e os nomes pessoais das gerações mais velhas são, sobretudo, nomes de santos, tais como: Pedro, José, Cristóvão, Catarina, Inácio, Lourenço, Joaquim, Francisco, Cirilo, Vicente, Felipe, João, Miguel Arcanjo, Sebastião, Mariano, Aquino e outros. Todos marcados como símbolos do cristianismo herdado dos jesuítas.

Embora indígenas, os conflitos socioambientais os dividem, alguns assumindo a identidade indígena e outros não:




*Tentaram convencer a população de MT de que nós não somos índios, mas sim bolivianos. Para mim a minha identidade é o chicha, eu adoro chicha, e chicha lembra a identidade dos meus parentes.” (Esvanei Matucari, chiquitano, da TI Portal do Encantado em Cáceres, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social).*

Esvanei Matucari nos narra que, chicha é uma bebida fermentada feita da mandioca ou do milho; que seu povo luta pelo reconhecimento de suas culturas e pela demarcação de seus territórios; o chicha é forte expressão da cultura chiquitana.

O processo que expulsou os chiquitanos de seus territórios originais iniciou-se em 1976, durante a ditadura militar e intensificou com a chegada das agropecuaristas à região. O fotógrafo Mario Friedlander, em 1980, registrou e denunciou a expulsão dos Chiquitano de suas terras (SILVA, 2008). Foram expulsos pelos fazendeiros que se diziam donos das terras, sob tanta pressão, tentaram transformar a sua existência, “virar brancos”, abandonar sua identidade. Praticamente perderam a língua e abandonaram os seus hábitos e costumes. Em 1998, a FUNAI deu início a um processo de cadastramento de todas as comunidades, para verificar quais teriam origem indígena e poderiam pleitear a regularização de suas terras, a ira local veio com força e o boicote à mão-de-obra de quem se assumia como indígena se agravou (MILANEZ, 2006).

Os depoimentos dos habitantes do Portal do Encantado<sup>18</sup> expressam o temor pela perda da terra e de sua própria história e memória. Os fazendeiros tentam comprar o silêncio desta identidade chiquitana e muitos são os conflitos vividos por estes grupos que, desterritorializados, tiveram que morar em beiras de estradas ou nas periferias das cidades próximas.

Embora repleta de lembranças traumatizantes, de submissão e de expropriação, este povo rompe o silêncio e busca se autoafirmar e lutar pelos seus direitos:

 *Hoje eu posso me autoafirmar chiquitano e isso para mim é liberdade, é autoestima (Esvanei Matucari).*

A identidade chiquitana foi visivelmente alterada pelas *driving forces*. Afirmamos que existe, portanto, uma situação muito complexa que é compartilhada por esse povo que vive nas bordas de um sistema cultural e econômico, constituindo seu próprio modo de vida.

---

<sup>18</sup> Portal do Encantado é uma área em Cáceres, MT, pertencente ao povo chiquitano que foi identificada pela FUNAI e aguarda portaria do Ministério da Justiça para sua homologação.

### 5.5.2 Estudo de caso 2. Povos Seringueiros da RESEX Guariba & Roosevelt

Na Amazônia mato-grossense, extremo noroeste de MT, município de Colniza, está localizado o rio Guariba, paralelamente, corre o rio Roosevelt, que recebeu este nome após uma expedição realizada em 1912 do Marechal Rondon acompanhado pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt. As margens destes dois rios habitam os seringueiros da única reserva extrativista de MT, a RESEX Guariba & Roosevelt (Figura 5.5).

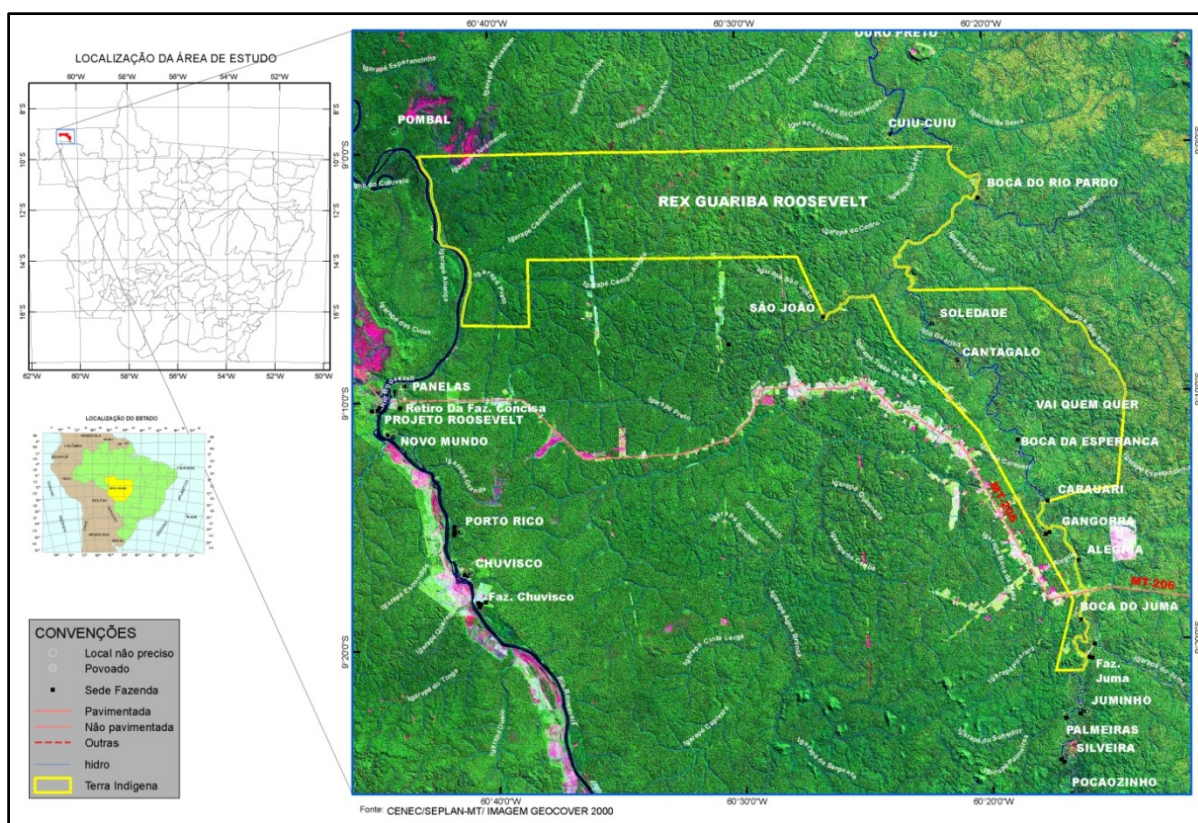


FIGURA 5.5. Localização da RESEX Guariba & Roosevelt, Colniza, MT.

Os seringueiros da RESEX Guariba & Roosevelt (Figura 5.6) chegaram a MT impulsionados pelos programas do governo Vargas que incentivou a migração nordestina à região norte do país e levou 70.000 trabalhadores a se alistarem como soldados da borracha (SANTOS, 2002).



FIGURA 5.6. Os seringueiros da RESEX Guariba & Roosevelt. Fotografias do arquivo da pesquisadora.



*Meu pai morava no Ceará, minha mãe no Maranhão, eles chegaram no tempo da guerra, aqueles que não quiseram ir pra guerra, iam pro seringal; eles vieram pra cá cortar seringa (Oswaldo Souza, seringueiro da RESEX Guariba & Roosevelt, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

Atualmente a região de Guariba é habitada por uma miscigenação de grupos sociais com interesses diversos: indígenas, extrativistas, pequeno agricultor, posseiros, comerciantes, madeireiros, fazendeiros e outros grupos que, muitas vezes, disputam o mesmo pedaço de terra, refletindo o quadro de grupos desiguais que interagem na região.



*Hoje estamos vegetando pela produção que caiu, nos relata Oswaldo Souza.*

E continua nos relatando as dificuldades para comercializar esses produtos devido à precariedade das estradas e isolamento. Durante muitos anos, a principal atividade econômica foi a extração do látex. Houve um grande refluxo populacional com o declínio do comércio da borracha nativa, quando muitos partiram em busca de melhores condições de vida, procurando centros urbanos, garimpos e fazendas. Alternativas de renda na região têm sido a coleta de castanha do Brasil e de óleo de copaíba.

É do desejo de continuarem extrativistas da seringueira, que emerge a identidade desses povos que se autodenominam como seringueiros. Sabemos que esta denominação não está vinculada somente a uma categoria de trabalhadores (cuja atividade da extração da borracha não realizam mais). Mas, ser seringueiro envolve peculiaridades, como, a visão singular da floresta e o significado que dão a ela por um modo de vida constituído (SANTOS, 2002). Apesar da maioria deles já não extraírem o “leite da seringa”, como eles chamam o látex da seringueira, a autodenominação seringueiro faz parte de suas identidades, de seu modo de vida constituído e simbólico.

As *driving forces* socioeconômicas e políticas impulsionaram o governo brasileiro a atrair inúmeros seringueiros para o interior da floresta Amazônica. Este contato com a floresta e com os povos indígenas que habitavam estes domínios deu-se de forma muito conflituosa. As alterações econômicas enfraqueceram o comércio da borracha e levou o seringueiro a ficar entregue a própria sorte. Em Guariba, um dos nossos lócus de estudo, os seringueiros lutaram anos para a implantação da RESEX, porém, esta unidade não

abrangeu as áreas de coletas, além da maioria das colocações<sup>19</sup> e moradias dos seringueiros com suas famílias. Há uma ausência de fiscalização e a RESEX é, pouco a pouco, invadida por madeireiros e fazendeiros e assim, novamente, os seringueiros têm seus modos de vida ameaçados pela destruição dos *habitats*.

Os varadouros<sup>20</sup> abertos na mata estão abandonados, a faca e o raspador, principais instrumentos de trabalho, enferrujam pelos cantos da casa. Na época da farta produção de seringa, toda a família era envolvida na coleta e na prensagem do látex; atualmente, sem exercer estas atividades, o seringueiro não repassa seus conhecimentos aos filhos e netos, e aos poucos, ao perder a identidade como comunidade seringueira, perde-se também a identidade com a floresta. Conforme o relato a seguir:



*Os seringueiros de Guariba estão perdendo a identidade com a floresta. Não cuidam mais dela. A geração mais antiga cuidava mais do ambiente (Maria do Socorro, seringueira da RESEX Guariba & Roosevelt, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

Perspectiva apresentada por Leroy (2005, p. 24), quando nos aponta que “a perda das raízes e da identidade é muito ligada à perda de uma relação com o meio ambiente”. Contudo, “a concepção das reservas extrativistas foi inspirada nas práticas destes seringueiros” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 276). Porto-Goncalves (2001) é um importante pesquisador deste grupo social e, aponta-nos que no Acre, “por meio dos empates os seringueiros tentam impedir que fazendeiros derrubem a floresta para plantar pasto” (p.130). Nesta luta, especialmente pela concepção política do líder Chico Mendes, em aliança com os vários povos e com o movimento ecologista nasceu a concepção de uma proposta que “combinava a luta pela terra com a luta por seu modo de vida seringueiro” (p. 131); surgiu a proposta da RESEX que se apresenta “como um laboratório vivo, para a busca de um modelo de desenvolvimento que se faça com e a partir de populações que têm um saber efetivo tecido na convivência com a floresta” (p.132).

Por certo, a atuação política e a resistência de Chico Mendes e dos povos seringueiros veio fortalecer a luta destes grupos sociais e reforçar o reconhecimento da sociobiodiversidade na concepção de unidades de conservação de uso sustentável. Na

<sup>19</sup> Colocação é espaço onde vivem o seringueiro e sua família, englobando a residência, a roça, as estradas de seringa e castanhais.

<sup>20</sup> Varadouros são caminhos abertos na mata, que delimitam as estradas de seringa e ligam uma colocação a outra.

atualidade, as RESEX vem sendo uma luta política não apenas dos seringueiros, mas também, em diferentes e aproximadas configurações, de vários grupos sociais, como os pescadores, as quebradeiras de coco e os Retireiros do Araguaia no MT, além de muitos outros que lutam para a implantação de UC de uso sustentável. Assim como, vem “influenciando a criação da Reserva Campesina de Biodiversidade dos Chimalapas, no México” (PORTO-GONCALVES, 2001, p. 167).

### 5.5.3 Estudo de caso 3. Povos Quilombolas de Mata Cavallo

No Cerrado mato-grossense e nas bordas do Pantanal está localizada a Comunidade Quilombola de Mata Cavallo. Distante há aproximadamente 50 km de Cuiabá, capital do Estado de MT, no município de Nossa Senhora do Livramento. Suas terras são cortadas pela rodovia MT-060, que liga Cuiabá a cidade de Poconé (Figura 5.7). A comunidade reúne, aproximadamente, 420 famílias em seis áreas: Ourinhos, Estiva, Aguassú, Mata Cavallo de Cima, Mutuca e Capim Verde. Os quilombolas lutam há mais de cem anos para fazer valer seus direitos ancestrais sobre uma área de, aproximadamente, 14.000 hectares.

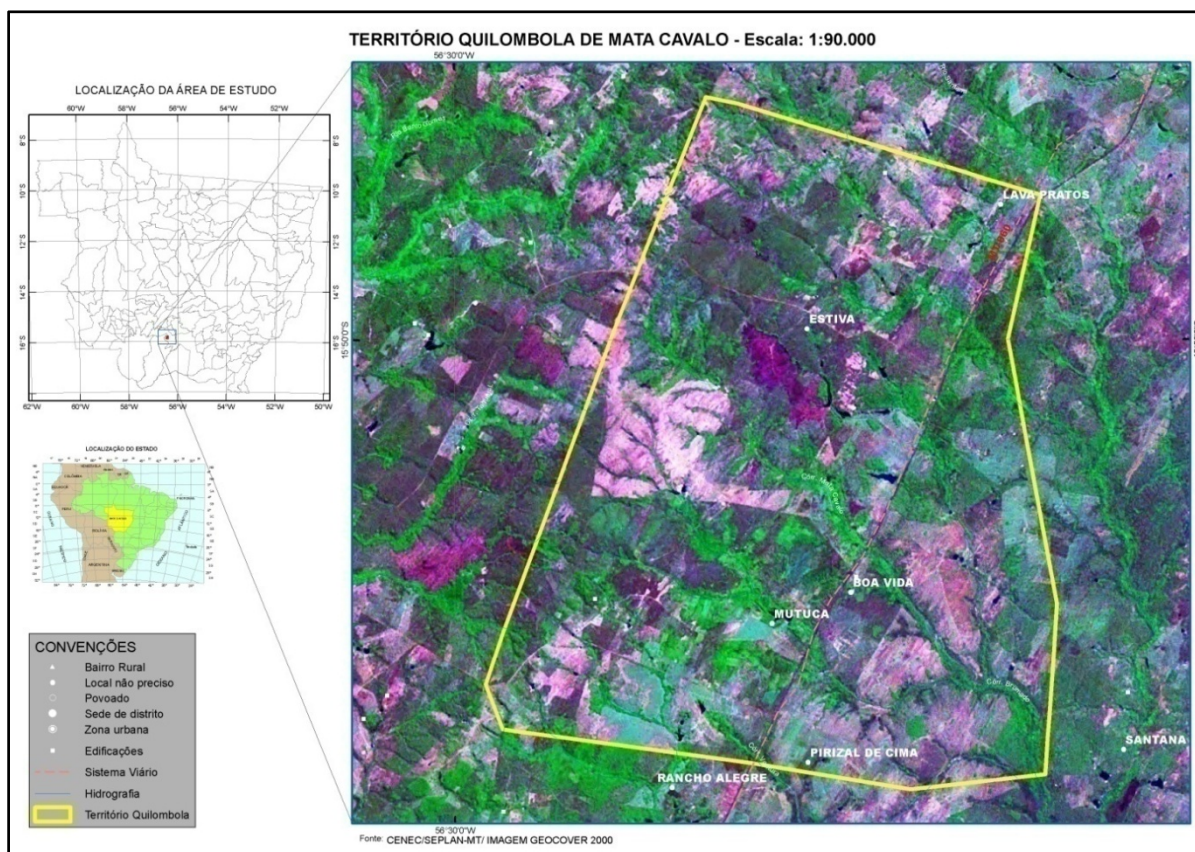


FIGURA 5.7. Localização da Comunidade Quilombola de Mata Cavallo, Nossa Senhora do Livramento, MT.

O Quilombo de Mata Cavallo (Figura 5.8), é uma porção de terra que para além de territórios geográficos, inscreve-se em identidades construídas nas vivências históricas que demarcam sua temporalidade.



FIGURA 5.8. Comunidade Quilombola de Mata Cavallo. Fotografias do arquivo da pesquisadora.

A origem da terra da sesmaria Boa Vida de Mata Cavallo está ligada à história dona Anna da Silva Tavares, que antes de falecer em 1883, ratificando o testamento de seu esposo Ricardo José Alves Bastos, deixa em testamento a libertação de seus 34 escravos e doa, aos mesmos, parte das terras que possuía nas proximidades do ribeirão Mata Cavallo (MURARO-SILVA, 2003; BARROS, 2007). Após esta doação, a região foi palco de muitos conflitos, particularmente, pela implantação de projetos de mineração e pela disputa dos territórios com os agropecuaristas. No ano 2000, a comunidade de Mata Cavallo foi reconhecida pela FCP como remanescente de quilombos e, assim como outras comunidades, vem demandando junto ao INCRA-MT a titulação de seu território.

A vegetação é formada por matas de galerias e nas manchas mais ricas apresenta árvores altas e de copas densas, como a aroeira e o angico vermelho. Mas, infelizmente, muitas destas espécies estão desaparecendo (BARROS, 2007).

A alteração nas paisagens tem acarretado uma descaracterização natural ligada às alterações nas identidades e nos modos de vida da comunidade de quilombolas. Um exemplo a citar é a destruição das áreas de babaçuais, convertidas em pastagens pela ação dos fazendeiros. O babaçu é um serviço ecossistêmico extremamente importante para a manutenção dos modos de vidas dos quilombolas, pois em sua maioria, suas casas são construídas das palhas de babaçu trançadas. Muitos utensílios de trabalho também. O babaçu sempre esteve presente no cotidiano deste povo como revela o relato de uma entrevista:



*Lembro que perto da estrada era tudo babaçu, hoje é só pasto, ficou tudo desmatado por causa dos pastos, antigamente a gente fazia óleo de babaçu, fazia sabão (Dona Branca, quilombola da Comunidade de Mata Cavalo, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

E a entrevistada aponta:



*Os fazendeiros para dizer que estão ocupando as terras, pra dizer que são produtivas, trocaram o mato por um capim que alastrou pelo quilombo, e colocaram o gado (Dona Branca, quilombola da Comunidade de Mata Cavalo, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

As consequências dos garimpos também causaram alteração no ambiente, deixando os solos com acentuadas fendas, erosões, áreas inteiras degradadas por essa prática de extração.

Os povos quilombolas vêm enfrentando um processo longo de conflitos ambientais centrados essencialmente nas disputas pelos seus territórios e na luta pelo reconhecimento de seus direitos ancestrais. Os conflitos com os fazendeiros fizeram com que muitos quilombolas abandonassem suas terras, mesmo com um refluxo recente podemos perceber que muitos dos seus hábitos foram alterados pela privação do contato com o território.

Em uma das oficinas que realizamos, a comunidade teceu seus sábios conhecimentos sobre os conceitos de territórios e identidades. Nesta oficina, D. Tereza Conceição Arruda, uma das lideranças que infelizmente faleceu no dia 03 de março deste ano, comparando o território a urdidura de uma rede nos narrou:



*Aquele pano grande é a terra nossa, nosso território. E os bordados somos nós nele, nossa identidade. A identidade é o bordado da rede (D. Tereza Conceição Arruda, quilombola da Comunidade de Mata Cavalo, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

O território é, assim, um elemento preponderante na construção da identidade quilombola, sendo à base das práticas sociais, das representações e das significações. Um dos alicerces desta identidade é o direito ancestral a terra, pois é nela que a comunidade se reconhece, assim, esta identidade se interliga ao campo do território, da memória e da temporalidade.

Os conflitos pela posse da terra em Mata Cavalo estendem-se por mais de 100 anos. Hoje, a comunidade vive numa área reduzida, ameaçados por fazendeiros ou

grupos interessados em suas terras. A comunidade se reúne nos momentos de festejos e devoção religiosa e se organizam em vigílias coletivas para resistirem quando há ameaças de despejos. A margem das políticas públicas, a maioria vive em casas feitas de pau-a-pique, madeira ou babaçu, os poucos pertences se espalham pelos cômodos de chão batido, a maioria são desprovidas de luz elétrica ou até mesmo de água encanada.

Este processo de intenso conflito em Mata Cavalo vem sendo causado pelas *driving forces* que seguem alterando o ambiente de Cerrado onde a comunidade está inserida, conseqüentemente, vêm dificultando às alternativas deste povo em manter suas identidades e seus modos de vida.

#### **5.5.4 Estudo de caso 4. Povos Pantaneiros de São Pedro de Joselândia**

*“Penso que os homens deste lugar  
São a continuação destas águas.”  
Manoel de Barros*

O Pantanal brasileiro é uma planície alagável, cuja riqueza da flora e da fauna é regulada pelo ciclo das águas. Este regime hidrológico faz com que as áreas no Pantanal sejam distribuídas em alagáveis, não-alagáveis ou periodicamente inundadas, esta dinâmica determina as interações ecológicas e os padrões de diversidade biológica deste ecossistema (JUNK et al., 2006). “O Pantanal é uma das maiores áreas alagáveis contínuas do planeta, cobrindo aproximadamente 140.000 km<sup>2</sup> da Bacia do Alto Rio Paraguai (BAP) e seus tributários, que drenam o Cerrado do Brasil Central” (HARRIS et al., 2005, p. 157).

No Brasil, o Pantanal abrange os Estados de MT e Mato Grosso do Sul. A planície inundável que forma o Pantanal constitui uma das áreas úmidas de maior importância na América do Sul. Nas porções do Pantanal em MT são reconhecidos dois Sítios Ramsar: o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e a RPPN SESC Pantanal. Nesse espaço,

não se sabe ao certo quem foram os primeiros habitantes do Pantanal. O registro mais antigo data do século XVI, quando chegaram os primeiros exploradores e colonizadores espanhóis. Através de seus relatos de viagem, ficamos sabendo que a região era habitada por povos indígenas que falavam línguas diferentes – os Guaranis, os Xarayes, os Guanás, os Guatós, os Payaguás, os Guaikurús. (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2002c, p. 43).

Os espanhóis percorreram estas terras a procura de riquezas durante o séc XVI, sendo muitos os embates que empreenderam contra os povos indígenas que habitavam os pantanais. Na década de 30, os jesuítas começaram a agrupar os “povos indígenas para catequizá-los na fé cristã e ensinar-lhes ofícios com o objetivo de fazê-los produtivos para a sociedade colonial” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2002c, p.44). Por volta de 1640, iniciou a chegada dos bandeirantes que vieram com o intuito de caçar e escravizar os povos indígenas, para servi-lhes de mão de obra e buscar riquezas, como os metais preciosos.

Embora bem preservado, o Pantanal é um ambiente frágil e sofre constantes ameaças de fragmentação de ecossistemas, projetos de desenvolvimento, atividades de caça e pesca predatória, invasão turística, introdução de espécies exóticas e poluição hídrica, especialmente, carregados pelas águas que descem do planalto (HARRIS et al., 2005).

Aliado a beleza da fauna e flora, investigamos com mais afinco o povoado de São Pedro de Joselândia (figura 5.9), um distrito do município de Barão de Melgaço, situado entre dois dos maiores rios formadores do Pantanal, o Cuiabá e o São Lourenço. De acordo com o Censo do IBGE em 2000, têm 2.483 habitantes, residentes em 592 domicílios e conta com as seguintes comunidades: a sede São Pedro, Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Isabel, Capoeirinha e Lagoa do Algodão (PIGNATTI; CASTRO, 2010). São Pedro está localizado no entorno da RPPN SESC Pantanal que tem uma área aproximada de 106 mil hectares (SESC, 2011).

O distrito de Joselândia, área de estudo, é o único do município de Barão de Melgaço, e sua sede, São Pedro, foi legalmente constituída em 1955, com o ato de registro da área em cartório, na forma de “Patrimônio”, a partir da sesmaria Santo Antônio da Barra, e dedicada ao santo padroeiro do seu povo. Em pouco mais de cem hectares foram se instalando pessoas e famílias em busca de terras altas para a produção de alimentos de sua subsistência e de trabalho nas grandes fazendas de gado da região. (PIGNATTI; CASTRO, 2010, p. 3225).

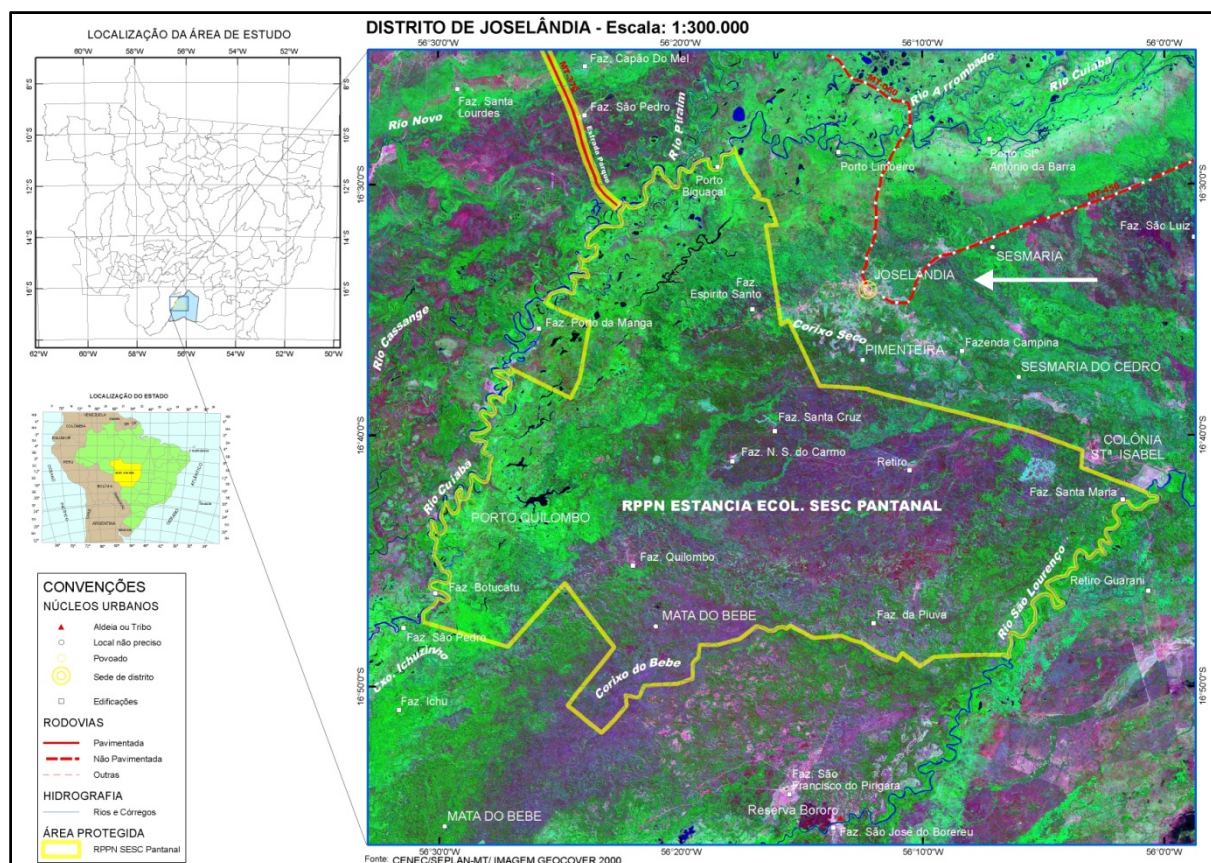


FIGURA 5.9. Localização da Comunidade de São Pedro de Joselândia, Barão de Melgaço, MT.

Conforme registro de Pignatti & Castro (2010), São Pedro é uma das comunidades do complexo de Joselândia, um lócus de investigação presente em nossa pesquisa. Este ambiente revela em suas belas paisagens um povo pantaneiro (*habitante*) cuja identidade se faz nesta dinâmica cíclica das águas do Pantanal (*habitat*) que lhe confere um modo peculiar de vida e de convivência com este ecossistema (*hábitos*) (Figura 5.10).




FIGURA 5.10. Pantaneiros de São Pedro de Joselândia. Fotografias do arquivo da pesquisadora.


O percurso até a comunidade de São Pedro pode ser feito na época de cheia percorrendo 140 Km que passa pelos municípios de Nossa Senhora do Livramento e


Poconé até Porto Cercado, onde está localizado o Hotel e a RPPN SESC Pantanal. A partir de Porto Cercado, o acesso é feito por barcos pelo Rio Cuiabá, passando por Porto Biguazal e depois por corixos até chegar a comunidade, este percurso final pode ser feito de barco, cavalo, carro de boi ou quadriciclo, conforme for o nível da água. O outro acesso pode ser feito em época de seca, percorre-se o percurso de 30Km pela MT-040, até Santo Antônio de Leverger; segue-se a MT-070 por 80Km até o vilarejo de Mimoso; e o restante do percurso de 70Km ainda não está pavimentado e se dá pela MT-455, passando pelo vilarejo de Capoeirinha até chegar a São Pedro de Joselândia.

Historicamente, o município de Barão de Melgaço constituiu-se em território dos povos indígenas Bororo:

 *Toda essa região era dos bororo até Barão de Melgaço, aqui tem um lugar no cambarazal que tem os vestígios deles como pedaços de cerâmicas (Marcos, pantaneiro de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*


Inicialmente, eram campos de uso comunitário que começaram a ser cercados a partir da década de 1950 (SESC, 2011). Os pantaneiros de Joselândia vivem do plantio de roças, da pequena criação de gado e de trabalhos temporários nas fazendas. Há alguns habitantes que trabalham como guarda-parque na RPPN. Há ainda o incentivo do SESC Pantanal para a produção de mel de abelha (*Apis mellifera*), em especial, na comunidade de Retiro de São Bento, onde se constituiu a Associação Retireense de Apicultores (ARAPI). Configura-se uma organização social estruturada por laços de parentesco, compadrio e vizinhança. Para melhor compreensão dessas proposições, apresentamos os seguintes relatos:

 *Eu sou pantaneiro, nasci e criei aqui. Morava bem ali. Depois que me pai morreu eu fiz casa aqui. Só nessa casa tem 80 anos que moro. Eu sempre trabalhei na roça e no campo também, tinha as criações. Plantava milho, mandioca, arroz, feijão, batata, banana, algodão, tudo quanto era tipo de planta, eu plantava. E sempre com muita fartura. [...] Aqui chamava povoação de Macaco. E quem mudou o nome foi o meu mestre, meu primeiro professor, o Fernando da Costa Leite. Ele falou: vou trocar o nome deste lugar. A escola chamava Escola Primária Mista da Povoação de Macaco. E ele colocou Escola Primária Mista da povoação de São Pedro. Aí trocou rápido (Sr. Joaquim Santana Rodrigues, pantaneiro de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*


 *Naquele tempo de meu avô havia mais união. Hoje cada um tá vivendo uma vida mais individual. Eles plantavam, ia colher um arroz, tinha muxirum. Ia colher um feijão, tinha muxirum. [...] hoje só tem muxirum para barrear as casas.*


*Para a colheita não tem mais. Nossos avôs viviam das plantações, hoje quase não tem mais plantação (Marcos, pantaneiro de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

A representação coletiva dessa categoria a transforma em um marcador de tempo: tempo dos antigos – “muxirum era muito mais forte, tinha muito mais muxirum”; tempo de hoje – “tempo da esperteza, da ambição”, portanto, os vínculos solidários são mais frágeis. (PIGNATTI; CASTRO, 2010, p. 3226).


 *São Pedro é uma região de um povo de muita garra e muita fé. Essa região se fundou numa cultura muito cristã que cultivaram uma fé muito grande em Deus (Dona Maria Benedita, pantaneira de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

Em quase todas as casas pantaneiras há altares com santos católicos. No vilarejo está localizada a escola estadual Maria Silvino Peixoto de Moura que atende todos os ciclos e uma turma de ensino de jovens e adultos. Há, em especial, duas festas anuais que fazem parte da história deste povoado, a festa de São Pedro (28 a 30 de junho) e a Parêa Pantaneira (7 de setembro) com desafios em duplas de cavalos. Nestas festas há distribuição gratuita e farta de alimentos; muitas danças e cantorias, como o siriri e o cururu. Mas, os relatos apontam que a comunidade está perdendo a cultura do cururu:


 *Quase não tem cururueiro mais (Dona Maria Benedita, pantaneira de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

 *São poucos que tem viola de cocho e quase não tem mais quem faça as violas de cocho (Sr. Joaquim Santana Rodrigues, pantaneiro de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

Os relatos nos apontam a forte ligação deste povo com o *habitat* que vivem. Há um sentimento de pertencimento e uma forma peculiar de convivência com o ambiente, fator que contribui para que boa parte do *habitat* local continue preservado. “*Aqui é o meu amor*”, nos narra Dona Maria Benedita, ao expressar seu apreço por São Pedro. No entanto, as entrevistas nos apontam que houve muitas mudanças locais e na forma de vida deste povo:


 *Antigamente era só mato. Não tinha o pasto plantando, era só nativo. Hoje tem muitas invernadas e invernadas, [...] na época do meu avô não era assim. Meu avô foi um grande criador de gado aqui da comunidade. Papai conta que na época eles faziam o manejo do gado, mas era tudo com muito cuidado com a natureza. O gado agora no mês de maio que vaza descia o gado para o Pantanal. De acordo com que a água ia vazando o gado já ia descendo (Marcos, pantaneiro de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

As literaturas apontam que os ciclos da água nesta região iniciavam-se com a cheia em outubro/novembro, e as vazantes ocorriam, normalmente, entre junho e julho de cada ano (SESC, 2011). Mas, todos os entrevistados nos apontam para as mudanças que ocorreram nestes ciclos hidrológicos:


 *Ah. Aqui mudou muito. A mata raleou demais. Agora a água tá indo embora muito rápido. Antes a cheia durava de janeiro até junho. Agora dura no máximo três meses. E a água vai embora muito mais rápido (Sr. Joaquim Santana Rodrigues, pantaneiro de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

As inundações periódicas são eventos naturais do Pantanal. Todavia, nas últimas décadas o Pantanal vem sofrendo alterações no ciclo hidrológico devido às mudanças ou variabilidade climáticas, a uma intensificação do uso do solo e dos recursos hídricos no planalto adjacente. Somado a essas alterações no meio físico, ocupações humanas impróprias em áreas sujeitas à inundação vem ocorrendo nos últimos anos, devido a fatores sociais, econômicos e à falta de planejamento e controle. (PADOVANI et al., 2011, p. 5141).

Os desmatamentos, as pescas predatórias e as atividades de turismo descuidado, vêm provocando muitas mudanças nestes ambientes pantaneiros. Estas alterações vêm interferindo também, nas identidades e nos hábitos dos habitantes deste ecossistema, como nos narra um dos entrevistados:

 *A paisagem é muito importante. A paisagem muda nossos modos de ver as coisas. Ela nos leva a uma contemplação. A paisagem aqui instiga a contemplação e a imaginação. Com certeza, se muda a paisagem muda também o povo deste lugar (Marcos, pantaneiro de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

O poeta pantaneiro Manoel de Barros já nos dizia: “Penso que os homens deste lugar são a continuação destas águas.” Joselândia é este espaço onde as águas constroem novos territórios dispersos em distintas temporalidades e racionalidades. Na concepção de uma entrevistada:

 *Não sei porque está época das águas está mudando, ficamos um pouco perdidos aqui (Lucia, pantaneira de São Pedro de Joselândia, entrevista concedida em pesquisa de campo).*

Os relatos nos apontam que, as mudanças nas paisagens mudam também a identidade desta gente pantaneira, cujos modos de vida e temporalidades se fazem na peculiaridade deste *habitat*, movido pelos ritmos das águas do Pantanal.

### 5.5.5 Estudo de caso 5. Atingidos por barragens da Usina de Manso

No Brasil, as construções de barragens têm levado a desterritorialização de milhares de pessoas. Esses deslocamentos vêm alterando significativamente as vidas e os meios de subsistência de vários grupos sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais. Em geral, os processos históricos destes empreendimentos vêm demonstrando que, os reassentamentos vêm sendo feitos sem respeito aos modos de vida dos grupos atingidos, os quais são deslocados em áreas que carecem de infraestruturas necessárias para manutenção de uma vida digna para essas populações.

O MAB se consolidou em um movimento nacional no I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens no ano de 1992. Em MT, o MAB nasceu em decorrência da construção da barragem do rio Manso, principal afluente do rio Cuiabá. A Usina Hidrelétrica de Manso (Figura 5.11) foi inaugurada em 1998. É uma herança das obras faraônicas de infraestrutura planejadas pelo governo militar (ARINI, 2005). A área de alagamento é de 427 Km. Apesar do grande reservatório que, segundo dados de Furnas, tem capacidade de geração de até 212 megawats, a usina produz de forma fixa apenas 97 megawats de energia, ou o equivalente a três pequenas centrais elétricas com represamento de áreas até cem vezes menores (CASTRILLON et al., 2006).

Em 2004 o MAB informava que dezoito comunidades foram atingidas pela Usina de Manso totalizando 1.065 famílias, mas, somente 422 famílias foram reassentadas em cinco diferentes áreas, 60 famílias foram deslocadas para as periferias das cidades próximas (LEROY, 2005). “Levantamentos técnicos de uma comissão independente revelaram que 92% do solo dos reassentamentos era formado por areia, impróprio para a agricultura” (CASTRILLON et al., 2006, p. 51).

Os impactos socioambientais produzidos por essa barragem vêm sendo denunciados por ambientalistas e pesquisadores, desde o início da obra, tanto pelas mudanças no sistema de inundação do Pantanal e na bacia onde está inserida, como na destruição de *habitats*, extinção de espécies, diminuição de populações de peixes; ou ainda, por meio dos impactos sociais na área de alagamento e a jusante onde moradores dependem do ciclo natural das águas para sobreviver (CASTRILLON et al., 2006).

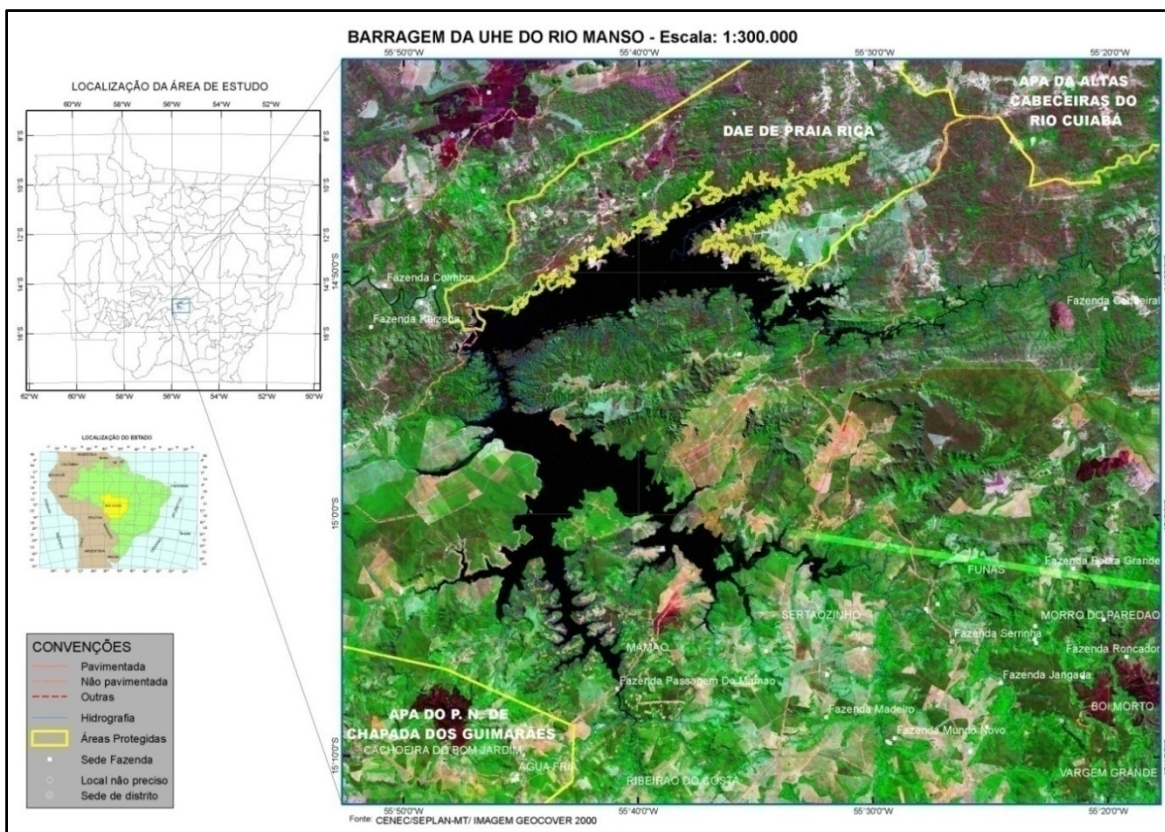


FIGURA 5.11. Localização da região da Usina de Manso, Chapada dos Guimarães, MT.

Representantes do MAB, atingidos pela barragem da Usina de Manso (Figura 5.12), participaram do I e II Seminários Mapeamento Social. Dona Maria Guerreira e sua família, ainda, não foram reassentados, ela nos relata:



 *Não tenho onde morar porque minha casa está debaixo da água da usina, então moro no assentamento Quilombo em Alto Paraguai, às vezes em Cuiabá, às vezes em outro lugar [...] Eles falam de progresso, mas de progresso para quem? Os trabalhadores que eles contratam para trabalhar não são daqui. As estradas que são construídas são para eles chegarem com as usinas, e o povo atingido não tem onde morar, o lugar onde morava se perdeu, perdemos nossa identidade, não posso mais ser agricultora familiar, não posso mais ser pescadora, não tenho escolha hoje sou atingida (Dona Maria Guerreira, Atingida pela barragem da Usina de Manso, entrevista concedida no II Seminário de Mapeamento Social).*



FIGURA 5.12. Usina Hidrelétrica de Manso. Imagem e fotos do MAB.

O Senhor Manoel Santana também nos narra:

 *A vida está muito difícil por causa da construção da usina do Manso muitas famílias ficaram sem eira e nem beira e nós também ficamos sem lugar. Sou militante há 10 anos e é por meio do MAB que conseguimos o reconhecimento, a luta, a organização e a conquista dos nossos direitos (Sr. Manoel Santana, Atingido pela barragem da Usina de Manso, entrevista concedida no I Seminário de Mapeamento Social)*

Sobretudo, para esse grupo social, perder seu território pode significar, por vezes desaparecer. Muitas famílias foram desconectados, ou melhor, arrancados à força do seu território. Os atingidos por barragem é um exemplo de uma identidade que surge por meio de uma *driving force*. Pessoas que antes eram agricultores familiares, pescadores, extrativistas, que foram impedidos a manter seus hábitos pela destruição de seus *habitats*. Suas identidades não apenas sofreram interferências, mas foram destruídas. E, nesta perda identitária passaram por um fenômeno paradoxo da reconstrução de sentidos, que pode ser identificado quando se autodenominam atingidos por barragens e, encontram na força coletiva deste movimento, motivos para continuar a lutar pelos seus direitos.

São muitos os grupos de atingidos pelos projetos hidrelétricos, e pelos demais projetos de expansão das fronteiras capitalistas, pelas *commodities*, tais como a soja, a extração de madeira, a celulose, o alumínio, o minério de ferro, etc.. A apropriação privada dos territórios e de seus bens naturais (as florestas, as áreas de pesca, as áreas de cultivo) extermina a identidade sociocultural, fazendo deles uma massa que tende à uniformidade, desenraizada de sua história e de seu território, sem perspectiva (LEROY, 2010).

Os estudos de casos apresentados por este capítulo nos apontam que as *driving forces* e os projetos de des-envolvimento têm interferido nas identidades dos grupos pesquisados. Especialmente, a destruição e a fragmentação dos *habitats* vêm descaracterizando os ambientes e destruindo as bases naturais que são fontes de vida destes grupos, como também, importante pelo seu papel mítico na construção das identidades. Os bens e os serviços ambientais são imprescindíveis para a manutenção da vida, das identidades e dos hábitos dos grupos sociais. A conservação dos *habitats* é, portanto, essencial para a continuidade das identidades destes grupos.

O fortalecimento dos movimentos de resistência de diversos protagonistas sociais que buscam defender suas identidades, seus modos de vida e seus ambientes

frente à expansão da especulação fundiária, das monoculturas e dos grandes projetos desenvolvimentistas nos mostram outros caminhos possíveis. Estes modos alternativos de organização social devem ser considerados nos programas e na construção de políticas públicas. Não se pode mais invisibilizar o protagonismo destes inúmeros grupos e movimentos que se fortalecem na luta pelo reconhecimento de suas identidades, seus territórios e seus direitos coletivos, porque nestas resistências, estão as possibilidades de assegurar a visão de que esses bens são coletivos e não passíveis de dominação privada. E devem ser apropriados pela maioria para uma vida mais digna a todos com mais sustentabilidade aos ambientes naturais.



## Capítulo 6. TERRITÓRIOS DE ESPERANÇAS

---

O momento pode estar repleto de volatilidade e incertezas, mas isto significa também que é um momento do inesperado e cheio de potencialidades revolucionárias. **David Harvey**

A esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e insurreições, eu ainda sinto a esperança como minha concepção de futuro. **Jean Paul Sartre**, no prefácio de “Os condenados da Terra” de Frantz Fanon

Na cartografia das lutas! Em diferentes itinerários, mas que revelam um único desejo: ESPERANÇA! **Michèle Sato**

Foto de Maria Liete. Comunidade Quilombola de Mata Cavallo.

“O modo como o Outro se apresenta, ultrapassando a idéia do Outro em mim, chamamo-lo, de fato, rosto.” (LEVINAS, 1988, p.38.).

Inspirados nas palavras de Levinas, este estudo veio demonstrar o rosto de MT. Um Estado de diferentes culturas, expressas em um rico mosaico de identidades interagentes nos territórios. Como evidenciado no percurso desta tese, estas diferentes particularidades não estão sendo contempladas na elaboração das políticas públicas. MT é conhecido muito mais pela força econômica do seu agronegócio e os altos custos ambientais deste modelo de uso e ocupação do solo, do que pela diversidade de biomas e de grupos sociais, que formam um mosaico de belezas e de resistências.

Entre as cores e os labirintos - longe de ser homogêneo e vazio - este Estado apresenta as nuances da diversidade. Há o MT dos rios, das matas e dos diferentes povos, que habitam a muitos anos estes espaços, em uma convivência diária e mútua. Estas relações são estabelecidas num relacionamento respeitoso com o ambiente, no entanto, quando a natureza é queimada e desmatada vêm o que consideram mais sagrado fugirem de seu alcance, dificultando sua sobrevivência no seu lugar de origem. Aqui, MT resiste. Há também, o MT da natureza dessacralizada, da queimada, da área desmatada, das pastagens e do agronegócio. Espaços onde o rio é barrado e a vegetação derrubada, onde a energia é capturada e destinada aos complexos minero-siderúrgicos, com as linhas de transmissão atravessando regiões, onde as casas são iluminadas com lâmpadas e velas. Aqui MT des-envolve (PORTO-GONÇALVES, 2001).

O que demonstramos nesta pesquisa é que, MT é um Estado de muitos e diferentes grupos sociais, seres humanos que com suas insistências e resistências, clamam por visibilidade social e ambiental. Nos múltiplos territórios existentes no Estado, há muitos modos de vidas, muitos valores e muitos sentidos imbricados, muitas percepções diferentes sobre um mesmo espaço. Como, por exemplo, é muito distante o valor da floresta para um seringueiro ou camponês, em face ao valor dado por um madeireiro ou por um pecuarista. Tão equidistante, é o significado que um rio tem para um ribeirinho ou para um empresário do setor hidrelétrico (LEROY et al., 2002; SILVA, 2006). Cada uma dessas perspectivas traz diferentes modos de convivência com a natureza. Há que se optar por aqueles que tornam possível uma vida mais sustentável.

No mapeamento dos grupos sociais, das identidades de resistência, temos hoje a oportunidade de conhecer essas perspectivas que emanam do interior das Florestas, dos

Cerrados e dos Pantanais. Estes povos têm saberes e modos de vidas próprios, há projetos de sociedades que emanam de suas vivências. Sua existência são movimentos de resistência, posto que não só lutam para resistir contra os que desmatam e matam, mas lutam por uma forma de existência, por modos diferenciados de viver, ver, sentir, pensar e agir (PORTO-GONÇALVES, 2001).

O mapeamento dos grupos sociais favorece a visibilidade e inclusão destes grupos sociais. De acordo com Eduardo Galeano: “a primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”<sup>21</sup>. E esperamos que os resultados apresentados da atual dinâmica do Estado sejam apropriados pela sociedade civil, para subsidiar a articulação, as parcerias e as alianças, para que os indivíduos e as instituições aprofundem sua participação social, que busquem a proteção dos ecossistemas do Estado. Sobremaneira, esperamos que o mapeamento seja considerado também, pelo Estado e pelo governo, para a inclusão e para a transformação do *status quo* que esses grupos enfrentam. Consideramos que este é um importante passo para o reconhecimento destes grupos. Mas, sobretudo, é preciso ir além, pois apenas mapeá-los não garante que serão considerados nas políticas públicas, não garante que possam ter o direito de conservar seus valores por uma visão de mundo diferenciada.

Concomitante a este rico mosaico mapeado, este estudo também demonstrou as consequências do modelo de ocupação empreendido em MT que atinge diretamente os grupos sociais, que tem suas bases de vida e de resistência fortemente conectadas ao ambiente em que vivem e convivem de maneira peculiar, lutando pela sobrevivência do ambiente local e de suas culturas. Geertz (1998) assinala que a cultura não é fixa e se transmuda no ritmo e pausa do universo pulsante. A cultura é dinâmica e nunca estática. Porém, na atualidade, o ritmo de interferências nas culturas e identidades está muito acelerado e provoca mudanças indelévels, impulsionados, principalmente, pelos projetos desenvolvimentistas e suas *driving forces*.

Em menor ou maior grau, os estudos de caso apresentados no capítulo cinco confirmam as hipóteses de que os projetos desenvolvimentistas e suas *driving forces* interferem significativamente nas identidades dos grupos sociais mapeadas. Algumas identidades são extintas neste contato. Outras são drasticamente modificadas. E, até

---

<sup>21</sup> <http://www.frases.mensagens.nom.br/frases-autor-e1-eduardogaleano.html>

mesmo, algumas identidades surgem em uma reinvenção de significados quando alguns grupos são atingidos diretamente por estes projetos, como o caso do MAB.

É preciso romper com o atual modelo de uso e de ocupação dos territórios, não se pode mais encarar o ambiente, como um espaço a ser explorado predatoriamente. O ordenamento territorial, por meio dos projetos de ZEE, construído de forma participativa e que contemple a diversidade, pode ser um dos caminhos para subsidiar as decisões acertivas de planejamento socioambiental em bases sustentáveis. Para isso, os projetos de planejamento precisam primar pela complexidade dos problemas ambientais, compreendendo que as influências socioeconômicas e culturais não podem ser ignoradas na dinâmica dos ecossistemas (SANTOS, 2009, p. 8). Além disso, é preciso um compromisso ético na elaboração e na aprovação destes projetos de lei. Para que propostas elaboradas por longos anos, originados de projetos e de pesquisas, não sejam destruídas pelos poderes legislativos, no intuito de prestigiar apenas um dos setores da sociedade. Nos casos do ZEE-MT e do Código Florestal Brasileiro, o setor do agronegócio.

As diversas instâncias (acadêmicas, políticas e jurídicas) endossam e confirmam a importância de se criar espaços de debates e de diálogos, para assim corroborar na luta dos diversos grupos sociais pelos seus direitos coletivos, seus diversos modos de vida e suas diferentes significações, na resistência da defesa de suas identidades e dos seus *habitats*. Dessa maneira, reconhecem a importância destes grupos para a conservação da biodiversidade. As etnociências vêm nos apontando esta teoria que é defendida como a Nova Biologia da Conservação. Sobretudo, os campos da etnoconservação, etnoecologia e etnobiologia, que conjugam conhecimentos da área biológica e antropológica, para compreender as cosmovisões destas populações e sua contribuição à manutenção da biodiversidade<sup>22</sup> (MENDES, 2009).

Segundo Inoue (2007), desde 1980, com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), as dinâmicas políticas e sociais em torno de sua elaboração e, do próprio conceito de biodiversidade, vêm resultando na incorporação do caráter socioambiental à conservação. Mais de 160 países assinaram a CDB, que entrou em vigor em dezembro de 1993, dentre eles o Brasil.

---

<sup>22</sup> Mendes (2009) nos sugere bibliografias sobre esta temática. Ver. TOLEDO, 1991, 2002; POSEY, 1985; BERKES et al, 1998; 2000, BERKES, 2004; MARQUES, 2001, 2005 e DIEGUES, 2000.

Diegues (2001) nos assinala a importância da construção, ainda em andamento, de uma nova teoria e prática de conservação, a etnoconservação, uma nova teoria e prática conservacionista de domínio exclusivo, não dos cientistas e do Estado; mas de um movimento que reúne cientistas de diversos campos, tanto das ciências naturais quanto sociais, sendo por isso interdisciplinar, pois envolve as comunidades e várias ONGs, com vistas a implantar uma conservação real das paisagens, à proteção da diversidade biológica e, também a oportunidade de se perceber as diferenças socioculturais.

Registramos que, estes povos revelam um profundo saber, histórico, etnográfico e ecológico, refletido em suas identidades, símbolos e proteção das áreas onde habitam. Por isso, reconhecemos que, além do conhecimento técnico e científico, o saber popular e o cotidiano da luta de resistência de diversos povos, conseguem proporcionar também caminhos de sustentabilidade importantes à conservação.

Por manter uma relação estreita com os ecossistemas em que estão inseridos, estes grupos vêm desenvolvendo um modo de vida mais singular na convivência com os ambientes. E, desse modo, o reconhecimento dos chamados direitos coletivos destes grupos, a criação das unidades de conservação de uso sustentável, como proposto pelo SNUC, apontam para esta nova concepção da biologia da conservação, que reconhece o papel das diferentes culturas e da etnoconservação na proteção ecológica. Contudo, para que a proteção ecológica, efetivamente ocorra, é preciso considerar as diferentes culturas que se encontram nestes espaços, bem como, ampliar a participação destes grupos na elaboração de políticas públicas e tomadas de decisão.

Demonstramos, nesta tese, que os caminhos para a participação democrática é trabalhoso e, deve ser uma conquista cotidiana, para que estes povos possam ser construtores de sua própria vida e de sua própria história. Nesta trajetória, destacamos a importância do GTMS que, sem dúvida, é na atualidade, o espaço de convergências de vários grupos e movimentos na articulação pela defesa de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis. O GTMS é um dos territórios de esperanças destas lutas diversas. Tem sido uma lição de educação ambiental e uma estrutura de aprendizagens coletivas em pleno processo político.

O mapeamento dos grupos sociais, apresentado neste estudo, constitui-se como plataforma política de luta dos segmentos sociais vulneráveis. É defendido também

como um reconhecimento à diversidade social destes segmentos, que são conscientes de suas belezas e de suas densidades de vida, vistos por nós, como a resistência mais sólida contra a degradação dos ecossistemas.

Durante o II Seminário de Mapeamento Social os participantes apontaram a necessidade de criação de uma estrutura educadora capaz de promover e ampliar o articulamento<sup>23</sup> entre diversas entidades, a fim de observar, monitorar, acompanhar e propor políticas públicas, entre outros. Tal estrutura educadora foi nomeada como Observatório Socioambiental de Mato Grosso (OUSAR-MT).

A proposta, embora ainda embrionária, é englobar neste observatório não apenas a educação e as questões ambientais, mas também, o transporte, a comunicação, o fortalecimento da luta, e tantas outras demandas que resignifique o conceito de qualidade de vida das sociedades sustentáveis.

No II Seminário foi criada uma comissão temporária de povos e comunidades tradicionais, que vem buscando o articulamento, para a realização, em 2011, de uma conferência estadual destes grupos, para a construção coletiva de uma proposta de Política Estadual dos Povos e das Comunidades Tradicionais.

Ademais, as informações disponibilizadas à sociedade civil, por meio de artigos publicados, mapas e relatórios, vêm sendo consultadas na elaboração de políticas públicas estaduais e nacionais. Um exemplo disto é a inclusão de uma linha de ação e de dados, em consonância com as informações geradas pelo mapeamento social, na atualização do Plano de Longo Prazo do Governo de Mato Grosso (MT+20).

Como também, este estudo serviu como base para a elaboração do relatório de cinco anos do fórum de direitos humanos e da Terra – MT; foi disponibilizado ao MMA e serviu como subsídios para a definição das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Cerrado e Pantanal em MT com interface socioambiental; abriu precedentes para que a promotoria estadual implantasse um fórum de diálogo com os movimentos sociais; tem despertado interesse da Procuradoria de Justiça especializada em Defesa Ambiental em criar uma plataforma jurídica para os grupos sociais.

---

<sup>23</sup> Articulamento é um neologismo sugerido pelos professores Luiz Augusto Passos e Michèle Sato. O termo é utilizado para dar noção de incompletude destes processos políticos. De acordo com SATO (2010), o articulamento é fenomenologicamente inacabado, à mercê das miríades de possibilidades, invenções e recriações, na dinâmica de um mundo em movimento.

Ademais, buscamos, exaustivamente, ampliar a visibilidade dos grupos mapeados e socializar as informações proporcionadas por esta pesquisa. Acreditamos que dar visibilidade ao mapeamento dos grupos sociais, poderá fortalecer os protagonismos dos grupos presentes nas lutas diversas. Um site está sendo elaborado com os resultados de todo esse processo, bem como, a elaboração de materiais pedagógicos, edição de vídeos, mostras fotográficas e a ampliação da visibilidade do mapa dos grupos sociais elaborado pela pesquisa. Além disso, artigos já publicados pelas diversas pesquisas que envolvem o projeto, “Mapeamento social das identidades e territórios de Mato Grosso”, financiado pela FAPEMAT, serão organizados na publicação de um livro ao final do projeto, no ano de 2012. A expectativa é que, com apropriação das informações proporcionadas por esta pesquisa, nasçam subsídios para articular as parcerias e as alianças para que os indivíduos e as instituições aprofundem na busca da proteção dos ecossistemas do Estado.

A “teoria da tradução” e os “círculos de reciprocidade”, defendidos por Boaventura de Souza Santos (2003), permitem criar inteligibilidades mútuas e articular as diferenças e as equivalências entre as experiências, as culturas, as formas de opressão e as resistências. Permitem a identificação de um campo comum na luta quilombola, na luta dos povos indígenas, na luta ecologista, em demais expressões de luta frente às opressões. Durante os seminários, muitas narrativas evidenciavam as identidades de resistências, que se reforçam nas lutas coletivas, “eu pensava que esta luta era só minha e hoje vejo que é coletiva”. Os relatos trazem a afirmação dos direitos coletivos que são indissociáveis na defesa da integridade dos modos de vida e das identidades associadas aos *habitats*. As alianças desses protagonistas são fundamentais, pois poderá fortalecer as lutas políticas emancipatórias e, essas alianças têm de abranger diferentes escalas locais, nacionais e internacionais e, têm de abranger movimentos e lutas contra diferentes formas de opressão (SANTOS, 2003).

Há diferentes identidades, diversos modos de vida e diferentes significações dos territórios. E, na maioria das vezes, há conflitos entre estas diferentes concepções. A defesa das diferenças culturais, das identidades coletivas, da autonomia e da autodefinição desses povos são dimensões atuais, da luta pelos direitos coletivos que, certamente implicam na conservação dos ecossistemas.

Os povos indígenas buscam a demarcação de seus territórios e lutam pela conservação de seus habitats, seus símbolos e seus modos de vida. Os povos pantaneiros lutam pela proteção do ambiente frágil em que vivem e pelas ameaças advindas dos planaltos. Os quilombolas declaram seus embates com fazendeiros que ocupam suas áreas e travam uma luta pelo reconhecimento de seus direitos ancestrais. Os retireiros do Araguaia lutam pelas suas terras (retiros) e pela criação de uma reserva que assegure os seus direitos. Acampados reivindicam a reforma agrária. Assentados declaram o isolamento e a ausência do Estado. Os atingidos por barragens manifestam a perda de seus abrigos, suas identidades e os assentamentos inadequados. Os agricultores familiares resistem frente aos conflitos e a apropriação de seus territórios pelos grandes agropecuaristas. Os extrativistas e seringueiros reforçam as denúncias de desmatamentos para exploração madeireira e a implantação de pastagens, bem como, inúmeros focos de queimadas que destroem suas áreas de coletas.

O marco inicial deste longo caminho foi apresentado à luz dos conceitos e práticas que servem à construção de políticas públicas, acenando para que o mapeamento dos grupos sociais continue sua trajetória, já que o movimento é dinâmico e exige a constante tradução dos círculos de reciprocidade. Como Henri Lefebvre (1984) ressaltou, um mapa não é imediato, mas é mediativo. Recomendamos a continuidade de estudos nesta focalização, pois a sustentabilidade do mapeamento, requer estudos que possam esmiuçar os *habitats* e seus habitantes, seus territórios e suas identidades, construindo alternativas locais, que possam minimizar os impactos e os conflitos socioambientais. Investimentos nestas pesquisas são cruciais para melhorar as decisões sobre conservação e desenvolvimento.

É preciso saber ouvir as múltiplas vozes, mais do que isso, é preciso dar audiência às muitas vozes esquecidas e excluídas do modelo implantado, para que estes grupos possam ser protagonistas fortalecidos na luta contra qualquer hegemonia orientada pelos padrões homogêneos do desenvolvimento. A sobrevivência desses sujeitos sociais está intimamente ligada, em primeiro lugar, ao direito de permanecer em seus territórios, aliado, às condições de inclusão, que lhe assegurem ter, minimamente, uma vida digna.

A educação ambiental é, também, parte deste movimento coletivo de resistência, por um pensar e um fazer que busque construir alternativas ao apregoado único

caminho, apresentado pela racionalidade hegemônica da modernidade. “As pesquisas em educação ambiental aplicam-se na valorização de contextos fenomenológicos de identidades que atuam conjuntamente para favorecer a proteção ambiental” (SATO et al., 2004, p. 47).

A educação ambiental deve vir de mãos dadas nesta ciranda, aliada à valorização da cultura, na ousadia da reconstrução de sociedades sustentáveis, que ressignifique valores como justiça ambiental, pertencimento e democracia. Há pontos e linhas frouxas, mas há, também, um território de lutas que transcende este tempo tirano, resgatando as tessituras dos sonhos coletivos, pois “queremos uma educação ambiental que, crítica por princípio, nos mobilize diante dos problemas e nos ajude na ação coletiva transformadora” (LOUREIRO, 2006, p. 83).

A educação ambiental revestida destas políticas se despede de uma tendência ingênua de ações pontuais, mas ingressa ao campo da promoção da cidadania participativa. É no campo das nossas produções que os diversos ambientes se enfeitam de matizes variadas, revelando as diversidades biológicas e as diferenças culturais dos territórios mato-grossenses. Certamente, não temos respostas e soluções imediatas aos dilemas socioambientais, mas estamos em pleno processo de uma mediação pedagógica que, ousa pincelar paisagens, antes invisíveis e, insistentemente, negadas por hegemonias econômicas, mas que agora mostram suas múltiplas e intensas cores. Aliam-se mãos, cabeças, corações e almas, de todos aqueles que, lutam por uma ecologia de resistência, no poder da arma mais poderosa que ainda temos e, que ninguém nos retira: a esperança.

Embora a história coletiva não seja menos inefável que a vivência individual, há um projeto em marcha por movimentos ecológicos que querem dissolver os pesadelos da Terra. São configurações atemporais que possibilitam reescrever uma outra história para acreditarmos no mundo. Se iremos vencer? Não sabemos. Mas não escolhemos a Educação Ambiental para sermos vitoriosos. Escolhemo-la para assumir os riscos e lutar pelas esperanças. (SATO, 2006, p. 38).

*“Podem tirar-nos tudo, menos a esperança.” Dom Pedro Casaldáliga*

As incertezas futuras estão sendo sentidas em diversas dimensões. Por isso, é preciso redescobrir valores e uma nova relação entre sociedade e natureza. A economia não deve ser a base de nosso pensamento de viver em sociedade. Neste ponto, se fortalece o nosso compromisso como educadores ambientais, na reorientação de novos valores e escolhas, na reconstrução de novas realidades e de novos estilos de vida, que permitam o respeito e a resistência das diversidades naturais e das diferenças culturais. Sem substituição de modelos uniformes, porém compreendendo que não existe um único caminho, é preciso fortalecer as identidades de resistência e os múltiplos caminhos das sociedades sustentáveis – sempre no plural!

O grande educador, Paulo Freire (1978), afirmava que a educação, sozinha, não pode mudar o mundo. Mas não podendo tudo, ela pode fazer alguma coisa. Afinal, quem muda um pedaço do mundo, pode também, mudar o mundo. O local, pedaço do mundo, pode contribuir muito para a mudança do mundo. Se a construção do mapeamento dos grupos sociais de MT servir para transformar a dura realidade em uma vida mais digna para alguns grupos, ou mesmo de somente um, já valeu todo esforço e todo nosso árduo trabalho nesta pesquisa.

É fundamental que se reconstrua a capacidade de sonhar - e de sonhar com a Utopia Freireana, onde o sonho se intercomunica com a luta e com a esperança. É essencial que dela nos venha a inspiração de novas concepções de mundo, num processo democrático, em eterna construção e reconstrução, capaz de conciliar a diferença, a diversidade, a equidade, a consciência e a defesa do direito à dignidade e a autonomia de todos os povos.

É possível que, de tempos em tempos, a fúria contra as injustiças ambientais venha à tona, ela pode adormecer temporariamente na cotidianidade, mas jamais consegue ser esquecida. Entretanto, a esperança ainda pode transmutar a força da indignação, em um poder que pode nos mover à concreção dos nossos desejos. MT poderá ser um dia, quem sabe, sinônimo de cidadania. As nossas mãos entrelaçadas, as nossas vozes em coro, poderão possibilitar que, muitas outras vozes - silenciadas pelo progresso desta nação - sejam ouvidas. Talvez, ao nos escutar, ao se enxergarem no mapa, estes grupos sociais aqui retratados poderão aprender também a falar, a gritar, a cantar, a fazer e a expressar sua forma de vida e sua vontade de viver com dignidade, mantendo suas IDENTIDADES, em seus TERRITÓRIOS DE ESPERANÇAS.

**CONFISSÕES DO LATIFÚNDIO**

DOM PEDRO CASALDÁLIGA

*(Bispo jubilado de São Felix do Araguaia, MT)*

*Por onde passei,  
plantei  
a cerca farpada,  
plantei a queimada.*

*Por onde passei,  
plantei  
a morte matada.*

*Por onde passei,  
matei  
a tribo calada,  
a roça suada,  
a terra esperada...*

*Por onde passei,  
tendo tudo em lei,  
eu plantei o nada.*

**CONFISSÕES DE ADMIRAÇÃO**

MICHÈLE SATO

*Para Pedro Casaldáliga**[em resposta ao seu poema "confissões do latifúndio"]*

*Por onde passei  
plantei  
as mãos unidas  
plantei o coletivo de luta.*

*Por onde passei,  
plantei  
a vida experienciada.*

*Por onde passei  
matei  
a fome dos justos  
a fé perdida  
a desilusão da vida .*

*Por onde passei,  
nem tudo em lei,  
eu plantei a esperança.*



## Bibliografia

---

ACSELRAD, Henri. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 1994. p. 128-138.

ACSELRAD, Henri. O zoneamento ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. **Novos Cadernos Naea**. v. 3, n. 2, p. 5-15, dez. 2000.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ACT BRASIL. Equipe de Conservação da Amazônia. **Metodologia de mapeamento cultural colaborativo**. Brasília: ACT Brasil, 2008.

ALENCAR, Ane. et al. **Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica**. Manaus, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2004.

ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de pesquisa**, n.77, p. 53-61, maio 1991.

AMORIM, Denize Aparecida Rodrigues. Mobilização social. In: **Olhar direto**. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/artigos/exibir.asp?id=2908>>. Acesso em: 8 mar. 2011.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

APARICIO, Miguel. Zoneamento, a fraude dos ruralistas. In: **O ECO**. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/convidados/64-colunistas-convidados/23742-zoneamento-a-fraude-dos-ruralistas-#josc12350>>. Acesso em: 8 abr. 2010.

ARINI, Juliana. **Manso opera sem licença ambiental**. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br>>. Acesso em 21 dez. 2004.

ARNT, Ricardo et al. **Panará, a volta dos índios gigantes**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998.

AZEVEDO, Andréa Aguiar; PASQUIS, Richard. Da abundância do agronegócio à Caixa de Pandora ambiental: a retórica do desenvolvimento (in) sustentável do Mato Grosso (Brasil). **Interações** (Campo Grande) [online]. v. 8, n. 2, p. 183-191, 2007.

AZEVEDO, Andréa Aguiar. **Legitimação da insustentabilidade? Análise do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais - SLAPR (Mato Grosso)**. Brasília: UNB, 2009. 325p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2009.

AZEVEDO, Maria Marta. Diagnóstico da População Indígena no Brasil. **Ciência e Cultura**. v. 60, n. 4, p. 19-22, 2008.

AZEVEDO SILVA, Aluizio Júnior. **A Liberdade na Aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon**. Cuiabá: UFMT, 2009. 268 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

- BACHELARD, Gaston. **A terra e o devaneio da vontade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BALÉE, Willian. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n.2, p. 09-23, 2008.
- BALÉE, Willian. Culturas de distúrbio e diversidade em substratos amazônicos. In WENCESLAU, G. Teixeira, et al. **As Terras Pretas de Índio**: Caracterização e manejo para formação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Oriental, 2009, p. 48-52.
- BANDEIRA, Maria de Lurdes. **Território Negro em Espaço Branco**. Ed. Brasiliense, SP, 1988.
- BARROS, Ana (Coord.). Sustentabilidade e democracia para as políticas públicas da Amazônia. In: **Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático**, n. 8, Rio de Janeiro: FASE, 2000.
- BARROS, Edir Pina de. **Laudo pericial histórico-antropológico**. Mato Grosso: Justiça Federal, 2007.
- BARROZO, João Carlos. **Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia matogrossense**. Campinas: UNICAMP, 1992. 206 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. et al. **Teorias da Etnicidade**. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERKES, Fikret et al. Exploring the basic ecological unit: ecosystem-like concepts in traditional societies. **Ecosystems**, v. 1, p. 409-415, 1998.
- BERKES, Fikret et al. Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, v. 10, p. 1251- 1262, 2000.
- BERKES, Fikret. Rethinking community-based conservation. **Conservation Biology**, v.18, n. 3, p. 621-630, 2004.
- BHABHA, Homi K. DissemiNation: time, narrative, and margins of the modern nation. In: BHABHA, Homi K. (Org.) **Nation and narration**. New York: Routledge, 1990. p. 291-322.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Reis; Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994. (Coleção ciências da educação).
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A canção das sete cores**: educando para a paz. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**. v. 1, n. 1, p. 37-64, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2003.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. Tradução Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.

BÜRGI, Matthias; HERSPERGER; Anna M; SCHNEEBERGER, Nina. Driving forces of landscape change – current and new directions. **Landscape Ecology**, v. 19, p. 857–868, 2004.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. A concepção de trabalho e educação em Gramsci: para uma pedagogia da produção associada. In: **Anais do Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares**, 2010, Niterói. Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares, 2010.

CAMPANILI, Maura. O entorno do Parque. In: MÜLLER, C.; LIMA, L.O.; RABINOVICI M. (Orgs.). **O Xingu dos Villas Bôas**. São Paulo: Agência Estado & Metalivros, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico**: sentidos e trajetórias em educação ambiental. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2001. 354 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Línea de Dignidad: un Marco para una Sociedad Sustentable. In: AEDO, M. Paz; LARRAIN, Sara. (Orgs). **Línea de Dignidade**: desafíos sociales para la sustentabilidad. Santiago, Cono Sur Sustentable, 2003. p 77-88.

CARVALHO, José Jorge. Quilombos: símbolos da luta pela terra e pela liberdade. **Revista Cultura Vozes**, v. 91. n. 5, Ano 91, p. 149-160, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6 ed. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRILLON, Solange Ikeda. et al. Recursos hídricos em Mato Grosso: O desafio da democracia e da sustentabilidade. In: ALVES, André; PUHL, João Ivo; FANK, Jônia (Orgs). **Mato Grosso sustentável e democrático**. Cuiabá: Defanti, 2006. p. 46-57.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 109-121, jul./dez. 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório 2009**: violência contra os povos indígenas no Brasil. Brasília, 2009. 143 p.

COSTA, José Eduardo Moreira. **O Manto do encoberto**: identidade e território entre os Chiquitanos (MT). Cuiabá: UFMT/Departamento de Antropologia, 2000. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Antropologia: Teoria e Métodos. Universidade Federal de Mato Grosso, 2000.

COUTINHO, Alexandre Camargo. **Dinâmica das queimadas no estado do mato grosso e suas relações com as atividades antrópicas e a economia local**. São Paulo: PROCAM/USP, 2005. 308 p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, 2005.

DANNENMAIER, Eric. Beyond indigenous property rights: Exploring the emergence of a distinctive connection doctrine. **Washington University Law Review**, v. 86, p. 53-110, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.) **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB/USP, Annablume, Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A construção de uma nova ciência da conservação nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Povos e águas**. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2002.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 55-70.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1980.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 -1999)**. São Paulo: USP, 1999. 318 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **OSAL**: Observatório Social de América Latina. ano VI. n. 16 (janeiro-abril. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 273-283. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2009.

FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon. **Do Cerrado à Amazônia**: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007. 262 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FERRARO JUNIOR, Luiz Antônio. 2007. MAPPEA: Mínima Aproximação Prévia para elaboração de Programas de Educação Ambiental. In: Ministério do Meio Ambiente. **Mapeamentos, Diagnósticos e Intervenções Participativos no Socioambiente**. Série

Documentos Técnicos. n. 15. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007.

FERRARO JUNIOR, Luiz Antônio. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável**: estudo dos fundos de pasto da Bahia. Brasília: UNB, 2008. 484p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2008.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O Desmatamento da Amazônia e a importancia das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, abril 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 mai. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Brasil Indígena**, ano III, n. 4, FUNAI: Brasília, out/nov. 2006.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Tom do Pantanal**. Livros da Série: Caderno do Professor 1. Rio de Janeiro, 2002a.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Tom do Pantanal**. Livros da Série: Caderno do Professor 2. Rio de Janeiro, 2002b.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Tom do Pantanal**. Livros da Série: Caderno do Professor 3. Rio de Janeiro, 2002c.

GAUTHIER, Jacques: **Sociopoética**: encontro entre arte, ciência e democracia na pesquisa em ciências humanas e sociais, enfermagem e educação, Rio de Janeiro: AnnaNery/UFRJ, 1999.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: Clifford Geertz. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 249-356.

GEIST, Helmut J.; LAMBIN, Eric. **What drives tropical deforestation?** A meta analysis of proximate and underlying causes of deforestation based on subnational case study evidence. LUCI International Project Office, Louvain-la-neuve - Belgium, 2001.

GEIST, Helmut J.; LAMBIN, Eric. Proximate causes and underlying driving forces of tropical deforestation. **BioScience**, v. 52, p. 143-150, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. São Paulo: UNESP, 2008. 349 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 2008.

GRÜN, Mauro. O conceito do holismo em ética ambiental e em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 45-50.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates**, n. 16, ano V. São Paulo, Cortez, 1985.

- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. Anais do **X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo, Editora UNESP, 2006.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais (Org. Liv Sovik). Tradução: Adelaide La Guardia Rezende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HARRIS, Mônica. et al. Desafios para proteger o Pantanal brasileiro: ameaças e iniciativas em conservação. **Megadiversidade**. v. 1 n. 1, p. 156-164, Julho de 2005.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas**: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IBGE/MDS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Ministério do Desenvolvimento Social. **Universo preliminar do Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE/MDS, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse dos Resultados do Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 mai, 2011.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **DETER revela desmate de 593 km<sup>2</sup> na Amazônia em março e abril**. 2011. Disponível em: <[http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=2545](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=2545)>. Acesso em 18 mai, 2011.
- INOUE, Cristina Yumie Aoki. **Regime Global de biodiversidade**: o caso de Mamirauá. Brasília, Editora UNB, 2007.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê IPHAN 8**: Modo de fazer Viola-de-Cocho. Brasília, DF: IPHAN, 2009.
- JANUZZI, Paulo de Matino. **Indicadores Sociais no Brasil**. 2 ed. Campinas: Alínea, 2003.
- JUNK, Wolfgang . et al. Biodiversity and its conservation in the Pantanal of Mato Grosso, Brazil. **Aqua Science**, v. 69, n. 3, p. 278-309, 2006.
- LANDER. Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. CLACSO: Buenos Aires, Argentina, 2005.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1984.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: Ilka Boaventura Leite (Org). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**. Lisboa, v. 4 (2), p.333-354, 2000.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama da Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

LEROY, Jean-Pierre. Cidadania, sustentabilidade e dignidade: conceitos em busca de indicadores. In: PACHECO, T. (Org.) **Linha de dignidade: construindo a sustentabilidade e a cidadania**. Rio de Janeiro: FASE, Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2005, p.11-36.

LEROY, Jean-Pierre. **Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

LEROY, Jean-Pierre. et al. **Tudo ao mesmo tempo agora - desenvolvimento, sustentabilidade e democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis: Vozes, 2002.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: UNB, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação ambiental e “teorias críticas” In: GUIMARÃES, Mauro. (Org.) **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas: Papyrus, 2006. p. 51-86.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. **Amazônica**, Revista de Antropologia, v. 1, n.1, p. 200-228, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Fátima Roberto (Org). **Diversidade sociocultural em Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

MARQUES, José Geraldo W. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001.

MARQUES, José Geraldo W. **O pássaro sagrado e o cavalo do cão: biodiversidade, etnoecologia e catolicismo popular no Brasil**. Pesquisa de pós-doutorado em Ecologia Humana, NEPAM/UNICAMP, 2005.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATO GROSSO. **Lei n.º 7164**, de 23 de agosto de 1999. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt e dá outras providências. Cuiabá, 1999.

MAZZETTO, Carlos Eduardo. Lugar-habitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do Cerrado. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 217-244, 2005.

MAZZETTO, Carlos Eduardo. Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 19, p. 89-109, jan./jun. 2009.

MEA, Millennium Ecosystem Assessment. **Vivendo além dos nossos meios: o Capital Natural e o Bem-Estar Humano**. Nova York: ONU. Organização das Nações Unidas, 2005.

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.14, n.25, p. 17-31, 2005.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. **Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça**. Campinas: UNICAMP, 2009. 398 p. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Universidade Estadual de Campinas, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. Tradução Carlos Alberto de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEQUITA et al. Mapeamento social da diversidade social na Pan-Amazônia. **Anais do 12º Encontro de Geógrafos de América Latina**, 2009. Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area02/2223\\_Costa\\_Lima\\_Marcos\\_Vinicius\\_da\\_.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area02/2223_Costa_Lima_Marcos_Vinicius_da_.pdf)

MÉTRAUX, Alfred. **The Chiquitoans and Other Tribes of the Province of Chiquitos - Tribes of Eastern Bolivia and the Madeira Headwaters**. In: Steward, J. H.; Handbook of South American Indians, v. 3, The Tropical Forest Tribes. Washington: United States Government Printing Office, 1948.

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, v. 1 p. 1-9, 2001. Disponível em: <http://www.biotaneotropica.Org.br/v1n12/pt/abstract?thematic-review+BN00701122001>. Acesso em: 09 mai 2010.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of the Renaissance: literacy, territoriality, and colonization**. 2 ed. University of Michigan Press, Michigan, 2003.

MIGNOLO, Walter. **The idea of Latin America**. Oxford: Blackwell, 2005.

MIGNOLO, Walter. NOVAS REFLEXÕES SOBRE A "IDÉIA DA AMÉRICA LATINA": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, Maio/Ago. 2008.

MILANEZ, Felipe. Terra: Portal do Encantado. A realidade dos Chiquitano na fronteira. In: FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Brasil Indígena**, ano III, n. 4, FUNAI: Brasília, out/nov. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

- MORENO, Gislaine. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2007.
- MORENO, Gislaine; HIGA, Tereza Cristina Souza. (Orgs). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- MURARO-SILVA, José Orlando. Mata Cavalos: escravos e proprietários de suas terras. **Anais do X Congresso de Direito Agrário**, 2003. Disponível em: <<http://www.abda.com.br/texto/JoseMuraroSilva2.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2008.
- ODUM, Eugene. The emergence of ecology as a new integrative discipline. **Science**. v. 195, n. 4284, p. 1289-1293. 25 March 1977.
- ODUM, Eugene. **Ecologia**. Trad. Ricardo Iglesias Rios. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos do trombetas e do erepecuru-cuminá. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 255-280.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 6 ed. Contexto: São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, Herman Hudson de. **A prática musical educativa na Dança do Congo do Quilombo Boa Vida - Mata Cavalo: espaços e continuidade**. 2009, 56f. Monografia (Graduação em Música), Instituto de Linguagens, Departamento de Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.
- PADOVANI, Carlos Robert. et al. Sistema de Monitoramento e Alerta de Inundações e Secas no Pantanal. In: **Anais do XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Curitiba: INPE, p. 5140- 5147, 2011.
- PASSOS, Luiz Augusto. **Fundamentos de Filosofia: os caminhos do "Pensar" para quem quer transformação**. fasc. 01. Programa de Formação da CNTE – Eixo II: Formação de Dirigente Sindicais. Rio Janeiro: Esforce/EdUfmt, 2009.
- PASSOS, Luiz Augusto. **Saberes e práticas da Educação Popular Freiriana na década de 80, em Cuiabá**. Cuiabá: UFMT, 2010. (mimeo).
- PETIT, Sandra. Sociopoética: potencializando a dimensão poiética da pesquisa. In: MATOS, K.; VASCONCELOS, J.G. (Orgs.) **Registros de pesquisas na educação**. Fortaleza: LCR/UFC, 2002, p. 34-48.
- PIGNATTI, Marta Gislene; CASTRO, Sueli Pereira. A fragilidade/resistência da vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato-Grossense (MT, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, supl. 2, p.3221-3232, 2010.
- PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2005**. Tradução José Freitas e Silva. Lisboa: Ana Paula Faria, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ceceña, A. E.; Sader, E. (Orgs.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. (Coleção Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização). Rio de Janeiro: Record, 2004.

POSEY, Darrell Addison. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of Kayapó indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, v. 3, p.139-158, 1985.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur. CLACSO: Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 227-278.

RADDING, Cynthia. **Landscape of power and identity comparative histories in the sonoran desert and the forests of Amazonia from colony to republic.** Durham: Duke University Press, 2005.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Orgs). **Povos indígenas no Brasil, 2001-2005.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

RICARDO, Carlos Alberto (Org). **Povos indígenas no Brasil, 1996/2000.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

RIVERO, Sérgio. et al. Pecuária e Desmatamento: Uma análise das principais causas diretas do desmatamento da Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, jan./abr. 2009.

RODRIGUES, Ana S. L. et al. Boom-and-Bust Development Patterns Across the Amazon Deforestation Frontier. **Science**, p. 1435-1497, 2009.

ROMANCINI, Sônia Regina. Paisagem e simbolismo no arraial pioneiro São Gonçalo em Cuiabá / MT. **Espaço e Cultura.** UERJ, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 81-87, jan./dez. 2005.

SARDINHA, Silvaney Martins. Acampamentos em Mato Grosso. In: FDHT-MT. Fórum dos Direitos Humanos e da Terra em Mato Grosso. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso.** Cuiabá: De Fanti, 2011.

SALOMÃO, Juliana Freitas. A construção identitária de grupos remanescentes de quilombos em um contexto de migração urbana no Espírito Santo, Brasil. In: Informe final del concurso: Migraciones y modelos de desarrollo en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas **CLACSO**, Buenos Aires, Argentina. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2005/2005/migra/salomao.pdf>. Acesso em: 11 abr 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**; Revista Sociologia USP, São Paulo, 5(1-2), p. 31-52, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Série: Reinventar a emancipação social para novos manifestos. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78. p. 3-46, out. 2007.

SANTOS, José Eduardo. et al. **O cenário da pesquisa no diálogo ecológico-educativo.** São Carlos, RIMA, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **OSAL: Observatório Social de América Latina**. ano VI. n. 16 (janeiro-abril. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 251-261. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> Acesso em: 11 mar. 2009.

SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: sobrevivente da fatura**. São Paulo: USP, 2002. 330 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

SATO, Michèle. et al. Um mergulho na cultura pantaneira. In: **Tom do Pantanal**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2001, 38p. (mimeo).

SATO, Michèle. et al. Jogo de luzes: sombras e cores de uma pesquisa em educação ambiental. **Revista de Educação Pública**, v.13, n.23, 31-55, 2004.

SATO, Michèle. et al. **À margem da história amazônica**. Cuiabá: UFMT, 2005. Relatório. (mimeo).

SATO, Michèle. et al. **I Seminário de Mobilização e Mapeamento social: Territórios e identidades de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 2008. Relatório. (mimeo).

SATO, Michèle. Debatendo os desafios da educação ambiental. **Ambiente e educação**, Rio Grande, v. 5/6, p. 25-38, 2001.

SATO, Michèle (Org.) **Sentidos pantaneiros: movimentos do projeto Mimoso**. Cuiabá: KCM Editora, 2002.

SATO, Michèle. Transgresiones socio-poéticas en la formación ambiental. In: NIETO, Lucy et al. (Orgs.) **Foro Nacional sobre la incorporación de las perspectivas ambiental en la formación técnica y profesional**. San Luis Potosí, México, 2003a.

SATO, Michèle. Resenhando esperanças por um Brasil Sustentável e Democrático. [resenha]. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.12, n.22, p. 189-197, 2003b.

SATO, Michèle. Jovens transbordantes em mundos suspensos. In: GHEDIN, E.; GONZAGA, A.; BORGES, H. (Orgs.) **Currículo e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Memvavmem, 2006, p. 26-38.

SATO, Michèle. Perguntinhas E DICAS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rasbio@gmail.com> em 13 abril 2010.

SATO, Michèle. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa. In: ABÍLIO, F. (Org.) **Educação Ambiental para o Semiárido**. João Pessoa: EdUFPB, p. 539-569, 2011.

SATO, Michèle; PASSOS, Luiz A. Versos e reversos da diversidade. In: Simpósio sul brasileiro de educação ambiental & II Simpósio gaúcho de educação ambiental, **Anais...** (Conferência de abertura). Erechim: URI, 2002, p. 115-126.

SATO, Michèle; PASSOS, Luiz A. Notas desafinadas do poder e do saber – qual a rima necessária à educação ambiental? **Contrapontos**, Itajaí, v.1, n.3, 9-26, 2003.

SATO, Michèle; GAUTHIER, Jacques; PARIGIPE, Lymbo. Insurgência do grupo-pesquisador na educação ambiental sociopoética. In: SATO, M. CARVALHO, I. (Orgs.) **Educação Ambiental – Pesquisas e Desafios**. Porto Alegre: Artmed, 99-118, 2005.

SCHLESINGER, Sérgio. **O grão que cresceu demais: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente.** Rio de Janeiro: Fase, 2006.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli e CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade.** 2002, n.10, p. 129-136.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **O negócio é ser pequeno.** São Paulo: Círculo do Livro, 1973.

SCOLESE, Eduardo. Cidades que mais desmatam lideram crimes na Amazônia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2008. Brasil, p. A4

SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Mato Grosso. PPCDQ/MT 2009. Disponível em: [http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=106&Itemid=195](http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=195). Acesso em nov. 2009.

SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Mapa dos Biomas Mato-Grossenses 2010. Disponível em: [http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=170&Itemid=107](http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=170&Itemid=107). Acesso em dez. 2010.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Governo do Estado de Mato Grosso. **Mato Grosso em números 2006.** Cuiabá: SEPLAN, 2006.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Governo do Estado de Mato Grosso. **Mato Grosso em números 2008.** Cuiabá: SEPLAN, 2008.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Governo do Estado de Mato Grosso. **Anuário Estatístico de Mato Grosso 2009.** Cuiabá: SEPLAN/Tecnomídia Gráfica e Editora, 2009.

SESC. Serviço Social do Comércio. **Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural do SESC Pantanal.** (Conhecendo o Pantanal, n. 3), 2 ed., Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2011.

SHERER-WARREN, Ilse. **Os novos movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Carolina Joana; SILVA, Joana Aparecida Fernandes. **No ritmo das águas do pantanal.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. Fronteira compartilhada território fragmentado: os chiquitanos no Brasil e na Bolívia. In: SALOMON, Marlon; SILVA, Joana Fernandes e Rocha; MENDES, Leandro Rocha. (Orgs.). **Processos de territorialização: entre a História e a Antropologia.** Goiânia: UCG, 2005.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. Identidades e conflito na fronteira: poderes locais e os chiquitanos. **Memoria Americana**, v. 16, n. 2, p. 119-148, 2008.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. **Chiquitanos no Brasil: herança jesuítica em um vasto território.** 2009. Disponível em: [http://www.utpl.edu.ec/portalchiquitano/images/stories/bibliotecas/archivo\\_interno/mision\\_chiquitos/lamisionenamerica\\_joana\\_aparecida\\_herencia\\_jesuista\\_identidad\\_chiquitanos.pdf](http://www.utpl.edu.ec/portalchiquitano/images/stories/bibliotecas/archivo_interno/mision_chiquitos/lamisionenamerica_joana_aparecida_herencia_jesuista_identidad_chiquitanos.pdf) Acesso em: 23 jan, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: Unesp, 2004.

SILVA, Martiniano José. **Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava**. Goiania: Kelps, 2003.

SILVA, Regina. **Tecendo a educação ambiental com fios amazônicos e linhas de dignidade**. Cuiabá: 2006, 120p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFMT, 2006.

SILVA, Regina; SATO, Michèle. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso - Brasil. **Ambiente e Sociedade** [online]. v. 13, n.2, p. 261-281, dez. 2010.

SIMÃO, Rosyler Cristina Santos. **Distribuição de renda e pobreza no estado de Minas Gerais. Piracicaba**. ESALQ/USP, 2004. 112 p. – Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luís de Queros”, Universidade de São Paulo, 2004.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, Roberto. Da invisibilidade para a existência coletiva: Redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de Povos Faxinalenses. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

SOUZA-FILHO, Carlos Frederico Marés. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Série: Reinventar a emancipação social para novos manifestos. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

THAYER, Robert. **Life Place: bioregional thought and practice**. Los Angeles: University of California Press, 2003.

THIELEN, Helmut. **Ecologia Crítica: conviver e cooperar com a natureza**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2001.

TOLEDO, Victor Mansur. What is ethnoecology? Origin, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecológica**, v.1, n. 1, p. 5-21, 1991.

TOLEDO, Victor Mansur. Ethnoecology: a conceptual framework for the study of indigenous knowledge of nature. In: STEPP, J. R., WYNDHAM, F. S., e ZARGER, R. K. (eds.) **Etnobiology and biocultural diversity: proceedings of the senventh international congress of ethnobiology**. Georgia: University of Georgia Press, 2002.

TOMICHA CHARUPÁ, Roberto. **La primera evangelización de las reducciones de Chiquitos**, Bolivia (1691-1767). Cochabamba: Verbo Divino, Universidad Católica Boliviana, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAILANT, Clóvis. Impactos econômicos do modelo de desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso. In: **Novos rumos**. Cuiabá: SINTEP-MT, 2005. p. 4-6.

VERDUN, Ricardo. Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In: VERDUN, Ricardo (Org). **Povos Indígenas**: Constituições e reformas políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos socioeconômicos – INESC, 2009. p. 91-111.

VIDAL, Julia. **O Africano que existe em nós**. Rio de Janeiro: Departamento de Comunicação Visual da Escola de Belas - Artes da UFRJ, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Desenho Industrial - Comunicação Visual). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

# *Apêndices*

---

**APÊNDICE A. As identidades nos territórios mato-grossenses**

**APÊNDICE B. Roteiro de entrevista do I seminário**

**APÊNDICE C. Roteiro de entrevista do II seminário**

**APÊNDICE D. Caderno Pedagógico da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo**

## APÊNDICE A. As identidades nos territórios mato-grossenses

1. Indígenas	Vivem hoje em Mato Grosso mais de 45 etnias indígenas. Número étnico ainda controverso, não só em função da ausência de registro, como de comunidades isoladas (além de outras que nem sabemos). A maior área indígena é a Terra Indígena Do Xingu (TIX).
2. Quilombolas	Os quilombolas reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares vivem em 69 comunidades no Estado: Acorizal [2], Barra do Bugres [3], Cáceres [5], Chapada dos Guimarães[7], Cuiabá [4], Nossa Senhora do Livramento [7], Poconé [26], Santo Antonio do Leverger [1], Vila Bela da Santíssima Trindade [5] e outros. Há também os quilombos urbanos.
3. Agricultores familiares	Diversos pontos em todo território de MT, incluindo o MST. Variando no tipo do produto agrícola, não usam agrotóxicos, dando preferência aos insumos de defensivos naturais ou controle biológico das pragas.
4. Ciganos	Principalmente da identidade kalon (ibéricos), com foco maior em Rondonópolis, Tangará da Serra, Várzea Grande e Cuiabá. Recentemente têm fixado em territórios, mas ainda identificam-se como andarilhos.
5. Beiradeiros	Populações às margens do rio Guariba e rio Roosevelt, no município de Colniza, extremo noroeste do Estado.
6. Seringueiros	Na parte amazônica, particularmente na Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, sofrendo a escassez do mercado da borracha e alternativas de renda. Os seringueiros percorrem pequenas trilhas abertas na floresta que permitia o acesso às seringueiras nativas ( <i>hevea brasiliense</i> ).
7. Raízeiros	Raízeiros são extrativistas que coletam plantas medicinais e comercializam em pequena escala nos centros urbanos. Tem na transformação da paisagem uma ameaça para a continuidade de suas práticas.
8. Fruteiros	Os fruteiros especialmente com frutos do cerrado, nas comunidades de Ribeirão do Costa, sítio conceição na zona rural de Chapada dos Guimarães.
9. Poaieiros	São coletores de poaia ( <i>psychotria ipecacuanha</i> ), uma espécie medicinal rasteira e de sombra de mata densa. Sua coleta é uma atividade histórica em mt, com a utilização descrita deste o século xviii. Seus coletores são denominados poaieiros. A quase extinção da atividade deu-se pela diminuição da demanda e pela destruição da espécie em decorrência dos desmatamentos. Sua coleta deu origem ao município de Barra do Bugres.
10.Extrativistas de castanha do Brasil	Especialmente na região norte do Estado em áreas de floresta amazônica. A coleta de castanha do brasil ( <i>bertholletia excelsa</i> ) é feita entre os meses de novembro a março, este período é chamado pelos seus coletores de fábrica da castanha. Há um vasto programa denominado de Programa Integrado Da Castanha (PIC) que apóia a atividade, inclusive em áreas indígenas dos povos indígenas Rikbaktsa, Arara do Rio Branco e Zoró.
11.Extrativistas de óleo de Copaíba	Geralmente é uma atividade masculina que ocorre nas regiões amazônicas do Estado. O óleo de copaíba ( <i>copaifera sp</i> ) é utilizado no tratamento de enfermidades como: gripes, ferimentos, picadas de cobra; é usado também como combustível para lamparina e pequenos candeieiros.
12.Extrativistas de látex de mangaba	São encontrados nas regiões pantaneiras, em municípios como Barão do Melgaço, Cáceres e Poconé. Com o látex produz-se capas de chuva, chamadas poncho, para uso dos cavaleiros.
13.Pantaneiros	Nome genérico das comunidades do Pantanal, que possuem diversas expressões culturais e identitárias. Todas as comemorações festivas relacionam-se com as religiões e há santuários (nichos) em quase todas as casas, algumas vezes no sincretismo religioso.
14.Mimoseanos	Moradores da comunidade de Mimoso (Santo Antônio do Leverger) com forte identidade no Pantanal e com influência da vida do Marechal Rondon, terra onde ele nasceu e cresceu. A escola, centro da comunidade, recebe o

	nome da mãe de Rondon [Claudina].
15.Morroquianos	Moradores da morraria, próximo a Cáceres e Barra do Bugres no entorno da Estação Ecológica da Serra das Araras. É considerada terra de santos.
16.Retireiros do Araguaia	Grupos tradicionais que têm como uma das suas principais atividades a criação extensiva de gado nas áreas de pastagem nativa de cerrado na região de inundação do rio Araguaia. Os retireiros retiram o gado das porções alagadas durante as enchentes e reconhecem o capim, que alimenta o gado, como maior aliado da sobrevivência local.
17.Fronteiriços	Assentados próximos a Bolívia, geralmente vivem de agricultura de subsistência.
18.Grupos de Siriri e Cururu	Geralmente em comunidades tradicionais, em todo território de MT, com maior ênfase no Pantanal e Cerrado.
19.Grupos de dança do Congo	Os congueiros têm predominância masculina, a dança do congo tem origem africana e representa uma luta simbólica entre os reinados congo e bamba. Ocorre nas cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade (julho) e de Nossa Senhora do Livramento (maio).
20.Benzedeiros	Em toda região mato-grossense, são pessoas com dom de eliminar o mal estar pela fé religiosa cristã, e alguns utilizam ervas, raízes e plantas medicinais para a cura.
21.Rezadeiras	Presentes em várias localidades, grupos de mulheres que rezam durante o velório, algumas vezes com a “pastoral dos enfermos”, das dioceses das paróquias católicas, que zelam e oferecem acompanhamento de doentes terminais.
22.Candomblecistas	Praticantes da religião de matriz africana, com 3 grandes centros em Cuiabá e em quase todo território de MT. Seus ritos mantêm estreita conexão com a natureza, mas ainda são “usuários” [stakeholder] e dependentes da natureza, mantendo tradições mais genuínas do legado africano.
23.Umbandistas	Grupo religioso com traço marcante nos orixás africanos, que conjugam a fé cristã no sincretismo religioso. Ainda celebram o dia 13 maio [lei áurea], distanciando-se dos candomblecistas que só comemoram o dia 20 novembro [zumbi dos palmares].
24.Artesãos de entalhes em madeira	São atividades geralmente masculinas. Estes artesãos produzem gamelas, colheres de pau, pilões, canoas, cochos. A produção de teares, prensas, engenhos, carretas, carros de boi e violas de cocho são montados sem pregos, utilizando encaixes.
25.Canoeiros	Vivem às margens dos rios, principalmente pantaneiros, fabricam barcos e tem profundo conhecimento etnomatemático para construção de barcos. São ribeirinhos, e se autodenominam como canoeiros.
26.Artesãos de trançados	São utilizados taquaras, cipós, palhas, fibras, etc. Na depressão cuiabana são produzidos os jacás, cestos para acondicionar peixes vivos submersos no rio. Os desmatamentos vêm tornando rara a matéria prima destes trançados e comprometendo a continuidade das atividades.
27.Artesãos de couro e chifres	Atividade geralmente masculina. O couro é usado na confecção de arreios, laços e trançados. Com os chifres são feitos berrantes para atrair o gado e guampos, uma espécie de copo.
28.Artesãos de Tecelagem	São produzidas as redes para dormir, os “cochonilhos” para colocar como forros de arreios e as faixas para cintura. Em geral são atividades femininas. São encontradas geralmente nas depressões do rio Cuiabá e rio Paraguai. As redeiras são forte expressão da comunidade de Limpo Grande, em Várzea Grande.
29.Artesãos de argila (Oleiros)	Atividade masculina produzindo com argila artesanalmente tijolos e telhas.
30.Artesãos de argila (Ceramistas)	Esta atividade é desenvolvida por toda a família, utilizam argila e moldam as peças à mão. Produzem potes de água, painéis, jarras, moringas, pratos e

	travessas.
31.Ribeirinhos	Nome genérico das populações que vivem às margens dos rios, em todo estado, em especial no pantanal e cerrado. Entre eles, diversos outros grupos se autodefinem e possuem suas singularidades na identificação com a água e com a pesca.
32. Pescadores profissionais/artesanais	Geralmente associados às porções com rios, com associações, colônias e variadas identidades.
33.Isqueiros	Vendedores de iscas para pesca [minhoca e pequenos peixes], em quase todo trecho pantaneiro com atração turística ou de pesca de finais de semana.
34.Piloteiros	Comunidades ribeirinhas do Pantanal que buscam reconstruir suas identidades nas transformações socioambientais, articulando a sobrevivência junto com as pousadas, servindo-se como guias turísticos nos passeios de barco.
35.Barqueiros	Em várias algumas comunidades, se autodenominam como barqueiros, não constroem seus barcos, apenas os dirigem para variadas funções.
36.Pequenos produtores de rapadura	Feito de cana de açúcar é forte expressão das comunidades ao longo do rio Cuiabá, nos municípios de Barão de Melgaço e Poconé. Em seu fazer utilizam o engenho artesanal, a fornalha, gamela, mesa e grade para a secagem.
37.Pequenos produtores de farinha de mandioca	Associada às atividades da agricultura familiar. Os materiais utilizados em seu fazer envolve ralo, caititu, prensa, o sucuri, pá, peneira, pilão e tachos para torrar.
38.Pequenos apicultores	Em várias regiões do Estado, os apicultores artesanais produzem mel geralmente em pequena escala para a subsistência familiar.
39.Atingidos por Barragens (MAB)	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) situados, especialmente, na região do rio Manso em Chapada dos Guimarães e no município Alto Paraguai, as identidades construídas se entrelaçam com a perda identitária, num fenômeno paradoxo da reconstrução de sentidos.
40.Acampados	Majoritariamente membros do movimento dos trabalhadores sem terra (MST), com mais de 500 acampamentos em todo MT.
41.Assentados	Diversos pontos do território de MT (405 oficializados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA), maior parte no Araguaia. Pequenos agricultores que constroem seus significados e identidades, muitas vezes por meio da economia solidária e que se autodenominam como mst na luta identitária.
42.Articuladores da economia solidária	Articuladores da economia solidária, atuantes com os pequenos agricultores (cumbaru, bocaiúva, mangaba, pequi, gergelim, etc.).
43.Indigenistas	Especialmente os militantes do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e Operação Amazônia Nativa - OPAN.
44.Eclesiais de base (CEB)	Comunidades religiosas cristãs [católicas], em todo território de MT, que articular as comunidades locais.
45.Ecologistas	Especialmente os militantes da REMTEA, GTMS, Coletivo Jovem de MT, Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres - FLEC, Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD.
46.Movimento hippie	Majoritariamente na Chapada dos Guimarães, são traços e legados do movimento da contracultura da década de 60. Mergulhados na paixão pela natureza, alguns vivem em comunidades alternativas, gostam de alimentação natural [permacultura] e vivem de turismo ecológico, vendas de artesanatos ou produtos orgânicos de suas hortas.
47.Movimento artista pela natureza	Movimento iniciado na década de 80, que teve o auge da criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e que ainda persiste, na luta assumida por diversos artistas mato-grossenses, além de intelectuais, jornalistas e simpatizantes.

48.Movimento negro e das mulheres negras	Maior força em Cuiabá [Grupo de União da Consciência Negra do Estado de Mato Grosso – GRUCON/MT], trabalhando com autoestima, danças, mitologia dos orixás e confecção de bonecas negras, além da saúde da mulher negra.
49.Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)	É um movimento social popular, que representa as mulheres trabalhadoras rurais do país. Organiza-se através dos grupos de base, que sustentam uma estrutura com esferas municipais, regionais, estaduais e nacional.
50.50. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Este movimento se constituiu em meados da década de 90 e vem se fortalecendo no estado na luta pelo reconhecimento dos pequenos agricultores familiares;
51.Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	Com sede em Cuiabá, mas seus representantes estão em todo o estado. Há mais de 15 anos vem lutando pela terra, pela reforma agrária e pela democracia de uma sociedade mais justa em Mato Grosso.
52.Movimentos ligados a teologia da libertação	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - regional Mato Grosso (FASE-MT); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Fonte de dados: GPEA/UFMT - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GTMS - Grupo de Trabalho de Mobilização Social, CNPT/ICMBio - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais, INCRA-MT e SEPLAN-MT.

## APÊNDICE B. Roteiro de entrevista do I seminário

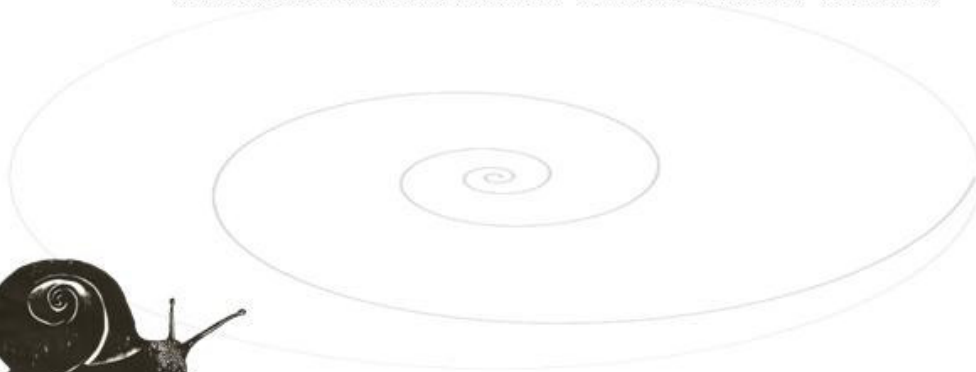
**Q**  
**M**  
**C**  
**A**  
**M**  
**O**  
**S**  
**O**  
**S**  
**O**  
**S**

eikos  
 Modo como gosta de ser chamado:  
 Município que mora:  
 Cuida da casa? Como?  
 Comida preferida?  
 Fé em Deus? Religião?  
 Atividades de lazer?  
 Estudou?  
 O que ainda gostaria de aprender?  
 Trabalha?  
 O que faz?  
 Gosta do trabalho?  
 Um sonho...  
 Mesmo que seja sem pé, nem cabeça!  
 Pescadores, artesãos, retireiros, quilombolas, indígenas e tantos outros grupos sociais... Você pertence a algum grupo? Qual?  
 Cite uma ou algumas palavras que lembrem a IDENTIDADE  
 Cite uma ou algumas palavras que lembrem o TERRITÓRIO

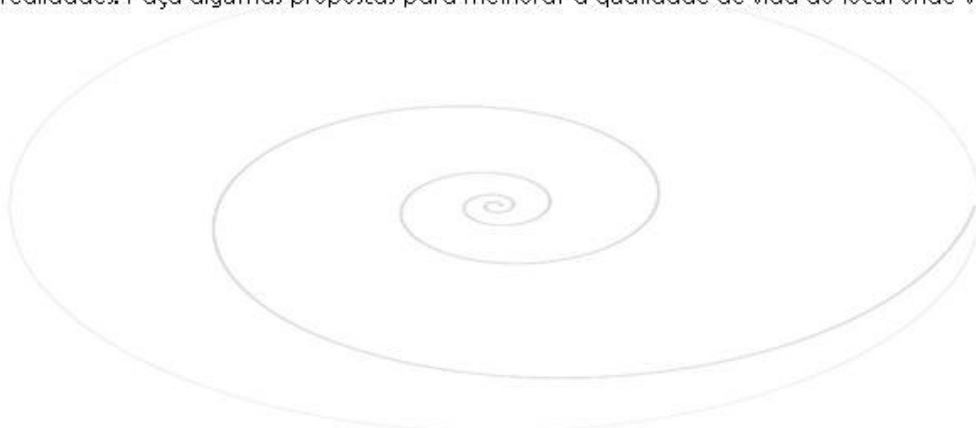
W  
O  
Z  
A  
R  
O  
Z  
M  
D  
Z  
O



Quais tipos de problemas [conflitos] existem no local onde você mora?



O zoneamento fixará diretrizes para que as políticas públicas possam ser construídas de acordo com as realidades. Faça algumas propostas para melhorar a qualidade de vida do local onde vive.



Comente sobre a imagem abaixo.



Localize no mapa [na parede da sala] o local onde seu grupo mora e também algum outro grupo que você conheça.

## APÊNDICE C. Roteiro de entrevista do II seminário

### TERRITÓRIOS & IDENTIDADES II Seminário de Mapeamento Social

Mapeamento dos grupos sociais – Roteiro – 07 de outubro de 2010.

**Modo como gosta de ser chamado:**

**Local onde mora:**

01. *Quilombolas, povos indígenas, seringueiros, extrativistas, pescadores artesanais, retireiros, pantaneiros, morroquianos, etc. Qual Grupo Social você pertence?*

*Você conhece outros grupos? Quais?*

02. *O que significa pertencer a esse grupo?*

03. *O lugar onde você mora está mudando nos últimos anos? O que mudou?*

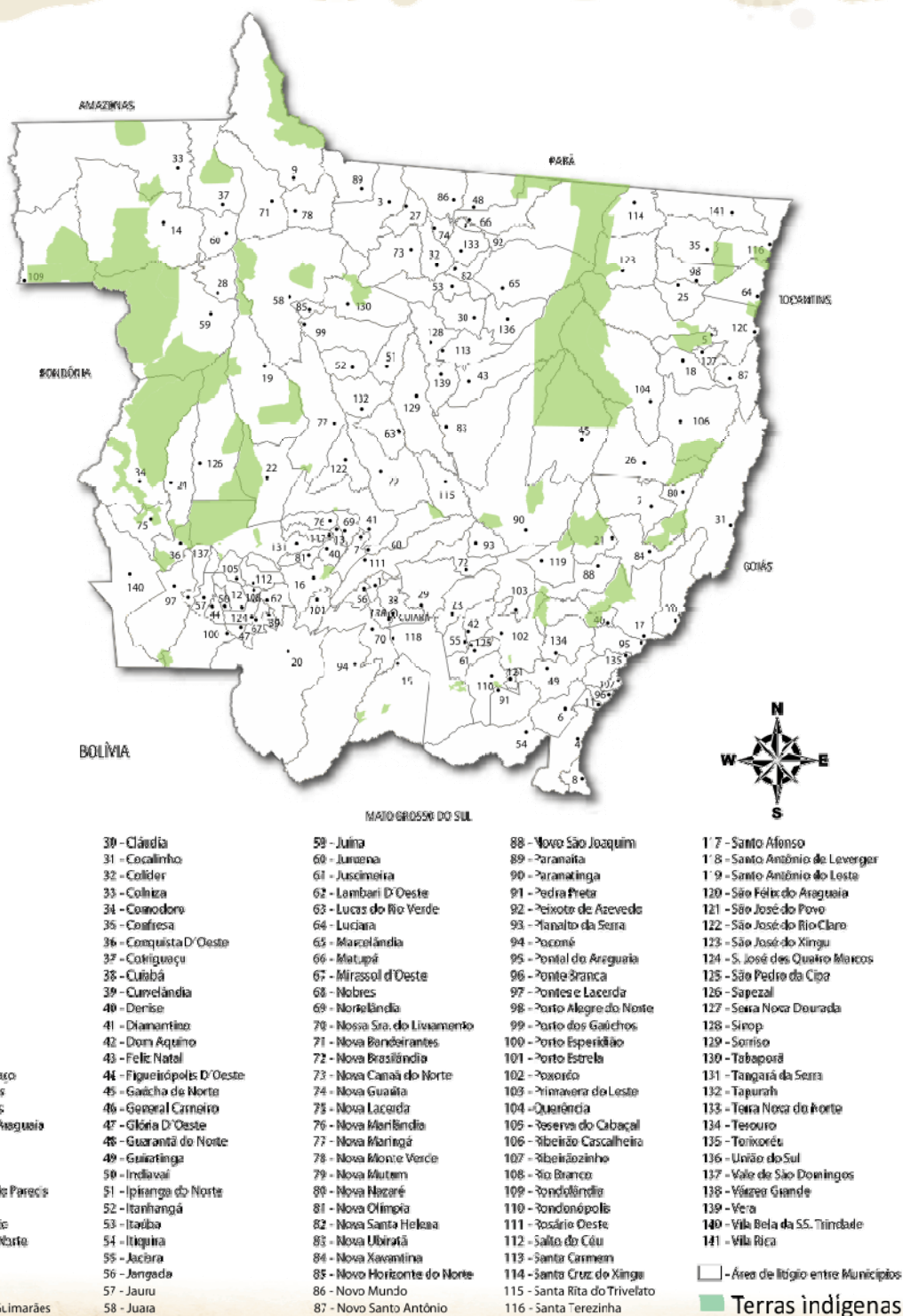
04. *Por que o lugar mudou? E por quem?*

05. *Cite uma ou algumas palavras que lembrem a identidade do seu grupo?*

06. *Cite uma ou algumas palavras que lembrem o território do seu grupo?*

## Localize no mapa...

O local onde seu grupo/povo mora, escreva o nome do seu grupo e também algum outro grupo que você conheça em sua região.




## APÊNDICE D. Caderno Pedagógico da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo

A elaboração deste caderno é parte do projeto de pesquisa Mapeamento social das identidades e territórios de Mato Grosso financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, FAPEMAT. Esta proposta partiu do desejo de construir um mapeamento dos grupos sociais de Mato Grosso, evidenciando suas identidades e territórios, suas culturas e múltiplas sensibilidades e seus processos de conflitos e injustiças ambientais.


O mapeamento socioambiental torna-se, neste contexto, mais complexo, uma contribuição para que se considere o local da cultura pelas narrativas de seus habitantes. A proposta fundamental é que o mapa social facilite a construção de um prognóstico das identidades e territórios, um mapeamento onde os integrantes das comunidades se percebam e se reconheçam como sujeitos principais, e por esta razão, esboçam este perfil protagonizador. Assim, é necessário este mergulho na compreensão dos modos de vida (IDENTIDADES), situando-os nos seus espaços histórico-sociais onde vivem e constroem seus significados (TERRITÓRIOS). Desta maneira, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) acredita poder contribuir com a visibilidade destes grupos, favorecendo o poder de escuta e fala a eles, no desejo de se sentirem incluídos e protagonistas na formulação de políticas públicas para a autonomia de suas histórias.

ISBN: 978-85-911436-0-5

Realização:




Apoio:




# Comunidade Quilombola de MATA CAVALO

MATO GROSSO, BRASIL



*Caderno Pedagógico*





# Expediente

Série Mapeamento Social, Fascículo 01

PROJETO: Mapeamento social das Identidades e territorialidades de Mato Grosso  
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental – GPEA  
Universidade Federal de Mato Grosso

**COORDENAÇÃO DO PROJETO:**

Dra. Michèle Sato  
Vice-coordenação: Michelle Jaber

**EDIÇÃO E REVISÃO:**

Letícia Alves  
Michelle Jaber

**PROJETO GRÁFICO:**

Regina Silve

**TEXTO:**

Michèle Sato  
Imara Quadros  
Letícia Alves  
Michelle Jaber  
Regina Silve

**FOTOS/DESENHOS:**

Alunos do EJA/Mata Cavalo  
Imara Quadros  
Letícia Alves  
Michelle Jaber  
Regina Silve

Journalista responsável: Letícia Alves (MIDAMT 571)

Apoio: Escritório de Comunicação e Multimídia (Bocomm/UPMT)

ISBN: 978-85-911436-0-3

\* Esta publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

# Comunidade Quilombola de MATA CAVALO

MATO GROSSO, BRASIL

*Caderno Pedagógico*



Michèle Sato  
Imara Quadros  
Maria Liete Alves  
Michelle Jaber  
Regina Silve

Cuiabá, Mato Grosso, Brasil  
2010



Apoio:



Prefácio, 03	Participantes das Oficinas, 04
Apresentação, 06	Objetivos, 07
Nas Trilhas do quilombo, 08	As oficinas de trabalho, 09
Mata Cavalo: sua terra, sua gente, 10	Puxando o fio da história, 12
Temporalidade da Comunidade de Mata Cavalo, 16	A vida no quilombo, 17
A "invenção do cotidiano" em Mata Cavalo, 18	A culinária na mesa, 18
Na fé uma força maior, 19	Educação, 19
As tradições culturais contadas, cantadas e dançadas no quilombo, 20	Calendários das festas na comunidade, 21
Resistência de um território, 22	Problemas e Conflitos, 23
Sonhos e Desejos, 27	Bibliografia, 28
Mapa da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, 30	Mapa Fotográfico, 32
Mapa dos Impactos Ambientais, 34	

## Prefácio

O caderno pedagógico pretende ser um documento de registro das percepções dos estudantes do Programa Educação para Jovens e Adultos (EJA), em interação com pesquisadores do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sobre o território e as identidades dos moradores do quilombo de Mata Cavalo. Ele foi elaborado na intenção de atingir um público variado e servir de material de apoio para o povo quilombola em suas múltiplas necessidades e usos.

O GPEA é composto por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O grupo tem o compromisso de estimular a pesquisa para o fortalecimento da Educação Ambiental, com a intenção de participar e contribuir com as mudanças necessárias nas comunidades. O GPEA realiza diversos projetos de pesquisa, e este caderno pedagógico é ofertado para as comunidades como um estímulo ao conhecimento sobre a importância das questões ambientais para nossa qualidade de vida e a sobrevivência das outras espécies e os ecossistemas.

Mais informações sobre o grupo pesquisador podem ser consultadas pelo site: [www.ufmt.br/gpea](http://www.ufmt.br/gpea).



### RAINHAS NEGRAS

Rainhas negras  
Com coroas douradas  
Nas vidas pesadas  
Um dia amonstadas



TEXTO: MICHÈLE SATO / IMAGENS: IMARA QUADROS

Rainhas negras  
Com lágrimas de dor  
Lutando pela flor  
Sem batons, nem sabor

Rainhas negras  
Hoje em seus mares  
Perfumes, cores  
E também amores



04

**Participantes das oficinas:**

- 01. Antonio Mulato
- 02. Ana Maria Arruda
- 03. Dona Branca
- 04. Eliane
- 05. Guilhermina
- 06. Humberto
- 07. Israel
- 08. Josilene
- 09. Lúcia
- 10. Natalina
- 11. Natalino
- 12. Dona Preta
- 13. Dona Tereza



05

**Agradecimentos...**

A todos os homens, mulheres, jovens e crianças da Comunidade Quilombola de Mata Cavio, com os quais muito aprendemos; em especial aos participantes das oficinas que tanto contribuíram para a realização deste trabalho.



# 06

O caderno pedagógico é fruto do esforço coletivo do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e dos estudantes do EJA\* da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo.

A elaboração deste caderno é parte do projeto de pesquisa "Mapeamento social das identidades e territórios de Mato Grosso", financiado pela Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). Esta proposta partiu do desejo de construir um mapeamento dos grupos sociais de Mato Grosso, evidenciando suas identidades e territórios, suas culturas e múltiplas sensibilidades e seus processos de conflitos e injustiças ambientais.

O mapeamento socioambiental torna-se, neste contexto, mais complexo, uma contribuição para que se considere o local da cultura pelas narrativas de seus habitantes (SAITO et al. 2008). A proposta fundamental é que o mapa social facilite a construção de um prognóstico das identidades e territórios, um mapeamento onde os integrantes das comunidades se percebem e se reconhecem como sujeitos principais e, por esta razão, esboçam este perfil protagonista. Assim, é necessário este mergulho na compreensão dos modos de vida (IDENTIDADES), situando-os nos seus espaços histórico-sociais onde vivem e constroem seus significados (TERRITÓRIOS). Desta maneira, o GPEA acredita poder contribuir para a visibilidade destes grupos, favorecendo o poder de escuta e fala a eles, no desejo de se sentirem incluídos e protagonistas na formulação de políticas públicas para a autonomia de seus históricos.

Integra o mapeamento o projeto "Temporalidade e Territorialidade da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo", em que o GPEA contou com o financiamento da FAPEMAT. Nele, contamos com uma equipe de pesquisadores que assumiu um leque de objetivos, ancorados na Educação Ambiental, e nos outros interdisciplinares dos membros do GPEA e também dos alunos do EJA que foram nossos interlocutores.

Para a construção desse mapeamento acreditamos que um bom fio condutor seja a Arte Educação Ambiental, enquanto possibilidade de uma de uma construção sensível, crítica e criativa. Nesta perspectiva, o educacionista surge como uma aliado dos processos pedagógicos, trazendo a possibilidade de evidenciar e dar visibilidade aos dilemas e dificuldades enfrentados pelos grupos pesquisados, incentivando a expressão e auto-gestão, rumo à responsabilidade social e a promoção da cidadania.

\* EJA é uma forma de educação, da rede pública no Brasil, voltada para as pessoas que não possuem idade escolar.



# Apresentação

# 07



## Objetivos

- Construir um mapa socioambiental, revelando as identidades e territórios da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, a partir da percepção dos estudantes do EJA, tendo como fio condutor a arte-educação-ambiental e a comunicação;
- Compreender as identidades do grupo pesquisado e suas relações com o território e ambiente que os cerca;
- Identificar os impactos, os conflitos ambientais, os processos de injustiças ambientais e as vulnerabilidades socioambientais do grupo pesquisado;
- Contribuir com as políticas públicas promovendo a inclusão social e proteção ecológica.



## 08

## Nas trilhas do quilombo

A partir do entendimento de que um mapa é composto de eixos e orientações sobre os quais se desenvolve e não um sistema fechado (HAESBAERT, 1994), procuramos construir o mapa da comunidade unindo o nosso olhar ao olhar dos alunos do EJA, em oficinas de educação e arte.

A Educação favorece a expressão popular por meio dos meios de comunicação ou através de práticas artísticas. Segundo Soares (1996), o ambiente mediado por tecnologias pode ajudar a produzir sentidos, ampliando as formas de expressão dos membros das comunidades e a melhoria do coeficiente comunicativo e o pleno desenvolvimento da cidadania.

Buscando a interação e a construção coletiva com os alunos do EJA, realizamos as nossas intervenções com recursos audiovisuais como fascículos, vídeo, fotografia, recortes de jornais e arte. Assim, foi possível realizar um levantamento de momentos marcantes, vivido por essa comunidade, registrando pontos importantes do passado, do presente e os desejos dos moradores da localidade, de forma dinâmica e participativa.

Nas trilhas do território quilombola, um pequeno roteiro, traçado em conjunto, serviu de guia na nossa caminhada para a construção coletiva dos mapas. O ponto inicial do nosso itinerário foram alguns conceitos básicos, o exemplo de *identidade e território*. Nossa intenção foi sensibilizar a partir de elementos concretos e associações práticas do cotidiano, visando à subjetivação e o melhor entendimento.

A partir desses entendimentos, foram revelados aspectos de seus territórios e suas identidades e, como quem constrói uma rede de dormir, nas palavras de uma das moradoras do quilombo, fio por fio foi traçado o "retrato" (mapa) do quilombo, segundo a percepção daqueles moradores.

Com base na percepção, nas narrativas colhidas e nas oficinas de arte e educação, apresentamos a seguir os frutos semeados, colhidos e saboreamos com os moradores da Comunidade Quilombola de Mata Cavalo.

*"Aquele pano grande é a terra nossa, nosso território.  
E os bordados somos nós nete, nossa identidade  
A identidade é o bordado da rede." D. Tereza*

\* As frases em itálico são narrativas diretas das quilombolas.

## 09

## As oficinas de trabalho

### (01) Água - Sensibilizar para a trajetória de conceitos

Renoscer na gênese de sensibilização para os conceitos construídos na trajetória da cartografia dos grupos sociais; este foi o momento de sensibilização para os conceitos que seriam utilizados durante o trajeto de construção dos mapas. Foram realizadas atividades vivenciais de sensibilização para a construção de idéias práticas dos conceitos que seriam trabalhados.

### (02) Terra - Desvelar o viver pela imagética

No chão do cotidiano, esta paragem desvelou a estacada da comunidade por meio de imagens fotográficas; esses registros do território e das identidades feitos pelos estudantes, foram rotetizados e organizados pelos temáticos: "Ontem", "Hoje", "Problemas e Conflitos", e "Sonhos e Desejos".

### (03) Fogo - Transformar a revelação da vida

Na chama da transformação, esta etapa se configura por criar condições dialógicas sensíveis, crítica e criativa para um bom desenho pela e para a comunidade. Este foi o momento de se lançar um novo olhar sobre o material coletado, tanto das imagens visuais, quanto das palavras que surgiram nas etapas anteriores, potencializando e redimensionando a forma de ver e significar. Também nesta parada foi realizada uma leitura crítica sobre os fascículos pedagógicos produzidos pelo GPEA, com temáticas relacionadas à comunidade de Mata Cavalo.

### (04) Ar - Movimentar a brisa cartográfica

Entre ritmos e pausas, o movimento clamou pela criação artística (texto imagético). Nesse momento, o grupo deu forma ao trabalho realizado até aqui, traduzindo—representando artístico-textualmente (significativamente) toda o percurso realizado, bem como, aos dados obtidos no caminho: as fotografias, as descrições e narrativas; os mapas temáticos construídos pelos participantes, etc. Esta possibilidade de tradução—representação—artística (Arte Educação), pode se desenhlar em qualquer linguagem artística das múltiplas existentes. A construção de um caderno pedagógico e de mapas temáticos foi uma das possibilidades escolhidas.



10



### Mata Cavalo: sua terra, sua gente

Mata Cavalo está localizado no município de Nossa Senhora do Livramento, no Estado de Mato Grosso. Distante cerca de 50 quilômetros de Cuiabá, a comunidade quilombola de Mata Cavalo reúne, aproximadamente, 420 famílias em seis áreas: Aguacú, Capim Verde, Mata Cavalo de Baixo, Mata Cavalo de Cima, Mutuca e Ponte da Estiva. Os quilombolas lutam há mais de cem anos para fazer valer seus direitos sobre uma área de aproximadamente 14.000 hectares (BARROS, 2007).

Identificado como lugar de luta, o território quilombola é representado numa placa com o símbolo de uma mão negra espalhada e os dizeres: "Mata Cavalo: Força da terra". Fincada próxima à rodovia MT- 060 - que dá acesso ao município vizinho de Poxoréu, a placa se sustenta num solo de Cerrado baixo. Mas seu território também tem matas de galerias e nas manchas mais ricas apresenta árvores altas e de copas densas, como a arceuta e o angico vermelho. Mas, infelizmente, muitas destas espécies estão desaparecendo (BARROS, 2007).

Nos margens dos córregos e rios, palmeiras como o acari e o babaçu ganham fundamental importância ao fornecer material para a confecção de paredes e tetos para suas casas, entre outras funções. É também na beira dos rios que cortam o território quilombola que os capivaras, pacas, cotias, tatuas, macacos-prego e sucuris vão matar sua sede. Morando pertinho do rio, Dona Branca nos fala de sua importância, pois além de local de banho e lazer, o rio também mata sua sede e coloca alimento na sua mesa. Segundo ela, nos rios de Mata Cavalo podem ser encontradas lambaris, perupitangas, piavos, ribas (lobó) e bagres.

E colorindo os dias ensolarados do quilombo que tem clima subtropical e uma temperatura com média de 24 graus, as espécies de arara-azul, papagaio, periquitos, tucano e ananiquê resgam o céu e ainda podem ser vistos com alguma frequência.



Rios que cortam o quilombo: Mata Cavalo, Mutum, Aguassú, Estiva, Mutuca e Ximborongo.

### Terra de Negros

Oliveira Silveira\*

Terra de engenhos  
negro moendo  
cana escorrendo  
suor amargando

terra de minas  
negro cavando  
ouro sorrindo  
(ouro dos outros)

terra café  
cacau e milho  
negro colhendo  
esperanças renascendo

terra de estância  
charqueada grande  
negro se salgando

terra quilombo  
choça e macambo  
negro lutando  
e resistindo  
se libertando

terra xangô  
tambor de mina  
e candomblé  
litha de umbanda  
bataque e samba  
macumba e negro  
reza-dançando

terra comida  
pratos baianos  
quilindim quilites  
negro fazendo

terra congada  
maracatu  
relizado e negro  
representando

terra capoeira  
rabo-de-arraia  
negro golpeando

terra favela  
morro e miséria  
e o negro nela  
(breque) até quando?

\* Poema publicado no livro Roteiro dos Tântãs, 1981.



12

## Puxando o fio da história...

A sesmaria denominada Boa-Vida, atual Quilombo Mata Cavalo, teve sua origem com a descoberta de ouro na antiga região onde hoje se encontra a cidade de Cuiabá. Após muitos trâmites e proprietários, em ato público-judicial, Ricardo José Alves Bastos, esposo de D. Ana da Silva Tavares, arrematou a Sesmaria Boa Vida em 1849, pagando por ela a quantia de um conto de réis. Acometido por uma grave doença, em cinco de dezembro de 1874, Ricardo José Alves Bastos declara o seu testamento aberto, sob a presença de cinco testemunhas e declara livre todos os seus escravos como se de ventre livre nascessem, após a morte de sua esposa Dona Ana da Silva Tavares. No testamento, Bastos institui sua esposa como primeira testamenteira ou herdeira universal uma vez que o mesmo não havia tido filhos com sua esposa. Dona Ana da Silva Tavares, ao falecer em 1889, deixa em testamento a libertação de seus trinta e oito escravos e doa aos mesmos parte das terras que possuía localizada no ribeirão de nome Mata Cavalo (BARCELOS, 2010).

Em 1890, iniciaram-se, pelos interesses da elite rural dominante nesta região, as manobras políticas que levariam ao início dos conflitos pela disputa desta terra, numa luta desigual. Segundo Barcelos (2010), o livro n. 49 do Tabelionato de Notas de Livramento, que continha as anotações jurídicas legitimando a doação feita aos escravos cativos e também libertos de D. Ana, desapareceu de forma misteriosa. Curiosamente, a referida senhora é descendente das famílias da oligarquia dominante na região, que falsificaram todo tipo de documentos para suprimir quaisquer direitos de posse da terra por parte dos negros da Sesmaria Boa Vida.

***Resquícios do período de escravidão ainda podem ser encontrados na área do quilombo, como: a formalha, troncos, antigas senzalas e cemitérios antigos.***



13

Os negros de Mata Cavalo possuíam, a princípio, segundo os próprios moradores da sesmaria Boa Vida- quilombo Mata Cavalo, uma propriedade de terra de uso coletivo. Neste sentido, o uso da terra obteve, desde o início, um caráter efetivo de uso e cultivo de cunho comunitário pelos quilombolas. A permanência deste grupo na sesmaria Boa Vida, entretanto, não aconteceu sem resistência e luta pelo direito de uso da terra. A disputa por este território se estende até os dias atuais.

Desde tempos idos os quilombolas sofrem com a invasão de seus territórios, no ano de 1942 teve início a invasão da terra do quilombo Mata Cavalo por alguns fazendeiros. Segundo narrativas feitas durante as oficinas, o fazendeiro Juqué, antigo morador do município de Nossa Senhora do Livramento, "vendia coisas fiadas como fumo, guaraná em bastão de ralar, sabão, entre outros", aos moradores de Mata Cavalo. A princípio, os quilombolas pagavam a dívida ao fazendeiro em espécie, ou seja, coisas da roça produzidas pelos próprios quilombolas, tais como melado, açúcar de barro (açúcar branco), mandioca, milho, feijão e farinha de mandioca. Posteriormente, o fazendeiro deixou de aceitar o pagamento em espécie passando a exigir que o pagamento fosse efetivado pela troca de terras. Em virtude da dificuldade em obter um acordo entre os fazendeiros e o grupo local, o primeiro solicitou junto à Justiça a medição das terras dos quilombolas com o objetivo de pressionar os moradores de Mata Cavalo. Após muitas desavenças, os quilombolas foram obrigados a pagar a dívida sob a troca de 40 hectares de terra ao fazendeiro Luis de Juqué.



Além disso, o antigo prefeito de Livramento, o Manoel Monteiro da Silva (o Manequinho) foi vendendo pedaços do quilombo, "ele fez a medição judiciária da sesmaria e vendeu a preço de banana para outros fazendeiros" (D. Tereza).

\* Sena Szabrio, importante liderança na luta histórica da comunidade

14

Em 1980, o conflito entre fazendeiros e quilombolas se intensifica. A permanência das famílias quilombolas na sesmaria Boa Vida somente foi possível porque algumas pessoas compraram os terras em que moram atualmente. Neste período, não havia associação de moradores, fato que dificultou ainda mais a luta pela permanência na terra. Na época, muitos quilombolas migraram para os grandes centros, especialmente, Várzea Grande e Cuiabá. Os que permaneceram sofreram intensamente com as opressões, violências físicas e verbais, ameaças de morte e constantes despejos promovidos pelos fazendeiros que tinham o apoio irrestrito do Estado. Uma das quilombolas nos conta um desses episódios:

**Um dia o fazendeiro me xingou me chamando de ladrão de terra, disse que me daria um chicotada para aprender. Foi tocada como vaca Abaivei, peguei uma pedra e botei num estilingue e ele saiu correndo.... E eu soltei a pedra na bunda do cavalo dele.... " Aquel era só tristeza, eu dormia no chão com minhas crianças e os tiros passavam por cima da minha casa".**

Um forte movimento de resistência no quilombo retorna em 1994, na localidade de Simão. Segundo relato de um dos participantes da oficina, **"Seu Sezário** era braço direito da luta, ele que veio à frente do combo que saiu do Simão". Esse combo aconteceu com a presença de toda o quilombo e parceiros da luta. O ano de 1996 é um marco histórico na comunidade quilombola, pois teve início a mobilização política em favor dos direitos de trabalhadores negros rurais do complexo Mata Cavallo em relação ao acesso à terra.



\* Fotos antigas do Combo Simão (fornecidas pelos quilombolas)

15

A princípio, os militantes quilombolas se organizaram em um movimento de reforma agrária, que teve pontos decisivos na luta pelos seus direitos territoriais, articulados com trabalhadores sem-terra. Depois desse movimento de reforma agrária, os quilombolas reconheceram que a luta pelo seu território estava mais fortalecida com sua identidade negra. Passaram a requerer a Terra Quilombola e não mais os projetos de assentamentos rurais.

A associação de moradores de Mata Cavallo foi criada em 1996, num cenário de luta, após longos e cansativos momentos de resistência dos moradores contra os fazendeiros da região:

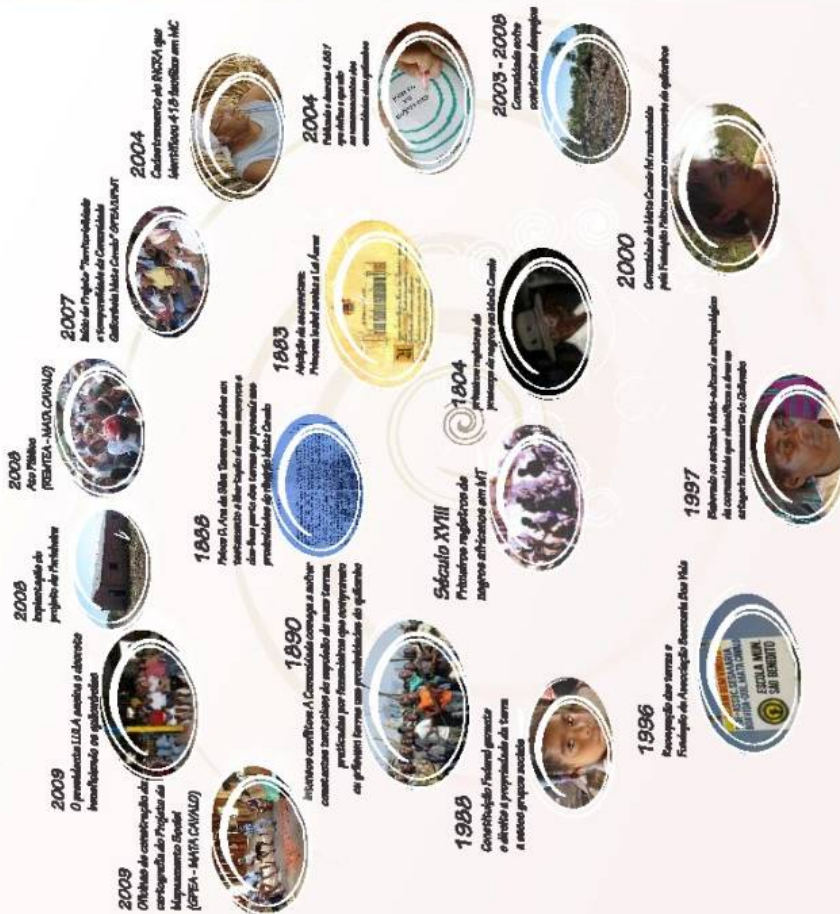
**"nós fomos muito ameaçados, muitas casas foram queimadas, muitos de nós perseguidos pelos jagunços dos fazendeiros, principalmente do fazendeiro Eriberto e Carlos Maciel, mas resistimos e continuamos aqui".**



\* recortes de jornais

## Temporalidade da Comunidade de Mata Cavalu

16



## A vida no quilombo

17

A vida no quilombo, segundo os alunos do EJA, não é ruim, mas tem lá suas dificuldades e uma delas seria o acesso à água. Além dos córregos e rios que cortam o território quilombola, oferecendo lazer e alimento, principalmente para os que moram perto deles, a água para consumo humano só pode ser encontrada no poço artesiano que fica próximo à sede da associação, sendo transportada em garrafas do tipo pet e baldes; carregados na cabeça, em carratola, charrete ou de carro.

Além da destruição de nascentes e desmatamento da mata ciliar de rios e córregos por atividades econômicas como a pecuária e o garimpo, os problemas relacionados à água incluem a construção de represas e a presença de lixo nos córregos e rios, e a cada vez mais sentida falta de chuvas, que segundo Sr. Israel, naquele ano, "prejudicou as plantações de melão, melancia e abóbora". Outras espécies que são cultivadas em seus quintais ou em seus pequenos "roçados" são mandioca, milho, feijão, maxixe, quiabo, cará, batata doce, banana, mamão, maracujá, limão, abacaxi, caju, manga, goiaba, acerola, mangaba, e hortaliças como alface e cebolinha.

Outra fonte de dificuldade apontada é o tipo de combustível utilizado para uso doméstico. Como a maior parte da população não tem uma renda fixa, vivendo de aposentadoria, da agricultura de subsistência ou pequenos trabalhos, é dada preferência ao uso do fogão à lenha e o gás de cozinha só é utilizado na época das chuvas, quando não acham lenha seca. Mas o acesso a essa fonte de energia, segundo eles, está comprometido pelo desmatamento que os fazendeiros fizeram para transformar o cerrado em pastagens. Para iluminar as noites estreitadas do quilombo, a maioria ainda usa vela, lâmpada ou candeia, pois o projeto "Luz Para Todos" não foi concluído e poucos têm acesso à energia elétrica.

A facilidade e o acesso ao transporte e aos meios de comunicação no quilombo variam de acordo com a localidade onde cada um mora. O transporte geralmente é feito de bicicleta, cavalo e charrete. A facilidade e o acesso ao transporte e aos meios de comunicação, no quilombo, variam de acordo com a localidade onde cada um mora. O transporte, geralmente, é feito de bicicleta, cavalo e charrete.

Sem muitas alternativas de renda, os participantes dos oficinas vivem com o pagamento da aposentadoria, serviço braçal em fazendas das redondezas, lavoura de subsistência e criação de animais como o gado, porco, carneiro, bode, galinha, galinha de angola, pato, ganso e peru. Também tem aqueles que fabricam doces, queijo e farinha para vender. O artesanato surge com outra fonte de renda com a confecção de abanador de baboçu, boquiê, pilão, colher de pau, cabo de machado e o crachê.



18

## “A invenção do cotidiano” em Mata Cavallo

### A culinária na mesa

O babaçu, palmeira que habita esse lugar, se oferece aos moradores por inteira. Com o talo se ergue toda a estrutura das moradas. Com as folhas as casas são cobertas para abrigar, aquecer, proteger essa gente e claro, encantar Santos e Santas em festas. Mas se as folhas do Babaçu forem trançadas pela mão de um morador, rapidinho se transformam em um baquité ou em abanador. E do fruto [côco] sai o óleo para que o alimento dos corpos e das almas de Mata Cavallo tenha um tempero peculiar.

A banana é outra presença de força nesse território, compõe a comida de sal, mas também os doces, além do consumo da fruta no pé.

A mesa dessa gente revela um cardápio rico, não falta o “arroz sem sal” para acompanhar uma boa “carne seca com banana verde” ou a deliciosa “carne com mandioca” ou um “frango caipira com banana verde” ou “frango caipira com quiabo” ou até uma “feijoada” acompanhada de pé, orelha, ossos e bucho de porco, com bastante cebola e alho pra temperar.

Também não pode faltar à mesa de Mata Cavallo a “farofa de banana” e o “lambari com angü”.



19

## Na fé uma força maior

A religião nesse território quilombola se apresenta diversa. Há registro das igrejas Católica, Evangélica e Espírita. A matriz Afro marca presença por meio da Umbanda.

A benzeção no quilombo é uma prática somente para alguns, eles e elas, os benzedores e as benzedoras mais conhecidas nesse território, são: Dona Cristina [benze ‘zipela’ e ‘quebrante’], Dona Paulina [benze ‘mau olhado’ e ‘quebrante’], Dona Severina, Dona Natalina, Seu Antônio Mulato [benze ‘cobreira’], Seu Milliano [benze ‘arca calda’] e Seu Berfindo [benze dor de dente].

## Educação...

A Escola Municipal São Benedito, em Mata Cavallo, foi criada por iniciativa do movimento quilombola de luta pela terra e erguida por suas próprias mãos nas proximidades do córrego Mata Cavallo. Num segundo momento, também de pau-a-pique, foi erguida perto da sede da Associação Sesmaria Boa-Vida, dividindo espaço com as missas de Domingo.

Denunciada as precárias condições da escola ao Ministério Público, foi incorporada à Escola Estadual Rosa Domingos, situada próxima à sede da Comunidade de Mutuca. A turma do EJA, porém, se mantém no galpão de madeira, onde hoje funciona a Associação Sesmaria Boa-Vida, que serve de espaço de articulações políticas, de festas, encontros, celebrações, enfim, um espaço de luta pelos sonhos dos quilombolas.



20

As tradições culturais contadas, cantadas e dançadas no quilombo



Em Mata Cavalão as vozes de homens e mulheres ecoam em todos os cantos e recantos para contar o conto, para contar as histórias. Os contadores e as contadoras de histórias mais conhecidos nessas terras são: Dona Tereza, Seu Antônio Mulato, Seu Símdo, Seu Tomaz e Seu Benedito.

Neste território, as danças tradicionais mato-grossenses que se revelam nas festividades são o cururu, siriri, dança do congo e rasqueado. O lambadão, uma dança popular, a quadrilha, comum nas festas Juninas, e a Lambada, também figuram em tempos comemorativos nessas terras. O rasqueado é um ritmo tocado em Mata Cavalão, mas o sertanejo e o axé são muito ouvidos pelos jovens do quilombo. A capoeira, uma herança afro, marca presença nesse lugar que resiste ao tempo e a distância.

As horas de lazer no quilombo também são usufruídas em gostosas reuniões na casa dos vizinhos, seja para almoçar ou só conversar. Um bom banho no rio ajuda a refrescar as altas temperaturas. As festas, de igual maneira, são momentos de puro lazer na comunidade, sejam as que homenageiam um santo ou santa, ou aquelas que são prá dar força à luta pelas terras, pela casa que queimou, pelo criança que nasceu. Mas um bom almoço no Bar do Quirino pode ser uma boa pedida para um dia de descanso ou de comemoração.



Calendários das festas na comunidade:

MÊS	DIAS	FESTAS	FESTIVOS / FESTIVAS
JANEIRO	1	SENHORÃO DOM JESUS	
	6	SANTO ROS	
	10	SÃO GONÇALO	ANIMABA
	20	SÃO SEMESTRIL	ESTERNA
FEBREIRO	2	SANTA ESCANDELAIA	JOSÉ CLEÓPELO
MARÇO	19	SÃO JOSÉ	JOSÉ CLEÓPELO
	21	SÃO BENTO	
MAIO	3	FESTA NOSSO CEMITÉRIO	
	30	DIÁRIO CEMÉRIO SANTO SANTA CATARINA	AUIZE
JUNHO	12	SANTO ANTÔNIO	BENEDETA E FRANCISCO
	24	SÃO JOÃO	LUCIA DE SEU JOÃO
	26	SENHORA SANTANA SÃO BENEDITO	NEZARIO
AGOSTO	2	SÃO BENEDITO	
SETEMBRO	11/21/23	NOSSA SENHORA APARECIDA SÃO BENEDITO	TEREZA
OUTUBRO	12	SENHORA APARECIDA	LUIZA
NOVEMBRO	20	ZUMBI	FESTA CULTURAL - SEDE DAS ASSOCIAÇÕES
DEZEMBRO	8	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	AURÉLIA

Primeiro levaram os negros Bertold Brecht

Primeiro levaram os negros  
Mas não me importei com isso  
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários  
Mas não me importei com isso  
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis  
Mas não me importei com isso  
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados  
Mas como tenho meu emprego  
Também não me importei

Agora estão me levando  
Mas já é tarde.  
Como eu não me importei com ninguém  
Ninguém se importa comigo.



22

## Resistência de um território

Em 1998, o governo de Mato Grosso reconheceu a comunidade como remanescente de quilombos. Em 2000, a Fundação Cultural Palmares concedeu o Título de Reconhecimento de Domínio, e ainda hoje demanda junto ao INCRA a titulação oficial de seus territórios.

O Quilombo de Mata Cavallo, mais do que uma porção de terra, é um território composto de identidades construídas no cotidiano e nas lutas e vivências que pontilham sua história.

Esta história é marcada fortemente por embates, que pode ser narrada como uma arena de luta, pela acirrada disputa pela definitiva posse da terra, local de idas e vindas de despejos e ameaças feitos pelos fazendeiros. Entretanto, a (re) existência e a insistência dessa comunidade em permanecer em seu território fortalecem sua identidade, em prol de uma luta coletiva que só se toma possível pela vivência dessas pessoas com seu entorno, seu ambiente e sua convivência comum.



Hoje a comunidade está organizada em seis

associações:

Ribeirão do Mutuca

Seemaria Boa Vida

Aguapé de Cima

Ponte da Estiva

Capim Verde

Mata Cavallo de Cima



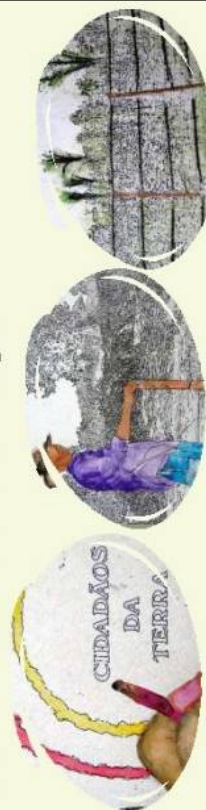
## Problemas e Conflitos

23

O quilombo é um exemplo da história de degradação e injustiças que ainda pulsa nos dias atuais em MT. Há, aproximadamente, um século os quilombolas recebem os encargos de políticas desenvolvimentistas, são perseguidos, ameaçados, humilhados e expulsos de seus territórios por fazendeiros/grileiros que chegam à região. Esta disputa pelo reconhecimento do território não difere de muitas outras comunidades quilombolas mato-grossenses.

Com base nas entrevistas realizadas com alguns moradores do quilombo, e com os frutos das oficinas realizadas com a turma do EJA, foi possível realizar um prognóstico dos principais impactos ambientais que são propulsores dos conflitos em Mata Cavallo. Além de citar os impactos/conflitos, os quilombolas, em dinâmicas de grupos, registraram fotograficamente essas situações para posteriormente contextualizá-las durante as oficinas.

Segundo os narradores, grande parte dos danos ecológicos existentes na área do quilombo foi causada pelos fazendeiros da localidade, os mais citados foram: desmatamento de extensas áreas para criação de gado, assoreamento dos rios, destruição das nascentes, queimadas, destino final dos resíduos sólidos, invasão de capim exótico e perda da biodiversidade. Garimpeiros e grileiros também foram responsáveis pela degradação do ambiente biofísico da localidade, ora perfurando o solo à procura de minério, causando o surgimento de extensas erosões, ora destruindo nascentes e desmatando a mata ciliar de rios e córregos.



24

Além dessas, outras questões relevantes foram amplamente discutidas e apontadas pelos entrevistados, sendo que a disputa por território foi o tema central enfatizado por todos, por ser esse o principal mote dos conflitos nesta comunidade. “Desde quando nasci vejo fazendeiros tentando roubar nossas terras”. Como já foi apresentado, este conflito na comunidade se estende por mais de 100 anos. Essa questão é grave e presente não somente em Mata Cavalo, a disputa por territórios, provocada por uma questão fundiária mal resolvida, é a principal mola propulsora dos conflitos ambientais em MT. Um vasto território concentrado nas mãos de poucos. Com toda certeza, há muita terra na mão de pouquíssimos latifundiários neste Estado.

Nos movimentos de resistência, vivenciados por estes moradores, consta a proteção pelo ambiente natural, uma vez que a área do quilombo está devastada pela ação dos fazendeiros. Por exemplo, a substituição de áreas de cerrado para pecuária extensiva é vista como uma forte ação responsável pela descaracterização ambiental e cultural. Muitos dos serviços ecossistêmicos anteriormente desfrutados pelos quilombolas, atualmente, não estão mais disponíveis, devido às extensas áreas desmatadas pelos fazendeiros. As palmeiras de babaçu, bacuri, buriti, bocaiúva sempre muito abundantes na região, devido a essa prática estão ficando escassas. Essas palmeiras são consideradas espécies de importantes, tanto como alimento como para construção de suas casas e perpetuação de seus modos de vida singulares. Uma de nossas entrevistadas afirma que:

**“os fazendeiros pra dizerem que estão ocupando as terras (pra dizer que são produtivas), trocaram o mato por um capim que alostrou pelo quilombo, e colocaram o gado”.**



25

Outro impacto citado pelos entrevistados como propulsor de imensas injustiças são as queimadas, que se tornam ainda mais graves devido à forma tradicional que os moradores constroem suas casas, com palha de babaçu trançada. Durante o período das queimadas os moradores vivem em tensão, pois suas casas podem ser totalmente destruídas pelo fogo. Um quilombola queixa-se das queimadas, dizendo:

**“todo ano é a mesma coisa, tem época do ano que não durmo fazendo aceiro para o fogo que vem da fazenda não entre dentro da minha casa, é uma luta sem fim”.**

Neste ciclo vicioso são somadas as mais diversas situações de injustiças ambientais. A falta de água potável é outra questão agravante, devido ao impasse da terra, os quilombolas ficam impedidos de terem acesso à água potável, sempre disponível em área ocupada pelos fazendeiros, obrigando-os a andarem quilômetros até um poço artesiano coletivo. Além disso, correm risco de água estar contaminada por mercúrio, devido a forte exploração aurífera em tempos idos. As consequências dos garimpos são muitas, na comunidade, com acentuadas fendas, erosões e áreas inteiras degradadas por essa prática de extração.



Caminhando pelo quilombo para o registro fotográfico dos impactos, é fácil confirmar as denúncias feitas pelos moradores. As áreas que ainda se encontram sob domínio dos fazendeiros são mal aproveitadas.

26

"Os conflitos ambientais podem ser definidos como aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, têm origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos" (ACSELRAD, 2004, p. 26).



Aos esquecidos do mundo e aos que nelas se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam".  
= Paulo Freire =

O território quilombola de Mata Cavalo é preñado de conflitos ambientais. Os despejos, as prisões, as agressões e as ameaças compõem o mosaico da vida e da luta no quilombo.

Contudo, como herdeiros da resistência, a comunidade enfrenta essas situações se contrapondo a opressão dos fazendeiros, articulando-se, questionando-se sobre as injustiças, organizando-se em associações na busca dos seus direitos.

A margem das políticas públicas, a resistência dessa comunidade em permanecer em seu território fortalece sua identidade, em prol de uma luta coletiva que só se torna possível pela vivência dessas pessoas com seu entorno, seu ambiente e sua convivência comum.

## Sonhos e Desejos

As expectativas dessa gente para o melhor viver se projetam pelos desejos de cada um que luta todos os dias na defesa incansável pela terra quilombola, por cada um que resiste, cotidianamente, a tudo que lhe é imposto e a todos que por ventura tentam tirar o que conquistaram por direito.

Os desejos de todos neste território perpassa pela imensa vontade de ter a suas terras nas mãos calejadas pela luta! A vontade de cada qual ganha coletividade pela fé em cada santo e cada santa, seus fiéis companheiros pela luta!

A esperança de alcançar as terras quilombolas ganha forma, peso, cor, palavras e eco através de um fazer com as próprias mãos... Um punhado de terra, retalhos de madeira, pedaços de papel e papelão, um pouco de tinta, cola e tesoura, revelam o porvir de brava gente afro-brasileira mata-grossense!

Ah! Bom seria poder agora nomear o 'meu' pedaço de terra como "Sejam Bem-Vindos", e assim, abrir a porteira ou cancela para receber minha família e amigos!

Bom seria construir minha casa em definitivo nessa terra, para que assim pudesse, sem medo, encostar meu corpo cansado na soleira da porta depois de um dia de labor 'duro' no roçado, e contemplar o sol que se põe multicolorido!

Bom seria construir um altar bem grande e bonito para Nossa Senhora Aparecida, assim poderia todos os dias agradecer a tão sonhada terra prometida!!!



27



Sou negro  
meus avós foram queimados  
pelo sol da África  
minhi alma recebeu o batismo dos tambores  
atabaques, gonguês e agogôs.  
Contaram-me que meus avós  
vieram de Luanda  
como mercadorias de baixo preço  
e fundaram o primeiro Maracatu.  
Depois meu avô brigou como  
um danado  
nas terras de Zumbi  
Esta valente como quê

Na capoeira ou no fado  
escreveu não leu  
o pau comeu  
Não foi um pai-bóio  
humilde e manso.  
Mesmo vovô  
não foi de brincadeira  
na guerra dos Malés  
ela se destacou.  
Na minhi alma ficou  
o samba  
o batuque  
o bamboleio  
e o desejo de libertação.

**Solano Trindade**

## Bibliografia

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BARROS, Edir Pina de. *Lauda pericial histórico-antropológico*. Mato Grosso: Justiça Federal, 2007.
- BARCELOS, Silvério Paulo de. O Quilombo Mata Cavalo: O negro e a identidade quilombola no mundo globalizado. In: *Revista África e Africanidades*. Ano 3, n. 9, maio, 2010 - ISSN 1983-2354
- HAESBAERT, Rogério; BRUCE Glaucia. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense (artigo em PDF), 1992.
- SATO, Michèle. et al. *I Seminário de Mobilização e Mapeamento social: Territórios e Identidades de Mato Grosso*. Curitiba: UFMT, 2008. Relatório [mimeo].
- SOARES, Ismar de Oliveira. *Sociedade da Informação ou da comunicação?* São Paulo: Cidade Nova, 1996.

## Cosmcartografias

*um pouco do universo comunitário em Mata Cavalo*

Os mapas apresentados a seguir foram construídos durante os oficinas de trabalho com a comunidade e retratam um pouco do universo comunitário em Mata Cavalo.

Os mapas foram elaborados de forma participativa e trazem uma localização aproximada, pois, foram apontados pelos participantes das oficinas.

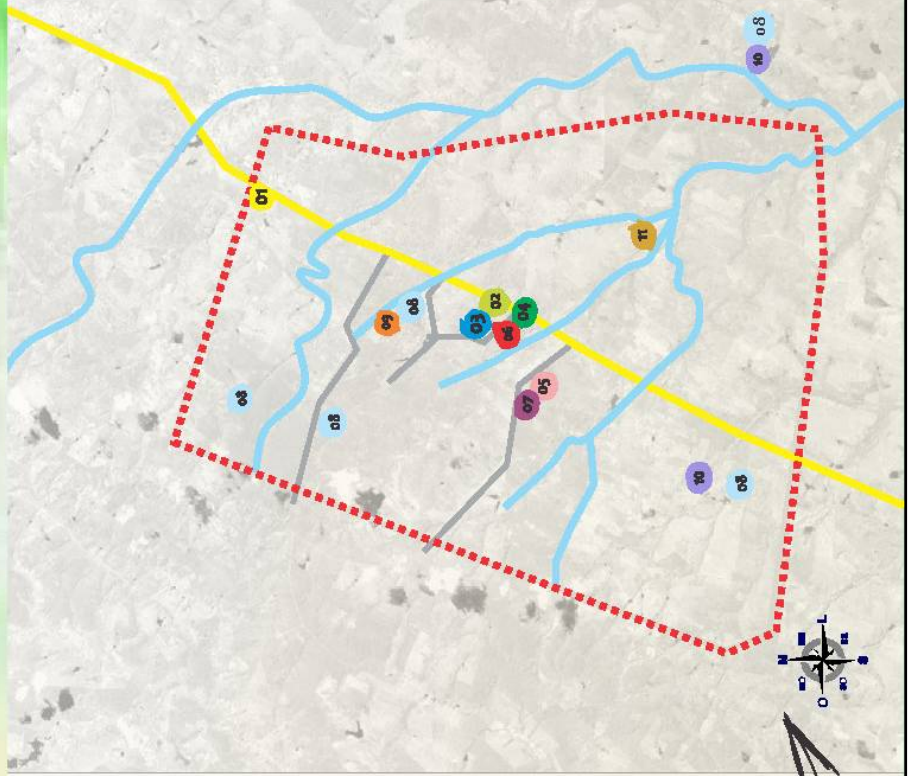
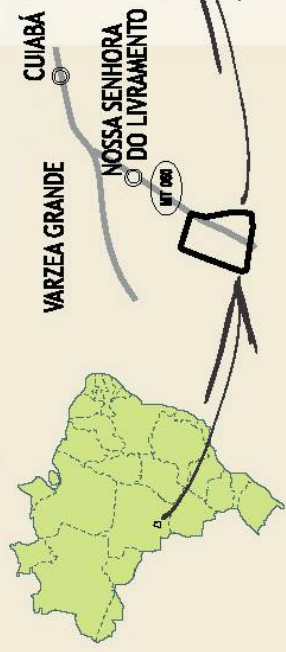
Suas narrativas elencaram os principais pontos de referência da comunidade e os principais aspectos vivenciados, alguns destes pontos foram registrados por fotografias.



# Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, Mato Grosso, Brasil

## Legenda

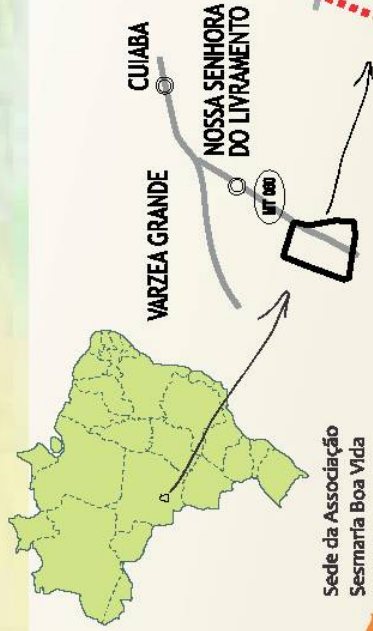
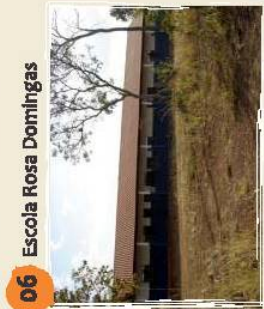
- 01 Marco do início da comunidade
  - 02 Igreja católica
  - 03 Poço artesiano comunitário
  - 04 Escola São Benedito
  - 05 Escola Rosa Domingas
  - 06 Sede da Associação Sismaria Boa Vida Mata Calo
  - 07 Sede da Associação Ribeirão do Mutuca
  - 08 Cemitérios
  - 09 Garimpo desativado
  - 10 Ruínas da Antiga Senzala
  - 11 Ruínas da Antiga Formalha
- Limite do quilombo
- Córregos
- Estradas vicinais
- MT-060



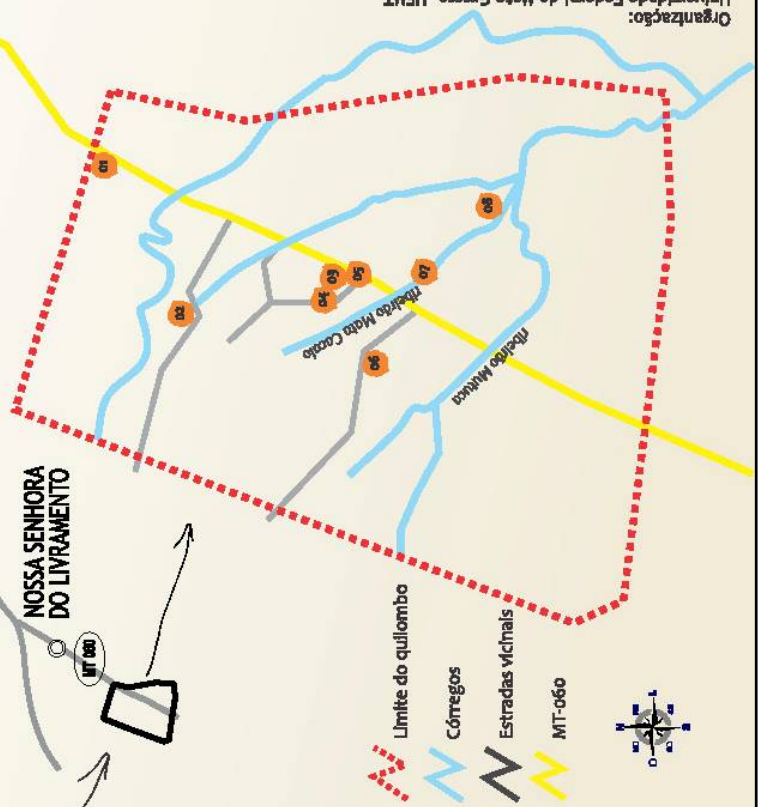
Organização:  
 Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT  
 Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA  
 ANO 2010

# Comunidade Quilombola de Mata Cavallo, Mato Grosso, Brasil

## Legenda



CUJIABA  
VARZEA GRANDE  
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO  
MT-060

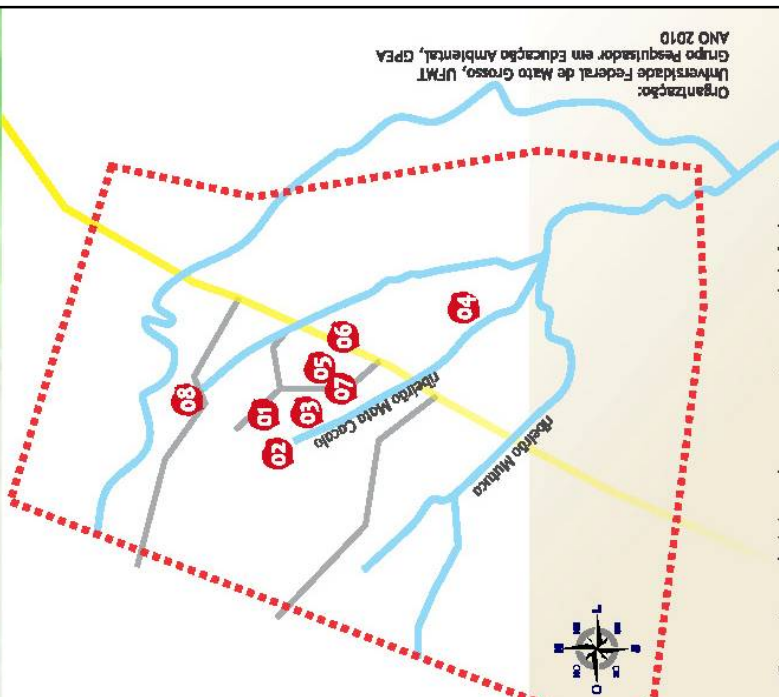
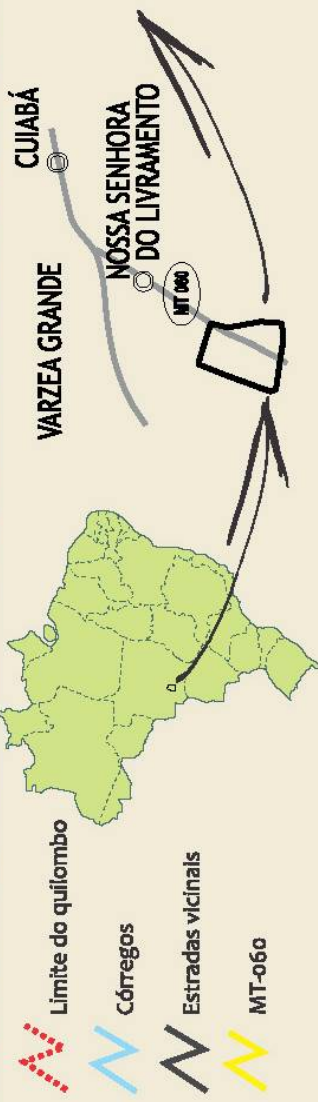


Organização:  
Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT  
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA  
ANO 2010

# Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, Mato Grosso, Brasil

## - impactos ambientais -

 <b>01</b> Queimadas	 <b>02</b> Desmatamento e disputa por territórios	 <b>03</b> Falta de renda	 <b>04</b> Moradias improvisadas
 <b>05</b> Lixo	 <b>06</b> Despejos	 <b>07</b> Dificuldade de acesso a água	 <b>08</b> Garimpo



Os pontos assinalados acima representam os principais impactos e locais narrados pelos participantes nas oficinas. Contudo, estes impactos ocorrem em diversos outros locais do território de Mata Cavalo.

Organização:  
Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT  
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA  
ANO 2010

## CONFISSÕES DO LATIFÚNDIO

**DOM PEDRO CASALDÁLIGA**

*(Bispo Jubilado de São Félix do Araguaia, MT)*

Por onde passei,  
plantei  
a cerca farpada,  
plantei a queimada.

Por onde passei,  
plantei  
a morte matada.

Por onde passei,  
matei  
a tribo calada,  
a roça suada,  
a terra esperada...

Por onde passei,  
tendo tudo em lei,  
eu plantei o nada.

## CONFISSÕES DE ADMIRAÇÃO

**MICHÈLE SATO**

*Para Pedro Casaldàliga*

*[em resposta ao seu poema "confissões do latifúndio"]*

Por onde passei  
plantei  
as mãos unidas  
plantei o coletivo de luta

Por onde passei,  
plantei  
a vida experienciada

Por onde passei  
matei  
a fome dos justos  
a fé perdida  
a desilusão da vida

Por onde passei,  
nem tudo em lei,  
eu plantei a esperança

## O Cio da Terra

**Milton Nascimento**

Composição: Milton Nascimento / Chico Buarque

Debulhar o trigo

Recolher cada bago do trigo

Forjar no trigo o milagre do pão e se fartar de pão

Decepar a cana

Recolher a garapa da cana

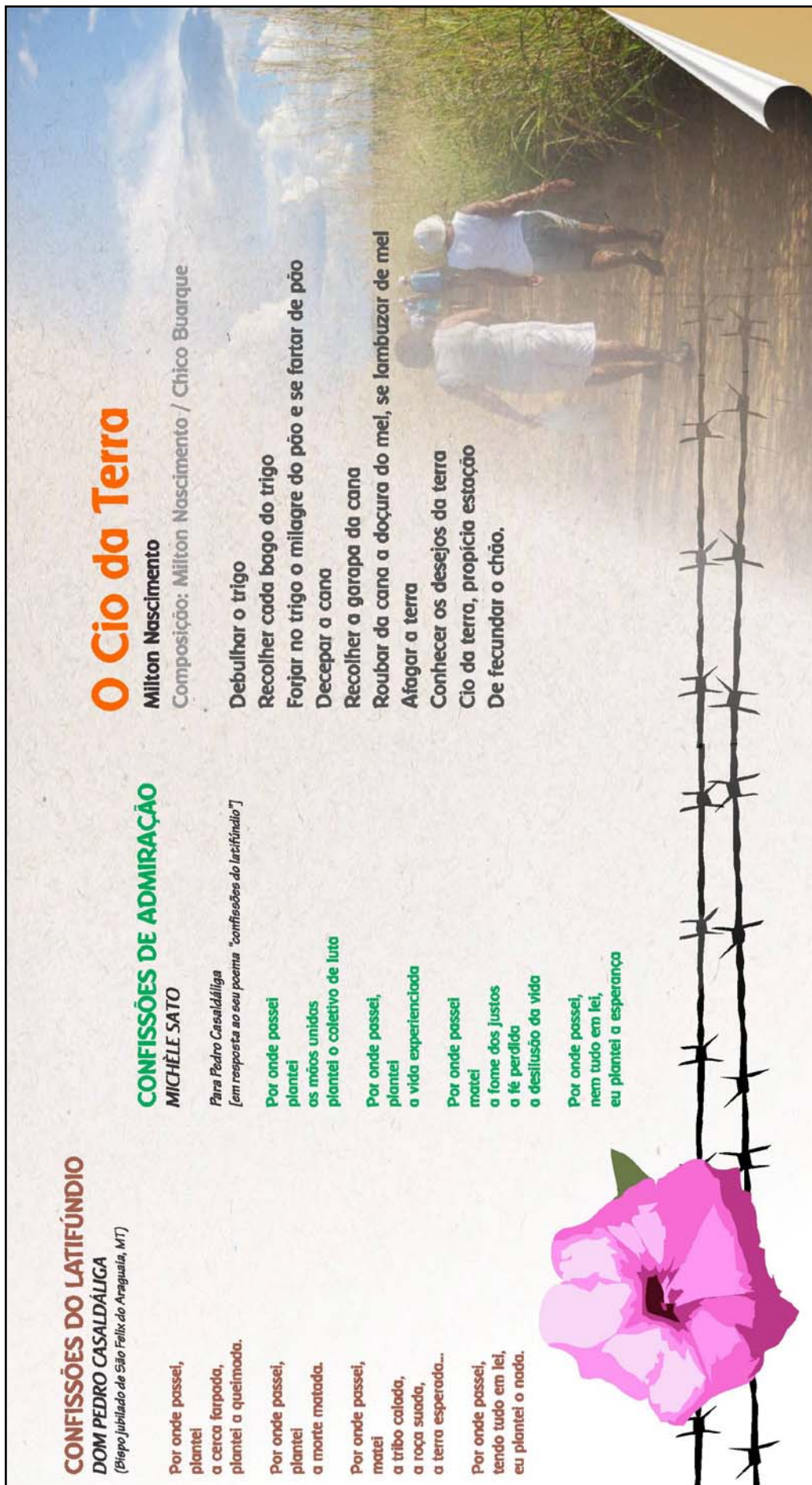
Roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel

Afagar a terra

Conhecer os desejos da terra

Cio da terra, propicia estação

De fecundar o chão.



# Anexos

---

*ANEXO A. Programação do I Seminário de Mapeamento Social*

*ANEXO B. Grupos Sociais e instituições participantes do I seminário*

*ANEXO C. Programação do II Seminário de Mapeamento Social*

*ANEXO D. Grupos Sociais e instituições participantes do II seminário*

## ***ANEXO A. Programação do I Seminário de Mapeamento Social***

### **24/10/2008 (UFMT)**

#### **8h ABERTURA OFICIAL DO EVENTO**

Composição da mesa: Yênes Magalhães e representantes

Facilitação: Gilberto Vieira (CIMI)

Roberto Vizentim, MMA: cenários nacionais

Tereza Vasconcelos - SEPLAN: ZSEE

Alfredo Wagner de Almeida, UFAM: mapeamento social

#### **10h45 Debates**

#### **14h Formação de 4 GT**

Facilitação: SEPLAN & SEMA

#### **17h Mapeamento social**

Facilitação: CJMT & REMTEA

#### **19h Atividade cultural**

#### **20h Reunião dos povos tradicionais e grupos sociais**

### **25/10/2008 (HOTEL MATO GROSSO PALACE)**

#### **8h FÓRUM 1: MAPEAMENTO SOCIAL**

Facilitação: Herman de Oliveira (UFMT)

Antônio João Castrillon

Paulo Cesar Nunes, Agricultura familiar - PNUD

Antônio Carneiro, MST

Fernando Francisco Xavier, IBAMA

Gonçalina E. Almeida, Quilombo Mata Cavalo

Liberalino, MAB

Mariléia Peruare, MAIWU

#### **10h45 Debates**

#### **14h Formação de 4 GT**

Facilitação: SEPLAN & SEMA

#### **17h Mapeamento social**

Facilitação: CJMT & REMTEA

#### **19h Atividade cultural**

#### **20h Reunião dos povos tradicionais e grupos sociais**

### **26/10/2008 (HOTEL MATO GROSSO PALACE)**

#### **8h FÓRUM 2: MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Facilitação: Liete Alves (REMTEA)

Alexandre César, Assembléia Legislativa

Cláudia Pinho, FORMAD

Lucas Ruri'ó, MAIWU

Mário Hashimoto, Revista Sina

Marli Keller, SINTEP

Michèle Sato, UFMT - REMTEA

Miguel Aparício, OPAN, FORMAD

Waldir Berturio, ADUFMAT

#### **10h45 Debates**

#### **14h FÓRUM 3: ENCERRAMENTO**

Facilitação: Michelle Jaber & Regina Silva (iCaracol)

Propostas

Sistematização

#### **17h FÓRUM 3: ENCERRAMENTO**

Facilitação: Michèle Sato

Encaminhamentos finais

**ANEXO B. Grupos Sociais e instituições participantes do I seminário**

GRUPOS E INSTITUIÇÕES		MUNICÍPIO
1.	ADUNEMAT	SINOP
2.	APROMAV	
3.	ARPA	RONDONÓPOLIS
4.	ARTESÃOS	
5.	ASSENTADOS	ALTO PARAGUAI
6.	ASSENTADOS – COMUNIDADE BARREIRÃO	NORTELÂNDIA
7.	ASSENTADOS – COMUNIDADE PERAPUTANGA	DIAMANTINO
8.	CIGANOS – KALON	TANGARÁ DA SERRA
9.	CIMI - MT	CUIABÁ
10.	CJ-MT	JUÍNA
	CJ-MT	LUCAS DO RIO VERDE
	CJ-MT	CUIABÁ
	CJ-MT	TANGARÁ DA SERRA
11.	COMPRUP	POCONÉ
12.	CONDEMA – CÁCERES	CÁCERES
13.	CPT – ARAGUAIA	PORTO ALEGRE DO NORTE
14.	CUT – MT	CUIABÁ
15.	EXTRATIVISTA (RESEX GUARIBA)	COLNIZA
16.	FASE / FORMAD	CÁCERES
17.	FEES	CUIABÁ
18.	FETAGRI	IPIRANGA DO NORTE
19.	FLEC	CÁCERES
	FLEC	PORTO ESPERIDIÃO
	FLEC	CÁCERES
	FLEC / SIND. DOS TRABALHADORES RURAIS	POCONÉ
20.	GPEA	CUIABÁ
21.	IBAMA/ICMBIO	JUÍNA
22.	ICV	CUIABÁ
23.	INCRA – MT	CUIABÁ
24.	INDÍGENA – BAKAIRI	
25.	INDÍGENA – BORORO	RONDONÓPOLIS
26.	INDÍGENA – CHIQUITANO	CÁCERES
27.	INDÍGENA – YUDJÁ JURUNA	GUARANTÃ DO NORTE
28.	INDÍGENA – KAIABY	ALTA FLORESTA
29.	INDÍGENA – KAIAPÓ	JUÍNA
30.	INDÍGENA – KAMAIURÁ	XINGU
31.	INDÍGENA – KANELA	CANABRAVA
32.	INDÍGENA – KRIXI	JUARA/APIACÁS
33.	INDÍGENA – PANARÁ	COLÍDER
34.	INDÍGENA – PARESI	TANGARÁ DA SERRA
35.	INDÍGENA – PARESI	DIAMANTINO
36.	INDÍGENA – TERENA	GUARANTÃ DO NORTE
37.	INDÍGENA – TRUMAI	XINGU
38.	INDÍGENA – TXUCARRAMÃE	XINGU
39.	INDÍGENA – UMATINA	BARRA DO BUGRES

40.	INDÍGENA – XAVANTE	GENERAL CARNEIRO
41.	MAB	ALTO PARAGUAI
	MAB	CHAPADA DOS GUIMARÃES
	MAB	CUIABÁ
42.	MST	CUIABÁ
	MST	CÁCERES
43.	NEPA	CUIABÁ
44.	OAB	CUIABÁ
45.	OPAN / FORMAD	CUIABÁ
46.	PASTORAL DA SAÚDE	
47.	PESCADORES / COLÔNIA Z5	CUIABÁ
48.	PETROBRÁS	
49.	PNUD	
50.	QUILOMBOLA – A COR É BELA	VILA BELA DA Ss TRINDADE
51.	QUILOMBOLA – BELA COR	VILA BELA DA Ss TRINDADE
52.	QUILOMBOLA – CAMPINA DA PEDRA	POCONÉ
53.	QUILOMBOLA – MATA CAVALO	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
54.	QUILOMBOLA – TANQUE DO PEIXE	POCONÉ
55.	RECID	SINOP/JUARA
	RECID	BARRA DO BUGRES
56.	REMTEA	CUIABÁ
57.	RETIREIRO	LUCIARA
58.	REVISTA SINA	CUIABÁ
59.	SMADES	CUIABÁ
60.	SEMA	CUIABÁ
61.	SEPLAN – MT	CUIABÁ
62.	SERINGUEIRO	ARIPUANÃ - COLNIZA
63.	SINTEP	TANGARÁ DA SERRA
64.	SINTUF	CUIABÁ
65.	UFMT	CUIABÁ

## ***ANEXO C. Programação do II Seminário de Mapeamento Social***

### **06/10 (CENTRO CULTURAL - UFMT)**

14h - Abertura (Michèle Sato & Fernando Francisco Xavier)

Mística de abertura (Fórum de Luta de Entidades de Cáceres – FLEC)

14h30 – 16h - Mesa provocativa: **Os povos e comunidades tradicionais do Brasil e a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Cláudia Calorio (Ministério do Meio Ambiente)

Cláudia Regina Salas de Pinho (Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)

Carlos Eduardo Mazzeto Silva (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG)

Mediação: Fernando Francisco Xavier (Instituto Chico Mendes/CNPT)

16h – 16h15 – intervalo

16h15 – 17h45 – Grupos de trabalhos

18h - Abertura do VI REMTEA

19h - Conferência de Abertura: **Eu e o outro no mundo da educação ambiental**

Profa. Michèle Sato (GPEA, UFMT) & Prof. Luis Augusto Passos (UFMT)

### **07/10 (CENTRO CULTURAL - UFMT)**

8h - Conferência 1: **Territorialidades e Identidades nos movimentos de resistência**

Carlos Walter Porto-Gonçalves (UFF, Rio de Janeiro, RJ)

Mediadora: Regina Silva (GPEA/UFMT)

10h - Mesa Provocativa 1: **Políticas públicas em Educação Ambiental**

Claudison Vasconcelos (Departamento de Educação Ambiental/MMA)

Heitor Medeiros ( REMTEA)

Débora Pedrotti (SEDUC/MT)

Provocador: Fernando Xavier (ICMBio)

14h – 15h30 - Mesa provocativa:

**Mapeamento dos territórios e grupos sociais de Mato Grosso**

Regina Silva (Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA – UFMT)

Jhonny Martins de Jesus (Comissão Nacional de Articulação das comunidades Negras Rurais Quilombolas, CONAQ)

Regiane Berchieli (Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN-MT)

Mediadora: Michelle Jaber (Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA – UFMT)

15h30 - Intervalo

15h45 - 18h- Grupos de Trabalho

18h - Noite de sabores, saberes e culturas

## 08/10 (CENTRO CULTURAL - UFMT)

8h - Conferência 2: **Diversidades nos Territórios**

Gilberto Vieira dos Santos (CIMI/MT)

Aloir Pacini (Departamento de Antropologia/UFMT)

10h - Mesa Provocativa 2:

**Participação e Controle Social nas políticas públicas ambientais**

Alonso Batista (Fórum de lutas das Entidades de Cáceres, FLEC)

Mariléia Taiua (Instituto Maiwu)

Wanderei Antonio Pignati (Instituto de Saúde Coletiva/UFMT)

Provocadora: Maria Liette Alves (GPEA/UFMT)

14h - 15h30 - Grupos de Trabalho

15h30 - Intervalo

15h45 - 18h- **Mesa com representantes dos Grupos Sociais para relatoria dos GTs**

Relato de experiência do Sr. Hamilton José da Silva

(Rede Puxirão de Comunidades Tradicionais/PR - CNPCT)

Mediador: Fernando Xavier (ICMBio)

19h - Conferência 3: **Territórios, Identidades e Temporalidades**

Rogério Haesbert (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ)

Marcos Sorrentino (Esaulq, Piracicaba, SP)

Mediadora: Michèle Sato (GPEA/UFMT)

20h - Noite de sabores, saberes e culturas

## 09/10 (HOTEL FAZENDA MATO GROSSO)

08h - 12h - **Reunião para Discussão da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Rubem Sales (Associação dos Retireiros do Araguaia - CNPCT)

Cláudia Calorio (Ministério do Meio Ambiente)

Cláudia Regina Sala de Pinho (Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras – CNPCT)

Jhonny Martins de Jesus (Comissão Nacional de Articulação das comunidades Negras Rurais Quilombolas, CONAQ)

Mediador: Fernando Francisco Xavier (Instituto Chico Mendes/CNPT)

## ANEXO D. Grupos Sociais e instituições participantes do II seminário

GRUPOS E INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS
1. ADUNEMAT - Associação dos Docentes da Universidade do Estado de MT	Sinop
2. Agricultores Familiares - Comunidade Piuva	Barão de Melgaço
3. Agricultores Familiares - Comunidade São Jerônimo	Cuiabá
4. Agricultores Familiares - Distrito União do Norte	Peixoto de Azevedo
5. Agricultores Familiares - FLEC/FETAGRI	Cáceres
6. Amigas da Fronteira - Assentamento Corixinha	Cáceres
7. ARPA - Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental	Rondonópolis
8. Assentados - Assentamento Limoeiro	Cáceres
9. Assentados - Assentamento Margarida Alves	Mirassol D' oeste
10. CIMI - Conselho Indigenista Missionário MT	Cuiabá
11. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Acampados Terra Nova do Norte	Terra Nova do Norte
12. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Associação dos Produtores do Tupã (APROT)	Marcelândia
13. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Acampados de Colíder	Colíder
14. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Acampados de Porto Estrela	Cáceres
15. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Comissão Pastoral da Terra - Acampados de Porto Estrela	Cáceres
16. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Acampados Jaciara	Jaciara
17. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Acampados Nova Canaã do Norte	Nova Canaã do Norte
18. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Acampados Rondonópolis	Rondonópolis
19. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Acampamento Irmã Doroty Stang	Nova Canaã do Norte
20. CPT - Comissão Pastoral da Terra - Acampamento Rio Parado	Nova Santa Helena
21. CPT - Comissão Pastoral da Terra - BR 163	Cláudia
22. Economia Solidária	Cuiabá
23. FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Regional Mato Grosso	Cáceres
24. FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso	-
25. FLEC - Fórum de Luta das Entidades de Cáceres	Cáceres
26. FORMAD - Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento	Cuiabá
27. GTMS - Grupo de trabalho de Mobilização Social	
28. IFMT - Instituto Federal do Mato Grosso	Cuiabá
29. Indígena - Apiaká / Terra Indígena Apiaká-Kayabi	Juara
30. Indígena - Bakairi / Terra Indígena Bakairi	Cuiabá
31. Indígena - Bororo / Terra Indígena Tereza Cristina/ Aldeia Córrego Grande	Santo Antônio do Leveger
32. Indígena - Chiquitano / Portal do Encantado	Cáceres
33. Indígena - Kamaiurá / Parque Indígena do Xingu	Canarana
34. Indígena - Karajá / Terra indígena São Domingos / Aldeia Teribre	Luciara
35. Indígena - Kayabi / Terra Indígena Kayabi / Aldeia Figueirinha	Juara
36. Indígena - Kayabi / Terra Indígena Kayabi / Aldeia Tatuí	Juara
37. Indígena - Panará / Terra Indígena Panará / Aldeia Masepotiti	Guarantã do Norte
38. Indígena - Paresi	Cuiabá
39. Indígena - Paresi/ Terra Indígena Paresi	Tangará da Serra
40. Indígena - Rikbaktsa / Aldeia Barranco Vermelho	Brasnorte
41. Indígena - Rikbaktsa / Aldeia Primavera do oeste	Brasnorte
42. Indígena - Umutina / Terra Indígena Umutina	Barra do Bugres
43. Indígena - Xavante / Terra Indígena São Marcos	Barra do Garças
ONTEX - Organização Indígena Xavante Etetsiwató	
44. Indígena - Xavante / Terra Indígena Marãiwatsédé	São Félix do Araguaia

45.	Instituto Caracol	Cuiabá
46.	Instituto Chico Mendes – CNPT MT	Chapada dos Guimarães
47.	Instituto Indígena Maiwu	Cuiabá
48.	MAB - Movimento dos atingidos por barragens	Chapada dos Guimarães
49.	MAB - Movimento dos atingidos por barragens	Alto Paraguai
50.	Ministério do Meio Ambiente	Brasília
51.	Morroquianos - Comunidade Nossa Senhora do Carmo – Taquaral	Cáceres
52.	Movimento da Juventude - Assentamento Rural Alegre	Porto Esperidião
53.	Movimento da Juventude - Grupo Jovem Crescer	Porto Esperidião
54.	Movimento da Juventude - Jovem Palpitar da Vida	Porto Esperidião
55.	Movimento da Juventude - Pastoral do Movimento da Juventude Rural	Sinop
56.	Movimento de Mulheres - Associação das Mulheres de Atlântica AMA	Nova Santa Helena
57.	Movimento de Mulheres Camponesas	Alta Floresta
58.	Movimento de Mulheres Camponesas	Nova Canaã do Norte
59.	MST - Cáceres	Cáceres
60.	MST - PA Martíres dos Carajás	Poxoréu
61.	MST - Tangará da Serra	Tangará da Serra
62.	MST - PA 12 de outubro	Sinop
63.	MST - Secretaria Estadual do MST	Cuiabá
64.	MST / CPT - Acampamento União Recanto Cinco Estrela	Novo Mundo
65.	MST/CPT - Acampamento	Nova Guarita
66.	MST/CPT - PA Renascer G. Gama	Nova Guarita
67.	MST/CPT - PA Renascer Raimundo Vieira III	Nova Guarita
68.	Pantaneiros - Comunidade Chacororé	Barão de Melgaço
69.	Pantaneiros - Comunidade Retiro São Bento	Barão de Melgaço
70.	Pantaneiros - Poço General	Barão de Melgaço
71.	Pantaneiros - São Pedro de Joselândia	Barão de Melgaço
72.	Pantaneiros - Cuiabá Mirim	Barão de Melgaço
73.	Pantaneiros - Grupo Cáceres	Cáceres
74.	Pequenos produtores rurais - Barreirinho	Poconé
75.	Pequenos produtores rurais - Cuiabá	Cuiabá
76.	Pequenos Produtores Rurais - STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Cáceres	Cáceres
77.	Pequenos produtores rurais - Comunidade Santa Fé Projeto Viver do Campo	Terra Nova do Norte
78.	Pequenos produtores rurais - Comunidade Zé Alves	Poconé
79.	Pequenos produtores rurais - COOPERAGREPA	Guarantã do Norte
80.	Pequenos produtores rurais - Cooperativa de Produtores Tangará da Serra	Tangará da Serra
81.	Pequenos produtores rurais - Grupo de mulheres do igarapé do Bruno	Apiacas
82.	Pequenos Produtores Rurais - STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Porto Esperidião	Porto Esperidião
83.	Procuradoria especializada na defesa ambiental e ordem urbanística	Cuiabá
84.	Quilombola - Instituto Afro-brasileiro de Barra do Bugres (IAFRO)	Barra do Bugres
85.	Quilombola - Associação Acorebela	Vila Bela SsTrindade
86.	Quilombola - Associação dos Remanescentes do Rio Guaporé (Bela Cor)	Vila Bela Ss Trindade
87.	Quilombola - Associação Sesmaria Boa Vida Quilombo de Mata Cavallo	Nossa S. do Livramento
88.	Quilombola - Comunidade Bela Cor	Vila Bela Ss Trindade
89.	Quilombola - Comunidade Cabeceira do Santana	Nossa S. do Livramento
90.	Quilombola - Comunidade do Jejum	Poconé
91.	Quilombola - Comunidade Pai André	Nossa S. do

		Livramento
92.	Quilombola - Comunidade Quilombola do Barreiro	Nossa S. do Livramento
93.	Quilombola - Comunidade Quilombola Mutuca	Nossa S. do Livramento
94.	Quilombola - Quilombo Mata Cavalos de Cima	Nossa S. do Livramento
95.	Quilombola - Quilombo Tanque do Padre	Poconé
96.	Quilombola - Quilombo Urbano Capão do Negro	Vila Bela Ss Trindade
97.	Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras	-
98.	REMARPCOMTRA - Rede Mato-grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais	-
99.	REMTEA - Rede Mato-grossense de Educação Ambiental	Cuiabá
100.	Retireiros do Araguaia – Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA)	Luciara
101.	SEDUC - Secretaria de Educação de Mato Grosso	Cuiabá
102.	SEMA - Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso	Cuiabá
103.	SEPLAN - Secretaria de Planejamento de Mato Grosso	Cuiabá
104.	Seringueiro – Reserva Extrativista Guariba Roosevelt	Colniza
105.	Sociedade Fé e Vida	Cáceres
106.	UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso	Cuiabá
107.	UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso	Cáceres
108.	UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso	Sinop
109.	UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande	Cuiabá
110.	WWF - World Wide Fund for Nature	Campo Grande

\*\*\* IMPORTANTE: O privilégio da denominação masculina foi apenas para compreensão linguística, contudo, sem negligenciar as relações de gênero.